UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CENTRO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA – CCN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA – PPGArq

YAN DIAS FERREIRA

ONDE ESTÃO OS SÍTIOS: A CARTOGRAFIA HISTÓRICA APLICADA AOS MÉTODOS DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA

Teresina
2023

YAN DIAS FERREIRA

ONDE ESTÃO OS SÍTIOS: A CARTOGRAFIA HISTÓRICA APLICADA AOS MÉTODOS DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Centro de Ciências da Natureza da Universidade Federal do Piauí, como etapa obrigatória do Mestrado em Arqueologia.

Orientador:Grégoire Andre Henri Marie Ghislain Van Havre

Teresina

2023

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Sistema de Bibliotecas UFPI - SIBi/UFPI
Biblioteca Setorial do CCN

F383o Ferreira, Yan Dias.
Onde estão os sítios: a cartografica histórica aplicada aos métodos de prospecção arqueológica / Yan Dias Ferreira. -- 2024.
248 f. : il. color

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Piauí. Centro de Ciências da Natureza. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Teresina, 2023.
"Orientador: Prof. Dr. Grégoire Andre Henri Marie Ghislain Van Havre ."

1. Arqueologia da paisagem. 2. Cartografia histórica. 3. SIG-Histórico. I. Van Havre, Grégoire Andre Henri Marie Ghislain. II. Título.

CDD 930.1

Bibliotecária: Caryne Maria da Silva Gomes - CRB3/1461

Universidade Federal do Piauí
Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

Portal do Coordenador Stricto

Emitido em 19/06/2024 09:44

D E C L A R A Ç Ã O

Declaramos, para os devidos fins, que o aluno **YAN DIAS FERREIRA** foi aprovado(a) na DEFESA de DISSERTAÇÃO em CPPGARQ/CCN - ARQUEOLOGIA - Presencial - Teresina do Curso de MESTRADO, no dia 17 de Agosto de 2023 às 09:00, no(a) Remoto, UFPI, cuja banca examinadora fora constituída pelos professores:

Doutor (a) GREGOIRE ANDRE HENRI MARIE GHISLAIN VAN HAVRE
(Presidente)

Doutor (a) FERNANDA CODEVILLA SOARES
(Interno)

Doutor (a) ANTONIO FONSECA DOS SANTOS NETO
(Externo ao Programa)

Doutor (a) RICARDO PINTO DE MEDEIROS
(Externo à Instituição)

Mestre (a) NÍVIA PAULA DIAS DE ASSIS
(Externo à Instituição)

Doutor (a) BEATRIZ PICCOLOTTO SIQUEIRA BUENO
(Externo à Instituição)

A sua DISSERTAÇÃO intitulou-se:

Onde estão os sítios: a Cartografia Histórica aplicada aos métodos de prospecção arqueológica

Esta declaração não exclui o aluno de efetuar as mudanças sugeridas pela banca e não vale como outorga de grau de MESTRADO.

Teresina, 19 de Junho de 2024.

Maria do Amparo Alves de Carvalho

MARIA DO AMPARO ALVES DE CARVALHO
COORDENADOR(A) COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA/CCN

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação - STI/UFPI - (86) 3215-1124 | Copyright © 2006-2024 - UFRN - sigjb03.ufpi.br.sigaa

AGRADECIMENTOS

Desde já agradeço a CAPES por tornar a produção desse trabalho possível.

Gostaria de iniciar esse trabalho agradecendo aqueles que acompanharam a minha jornada de desenvolvimento. Seja como pesquisador ou com ser humano, o tempo gasto nessa dissertação mudou minha forma de ver o mundo. Foram anos difíceis enfrentando muitos fantasmas e desenvolvendo um senso autocrítico. Mas foi durante essa jornada que percebi aqueles que estavam ao meu lado. Então inicio essa dissertação agradecendo as conversas, as bebidas, as dicas, as críticas, a ajuda e o tempo que foi concedido para esse garoto que vos fala.

Gosto muito de música, principalmente de Emicida. Suas músicas sempre fizeram parte do meu mundo e foram de extrema importância para o desenvolvimento e a conclusão desse trabalho. Mas mesmo ouvindo suas letras a anos foi com vocês que aprendi a senti-las.

A minha companheira Ana Luzia por estar ao meu lado me mostrando "Que você deve comprar arroz e flores. Arroz pra viver, e flores pra ter pelo o que viver" (EMICIDA, Só isso, 2009).

As minhas amigas Barbara Eduarda, Francisca Almeida, Bianca Gomes, Iasmin Maria, Andressa Rocha, Amanda Caroline, Ana Maria, Thamiris Bezerra, Beatriz Lopes, Julia Calixto, Dayra Sampaio, Maria Clara Xavier e aos amigos José Weverton, Francisco Victor, Victor Palanca, Rafael Sampaio, Lucas Emannuel, Pablo Roggers, Marcelo Augusto. Esses me mostraram que

"Quem tem um amigo tem tudo
Se o poço devorar, ele busca no fundo
É tão dez que junto todo stress é miúdo
É um ponto pra escorar quando foi absurdo
Quem tem um amigo tem tudo
Se a bala come, mano, ele se põe de escudo
Pronto pro que vier mesmo a qualquer segundo
É um ombro pra chorar depois do fim do mundo" (Emicida, Quem Tem Um Amigo (Tem Tudo), 2019)

E aquele que não está mais entre nós Alexandre Netto digo que

"É presente dos deuses, rimos quantas vezes?
Como em catequeses, logo perguntei
Pra Oxalá e pra Nossa Senhora

Em que altura você mora agora, um dia ali visitarei" (Emicida, Quem Tem Um Amigo (Tem Tudo), 2019).

E como a vida não são só flores, houve momentos em que foram necessárias fagulhas de energia para continuar nessa luta. Seja força de vontade, felicidade ou até mesmo raiva. Essas fagulhas foram extremamente difíceis de se encontrar, assim como uma agulha no palheiro eu vos procurei, achei e me energizei.

As pesquisas que citei continuamente nesse trabalho, pois compuseram estudos de grande valor a Arqueologia da Paisagem, a Cartografia Histórica, a Geografia, as Humanidades Digitais e principalmente aqueles que atuaram com a história dos povos indígenas e do Piauí. E ao meu orientador, Grégoire, que fomentou o pensamento crítico a cada uma dessas áreas em nossas conversas como iguais.

Também aos que li e ouvi e não pude citar, ainda. As falas sobre a existência e importância dos movimentos indígena e negro que fizeram parte do desenvolvimento cognitivo que me trouxeram as reflexões que proponho nesse trabalho.

Agradeço a vocês por me fazerem sentir que meu trabalho é a

"Mescla de Vivara, Guevara, Lebara
Minha caneta 'tá fodendo com a história branca
E o mundo grita, não para, não para, não para
(...)
Como abelha se acumula sob a telha
Eu pastoreio a negra ovelha que vagou dispersa
Polinização pauta a conversa
Até que nos chamem de colonização reversa" (Eminência Parda, part. Dona Onete, Jé Santiago, Papillon, Eminência Parda, 2019).

Finalmente agradeço a minha mãe Maria Nilza, minha irmã Yanna e ao meu pai Antônio Ferreira por me encorajarem a seguir adiante me mostrando "Que você é o único representante do seu sonho na face da terra, se isso não fizer você correr, chapa, eu não sei o que vai" (Emicida, Rael, Beatnick & K-Salaam, Levanta e Anda 2013).

EPÍGRAFE

A minha missão cada vez que eu pegar uma caneta e um microfone é devolver a alma de cada um dos meus irmãos e das minhas irmãs que sentiu que um dia não teve uma" (Emicida, Principia (Ao Vivo), 2022).

RESUMO

O período colonial brasileiro produziu diversas cartas geográficas e mapas. Esses documentos, em formato de papel, são frutos da colonização europeia e do contato com as populações indígenas. Alguns identificam e localizam as populações originais, enquanto outros não relatam a presença em terras coloniais portuguesas. Contudo, nesse último caso, por outras fontes e através de um olhar mais crítico ao mapa, é possível atestar a presença indígena. Como é o caso do "Mappa Geográfico da Capitania do Piauhy", do Ajud. Engenheiro Henriques Antônio Galúcio, de 1760, que contém informações tipológicas bem definidas na legenda. Entre fazendas, freguesias, sítios e cidades estão dez povoações destruídas, objetos desta pesquisa. As povoações estão localizadas ao redor do rio Gurguéia e do riacho da Prata, representadas com uma cruz. Essa mesma simbologia não aparece em nenhum outro local da Capitania e em nenhum outro mapa posterior. De acordo com a historiografia do Piauí, no vale do Gurguéia até a data de confecção do mapa, ocorreram pelo menos cinco campanhas armadas de colonização portuguesa. Como resposta à invasão de seu território, os grupos indígenas também investiam contra as fazendas e as povoações coloniais, nessa região principalmente os Gueguês, Akroás e Timbiras. A partir de uma perspectiva da Arqueologia da Paisagem, que visa entender as micro histórias para então compreender uma história regional, identificamos e localizamos os locais denominados "povoações destruídas" como antigas fazendas que hoje podem ser entendidas como sítios arqueológicos do período colonial. Além disso, a linha teórica e metodológica escolhida possibilitou compreender os processos históricos, culturais e espaciais que formaram os documentos cartográficos. Através da leitura crítica e espacial desses documentos se tornou possível localizar para além dos ambientes coloniais, as áreas de presença indígena. Esse trabalho foi realizado em grande parte em formato remoto usando o SIG como principal ferramenta e quando possível, fontes cartográficas e escritas já digitalizadas. Esse foco serve para fomentar o uso do formato digital, propondo a preservação dos documentos e principalmente a acessibilidade aos dados ali contidos.

Palavras-Chave: Arqueologia da Paisagem; Cartografia Histórica; SIG-Histórico.

ABSTRACT

The Brazilian colonial period produced several geographic charts and maps. These documents, in paper format, are the result of European colonization and contact with indigenous populations. Some identify and locate the original populations, while others do not report their presence in Portuguese colonial lands. However, in the latter case, through other sources and through a more critical look at the map, it is possible to attest to the indigenous presence. As is the case with the “Geographic Map of the Captaincy of Piauhy”, by Ajud. Engineer Henriques Antônio Galúcio, from 1760, which contains well-defined typological information in the caption. Among farms, parishes, farms and cities, there are ten destroyed villages, the objects of this research. The villages are located around the Gurguéia river and the Prata creek, represented with a cross. This same symbolism does not appear anywhere else in the Captaincy or on any other subsequent map. According to the historiography of Piauí, in the Gurguéia valley until the date the map was created, there were at least five armed campaigns of Portuguese colonization. In response to the invasion of their territory, indigenous groups also attacked colonial farms and settlements, mainly the Gueguês, Akroás and Timbiras in this region. From a Landscape Archeology perspective, which aims to understand micro histories to then understand a regional history, we identified and located the places called "destroyed settlements" such as old farms that today can be understood as archaeological sites from the colonial period. Furthermore, the theoretical and methodological line chosen made it possible to understand the historical, cultural and spatial processes that formed the cartographic documents. Through a critical and spatial reading of these documents, it became possible to locate areas of indigenous presence beyond colonial environments. This work was largely carried out remotely using GIS as the main tool and, when possible, already digitized cartographic and written sources. This focus served to encourage the use of digital format, proposing the preservation of documents and especially accessibility to the data contained therein.

Keywords: Landscape Archeology; Historical Cartography; Historical GIS.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Recorte da região do Piauí, Mapa das Cortes, de 1749.....17
Figura 2: Galúcio (1760), com recorte e desenhos sobre as povoações destruídas.....18
Figura 3: Área de estudo.....22
Figura 4: Locais onde a Casa da Torre encontrou grupos Gueguês. 82
Figura 5: Recorte A Galúcio (1760) indicando os cursos d'água que ligam os rios Piauí e Canindé ao rio São Francisco. Recorte B Galúcio (1760) indicando passagem pelo rio Paraim. Recorte C Faden (1807) indicando passagem pelas Confusões ou pelo rio Curimatá.....84
Figura 6: município de Santa Filomena e outras localidades citadas. 86
Figura 7: Território indígena Gueguê segundo Galuzzi (1761). 89
Figura 8: Território indígena Gueguê segundo Sem Autoria (1816).....90
Figura 9: Território indígena Gueguê segundo Vandermaelen (1827).....91
Figura 10: Território indígena Gueguê segundo Schwarzmann & von Martius (1828).....92
Figura 11: Território indígena Gueguê segundo Neves (1855).....93
Figura 12: Território indígena Gueguê segundo Mello (1909). 94
Figura 13: Figura 9: Território indígena Gueguê segundo Nimuendaju (2017).....95
Figura 14: Área de atuação de grupos da etnia Gueguê, com ênfase na região sudoeste do Piauí. 97
Figura 15: Território indígena Akroá segundo Galuzzi (1761).....104
Figura 16: Território indígena Akroá segundo Sem Autoria (1816). 105
Figura 17: Território Akroá segundo Philippe Vandermaelen (1827). 106
Figura 18: Território Akroá segundo Schwarzmann & von Martius (1828).....107
Figura 19: Território indígena Akroá segundo Neves (1855). 108
Figura 20: Recortedas citações a etnia Akroá em Nimuendaju (2017). 110
Figura 21: Área de atuação de grupos da etnia Akroá, com ênfase na região sudoeste do Piauí. 112
Figura 22: Recorte da localidade Timbira em mapas históricos do Piauí. 115
Figura 23: Recorte das citações a etnia Timbira em Nimuendaju (2017). 117
Figura 24: Recorte de outros etnônimos Timbira em Nimuendaju (2017).....119
Figura 25: Área de atuação de grupos Timbira, com ênfase na região sudoeste do Piauí. 121
Figura 26: Área analisada nos mapas históricos e nas bases cartográficas atuais. 123
Figura 27: Primeira povoação destruída, Galúcio (1760).....124
Figura 28: Mapa da localização da povoação de Bom Sucesso. 128

Figura 29: Segunda povoação destruída, Galúcio (1760).....129
Figura 30: Mapa da localização da povoação de Boa Vista.....135
Figura 31: Terceira povoação destruída, Galúcio (1760).....136
Figura 32: Mapa da localização da povoação Benedicto.....139
Figura 33: Quarta povoação destruída, Galúcio (1760).....140
Figura 34: Mapa de localização da povoação Limoeiro.....144
Figura 35: Quinta povoação destruída, Galúcio (1760).....146
Figura 36: Mapa de localização da povoação Cajazeiras e Tapera.....151
Figura 37: Sexta povoação destruída, Galúcio (1760).....152
Figura 38: Mapa de localização da povoação Reis.....154
Figura 39: Sétima povoação destruída, Galúcio (1760).....155
Figura 40: Mapa de localização da sétima povoação.....162
Figura 41: Oitava povoação destruída, Galúcio (1760).....163
Figura 42: Mapa de localização da povoação Porcos.....168
Figura 43: Nona povoação destruída, Galúcio (1760).....170
Figura 44: Mapa de localização da povoação Flores.....176
Figura 45: Décima povoação destruída, Galúcio (1760).....177
Figura 46: Mapa de localização da Fazenda Correia.....180
Figura 47: Localidades históricas encontradas até o momento.....185
Figura 48: Mapa de 1760 a esquerda e versão vetorizada a direita.....186
Figura 49: Área de atuação indígena e localidades coloniais.....188
Figura 50: Fronteiras da capitania frente a falta de habitações coloniais.....190
Figura 51: Área designada para recorte de sítios arqueológicos analisados.....194
Figura 52: Mapa dos sítios arqueológicos do sudoeste em 2021.....200
Figura 53: localização do sítio Muro de Pedra e as imagens adquiridas do relatório CEPISA (2006).....202

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Pessoas encarregadas para repartição e suas respectivas localidades. 71
Tabela 2: Testemunhos que relatam os ataques às fazendas instaladas no vale do Gurguéia. . 73
Tabela 3: Localidade onde grupos Akroá são citados. 96
Tabela 4: Localidade onde grupos Gueguês são citados. 111
Tabela 5: Localidade onde grupos Timbiras são citados. 120
Tabela 6: Presença e ausência de fazenda citadas no AHU, ACL, CU 16, Caixa 4, Documento 299. 181
Tabela 7: Presença e ausência de fazenda citadas no AHU, ACL, CU 16, Caixa 6, Documento 388. 182
Tabela 8: Relação e classificação das fazendas coloniais citadas. 184
Tabela 9: Tipos de sítios presentes na região sudoeste do Piauí. 198
Tabela 10: Tipos de sítios arqueológicos da região por cultura material em 2021, dados do CNSA. 199

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1: “Mappa Geográfico da Capitania do Piauhy” de 1760, criado pelo Ajud. Engenheiro Henriques Antonio Galúcio. 216
Anexo 2: “Carta geográfica da Capitania do Piauhi, e parte das adjacentes”, autoria disposta no mapa é de João Antonio Galucio, em 1761. Mas a BND dá a autoria da obra a Henrique Antonio Galluzzi. 217
Anexo 3: “MAPPA geographico da capitania do Piauhy, e parte das do Maranhão, e do Gram Pará”, de 1816. 218
Anexo 4: “MAPPA Topographico das Capitanias do Maranhão e Piauhy e parte das Capitanias Circundantes”,levantado por Mathias José da _____ Pereira, em 1817. 219
Anexo 5: “Partie du Bresil. Amer. Merid. no. 18.”, a autoria do mapa é de Philippe Vandermaelen, de 1827. 220
Anexo 6: “Geographische karte der provinz von São Iozé do Piauhý”, de autoria de Schwarzmann e von Martius,de 1828. 221
Anexo 7: “*CARTA GEOGRAPHICA DE PIAUHY*”, de 1850,autoria de V. j. de Villiers de L’Ille Adam. 222
Anexo 8: “CARTA TOPOGRAPHICA E ADMINISTRATIVA da PROVÍNCIA do PIAUHY”, de 1850,autoria de V. j. de Villiers de L’Ille Adam. 223
Anexo 9: “MAPPA GEOGRAFICO DA CAPITANIA DO PIAUHY E PARTE DO MARANHÃO, E PARÁ”, de 1855. A autoria pertence a Carlos José Pereira das Neves. 224
Anexo 10: “CARTA corografica das provincias do Maranhão e Piauhy e parte das do Pará, Goyás, Bahia, Pernambuco”, de 1855. 225
Anexo 11: “PROVINCIA DO PIAUHY”, de 1873. A autoria do mapa é de José Ribeiro da Fonseca Silvares. 226
Anexo 12: intitulado “South America, Brazil, &c. No. 2.”, de 1883. De autoria de Letts, Son & Co. 227
Anexo 13: “ATLAS DO BRASIL”, de 1909, parte especial (5), HOMEM DE MELLO. 228
Anexo 14: “ESTADO DO PIAUHY”, criado pela Inspetoria Federa das Estradas, em 1913. 229
Anexo 15: Mapa de Eliseu Martins, de 1975, levantado, desenhado e impresso pela Diretoria de Serviço Geográfico – Brasil (DSG), Folha SC.23–X–A–III. 230
Anexo 16: “Sheet 4. South America” também conhecido como “Columbia Prima of South America”, levantado por William Faden, em 1807. 231

LISTA DE APÊNDICE

Apêndice A - Planilha de análise de topônimos das Povoações Destruídas. 232
Apêndice B - Citações indígenas - Fontes secundárias. 234
Apêndice C - Citações indígenas - Fontes primárias. 248

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 16
2. Arqueologia da Paisagem e Cartografia Histórica 26
2.1 A Paisagem Cartográfica 33
2.2 Cartografia Histórica 37
2.2.1 Cartometria 38
2.2.2 Toponímia 40
2.2.3 Iconografia e Iconologia 42
2.3 SIG-Histórico 45
2.4 Fontes de Dados Espaciais e Históricas 49
2.4.1. Mapas Históricos Utilizados 49
2.4.2. Fontes escritas 52
2.5. Coleta de Dados 53
2.5.1. Criação das bases cartográficas SIG 56
2.5.2. Mapeamento dos dados 60
3. A História, o Espaço e os Conflitos 62
3.1. Os primeiros conflitos 64
3.2. A primeira guerra (1708) 68
3.3. A segunda guerra (1739) 70
3.4. A terceira guerra (1750) 74
3.5. A quarta guerra (1760) 76
3.6. Observações gerais 78
3.7. Análise espacial, iconográfica e toponímica 79
3.7.1. Grupos Gueguê 80
3.7.2. Grupos Akroás 98
3.7.3. Grupos Timbiras 113

3.8. Povoações Destruídas 122
3.8.1. Primeiro povoado: Bom Sucesso 124
3.8.2. Segundo Povoado: Boa Vista 129
3.8.3. Terceiro Povoado: Benedicto 136
3.8.4. Quarto Povoado: Limoeiro 140
3.8.5. Quinto Povoado: Cajazeiras ou Tapera 146
3.8.6. Sexto Povoado: Reis 152
3.8.7. Sétimo Povoado 155
3.8.8. Oitavo Povoado: Porcos 163
3.8.9. Nono Povoado: Flores 169
3.8.10. Décimo Povoado: Corrêa 177
4. Discussão dos Resultados Encontrados 181
4.1. Contribuições dos dados do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos 192
5. Considerações Finais 204
Bibliografia 207
Anexos 216
Apêndice 232

1. INTRODUÇÃO

O período colonial brasileiro produziu diversas cartas geográficas e mapas. Esses documentos, em formato de papel, são frutos da colonização europeia e do contato com as populações indígenas[1], que marcaram e modificaram essas representações cartográficas. Algumas identificam e localizam as populações originais, enquanto outras não relatam a presença em terras coloniais portuguesas. Contudo, nesse último caso, por outras fontes e através de um olhar mais crítico ao mapa, é possível atestar a presença indígena.

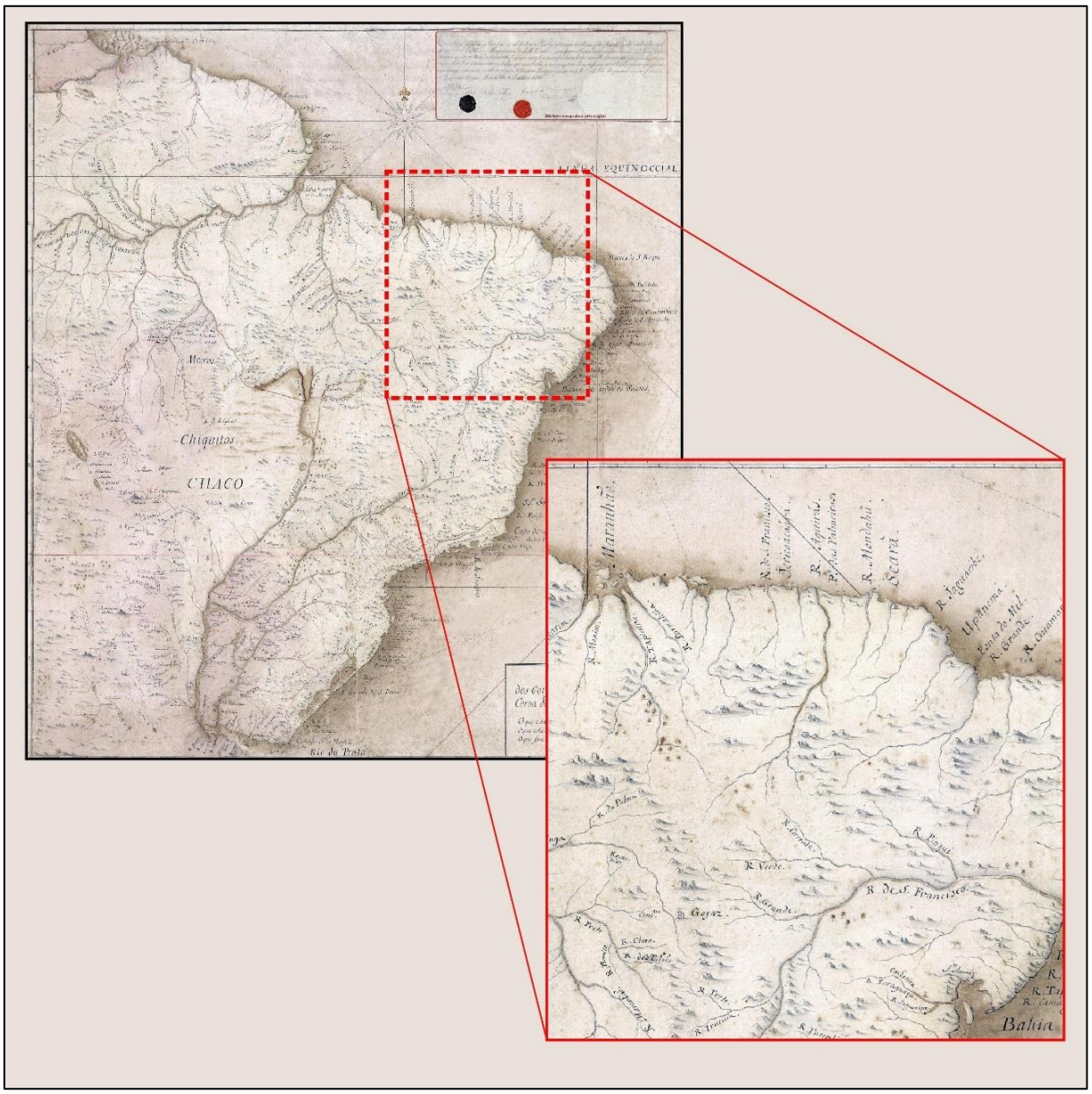
Até meados do século XVIII, de forma geral, o conhecimento geográfico da região entre São Luís e o Ceará estava limitado, um exemplo disso é "Mapa das Cortes", de 1749. Esse mapa foi base para as negociações do Tratado de Madri, realizadas um ano depois, entre as duas principais coroas que invadiram o que hoje conhecemos como América do Sul. A produção desse mapa nos mostra que ainda não se tinha uma ideia exata dessa região, o rio Parnaíba, principal curso d'água desse trecho não está representado nessa obra (Figura 1).

Em 1750, para o Tratado de Madri, tornou-se necessário delimitar as terras portuguesas, e a cartografia colonial brasileira passar a ter maior precisão (SOUZA *et al.*, 2020). Esse novo tratado procurou resolver os conflitos entre as coroas portuguesa e espanhola pelas terras americanas que não seguiam os limites acordados no Tratado de Tordesilhas: a Espanha nas Filipinas e Portugal no Grão-Pará (FONTANA, 2005).

Essa região entre o Maranhão e Ceará, que conhecemos atualmente como Piauí, foi inicialmente governada pela capitania de Pernambuco no século XVII, e durante a primeira metade do século XVIII era subordinado ao estado do Grão Pará e Maranhão. Mesmo após a criação da capitania do Piauhy, em 1718, continuou a ser administrada pelo governador do Grão Pará e Maranhão até 1758. A partir de 1759, foi nomeado um governador para administrar o Piauí, João Pereira Caldas, que governou de 1759 a 1769 (OLIVEIRA, 2007).

[1] Os povos indígenas já tinham um conhecimento geográfico extremamente avançado, mas o que perdurou foram os mapas em papel, criados pelo europeu. Esses documentos muitas vezes continham elementos iconográficos primordiais adquiridos pelos povos indígenas através de suas experiencias com o meio. Ver Kok, (2009) e Souza *et al*, (2020).

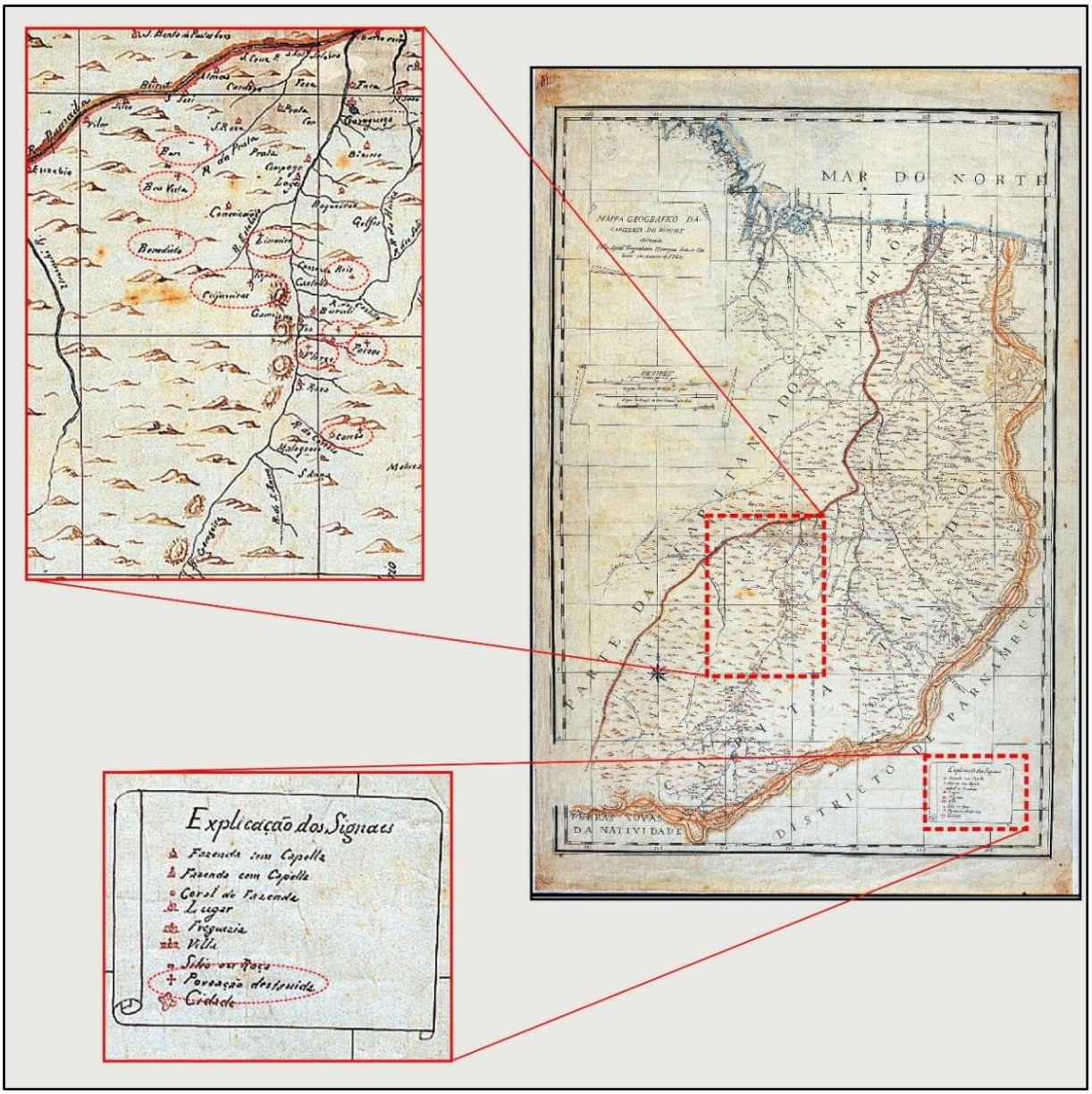
Figura 1: Recorte da região do Piauí, Mapa das Cortes, de 1749.



Nesse contexto é encomendado o primeiro mapa da Capitania de São José do Piauhy, datado de 1760. O *Mappa Geográfico da Capitania do Piauhy (*Anexo 1*)* criado pelo Ajud. Engenheiro Henriques Antonio Galúcio, que contém informações tipológicas bem definidas na legenda, entre elas temos fazendas, freguesias, sítios, cidades e, o que mais nos interessa nessa pesquisa, povoações destruídas.

O termo "Povoação Destruída" corresponde a um dos nove itens presentes na caixa de legenda do mapa. Ao todo, são dez povoados localizados ao redor do rio Gurguéia e do riacho da Prata, que não aparecem em nenhum outro local da Capitania. A denominação dada a esses locais remete, em fontes da época, a habitações e moradias coloniais, individuais ou coletivas, destruídas durante conflitos com as populações indígenas (Figura 2).

Figura 2: Galúcio (1760), com recorte e desenhos sobre as povoações destruídas.



De acordo com a historiografia do Piauí, no vale do Gurguéia até a data de confecção do mapa (1760), ocorreram diversas campanhas armadas de colonização portuguesa. Como respostas os grupos indígenas defendiam seu território através de investidas contra essas localidades coloniais. Provavelmente todo esse período de guerra contra o indígena no Piauí, pode ser uma continuação do que se entende como Guerra dos Bárbaros, que ocorreu principalmente entre os séculos XVII e XVIII no nordeste brasileiro.

As povoações destruídas se inserem em um contexto de luta territorial entre diferentes povos indígenas, principalmente da família linguística Jê, e o estabelecimento da capitania do Piauhy (ASSIS, 2012). O período de guerra entre esses grupos, nessa região, se inicia em

meados do século XVII com a invasão da Casa da Torre desde a Bahia até a Parnaguá e o rio Gurguéia, e perdura até as décadas de 1760 e 1770, durante e após o governo de Pereira Caldas.

O Laboratório de Arqueologia e Estudos de Tecnologia da Universidade Federal do Piauí (LATEC-UFPI) vem estudando o primeiro mapa do Piauí, e tentando retirar dele as informações geográficas necessárias para entender o contexto colonial. Além das pesquisas do LATEC-UFPI, outros autores como Renata Araujo (ARAUJO, 2011), Nívia Paula Dias de Assis (ASSIS, 2012) e João Pimentel Cintra (ASSIS & CINTRA, 2016) já estudaram esse documento e seu contexto histórico.

O autor do mapa é um italiano que vem ao Brasil a trabalho, logo após o Tratado de Madri. Enrico Antonio Galluzzi, vem ao Brasil para a Comissão Demarcadora luso-espanhola em 1753. Esta Comissão tinha a função de delimitar as fronteiras do Norte e Sul da colônia portuguesa. Nela, estavam padres matemáticos, militares, astrônomos, engenheiros, arquitetos, desenhistas, cirurgiões entre outros. Enrico Antonio Galluzzi participou na condição de ajudante engenheiro (COSTA & CINTRA 2016; FONTANA, 2005).

O autor do *Mappa Geográfico da Capitania do Piauhy* é identificado como Henriques Antônio Galúcio, esse é o mesmo Enrico Antonio Galluzzi, que sofreu aportuguesamento em seu nome na construção da obra de 1760.

Em maio de 1759, Galúcio recebeu a ordem de Manuel Bernardo de Melo e Castro, então Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, para seguir de São Luís até o litoral do Piauí. A partir desse momento Galúcio começa a fazer os levantamentos da capitania do Piauhy (ARAÚJO, 2011).

Para construir esse mapa Galúcio utilizou os elementos que tinha disponível pela Companhia de demarcação do norte, como telescópio, relógio de pêndulo, teodolito e jogo das Efemérides de Zanotti (ASSIS, 2012). Também temos o material entregue diretamente a Galúcio: tomos das obras de La Condamine, uma cópia do Tratado de Madri, as *Ephemérides de La Caille*, e a Trigonometria de Ozanam (BUENO, 2011).

O código de cores presente no mapa condiz com o que Bueno (2004) diz ser a convenção cartográfica vigente, explicada nos trabalhos de Manoel de Azevedo Fortes. Os cálculos de paralelos e meridianos foram feitos através da observação astronômica com ajuda de um astrolábio. Para os paralelos ou latitude, a tarefa era mais simples, se realizava a observação do Sol ao meio-dia, utilizando o ângulo que o planeta está em relação ao astro era possível identificar em qual paralelo se encontrava. Para os meridianos ou longitudes, no entanto, era necessário observar um eclipse, seja do sol ou da lua terrestre que por serem mais raros, eram

menos utilizados. Ao invés disso se utilizavam os eclipses das luas de Júpiter (BUENO, 2011; ASSIS & CINTRA, 2016; FERREIRA, 2019).

De acordo com Santos, Cintra & Renger (2013), o meridiano de referência utilizado para fazer os mapas franceses, por decreto de Luís XIII, a partir de 1634, era o meridiano do Ferro, localizado a cerca de 18,16° ao oeste do atual meridiano de Greenwich. O mapa de Galúcio também tem medidas espaciais de longitude feitas a partir da Ilha do Ferro, através do método astronômico desenvolvido por Galileu Galilei (ASSIS & CINTRA, 2016; BUENO, 2004). Esta escolha pode ter ocorrido pelo fato dos cartógrafos que trabalharam na região Norte da colônia utilizarem os mesmos tratados que os franceses, os melhores da época em termos de medições astronômicas (ASSIS, 2012).

O cálculo de longitude de Galileu, foi utilizado por Galúcio. Em correspondência enviada em outubro de 1759, por Galúcio, a Manuel Bernardo de Melo e Castro, o engenheiro pedia ajuda ao Padre Ignacio Samartori. Pediu para realizar as medições do primeiro satélite de Júpiter entre os meses de março e maio de 1760, na cidade de Belém. Esta tarefa devia servir para calibrar as medições feitas no Piauí em relação a longitude de Belém-Pará, e assim, estabelecer os meridianos com maior precisão. Deste pedido resulta o sistema de coordenadas presente no mapa (ARAÚJO, 2011; ASSIS, 2012). No final de 1760, o mapa estava pronto, com dimensões de 59,5 x 88,0 cm, em aquarela, com confecção manual (COSTA, 2007; ASSIS, 2012).

Contudo, não são todas as localidades presentes no mapa que estão georreferenciadas. Aliás, mesmo aquelas que Galúcio realizou o cálculo de longitude e latitude apresentam erros inerentes a tecnologia disponível. Isso foi demonstrado por Assis & Cintra (2016), Ferreira (2019) e Ferreira *et al*. (2021), dessa forma um georreferenciamento direto do mapa não nos traria resultados de localização que esperamos.

Em 2018 dois trabalhos de alunos do LATEC-UFPI georreferenciaram o documento, Cardoso (2018) e Souza (2018). Eles abordam métodos diferentes de georreferenciamento, respectivamente o método relativo e o absoluto, metodologias que serão tratadas mais à frente no capítulo de teoria.

O terceiro trabalho que estudou o mapa de 1760 foi o de Ferreira (2019). Também sobre a tutela do LATEC-UFPI, evidenciou um erro de um grau de deslocamento de longitude na grade do mapa, través dos dois métodos de georreferenciamento já citados. Tentativas de georreferenciar esse documento foram diversas, o trabalho mais recente que abordou esse tema foi Ferreira *et al.* (2021), apresentando quais dados poderiam ser captados da obra de Galúcio através dos dois métodos de georreferenciamento supracitados.

O último trabalho realizado pelo LATEC-UFPI com esse mapa foi o de Teixeira (2021). A perspectiva desse último trabalho difere das anteriores, está centrada na pesquisa toponímica, em um levantamento e classificação dos topônimos presentes no primeiro mapa do Piauí. Antes as pesquisas estavam mais centradas em pesquisar os topônimos para localizar locais históricos.

A partir do levantamento realizado por Teixeira (2021) foi possível observar a influência europeia no processo de demarcação territorial realizado pelos colonos. Dos 419 topônimos analisados 275 são de origem portuguesa, 136 de origem indígena, três de origem africana, quatro de origem castelhana e uma de origem indiana. Uma paisagem que anteriormente era totalmente indígena, com suas particularidades étnicas e territoriais, passou por um processo de ressignificação dentro da cultura colonial, e isso ocorreu dentro do período de aproximadamente um século.

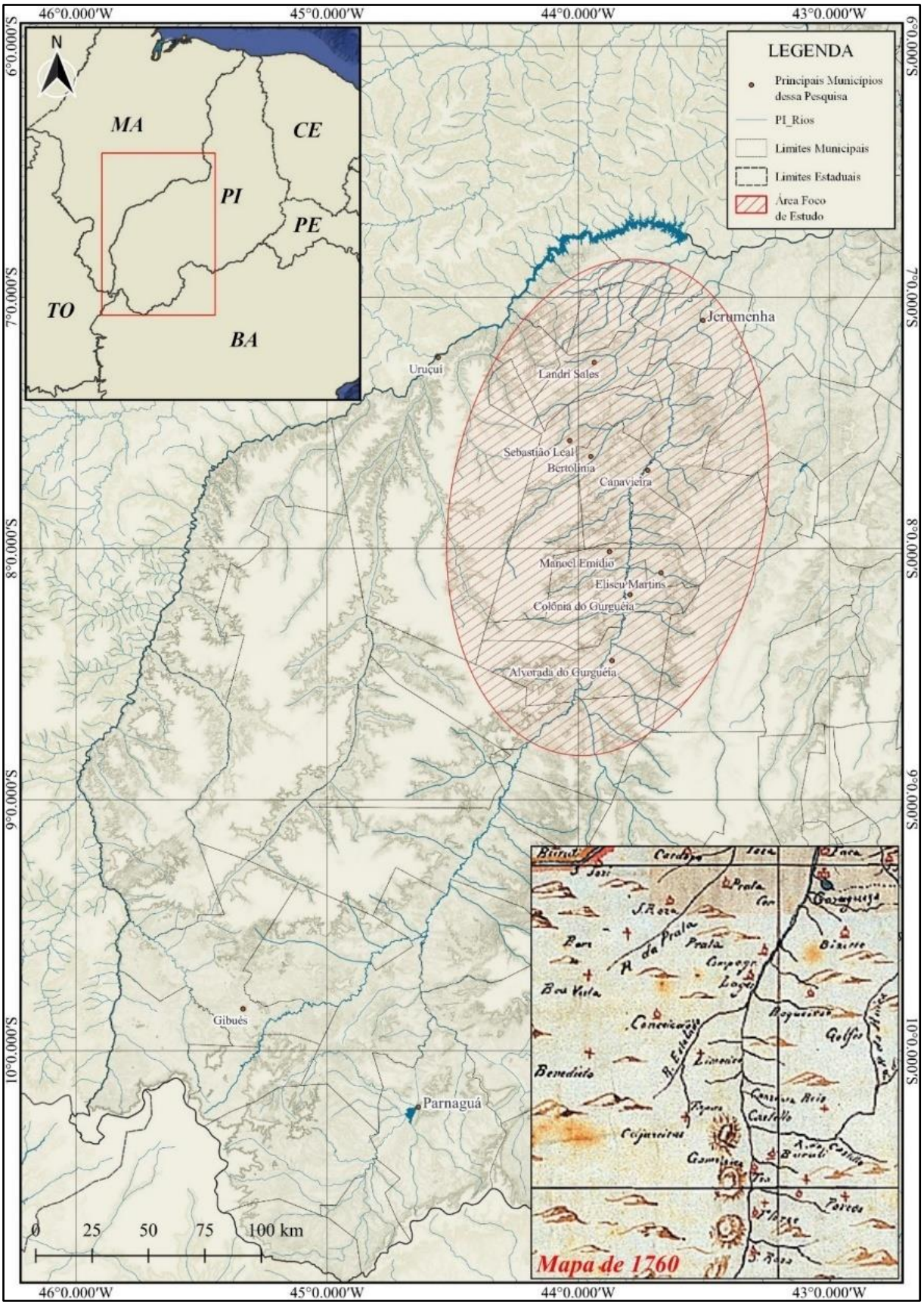
O presente projeto da continuidade a essa série de estudos sobre o mapa centralizando o seu recorte geográfico na região do vale do Gurguéia, com um foco nas povoações destruídas tentando localizá-las e contextualizá-las nesse processo de colonização e apagamento indígena.

A Figura 3, logo abaixo, nos traz uma elipse em vermelho que representa a área principal na qual o projeto atua. No canto esquerdo existe um recorte do mapa de 1760, nele as cruzes vermelhas representam as povoações destruídas.

Para chegar as povoações, propomos uma pesquisa em fontes primárias e secundárias sobre século XVIII e sobre o mapa de 1760. Além de uma revisão sistemática em mapas históricos posteriores a obra de Galúcio (1760), que estão em formato digital.

Portanto, podemos dizer que esse trabalho tem como objetivo principal estudar a relação entre as *Povoações Destruídas* presentes no *Mappa Geográfico da Capitania do Piauhy* de 1760 e as populações que residiram no vale do Gurguéia. Os objetivos específicos para se alcançar o objetivo geral foram principalmente o georreferenciamento do mapa de 1760, criação de mais de um SIG-Histórico e o mapeamento dos dados obtidos através dessas técnicas. Através dos mapas temáticos criados foi possível fazer inferências sobre quem atacou as *Povoações Destruídas* e entender por que atacou. Buscamos identificar quais etnias indígenas habitavam a região do Gurguéia, e quais fazendas e povoados coloniais se instalaram ali. Observando quais populações estavam presentes na historiografia e nas proximidades do rio Gurguéia e do riacho da Prata, portanto, próximos às *Povoações Destruídas*, identificamos os diversos atores e agentes envolvidos.

Figura 3: Área de estudo.



Entre outros objetivos específicos, também fez parte dessa pesquisa identificar qual a necessidade de inserir as povoações nessa representação cartográfica. O primeiro mapa da capitania não mostra registros indígenas claros, mas identifica essas povoações. Contrário à isso os mapas posteriores não citam povoações destruídas, mas indicam as populações indígenas. Assis (2012) em seus estudos sobre o mapa de 1760, utilizando a linha de estudo iconológico de Harley (2009), levanta a hipótese de que esse documento pode ter sido parte de um planejamento estatal ideológico de propaganda e afirmação da guerra aos povos indígenas para propiciar a implantação da capitania. A autora também levanta a hipótese de que a região do sudoeste, representada no mapa é ocupada por populações indígenas e por isso existem poucas e em alguns casos nenhuma habitação colonial na região. Trabalhando com essa mesma hipótese, estudamos a paisagem cartográfica identificando os principais elementos que permitiram essa afirmação político estatal, e através dela mostramos como é possível identificar a presença indígena na região.

O último objetivo específico que podemos citar foi o mapeamento. Sendo um trabalho de Arqueologia, mapear os locais de interesse arqueológico é de extrema importância para que em futuras pesquisas seja possível possa dar conta da cultura material. Além disso, também no futuro, os sítios que já foram cadastrados nessa região podem ser correlacionados com a estrutura indígena ou colonial que evidenciamos.

O objetivo geral dessa pesquisa e os específicos foram pensados ao nos debruçamos sobre a teoria de Arqueologia da Paisagem e as metodologias da Cartografia Histórica. As duas linhas que estamos utilizando, têm ferramentas suficientes para tratar tanto de questões mais subjetivas, como a interpretação crítica da paisagem, quanto de questões mais exatas como a análise cartográfica. E através dessas duas linhas, após muita reflexão e digestão de ideias que essa dissertação se materializou.

Dentre as leituras e discussões que levaram reflexão e digestão teórica, partimos da Arqueologia da Paisagem para a Cartografia Histórica, não substituindo, somando os dois campos. Vimos na Arqueologia da Paisagem do movimento pós-processual, uma teoria formada por críticas contundentes e necessárias a um trabalho arqueológico ético. E dentro da Cartografia Histórica e atualmente do que vem sendo chamado de SIG-Histórico no Brasil, métodos e técnicas muito úteis a forma de ser enxergar, discutir e analisar a paisagem e o espaço.

Por isso, para ler e entender um mapa histórico ou um relato imbuído de relação espacial que é a construção de experiências físicas sendo expressas em formato gráfico foi necessário utilizar os métodos e técnicas próprios da Cartografia e da Cartografia Histórica, que já

trabalham com essas fontes a muito tempo. Campos de estudo como a toponímia, a cartometria, a interpretação iconográfica e iconológica da cartografia, e espacialização das informações coletadas (SIG-Histórico) foram abordadas para se entender as relações socioespaciais.

Através dessas duas linhas teóricas e dos campos citados pensamos em uma análise da paisagem cartográfica que seguiria duas frentes. A primeira, através da história que se desenrolava na paisagem cartográfica cheia de conceitos e preconceitos, escolhas, idealizações e experiências. A partir de uma leitura histórica dos fatos se tornou possível entender questões iconográficas do mapa de 1760 e dos mapas posteriores, que estavam associadas as motivações/noções que predominavam na sociedade colonial e que influenciaram fortemente a produção cartográfica.

A segunda forma, a análise do mapa como artefato geográfico. Cada atributo iconográfico e textual presente nos mapas, documentos, livros, teses e artigos foi lido buscando um marco geográfico, não apenas como uma pintura ou como texto. Isso no possibilitou reinterpretar o modo de se geolocalizar e obviamente nos indicou a localização dos lugares estudados. Essa segunda forma de análise, quando focada em um texto com informações geográficas está muito mais atrelado a criar relações mentais entre diferentes topônimos, do que uma visualização geográfica. Já o mapa propriamente dito, a paisagem cartográfica, é uma reprodução gráfica de um processo cognitivo que consiste em correlacionar as feições geográficas conhecidas com os topônimos, ou correlacionar topônimos com outros topônimos.

A leitura dos documentos textuais e cartográficos históricos através de uma visão espacial crítica nos permite ir além de identificar locais de interesse arqueológico. De fato, muitos dados geográficos, demográficos, cronológicos, sociais e culturais estão presentes nesses documentos e podem ser explorados pela Arqueologia.

Antes de passar para o próximo capítulo é interessante para situar o leitor no formato dessa dissertação, resumir brevemente o que cada capítulo trata. Primeiro temos uma breve revisão do que entendemos como Arqueologia da Paisagem, posteriormente tratamos sobre como a Arqueologia da Paisagem e a Cartografia Histórica se encaixam formando a um estudo da que chamamos de Paisagem Cartográfica. Nesse mesmo capítulo tratamos sobre as metodologias própria da Cartografia Histórica que proporcionaram a construção do SIG-Histórico.

O segundo capítulo trata das fontes de dados, evidenciando quais documentos primários e secundários foram consultados para extrair os dados espaciais sobre as povoações e sobre as populações indígenas. Além disso nesse capítulo também indicamos quais os softwares utilizados, e como foram construídos os SIGs-Históricos.

O terceiro capítulo traz uma revisão histórica sobre a região do vale do Gurguéia e intermediações. Nesse capítulo mostramos que em menos de 60 anos quatro guerras justas foram declaradas e travadas, principalmente, contra Gueguês, Akroás e Timbira, no sudoeste do Piauí. Esse período de conflito culmina no modo como Galúcio (1760) retrata a região e tenta trazer um ar de domínio do governo sobre toda a capitania.

O quarto capítulo traz os resultados sobre as populações indígenas, evidenciando onde estavam localizados os Gueguê, Akroás e Timbira. Evidenciando os trechos da historiografia que os citam e relando qual a área de abrangência desses grupos.

O quinto capítulo trata diretamente das povoações destruídas. Da mesma forma que fizemos com as populações indígenas, recolhemos os dados espaciais de cada povoação citada em Galúcio (1760) e transformamos esses dados em mapas de localização.

O sexto e último capítulo reúne a os dados dos capítulos anteriores, revelando a presença de mais locais atacados pelas populações indígenas, e discutindo a iconologia das povoações destruídas juntamente com o que a historiografia chama de união dos povos Akroá, Timbira e Gueguê. Essa união se mostra de forma espacial ao analisar o mapa de 1760, é possível observar áreas limítrofes que não apresentam localidades coloniais. Esses falsos vazios, citados por Assis (2012), presentes no mapa se contrastam com as ocorrências indígenas encontradas, mostrando que as fazendas coloniais chamadas de povoações destruídas, e outras localidades presentes no vale do Gurguéia e o rio Paraim estavam sofrendo ataques por terem se instalado em áreas de domínio indígena.

Dessa forma através das representações cartográfica evidenciamos e comprovamos o episódio histórico que marcou a luta indígena e a expansão colonial no sudoeste e sul do Piauí durante o século XVII e XVIII. Sem mais delongas, passemos para o primeiro capítulo propriamente dito dessa dissertação, a teoria sobre Arqueologia da Paisagem, Paisagem Cartográfica, Cartografia Histórica e SIG-Histórico.

2. Arqueologia da Paisagem e Cartografia Histórica

Uma das formas de se estudar um mapa é através da sequência de escolhas iconográficas presentes na obra. O mapa como qualquer documento está carregado de conceitos e preconceitos das pessoas que o criaram e essas estão presentes nas iconografias. Para Orser (1992) os documentos cartográficos históricos, assim como os textos, podem representar um local idealizado e algumas vezes até inventado, por isso se deve tomar cuidado com o uso desses documentos.

> Os mapas nunca são imagens isentas de juízo de valor e, salvo no sentido euclidiano mais estrito, eles não são por eles mesmos nem verdadeiros nem falsos. Pela seletividade de seu conteúdo e por seus símbolos e estilos de representação, os mapas são um meio de imaginar, articular e estruturar o mundo dos homens. (HARLEY, 2009, p. 2)

Ao desenhar o espaço o cartógrafo conscientemente ou não, produz uma paisagem enviesada aos termos do sistema político que vai utilizar o produto. É necessário entender o mapa de 1760 como um artefato carregado de preconceitos, conceitos e idealizações próprios da sociedade que o criou, em nosso caso a sociedade colonial. E é através desses fatores enviesados, considerados por muitos como um problema, que podemos desmistificar a visão pragmática do forte colonizador e do fraco colonizado.

Para entender essas questões ideológicas impostas no mapa propomos nessa pesquisa o estudo da paisagem através de sua representação cartográfica, um lado ainda não tão explorado por aqueles que fazem a Arqueologia. Esse trabalho se envereda pela Cartografia Histórica para propor métodos de pesquisa para Arqueologia da Paisagem, mas não somos os primeiros a experienciar a Cartografia Histórica e sua aplicação para a Arqueologia.

A pesquisa que estamos desenvolvendo tem também um forte vínculo com as geociências, nessa interdisciplinaridade nos recordamos do que Morais (1999) chama de *fator geo.* O *fator geo* se refere à integração de geotecnologias e das metodologias das geociências dentro da Arqueologia. Esse *fator geo* se distribui e se consolida bem na Arqueologia através da Geoarqueologia e da Arqueologia da Paisagem (MORAIS, 1999).

Mesmo atuando na Arqueologia da paisagem, é necessário fazer um adendo sobre a interação da Geoarqueologia: afinal o uso de mapas históricos esteve presente inicialmente neste campo. Dentro da abordagem geoarqueológica, Rapp & Hill, (2006) fazem um breve comentário sobre a importância dos mapas antigos para a arqueologia.

> Os geoarqueólogos precisam estar atentos aos dados disponíveis em mapas "pré-históricos" do Velho Mundo. Os primeiros mapas nasceram da arte pré-histórica. Mapas ilustrados de Çatal Höyük, um importante sítio neolítico na Anatólia, e de Maikop, Rússia (ca. 3000 a.C.) são dois exemplos impressionantes. Tanto os babilônios quanto os egípcios faraônicos fizeram mapas. Um mapa diagramático do final do segundo milênio a.C. de Nippur mostra nove assentamentos com canais e uma estrada entre eles, mas nenhuma indicação de distâncias. (RAPP & HILL, 2006, p. 110).[2]

É possível observar, portanto, que já existe uma ligação entre Arqueologia e Cartografia Histórica. O que tentamos fazer nesse trabalho é ampliar essa ligação para o campo da Arqueologia da Paisagem. Como são fontes de informação espacial, social e histórica, a leitura crítica dos documentos históricos, sejam mapas ou documentos escritos, pode ser de grande auxílio para o entendimento de questões político-sociais e territoriais.

A Arqueologia da Paisagem é um campo relativamente novo, tendo sido desenvolvido no fim da segunda metade do século XX. Contudo, para a Arqueologia estabelecida como ciência, o estudo do espaço dos sítios arqueológicos sempre foi importante, seguindo outros vieses de pesquisa, ou seja, com outros objetivos, mas sempre fazendo parte do estudo arqueológico.

Dentro da língua portuguesa o termo *Paisagem*, tem origem no francês *paysage*, essa herança traz consigo o significado francês de *pays*, sendo país, região e território. Da mesma forma a origem latina dessa palavra também inicia com *pais*, do latim *pagus* significando marco territorial. (SANDEVILLE JÚNIOR, 2005). O termo em português ou francês cunhados por volta dos séculos XVI e XVII, e seus significados ficam bem mais claros ao nos recordarmos do que ocorria na época em que foram forjados, a criação das colônias e sua demarcação territorial por potências europeias.

O significado de *paisagem*, de acordo com Oxford Languages, denota um "conjunto de componentes naturais ou não de um espaço externo que pode ser apreendido pelo olhar". Esse significado converge para a ideia do geógrafo brasileiro Milton Santos (2006, p. 67) de *Paisagem* como "a porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão".

---

[2] Tradução nossa do trecho: "Geoarchaeologists need to be aware of the data available on "prehistoric" maps from the Old World. The earliest maps grew out of prehistoric art. Picture maps from Çatal Höyük, a major Neolithic site in Anatolia, and from Maikop, Russia (ca. 3000 B.C.) are two striking examples. Both the Babylonians and the Pharaonic Egyptians made maps. A diagrammatic map of the late second millennium B.C. from Nippur shows nine settlements with canals and a road between them but no indication of distances."

Além dessa temos uso mais coloquial de paisagem, também referido pelo Oxford Languages, que significa uma "pintura, desenho, gravura ou fotografia em que o tema principal é a representação de formas naturais de lugares campestres".

A visão de paisagem em língua inglesa não é tão diferente do que vemos ser abordado no Brasil. David & Thomas (2008) iniciam sua explanação sobre Arqueologia da Paisagem utilizando a origem do termo inglês *Landscape*. Esse termo foi cunhado no final do século XVI. Segundo os autores a designação do termo pode ser interpretada como uma unidade de ocupação humana e como um lugar representado ou pintado (DAVID & THOMAS, 2008).

O significado da paisagem para a arqueologia foi cunhado, como um local vivenciado e modificado pela cultura, mas no passado dentro da teoria arqueológica, entendeu-se o espaço primeiro como uma unidade de ocupação que molda o ser humano.

É interessante dar início a esse breve resumo sobre Arqueologia da Paisagem falando sobre as duas principais escolas do pensamento arqueológico, o Processualismo e o Pós-processualimo, que permitiram estudar o espaço/meio sendo base para posteriormente entender a paisagem sobre diferentes perspectivas.

O espaço onde se encontram os sítios arqueológicos foi explorado desde o início dessa ciência. Seja para escavação, para entender a cronologia, ou para deduzir diferente tipos de ocupação em um mesmo lugar. Mas a partir da década de 1960, se inicia um movimento que modifica a forma de estudar o espaço e meio, esse movimento é chamado de Processualismo.

As ideias processualistas chegaram em 1960 criticando o fato de o registro arqueológico não ser intacto e inalterado. Para entender esses processos de transformação, era necessário o auxílio de outras ciências (WATSON, 2008). As ciências "duras" (Física, Química, Biologia e Geologia) foram amplamente abordadas por essa corrente teórica, principalmente para entender os processos de degradação do registro arqueológico (LIMA, 2011). Outra ciência, bastante comentada nesse movimento, é a Antropologia. Para levantar mais dados sobre sítios pré-históricos e pré-coloniais, Binford, principal expoente do movimento processual, recorre ao registro e à análise etnográfica para Arqueologia.

Um exemplo é o trabalho com os Nunamiut, abordado por Binford em 1980. Utilizando o cruzamento dos dados etnográficos com dados biológicos, foi possível entender a lógica paleoeconômica dos grupos caçadores-coletores daquela região. E a partir desses dados, fazer inferências sobre quais tipos de sítios arqueológicos pré-históricos poderiam ser encontrados atualmente, e quais seriam os processos que esse material arqueológico sofreu com o passar dos anos. Nessa corrente teórica, a mudança cultural seria fruto da pressão ambiental. A cultura

material ou o artefato passam a ser entendidos como adaptação extrassomática ao meio (LIMA, 2011).

Durante o movimento processual, as ideias positivistas, funcionalistas e ambientalistas influenciaram fortemente as pesquisas sobre o espaço. Além dessas tendências, o movimento "Nova Geografia" influenciou a "Nova Arqueologia" (processualismo) (ASHMOR, 2004).

O movimento da "Nova Arqueologia" se iniciou nos Estados Unidos. As teorias e técnicas desenvolvidas nessa região estavam centradas nas formas adaptativas do ser humano ao meio (DAVID & THOMAS, 2008). A ecologia cultural, o paleoambiente, a distribuição espacial, os impactos ambientais entre outros, ganharam espaço na pesquisa arqueológica (ASHMORE, 2004; DAVID & THOMAS, 2008; SIMÕES, 2014).

No Reino Unido, no entanto, as abordagens processuais de estudo do espaço tiveram um teor mais econômico sobre o uso do ambiente e da Teoria dos Sistemas (DAVID & THOMAS, 2008). De acordo com Ashmore (2004), existia uma grande disponibilidade de fotografias áreas e de mapas relacionados à *Ordnance Survey*, que foram incorporados dentro das pesquisas.

Através desse tipo de ferramenta, o espaço podia ser medido, analisado e então interpretado, usando toda uma diversidade de tecnologias e de métodos estatísticos que se havia desenvolvido (ASHMORE, 2004; DAVID & THOMAS, 2008; SIMÕES, 2014). Contudo, o termo paisagem foi pouco utilizado até 1980, como mostram David & Thomas (2008): o foco estava em análises espaciais, em uma visão econômica e adaptativa do ser humano sobre o meio.

Os ideais processuais de criar leis gerais fomentaram, para as Terras Baixas sulamericanas, a ideia de um ambiente opressor, impróprio, que não permitiu o desenvolvimento das populações ameríndias. Essa ideia não foi diretamente produzida por esse movimento ou por esses arqueólogos: na verdade, o preconceito de populações indígenas degeneradas teve início ainda no período colonial. No entanto, foi através das metodologias e pesquisas processuais com cunho determinista ecológico que esse tipo de preconceito passou a se firmar como teoria (NOELLI & FERREIRA, 2007).

Karl Friedrich Philipp von Martius (1794- 1868) e Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) trataram desse tema no Brasil um século antes. Mesmo que de forma diferente, ambos se apoiaram na ideia do indígena degenerado que não tinha capacidade de se formar como nação. Para esses autores, as populações indígenas brasileiras, em algum momento na sua história antiga, se desenvolveram como "civilização", a partir de uma ideia eurocêntrica de civilidade. Contudo, essa "grande civilização" foi se degenerando por conta do ambiente

tropical. Para von Martius e, depois, Varnhagen, além do determinismo, os costumes da guerra, da antropofagia, da miscigenação e da homossexualidade também teriam seu peso na degeneração dos povos indígenas (NOELLI & FERREIRA, 2007).

Vemos que mesmo aqueles que faziam ciência no Brasil mostravam preconceitos que foram incorporados e que ganharam corpo teórico em suas pesquisas. Preconceitos travestidos de ciência foram passados adiante para legitimar certas posições governamentais da época, mesmo que não sejam citados de forma tão aberta, como é o caso da homofobia e xenofobia. Os ideais deterministas de um povo indígena não desenvolvido perduraram por séculos e ainda não podemos dizer que foi sanado dentro da academia e da sociedade brasileira.

Demonstrando a mesma continuidade, no século XX, estão os seis volumes do "Handbook of South American Indians", organizados e publicados entre 1946 e 1949 por Julian H. Steward. Mesmo assumindo que seu trabalho no *Handbook* era provisório e que algumas etnias foram classificadas de forma indevida, esse trabalho foi base para formulações posteriores, principalmente para o Brasil. A dicotomia entre várzea e terra firme reforçou o imaginário de que povos nômades das áreas marginais eram menos evoluídos por conta da pressão ambiental (NOELLI & FERREIRA, 2007). É importante fazer uma ressalva: o trabalho de Steward foi de grande valia para a obtenção de dados etnográficos sobre a cultura material. Mesmo com o problema que Noelli & Ferreira (2007) relata, foram projetos como o *Handbook* que promoveram o uso dos dados etnográficos e etno-históricos para a arqueologia brasileira.

Outro exemplo, mais específico, está na ideia do Piauí como um corredor de migração ou de passagem. Esse pensamento está fincado nesse mesmo imaginário de pressão do ambiente sobre o ser humano. O início de "O Índio em Solo Piauiense", de Chaves (1953), destina um trecho à classificação geográfica do clima piauiense, que culmina na ideia de que o sudoeste do Piauí é um corredor entre as bacias do São Francisco e do Amazonas.

> Pouco além da barra do Gurguéia debuxam-se as primeiras manifestações da exuberância da bacia amazônica, ao passo que para baixo estamos às vezes em contacto com o desolador quadro da tristíssima região sêca do nordeste. Esta configuração determinou, sem dúvida, a transformação dêste vasto território num corredor de migração para as tribus selvagens, que se deslocavam da bacia do S. Francisco e do litoral nordestino para a bacia do Amazonas e vice-versa. (CHAVES, 1953, p. 7)

Por conta de seu caráter físico de sertão, o Piauí e, principalmente, a região do vale do Gurguéia foram considerados uma região marginal ou um corredor de migração entre duas grandes bacias. Consequentemente, as populações indígenas, principalmente de origem Jê, que

fizeram frente a invasão colonial europeia, foram inseridas em categorias de pequenos grupos nômades que vagavam entre as grandes bacias hidrográficas.

O pensamento recorrente de que populações humanas não poderiam vingar nessas regiões áridas foi passado adiante. O conceito de áreas nucleares e marginais recebeu uma nova roupagem processual com os trabalhos de Betty Meggers. Em seus trabalhos é proposto que as "diferenças na fertilidade do solo, clima e outros elementos determinam a produtividade da agricultura, a qual, por sua vez, regula a concentração e o número da população, influencia o desenvolvimento sociopolítico e mesmo o nível tecnológico da cultura" (MEGGERS, 1954, *apud*. NOELLI & FERREIRA, 2007, p. 1251).

A pesquisadora teve grande foco na região amazônica, mostrando como o ambiente foi determinante na forma com a qual as populações indígenas se desenvolveram. Mesmo não falando diretamente do sertão do Nordeste brasileiro como área marginal, o seu trabalho perpetuou e influenciou o modo de interpretar as populações indígenas e sua cultura material por pesquisadores posteriores a ela.

Na década de 1970 e, mais adiante, durante a década de 1980, se inicia no Reino Unido uma crítica pós-positivista ao processualismo que entra em conflito com a ideia de pressão ambiental. Essa crítica estava centrada na hipótese de que humano não estava apenas lidando com o ambiente, mas interagindo tanto com o ambiente físico quanto com o cultural (DAVID & THOMAS, 2008).

Em uma crítica ao modelo de estudo processual, Boado (1993) relata que o espaço estava fadado a ser entendido através da ideia burguesa de maximização do lucro. Portanto, não era possível então entender o espaço cultural e social através dessa linha funcionalista e positivista. Por tanto, o espaço sob a lente processualista foi compreendido a partir da adaptação e subsistência, sendo visto de forma objetiva (FAUNDES, 2009).

A arqueologia pós-processual criticou também o trabalho realizado pelas escolas anteriores, por utilizarem a etnografia apenas para responder questões arqueológicas, sem se importar com as questões dos próprios grupos estudados. A pesquisa etnográfica não poderia ser considerada como boa etnoarqueologia se fosse feita sem levar em conta interesses da própria comunidade estudada (LYON & CASEY, 2016).

É, portanto, a partir da década de 1980 que a *Paisagem* começa a ser ampla e nominalmente introduzida dentro da Arqueologia. Mesmo que o termo tenha sido utilizado anteriormente, a ideia que pairava nos estudos arqueológicos era de um espaço "neutro e passivo" que fora utilizado por grupos humanos e da mesma forma que um artefato podia ser mensurado e analisado (ASHMORE, 2004).

Influenciada pelo estruturalismo, pelo neomarxismo, por discussões sobre gênero e por uma Arqueologia mais engajada, o pós-processualismo estava interessado principalmente no significado, no simbolismo (SIMÕES, 2014). Buscando equilibrar a vontade humana e a pressão ambiental, essa corrente teórica tentou mostrar que a história humana não é determinada só por sua própria vontade nem apenas pelas estruturas sociais e ambientais que formam o meio de vivência, mas por todas elas (SHANKS, 2008).

A ideia do indivíduo e da cultura material terem poder de provocar mudanças na sua sociedade confrontou a teoria positivista de que as mudanças só aparecem através da pressão ambiental. A virada que construiu o que se entende como Arqueologia da Paisagem está não no termo em si, mas no foco de estudo. Ao invés de tratar de pressão ambiental e de questões relativas à adaptação e à exploração do espaço, os estudos de Arqueologia da Paisagem vão propor o entendimento social do espaço, qual ou quais significados estavam imbuídos naquela paisagem (DAVID & THOMAS, 2008).

Dessa forma, a Arqueologia pós-processualista deu origem a diversas abordagens, sendo reconhecida por apresentar diversos modelos nos estudos arqueológicos (LIMA, 2011). Um dos expoentes desse movimento, Ian Hodder traz um modelo bem característicos aos estudos pós-processuais: a analogia de que a cultura material e a paisagem poderiam ser lidas e interpretadas como um texto (SHANKS, 2008; STRAUSS, 2021).

Nesse momento, a metáfora do palimpsesto arqueológico começa a ser difundida. Contudo, Strauss (2021) nos alerta que o conceito de palimpsesto pode ter tido início ainda no processualismo. Quando Binford tratava da realocação de acampamentos residências e logísticos de grupos caçadores-coletores, já evidenciava a sobreposição de diferentes sítios e isso viria a ser entendido como palimpsesto. Mas o que viria a ser o palimpsesto?

Originalmente, palimpsesto são pergaminhos já utilizados que, para serem reutilizados, eram apagados através de raspagem. Assim era possível escrever outro texto. Durante a Idade Média, os palimpsestos foram bastante utilizados e, em muitos deles, era possível ver resquícios dos textos anteriores, ao ponto de conseguir ler parte do antigo texto (PESAVENTO, 2004).

Essa nova forma de entender o espaço como uma paisagem e essa como texto estava ancorada em aspectos sociais, e mostrou que um determinado espaço pode ter diversos significados que podem se sobrepor e se ressignificar, a depender dos grupos sociais que conhecem a região. Esses significados estão imbuídos na arquitetura, na arte, no discurso, nas memórias entre outros (ASMORE, 2004). Dessa forma um mapa também está imbuído de um significado advindo das experiencias sociais, culturais, temporais e espaciais daquela cultura.

Os trabalhos relativos ao espaço desenvolvidos no âmbito processual com o foco na exploração do meio e na pressão ambiental, e através das visões uma diversidade de abordagens multidisciplinares fomentaram novas metodologias, com técnicas e ferramentas mais sofisticadas. É dentro do movimento processual que o *fator geo* entra na arqueologia e o meio se estabelece como fonte de dados, é a partir dessa relação que se criam leis gerais que regem o registro arqueológico.

Mas é dentro do movimento pós-processual que o *fator geo* avança ainda mais ao receber diversas críticas teóricas que vão direcionar a Arqueologia Paisagem, que abrange o espaço tanto em sua forma objetiva como subjetiva. Dessa forma entendemos que a Arqueologia da Paisagem, hoje, trata de dimensões ontológicas, cosmológicas e também de suas características físicas. Entre as diversas discussões e abordagens sobre Arqueologia da Paisagem essa linha de investigação compreende trabalhos de todos os componentes físicos do ambiente ou lugar onde ocorreu interação humana (DAVID & THOMAS, 2008).

Hoje existem, diversas linhas de atuação que surgiram a partir do estudo da paisagem, desde a abordagem ecológica funcional até as dimensões de significado. Essas diferentes frentes não são excludentes, elas se somam e fomentam uma maior produção de teorias e metodologias arqueológicas para estudar o espaço e cultura material ligada a ele.

De acordo com Zedeño e Bowser (2009), a paisagem contém tanto lugares modificados quanto naturais. Os lugares modificados são aqueles ambientes modificados por ação humana. Os lugares naturais são ambientes que, embora não sejam modificados, têm um peso dentro do comportamento humano, como corpos d'água, relevo, flora e fauna que informam prática sociais e culturais. É a partir da lente da Arqueologia da Paisagem que essa diferenciação pode ser notada e estudada, visto que os locais naturais não mostram alterações humanas que possibilitassem seu estudo através da lente processual.

Essa diferenciação é importante dentro da perspectiva que trabalhamos, pois, é a partir de um Sistema de Informação Geográfica (SIG), que o objetivo e subjetivo, o natural e o modificado se tornam cada vez mais visuais, e, por tanto, possíveis de serem identificados e interpretados.

2.1 A Paisagem Cartográfica

Dentre as perspectivas para se trabalhar a Arqueologia da Paisagem, escolhemos usar uma abordagem proposta por Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno. Essa perspectiva estuda as modificações da paisagem através de mapas e outros documentos históricos em retrospectiva,

seriando as informações obtidas e espacializando-as através de um SIG. Esse tipo de estudo nos permite trazer a luz paisagens pretéritas e territórios invisibilizados por questões demarcatórias e imperialistas (BUENO, 2017;2021; BUENO, BARRETO, DIAS, 2021).

Essa perspectiva tem raízes na década de 1960, nos trabalhos de Nestor Goulart Reis Filho, se utilizando de Arqueologia e Cartografia Histórica:

> "em busca de vestígios materiais, racionalidades, lógicas e modos de operar de outros tempos, processos históricos de formação social e transformação do espaço, tendo a cultura material como foco de análise, num trabalho de formiga que quase sempre reconstitui e articula passado e presente." (BUENO, BARRETO, DIAS, 2021, p. 3)

O trabalho de Nestor Goulart se aproximou do que Milton Santos afirma ser uma "geografia retrospectiva" (SANTOS, 2006, p.69). Santos (2006) aponta que esse tipo de pesquisa foi idealizada por Mach Bloch e demonstrada por Fernand Braudel em *"La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*"[3]. Além deles, Sergio Buarque de Holanda e Ulpiano Bezerra Menezes também apresentam métodos de pesquisa histórica que convergem para o estudo da cultura material (BUENO, BARRETO, DIAS, 2021).

Fica evidente que o movimento Escola dos Annales foi importantíssimo para o desenvolvimento da presente abordagem. Desde Marc Bloch, o uso de mapas passou a ser uma fonte de pesquisa nos estudos de tempos mais recuados (BURKE, 1992 *apud*. ASSIS, 2012). Como Assis (2012) evidencia, a sobreposição e a inserção de dados de mapas antigos em modelos mais atuais já era orientada por Marc Bloch.

Esses autores se aproximam do que a Arqueologia entende como cultura material através de uma revisão geográfica em fontes históricas visuais e textuais. A perspectiva de paisagem que usamos se forma através da convergência de Milton Santos (2006) com a ideia empregada por Ian Hodder no movimento pós-processual.

A *paisagem*, para esse autor, é um palimpsesto, onde ocorrem processos de acúmulo, substituição e sobreposição da matéria entre diferentes gerações (SANTOS, 2006). Dentro dessa ideia, vemos o conjunto de fontes arqueológicas e históricas, visuais e textuais, como um palimpsesto.

A abordagem trazida por Beatriz Bueno e seu grupo de pesquisa também converge com a ideia de Zedeño e Bowser (2009) sobre lugares modificados e lugares naturais. A perspectiva

3 Tradução para o português: "*O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na época de Filipe II*"

adotada por Bueno (2017) utiliza a concepção de Milton Santos sobre configuração territorial ou paisagem como "um conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área" (SANTOS, 2006, p. 67).

Na paisagem, é possível experienciar esses elementos naturais e artificiais. Deles, é possível identificar "fragmentos materiais de sucessivos passados" (SANTOS, 2006, p-69). A partir dos processos de acumulação, substituição e sobreposição desses fragmentos, Santos (2006) traz o conceito de *Rugosidade*, que corresponde à coexistência desses aspectos passados e presentes em um determinado espaço (SABINO & SIMÕES, 2013; BUENO, 2016b; BUENO, BARRETO, DIAS, 2021). A cultura material consiste em fragmentos do passado que ainda perduram no presente?

Para nós, a resposta é afirmativa. A perspectiva de Paisagem proposta Santos (2006) conversa muito bem com o desenvolvimento da Arqueologia da Paisagem nas últimas duas décadas no Brasil, mesmo que com algumas diferenças inerentes a visão geográfica. Como em um pergaminho reutilizado, no qual se pode observar resquícios das informações anteriores escritas, o espaço acumula parte da cultura material de sociedades passadas e assim aparecem as paisagens.

Dentro dessa perspectiva, através do levantamento de mapas históricos e de outras fontes primárias torna-se possível desvelar as paisagens e entender as superposições que deram origem as rugosidades (BUENO, BARRETO, DIAS, 2021).

Mas, ainda de acordo com Santos (2006), a paisagem nos permite apenas supor um passado. Para realmente interpretar o processo social, se torna necessário estudar a história dos fragmentos presentes, e a história escrita por aquela sociedade. Sabino & Simões (2013), ressaltam que as rugosidades só fazem sentido quando analisadas dentro de seu próprio contexto histórico, social e espacial.

Para estudar essas rugosidades dentro de seu próprio sistema, podemos nos utilizar de estudos geomorfológicos e dos SIG (SABINO & SIMÕES, 2013). O uso do SIG (Sistema de Informação Geográfica) nos permite georreferenciar informações históricas e organizar camadas temporais do espaço. Como menciona Bueno (2016b), a partir do uso do SIG, se torna possível desvendar no palimpsesto os fragmentos do passado, acumulados na paisagem contemporânea.

Dentro do geoprocessamento de dados uma das ferramentas utilizadas são os SIG, que de acordo com os manuais do Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais, são sistemas que processam dados gráficos e não gráficos com o intuito de fazer modelos geológicos ou geográficos (INPE, 2006). Informações geográficas como latitude, longitude e altitude,

fornecidas pelo SIG ou inseridas pelo operador nos possibilitam encontrar qualquer ponto no globo terrestre. Essas informações vão se tornando cada vez mais fáceis de serem trabalhadas e acessíveis de vários dispositivos como GPS, *Software* SIG, Sensoriamento Remoto, câmeras aéreas, estações totais, e também podemos incluir os smartfones (ORMOND, 2000).

Dentro de um *software* SIG podemos trabalhar com dois formatos de dados, o vetor e o raster. A estrutura vetorial é formada por vetores do tipo ponto, linha e polígono, e cada vetor desses tem coordenada XY para estar ali representado. Cada vetor pode receber um atributo diferente, ou estar relacionado a um banco de dados (FITZ, 2008). No caso do raster, trabalhamos com imagens representadas no SIG por uma matriz de células em linha e coluna, chamadas de pixels. Cada pixel tem um atributo específico que normalmente designa uma determinada cor (FITZ, 2008). O conjunto dessas células coloridas forma as imagens, que são normalmente fotografias aéreas, imagens de satélite ou Modelos Digitais de Elevação (MDE).

É através do SIG e dos mapas históricos como ferramentas visuais, que estamos propondo uma Arqueologia da Paisagem a partir da Cartografia Histórica ou, se podemos denominar assim, uma Arqueologia da Paisagem Cartográfica. Significa olhar as representações da paisagem traçadas pelos antigos cartógrafos e engenheiros e, através delas, identificar e entender aspectos sociais vigentes para os grupos ali representados ou invisibilizados. Focando ainda nas geotecnologias disponíveis, através do SIG podemos fazer interpretações espaciais e retirar dos mapas históricos e de fontes textuais os dados necessários para localizar espaços que ainda estão presentes nos mapas atuais e, possivelmente, identificá-los como sítios arqueológicos.

Tratando especificamente da região estudada, o vale do Gurguéia, há necessidade de focar a pesquisa nos rios e riachos que estão ali presentes, lugares naturais que foram e ainda são foco de disputas territoriais. Já os lugares modificados, que em tese são as povoações destruídas e outras localidades coloniais e indígenas, estão, em sua grande maioria, próximos aos principais cursos d'água.

O processo de ocupação colonial do Piauí está representado nos mapas e nos documentos históricos. Essas fontes primárias focam no uso delimitado dos rios e riachos, sendo esses cursos d'água as vias de colonização desse território. Portanto, é através deles que propomos desvelar a história dessa região e identificar as "povoações destruídas".

Para além disso, os documentos primários, principalmente os mapas, estão imbuídos de uma ideologia colonial. São representações e interpretações do espaço delimitadas nesses artefatos. A influência pós-processual nos mostra a importância da Arqueologia da Paisagem para recuperar o significado de lugares para as populações tradicionais que sofreram o processo

de colonização. Dentro desse processo, é importante citar a utilidade da Cartografia Histórica para remontar a história de uma determinada paisagem através dos dados de fontes históricas visuais e escritas.

Com as análises de mapas históricos e da criação de um SIG, se torna possível entender as mudanças espaciais e culturais que ocorrem no espaço. Montando uma sequência de mapas históricos até as representações cartográficas atuais, produzimos resultados comparáveis com a sobreposição de horizontes arqueológicos. A partir da leitura contextual de cada mapa ou horizonte, se torna possível observar e compreender os processos históricos, culturais e espaciais como um todo.

2.2 Cartografia Histórica

Como citamos anteriormente, nossa perspectiva busca revelar a paisagens pretéritas através das representações cartográficas. Isso se torna possível a partir dos métodos próprios da Cartografia Histórica, como a toponímia, a iconografia, a iconologia e a cartometria. Fazemos o uso dos artefatos localizacionais (os mapas e textos) para nos debruçar nas paisagens e capítulos da história regional, localizando e identificando locais de interesse arqueológico.

O campo da Cartografia Histórica trata tanto da história da cartografia quanto do estudo dos artefatos cartográficos mais antigos. Essa definição é dada pelo Museu de História Natural e Jardim Botânico da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde funciona um dos principais centros de pesquisa cartográfica histórica do Brasil, o Centro de Referência de Cartografia Histórica (CRCH).

Complementando essa definição, esse campo de pesquisa auxilia também no entendimento do espaço no decorrer da história. Andrade (2012) menciona que a Cartografia Histórica se torna imprescindível para analisar contextos espaciais em tempos recuados.

A cartografia histórica ou história da cartografia tem início ainda no século XIX, quando se institucionaliza a Geografia como ciência e ao mesmo tempo se vê uma emergência de antiquários de mapas. Esses dois fatores promoveram a pesquisa e institucionalização de uma história da cartografia. No século XX, a partir da década de 1930, essa disciplina se firma como um campo de estudo próprio, a partir da criação de histórias gerais da cartografia, a produção da Imago Mundi[4], e o entendimento da Cartografia como disciplina independente. Mais à frente

[4] Imago Mundi ou International Journal for the History of Cartography, é a primeira revista internacional sobre Cartografia Histórica.

nas décadas de 1970 e 1980, novas bases críticas sobre teoria metodologia da Cartografia histórica são discutidas. A leitura dos mapas históricos, nesse momento parte de dois vieses comuns para profissionais da cartografia, a primeira cartométricamente, por suas medidas espaciais, e a segunda comunicativamente, pelas ideias que estão sendo transpassadas pelo documento. Um dos importantes nomes desse movimento que desenvolveu a Cartografia Histórica foi John Brian Harley, que trouxe discussões teóricas e metodológica que alargaram a forma de se entender um documento cartográfico (HARLEY, 1987 apud GOMES, 2004).

2.2.1 Cartometria

De acordo com Cintra (2012), a necessidade de estudar os mapas históricos com o auxílio da Cartografia Digital foi apresentada também por Harley em 1968. Tornar possível a sobreposição de mapas antigos e atuais permitiu uma avaliação das distorções dessas obras.

O campo da Cartografia Histórica que desenvolve pesquisas específicas sobre distorções e erros cartográficos é a cartogrametria ou cartometria. A Cartometria "é o campo da Cartografia que trata das medições e cálculo de valores numéricos relativos aos mapas e cartas" (GASPAR, 2009, p. 9).

Como mostra Castro (2013), para estudar um documento cartográfico de forma espacial e cultural é necessário entender tanto as representações iconográficas quanto as técnicas utilizadas na confecção do mapa. Para entender as técnicas de confecção como escala, longitude e meridiano de origem de um mapa, utilizamos softwares e fórmulas matemáticas desenvolvidas por profissionais da cartometria.

Davidson (1986) já mostrava, no âmbito da Arqueologia Histórica, a utilidade da cartometria para a Arqueologia. Segundo o autor, os mapas contêm muitos dados culturais. Mostram, no entanto, distorções planimétricas que os tornam difíceis de usar. Para adquirir os dados necessários, o autor indica a utilização de algo parecido com o que é feito em imagens de satélite: uma correção da distorção através do georreferenciamento. Após avaliar a precisão dos dados cartográficos, se faz o georreferenciamento do mapa histórico em plataformas digitais, tornando possível plotar as localizações do mapa histórico em mapas atuais (DAVIDSON, 1986).

Uma das principais técnicas utilizadas na cartometria, portanto, é o georreferenciamento (GASPAR, 2009; CASTRO, 2013). Dentro de um *software* SIG, a ferramenta de georreferenciamento permite "a associação das coordenadas de tela de uma imagem às correspondentes coordenadas vinculadas à superfície terrestre" (CORREA 2008, p. 78). Dentre

os pesquisadores que já exploraram esse método para estudar mapas históricos, estão Podobnikar & Sinkovec (2004); Corrêa (2008); Kiraly (2008); Podobnikar & Lamovec (2009); Brovelli & Minghini (2012); Cintra (2012); Costa & Cintra (2013); Castro (2013); Ferreira & Ferreira (2013); Santos, Cintra & Renger (2013); Villa (2015); Dutenkefer (2016); Assis & Cintra (2016); Fonseca *et al.* (2016); Figueiredo, *et al.* (2017); van Havre (2019); Ferreira (2019); Carrara & Machado (2019); Timar, *et al.* (2019); e o Grupo História, Mapas e Computadores da Universidade Federal de São Paulo (Grupo Hímaco). Cada uma dessas pesquisas desenvolveu, dentro da cartometria e da Cartografia Digital, métodos de georreferenciamento para mapas antigos.

De acordo com Dutenkefer (2016), esses métodos podem ser divididos em absolutos e relativos. Quando o método de georreferenciamento aplica as coordenadas já apresentadas pelo documento, como uma rede de longitudes e latitudes, o método é absoluto. Quando, ao contrário, utilizamos as coordenadas de confluências de corpos d'água, feições geológicas, vilas, cidades, fazendas ou qualquer local que esteja presente tanto no mapa antigo quanto nos atuais, o método é relativo (DUTENKEFER, 2016).

Além das formas digitais e automáticas proporcionadas pelos SIG, também temos um método manual, uma fórmula matemática, que permite determinar o meridiano de origem, trazido por Cintra (2012). O estudo cartométrico trazido por esse autor vai além do georreferenciamento, uma de suas propostas para calcular a escala do mapa. Em um mapa analógico é possível calcular a escala através da medição do intervalo entre os meridianos. Segundo Cintra (2012), não é possível determinar a escala em um mapa digitalizado, mas ao georreferenciar o documento se torna possível inserir uma escala gráfica. Outra técnica proposta é o tipo de projeção cartográfica utilizada pelo autor, essa informação se torna necessária por exemplo para analisar a precisão do documento. Para determinar a projeção utilizamos um quadro de questões, presente em sua publicação, que permitem ao pesquisador chegar até a projeção do mapa estudado.

Ainda sobre questões relativas à tecnologia dos mapas históricos, principalmente no Brasil, podemos citar Bueno (2012) e Costa (2007). As duas obras fazem um levantamento sobre os métodos e técnicas da cartografia utilizada no período colonial brasileiro. Os dois livros apresentam um levantamento de metodologias de desenho, a disposição de técnicas de levantamento topográfico, a formação dos engenheiros responsáveis, entre outras informações. São duas obras que revelam o caráter de estudo das técnicas e dos instrumentos utilizados na cartografia antiga.

2.2.2 Toponímia

Para além da cartometria e de um estudo tecnológico, temos trabalhos interessantes no âmbito da toponímia. Este é um campo científico dentro da Onomástica, que tem como objetivo estudar a procedência e o significado dos nomes próprios de lugares (ISQUERDO, 1997; SANTOS, 2016; LEITE, 2021). Dentro dessa área de pesquisa, existem trabalhos que se concentram na história dos topônimos. Para entender a etimologia das palavras, são necessários estudos históricos locais e arqueológicos (ROSTAING, 1961 *apud* ISQUERDO, 1997).

Nessa visão, os topônimos são "fósseis lingüísticos, embora o signo toponímico esteja inserido no sistema lingüístico, a sua função não é de significar, mas de identificar os lugares. Serve de referencializador a realidade espacial do homem." (ISQUERDO, 1996 *apud* SANTOS 2016).

Dentro da Geografia Cultural, a toponímia é utilizada para compreender os locais como espaços territoriais: o espaço está ligado a um grupo e, por conta disso, recebe um nome de acordo com as ações tomadas ali (ALVES *et al.*, 2010).

Com o processo de reconhecimento territorial, o espaço passa pelo processo de identificação do grupo que o está ocupando ou utilizando. Quando um espaço natural recebe um nome próprio, se cria uma identidade de pertencimento que, aos poucos, vai sendo incorporada ao grupo (ALVES *et al.*, 2010).

Para além da ideia de identidade do lugar, a análise toponímica propicia o conhecimento de aspectos históricos, políticos, econômicos e sociais da região estudada (ISQUERDO, 1997).

Dentro do campo da toponímia, é possível agrupar os nomes próprios em dois grandes grupos, os de natureza física, quando se trata de fenômenos do meio ambiente, e os de natureza antropocultural, quando trata fenômenos humanos (DICK, 1992 *apud* LEITE, 2021). Dentro desses dois grupos, existem diversos outros subgrupos que especificam o aspecto do topônimo (LEITE, 2021; SANTOS, 2016; TEIXEIRA, 2021).

Um dos exemplos de estudos nesse âmbito é o trabalho de Santos (2016) que, a partir de uma perspectiva geo-histórica, realizou um levantamento de topônimos na região central de São Luís-MA. A partir do levantamento de topônimos, foi realizado a análise de agrupamento usando as categorias de Dick (1992). Foi visto que 85% dos topônimos eram de origem antropocultural e 15% de origem natural. O autor revela que os logradouros passaram por uma mudança drástica principalmente entre os séculos XIX e XX. Os topônimos naturais foram gradativamente substituídos por antropoculturais através de ações do poder público. Esse

processo intencional ressaltou a ideia de “Atenas Brasileira”, exaltando um contexto histórico específico de São Luís (SANTOS, 2016).

Outra pesquisa de topônima que seguiu essa mesma ideia de identificação do grupo no espaço foi realizada por Alves *et al.* (2010). Nesse trabalho foi realizado um levantamento de 956 topônimos na região do Amazonas, nas proximidades dos rios Negro e Solimões. Usando SIG, foram extraídos os topônimos de cada localidade, e agrupadas em Fauna, Flora, Religião, Cultura Indígena, Personalidade Local e Aspectos Físicos da Região. Os resultados desse estudo revelaram que as diferenças entre os topônimos mostram os estágios de povoamento da região, além de processos de justaposição de significados sociais. Também foram vistos processos de imposição política, alterando os topônimos. Contudo, nesses casos, os antigos nomes ainda continuaram a ser utilizados pelas populações locais (ALVES *et al.*, 2010).

Medeiros & Mutzenberg (2013) também fazem um trabalho de levantamento toponímico centrado em topônimos de origem indígena. Foi realizado um levantamento de etnônimos (topônimo étnico) indígenas na região de Pernambuco no século XVIII, usando um mapa e outros documentos históricos. Após esse levantamento, os topônimos foram mapeados em plataforma SIG, permitindo a criação de mapas temáticos sobre a distribuição desses etnônimos. Através desses mapas, os autores tentaram indicar territórios étnicos indígenas e a respectiva movimentação dessas populações no espaço (MEDEIROS & MUTZENBERG, 2013).

Dentro da Arqueologia, também é realizada a pesquisa toponímica. No caso dos estudos de mapas, a toponímia é essencial, como mostra o trabalho de Campelo & Emperaire (1985). Os estudos de toponímia foram usados nessa pesquisa para preparar as prospecções arqueológicas e fazer pré-análises sobre o tipo de cultura material que poderia ser encontrada. Partindo de influências europeias, africanas ou indígenas, as localidades receberam seus topônimos e com seu estudo se torna possível entender parte do contexto em que estão inseridos aqueles sítios arqueológicos (CAMPELO & EMPERAIRE, 1985).

Outro exemplo de toponímia aplicada a Arqueologia é o trabalho de Oliveira & Amaral (2014), que utilizou fontes escritas e iconográficas como cartas, relatórios e outros documentos históricos do século XVIII e XIX para reconhecer as estradas da Serra de Paraty. Os autores fazem o reconhecimento de modificações das estradas através dos documentos históricos e correlacionam essas informações com o registro arqueológico encontrado (calçamento de pedra) nos levantamentos sistemáticos de superfície e subsuperfície ao longo da RJ-165. A equipe analisou os mapas históricos, observando características espaciais naturais e antrópicas, entre duas estradas antigas que ligavam Paraty ao Vale do Paraíba do Sul, a Estrada Velha ou

Caminho Velho e a Estrada Nova Serra de Paraty. A partir dessa análise espacial e iconológica, concluíram que a estrada de pedra encontrada em prospecção era a Estrada Nova construída no século XIX (OLIVEIRA & AMARAL, 2014).

No LATEC-UFPI, também foram realizadas pesquisas toponímicas. O trabalho de Ferreira *et al.* (2021) levantou hidrônimos (topônimos de corpos d'água) de diversos cursos d'água presentes no mapa de Galúcio de 1760, fazendo uma relação com os hidrônimos atuais. Usando as atuais confluências desses corpos d'água, foi possível georreferenciar o mapa de 1761 a partir do método relativo (FERREIRA, 2019; FERREIRA *et al.*, 2021).

Outra pesquisa de toponímia do LATEC-UFPI é o de Teixeira (2021), no qual foi realizado um levantamento dos topônimos presentes no mapa de Galúcio de 1760. Foram levantados 517 topônimos legíveis, que foram classificados de acordo com suas características naturais e antropoculturais e com sua origem étnica (TEIXEIRA, 2021).

2.2.3 Iconografia e Iconologia

A última forma de se analisar um mapa, que iremos citar aqui, parte da análise iconológica proposta por Harley (2009). Para Harley, a partir um estudo de mapas, é possível observar o quanto a cartografia se insere em um discurso que favorece o poder e as suas elites. Esta inserção vai desde a construção de uma imagem de território, ou seja, das escolhas dos símbolos e topônimos que formam o mapa, até o processo de uso do documento como meio afirmação do poder político do Império ou Estado sobre aquele determinado espaço (HARLEY, 2009).

O estudo iconológico foi estruturado por Erwin Panofsky, para estudar a História da Arte, distinguindo-a da Iconografia. A mudança do sufixo "grafia" por "logia", já explica a principal distinção, de acordo com o autor, enquanto Iconografia trata do descritivo a Iconologia trataria do interpretativo. Para se realizar a um estudo iconológico é preciso, previamente, fazer um estudo iconográfico (PANOFSKY, 2007). De certa forma não está tão longe do estudo dos mapas, pois também estão imbuídos de um significado artístico, talvez por sua forma de assimilar e transpor imagens e grafias com uma única linguagem.

Harley propõe que essa base metodológica proposta por Panofsky seja aplicada nos mapas, podendo ler o documento de três formas:

> a universalidade dos contextos políticos na história da cartografia; a maneira pela qual o exercício do poder estrutura o conteúdo dos mapas, e a maneira

> pela qual a comunicação cartográfica, num nível simbólico, pode reforçar este poder por intermédio do conhecimento cartográfico. (HARLEY, 2009, p. 4)

Resumindo, é possível entender o contexto político no qual um mapa está inserido, pela maneira com a qual foi construído ou estruturado, e pela forma com a qual esse documento reforça o sistema de poder no qual foi confeccionado.

Os mapas estão intimamente ligados a contextos de guerra e disputa territorial, eles eram uma tecnologia militar, utilizada para controlar e manipular o espaço.

> No século XVIII, os mapas apresentavam várias inadequações, havia problemas com o cálculo da longitude, com a precisão de escala, com a autoria, etc. Em alguns casos, a manipulação dos mapas era associada à discussão de acordos, sobretudo com interesse geopolítico, o que levava a construções cartográficas diferentes. (Castro, 2013, p. 582).

Uma obra que demonstra parte dessa forma de analisar os mapas está exposta no livro "Uma História do Mundo em Doze Mapas" de Jerry Brotton. Nessa obra vemos uma revisão histórico mundial da cartografia, desde Ptolomeu até o Google Earth. Consequentemente, temos uma revisão das ideias políticas, religiosas e econômicas que estavam imbuídas na simbologia e na construção dos mapas. Como está exposto em uma crítica do livro produzida pelo jornal britânico *The Guardian*, Brotton traça os padrões de pensamento humano através de uma análise dos mapas (BROTTON, 2014).

Outro fenômeno interessante, levantado por Harley (2009), é que além da iconografia também é possível aplicar esse estudo iconológico a toponímia. No caso do Brasil, por exemplo, ocorre a substituição de topônimos indígenas por topônimos portugueses. Esse processo é vinculado à visão generalizante que os europeus tinham sobre os indígenas. Quadros (2008), Costa & Ratts (2014) e Souto (2017) mostram a generalização de diversas populações originais com os termos "índio", "gentios", "bárbaros", "selvagens", "silvícolas", "nativos", "tupi" e "tapuia", não raras vezes juntos com um possessivo "nossos", o que desapropria essas populações de sua autodenominação.

No século XVIII, as representações indígenas na cartografia praticamente desapareceram. Souto (2017) sugere que, a partir desse momento, houve intenção de localizar essas populações para desapropriá-las. Um dos métodos utilizados nessa época era o "vazio demográfico", conceito que se refere à invisibilização dessas populações indígenas, também com o intuito de ocupar essas regiões (COSTA & RATTS, 2014).

Esses processos foram auxiliados pela cartografia, e propiciaram uma utopia de território colonial, legitimando a tomada dos territórios indígenas (QUADROS, 2008; COSTA & RATTS, 2014).

No caso das "povoações destruídas", objeto desta pesquisa, temos uma expressão única que, até o momento, só identificamos em documentos escritos. Nenhum mapa colonial do Piauí, conhecidos até o presente momento, evidenciou algo semelhante a estas áreas destruídas. Ademais, o termo "destruídas" traz a ideia de que eventos brutais aconteceram naquela região. Para destruir um local, é necessário um conflito, um processo de guerra, ou uma área de risco por alguma catástrofe natural.

De início, podemos descartar essa última possibilidade. Não há relatos de nenhuma catástrofe natural na região durante o período colonial, como uma enchente ou um furacão, por exemplo. Se algo dessa magnitude tivesse assolado a região ao ponto de ser mapeado, podemos sugerir que estaria exposto também em documentos históricos escritos. Portanto, nos sobra aqui a hipótese de uma região de conflito, evidenciada por fontes primárias e secundárias da historiografia piauiense.

Assis (2012) já realizou um estudo iconológico do mapa de 1760. Levou em conta diversos aspectos de confecção, apresentação e historicidade da obra de Galúcio. E é nessa dissertação que se identificam os ícones de cruz, ligados na legenda com a expressão "Povoação destruída". Tomando por base o trabalho de Bueno (2004) e Santos (2007), foi realizado uma análise da simbologia, das cores, dos cartuchos, das escalas e da rosa dos ventos. A partir dos aspectos iconológicos, a autora faz uma análise ideológica da formação do mapa, levando em conta a história de construção do documento, as políticas da Coroa portuguesa e o histórico da região estudada.

Levantando a iconografia e a toponímia dos mapas mais próximos a 1760, anteriores e posteriores à obra de Galúcio, a autora revisou a construção cartográfica. Mostrou os "vazios" presentes na obra de 1760: a falta da representação dos territórios indígenas. Em contrapartida, ela também mostrou como as povoações destruídas estavam imbuídas de uma intencionalidade de mostrar o que estava acontecendo naquele determinado momento.

Nesse levantamento, a autora levantou a hipótese de que esses locais poderiam ter sido destruídos por indígenas que estavam presentes nessa região. Assim como em outras capitanias, e ao contrário das narrativas oficiais, os colonos de São José do Piauhy não encontraram lugares vazios, prontos para serem ocupados. A região estava ocupada por populações indígenas, e no caso do Vale do Gurguéia, por uma concentração de populações, como os Gueguês, Timbiras e Akroás. Em defesa de seus territórios, esses grupos entraram em conflito com os colonos,

principalmente durante a primeira metade do século XVIII. E, a partir da segunda metade desse século, quando a guerra a esses grupos se intensificou, foi criado o primeiro mapa da região, que evidencia os povoados nessa mesma região de conflito (ASSIS, 2012).

Portanto, para aprofundar as pesquisas sobre essas povoações destruídas, e identificar quem eram os atores desse episódio histórico, acessamos a história dessa região e trazemos à luz informações necessárias para identificar e localizar as povoações.

Além dessas metodologias diretas da Cartografia Histórica, também se faz necessário o uso do SIG. Dentro de vários estudo expostos anteriormente, a ferramenta SIG é ímpar para a construção de metodologias de estudo cartográfico, seja para cartometria ou espacialização dos dados toponímicos, iconográficos e históricos.

Levando em conta a ferramenta SIG em um contexto histórico se faz necessário entender o conceito de SIG-Histórico, conceito base para estudos de diversas áreas das ciências humanas e sociais que vem se desenvolvendo nas últimas décadas em várias partes do mundo.

2.3 SIG-Histórico

O termo SIG-Histórico, em português, ou Historical-GIS, em inglês, designa uma ferramenta surgida com o movimento das Humanidades Digitais. Engloba estudos que se utilizam de base SIG para estudar essa dinâmica entre tempos mais recuados e a mudança do espaço.

Os mapas históricos em contato com os SIG apresentam uma oportunidade única de estudar as práticas socioespaciais. A oportunidade de mapear dados históricos, e de correlacioná-los com conjuntos de dados atuais, produz camadas de informação sobre o espaço (MEISTERLIN & BAICS, 2015).

Para alguns autores essa ferramenta que surge com movimento das Humanidades Digitais teve como principal foco integrar recursos digitais às ciências humanas, desenvolvendo um vínculo entre as humanidades e as ciências da informação/computação (GUERREIRO&BORBINHA, 2014; PERON, 2018).

O SIG-Histórico aparece na década de 1990:

> Com múltiplos temas de interesse, entre os quais se destacam dois tipos principais. Por um lado, a inclusão do tempo como variável cartográfica, implica em problema de caráter estrutural, relacionados a aspectos tais como modelagem de base de dados, produção de algoritmos e das linguagens empregadas na sua manipulação, volume de

> dados e regras, padrões e escalas temporais etc; por outro lado, no âmbito da representação, abordam-se, principalmente, as metodologias de visualização. (GUADALUPE, et al, 2014, p. 100)

Pensando em ferramentas mais acessíveis e intuitivas para o desenvolvimento das ciências humanas no mundo digital, principalmente dentro da História e Geografia, o SIG começa a ganhar espaço por permitir sobrepor camadas de dados, permitir georreferenciar mapas históricos, seriar informações em bases vetoriais e principalmente especializar a informação obtida na pesquisa histórica.

De acordo com Peron (2018), o termo SIG-Histórico vem sendo utilizado no Brasil como um sinônimo de Spatial History. Mas obviamente existe uma distinção entre as duas áreas, a íntima relação entre a Spatial History e o SIG-Histórico advém da metodologia de espacialização de dados históricos. Mas enquanto o SIG-Histórico vem sendo um termo que designa apenas o uso de SIG em estudos desse tipo, a Spatial History se desenvolveu como campo de pesquisa assim como a Cartografia Histórica. A Spatial History não produz apenas mapas para ilustrar resultados, ela é uma forma de se fazer pesquisa (WHITE, 2010). Corroborando com esse pensamento O'Neill cita:

> Fazer Spatial History, portanto, significa fazer um conjunto diferente de perguntas. Ela nos encoraja a definir unidades de análise além do estado-nação e da cidade, e a fazê-lo em várias escalas. Ele nos permite reunir informações em novas configurações. Colocar em diálogo informações qualitativas e quantitativas. Expor padrões e estruturas profundamente enraizados em nossas fontes para serem recuperados por outros métodos históricos. A história espacial exige de nós uma leitura profunda e crítica, com sede de contexto, olhar para os dados e a devoção do humanista à busca de significado. (O'NEILL, 2020).

Portanto, o SIG-Histórico se mostra como uma ferramenta para mapear dados históricos através de um software SIG, e a Spatial History como um campo de pesquisa. O SIG-Histórico, como ferramenta de mapeamento, pode ser usado para o georreferenciamento de mapas históricos, para reconstruir de antigas paisagens ou territórios, para seriar e espacializar dados quantitativos e qualitativos adquiridos em fontes históricas, e etc. A partir do momento que se torna um produto final da pesquisa o SIG passa a ser consultado como uma fonte de informação mais acessível sobre a temática abordada.

Com o desenvolvimento do uso do SIG no campo das humanidades vemos que, assim como soluções, também apareceram problemas. Zephyr Frank, diretor do Spatial History Project, levanta um dos problemas do uso do SIG por historiadores, a inerente falta de exatidão espacial. Muitas fontes primárias de onde retiramos nossos dados não trazem exatidão espacial,

mas as plataformas SIG exigem dados com início, meio e fim. Por não ter uma localização mais exata, se atribui um limite territorial ou uma localização que muitas vezes não condiz com a realidade. Como sugestão para o problema, Zephyr propõe que essas suposições e extrapolações podem ser resolvidas com um pós-processamento dos dados em outros programas que editem imagens, pois o software SIG em sua essência trabalha com dados exatos, como vetores e rasters, e por isso tem uma limitação de trabalho (FREITAS, 2014).

Os trabalhos que se utilizam do SIG-Histórico vem de diversas áreas, mas sendo este uma dissertação da área de Arqueologia nos focaremos naqueles que aplicaram a ferramenta aos estudos arqueológicos. Aqueles que identificam, mapeiam e analisam contextos arqueológicos de maneira a observar as mudanças físicas e culturais.

Petrie *et al.* (2019) fazem um levantamento de sítios arqueológicos do sul da Ásia através do georreferenciamento de mapas históricos. Os autores mostram que alguns dos montes delineados nos mapas históricos eram, na verdade, antigos assentamentos. Para realizar a identificação dos sítios, os autores fazem uma distinção entre três tipos de montes, levando em conta a iconografia e a altitude. Dentro desse estudo, foram encontrados 200 sítios arqueológicos na região.

Meisterlin & Baics (2015), em um trabalho de Arqueologia Urbana, fazem uma releitura dos dados e mapas produzidos por John Snow para explicar a disseminação da cólera, em 1854, em Londres. O trabalho de Snow sugeriu que as pessoas contraíam cólera por utilizarem a água contaminada. Localizou como fonte principal a água da bomba de Broad Street. Contudo, ao georreferenciar os dados de Snow e observar quesitos como largura das ruas, distância entre as bombas d'água, rotas de preferência e acessibilidade, observaram que 40% das vítimas viviam próximas de outras bombas d'água. O trabalho revelou que a distância não era o único fator de utilização da bomba d'água de Broad Street. De acordo com o estudo, mulheres e crianças, que normalmente ficavam encarregados de adquirir água, usavam a bomba de Broad Street, pois ela era compatível com outras atividades cotidianas, como compras ou o contato com conhecidos (MEISTERLIN & BAICS, 2015).

Nesse mesmo âmbito, a pesquisa desenvolvida por Beatriz Bueno (2016a; 2016b) utiliza o SIG para reconstruir antigas paisagens urbanas do centro de São Paulo. Para realizar esse trabalho, foi levantada uma série de dados históricos, entre 1809 até 1942, sobre os imóveis da região estudada. Foram coletados dados como tipo de material construtivo, número de andares, uso e propriedade, valor, identidade dos donos e do arquiteto que os projetou. Posteriormente, esses dados foram especializados, ou seja, foram transformados em mapas. A partir desta análise, ela identificou as mudanças de interesse comercial, o processo de verticalização das

construções e os interesses de um mercado imobiliário por trás das mudanças que foram ocorrendo no espaço. Com a ajuda da pesquisa histórica, também foi possível identificar como o apoio governamental em políticas de embelezamento urbano foram fundamentais para transformar a região.

Para Bueno (2021), a Arqueologia da Paisagem cruza informações textuais e cartográficas primárias juntamente a iconografia. Propicia a identificação da trajetória histórica e da cultura material. Outro projeto, nessa mesma premissa, é o trabalho de Gauthiez (2016), que também faz uso do SIG para especializar informações históricas sobre os imóveis de Lyon, na França, dos séculos XVII, XVIII e XIX.

Drach *et al.* (2020) exploraram, por sua vez, a espacialização de dados históricos, para o centro histórico de Petrópolis-RJ, observando a tipologia das edificações, a distribuição de classes sociais e a expansão urbana (DRACH *et al.*, 2020).

Os trabalhos de Petrie *et al.* (2019), Bueno (2016a; 2016b), Gauthiez (2016) e Drach *et al.* (2020) trazem o termo Arqueologia da Paisagem como a forma de estudar essas paisagens pretéritas. Meisterlin & Baics (2015), mesmo atuando na Arqueologia Urbana, também está tratando da construção de uma paisagem.

Esses estudos propõem, mesmo sem usar o termo, desenvolver um SIG, que denota a espacialização de informações históricas em bases cartográficas atuais ou antigas. O uso da Arqueologia da Paisagem e do SIG-Histórico nesses trabalhos comprova a eficiência da ferramenta para observação das mudanças espaciais através do tempo. Como esse tipo de pesquisa tende a recorrer a uma classificação por vetores, torna possível observar o ritmo e a forma – o comportamento – das mudanças sociais e espaciais. E a partir do estudo histórico, podemos estudar os responsáveis e nos questionar sobre suas intenções.

Dessa forma, utilizamos a Arqueologia da Paisagem e o SIG-Histórico com o intuito de entender quais os processos deram origem ao fenômeno que Galúcio denomina como *Povoações Destruídas*. Como citamos anteriormente, nossa perspectiva busca revelar a paisagem através das representações cartográficas. E fazemos isso a partir dos métodos próprios da Cartografia Histórica que citamos anteriormente, ou seja, usufruirmos de artefatos localizacionais para nos debruçar em certos capítulos da história regional, localizando e identificando os espaços e as pessoas.

Propomos como metodologia de investigação um levantamento histórico da região, seguido de uma análise em diversos mapas através da toponímia, iconografia, iconologia e geografia, sendo que essa análise tem o intuito de reunir os dados espaciais dessas localidades. Posteriormente plotamos os dados encontrados em bases cartográficas atuais, revelando quais

locais estavam em disputa entre colonos e indígenas. Para além das bases cartográficas atuais, através da cartometria se tornou possível também vetorizar o mapa de 1760, permitindo assim análises mais técnicas e limpas sobre a região em questão.

2.4 Fontes de Dados Espaciais e Históricas

O objetivo principal desse trabalho é a identificação e, eventualmente, a localização das povoações destruídas indicadas no primeiro mapa da Capitania do Piauhy. O principal objeto de investigação do projeto, portanto, é um mapa. A partir deste, procuramos reconstruir o território representado e os seus processos de modificação com o passar do tempo.

Para chegar a esse objetivo foi necessário levantar diversas informações histórico-espaciais. Entre os documentos levantados estão mapas, livros, dissertações, teses, artigos, bases cartográficas, entre outros. Esse capítulo lança luz sobre fontes de informações que foram a base para a construção dessa dissertação, iniciando com os principais objetos de pesquisa, os mapas históricos.

2.4.1. Mapas Históricos Utilizados

Os mapas históricos foram a base do trabalho; através deles foi possível observar aspectos físicos e culturais que foram se modificando com o passar das décadas e dos séculos. A seguir estão os principais mapas utilizados nessa pesquisa, iniciando com o mapa de 1760, sendo ele a principal fonte de informação.

O primeiro mapa consultado foi o *Mappa Geográfico da Capitania do Piauhy* de 1760 (ANEXO 1), criado pelo Ajud. Engenheiro Henriques Antonio Galúcio. O mapa original tem dimensões de 59,5 x 88,0 cm, feito em aquarela, de confecção manual. Contém um cartucho com o título da obra e nome do autor, uma escala, rosa-dos-ventos com uma flor-de-lis, legenda com os itens de ocupação humana, esquadro externo, esquadro interno que mostra as linhas de latitude e longitude, e as linhas delineadas que mostram estradas (preto), serras (marrom), vegetação (verde), rios (azul), morros (marrom), região litorânea (azul) e as lagoas (azul) (COSTA, 2007; ASSIS, 2012; FERREIRA, 2019).

A versão do documento que trabalhamos é digital e foi fornecida por Nívia Paula D. de Assis. De acordo com ela, essa versão digital do documento foi feita pelo fotógrafo Vicente de Mello e esteve presente no livro Roteiro Prático de Cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império (COSTA, 2007). A versão digitalizada está no formato JPG, com resolução

horizontal de 1000 dpi, resolução vertical de 1000 dpi, dimensões de 3254 pixels de largura por 4916 pixels de altura (FERREIRA, *et al.* 2021).

O segundo mapa consultado foi a *Carta geografica da Capitania do Piauhi, e parte das adjacentes* (Anexo 2). A autoria disposta no mapa é de João Antonio Galucio, de 1761, mas de acordo com a Biblioteca Nacional Digital (BND) esse mapa foi feito por Henrique Antonio Galluzzi em 1769. As dimensões da versão digital do documento são 14043 pixels de largura por 9933 pixels de altura.

De acordo com Assis (2012), o mapa de João Antonio Galucio, de 1761, é uma cópia da obra de 1760, mas que teria sido feita no início do século XIX. Para comprovar sua hipótese a autora revisou outras obras cartográficas, entre elas um mapa de 1809, de autoria de Joze Pedro Cezar de Menezes.

> **Carta Geográfica do Piauhi e das extremas das suas limítrofes** levantada em 1761 por Henrique Galúcio Cap. Am Eng° Cap. Da corregida, e acrescentada no anno de 1809, por Joze Pedro Cezar de Menezes, debaixo das vistas, e por ordem do actualG. Ov IlmoSr Carlos Cezar Burlamaque. (ASSIS, 2012, p. 117).

Essas correções e acréscimos vieram aparecer nas obras do século XIX e diante, como a localização das populações indígenas. A partir da série de evidências levantadas pela autora, foi proposto que esse segundo mapa datado de 1761 seria uma cópia do *Mappa Geográfico da Capitania do Piauhy* datado de 1760. Mas como ainda não se tem a data correta na qual a *Carta geografica da Capitania do Piauhi, e parte das adjacentes* foi confeccionada optamos por usar data de 1761, inscrita em seu cartucho para identificá-la durante as citações da dissertação.

O terceiro mapa foi o *MAPPA geographico da capitania do Piauhy, e parte das do Maranhão, e do Gram Pará*, de 1816 (Anexo 3). Esse mapa não tem autor designado, mas foi oferecido ao Governador Baltazar de Souza Botelho e Vasconcelos. Suas dimensões digitais são de 3848 pixels de largura por 2467 pixels de altura.

O quarto mapa consultado foi o *MAPPA Topographico das Capitanias do Maranhão e Piauhy e parte das Capitanias Circundantes*, de 1817 (Anexo 4). Mapa levantado por Mathias José da Silva Pereira, e oferecido a Francisco Manoel da Cunha. Tem dimensões digitais de 882 pixels de largura por 1184 pixels de altura.

O quinto mapa da região é o *Partie du Bresil. Amer. Merid. no. 18.*, de 1827 (Anexo 5). A autoria do mapa é de Philippe Vandermaelen, publicado em Bruxelas. As dimensões digitais do documento são 2857 pixels de largura por 2196 pixels de altura.

O sexto mapa que temos é o *Geographische karte der provinz von São Iozé do Piauhý*, de 1828 (Anexo 6). Também temos uma segunda versão desse mapa em português, que entra como sétimo mapa, nomeada como *CARTA GEOGRAPHICA DE PIAUHY*, também de 1828 (Anexo 7). Ambas são de autoria de Schwarzmann e von Martius, baseados nas cartas de José Pedro Cesar de Menezes e Mathias José da Silva Pereira. A versão portuguesa tem dimensões digitais de 3370 pixels de largura por 4096 pixels de altura. Já a versão francesa tem 2372 pixels de largura por 3259 de altura.

O oitavo mapa consultado é a *CARTA TOPOGRAPHICA E ADMINISTRATIVA da PROVÍNCIA do PIAUHY*, de 1850 (Anexo 8). Esse documento foi feito por V. J. de Villiers de L'Ille Adam. A versão digital do documento tem 3832 pixels de largura por 3152 pixels de altura.

O nono mapa é o *MAPPA GEOGRAFICO DA CAPITANIA DO PIAUHY E PARTE DO MARANHÃO, E PARÁ*, de 1855 (Anexo 9). A autoria pertence a Carlos José Pereira das Neves. O documento digital tem 6343 pixels de largura por 9319 de altura.

O décimo mapa também é de 1855, nomeado como *CARTA corografica das provincias do Maranhão e Piauhy e parte das do Pará, Goyás, Bahia, Pernambuco* (Anexo 10). Não possui autoria específica no documento nem no acervo do BND. O documento digital tem 2935 pixels de largura por 3280 de altura.

O décimo primeiro mapa é intitulado *PROVINCIA DO PIAUHY*, de 1873 (Anexo 11). A autoria do mapa é de José Ribeiro da Fonseca Silvares. As dimensões do arquivo digital são 3238 de largura por 4501 de altura.

O décimo segundo mapa é intitulado *South America, Brazil, &c. No. 2.*, de 1883 (Anexo 12). De autoria de Letts, Son & Co., publicado em Londres. As dimensões do documento digital são 6736 pixels de largura por 6054 pixels de altura.

O décimo terceiro mapa faz parte o *ATLAS DO BRASIL*, de 1909, parte especial (5), HOMEM DE MELLO (Anexo 13). De autoria de Dr. Francisco Homem de Mello, a editora é F. Briguiet & Cia., publicado no Rio de Janeiro. As dimensões do documento digital são 1784 pixels de largura por 2187 pixels de altura.

O décimo quarto mapa histórico em versão digital que utilizamos intitulado *ESTADO DO PIAUHY*, criado pela Inspetoria Federal das Estradas, em 1913 (Anexo 14). Esse mapa em versão digital tem 3201 pixels de largura por 4051 pixels de altura.

O décimo quinto mapa utilizado está presente na mapoteca do Núcleo Antropologia Pré-histórica (NAP) da Universidade Federal do Piauí. O documento cartográfico é uma carta do

município de Eliseu Martins, de 1975, levantado, desenhado e impresso pela Diretoria de Serviço Geográfico – Brasil (DSG), Folha SC.23–X–A–III (Anexo 15).

O decimo sexto mapa em versão digital que utilizamos é nomeado como "Sheet 4. South America" também conhecido como "Columbia Prima of South America", levantado por Louis Stanislas D'Arcy de la Rochette e publicado por William Faden, em 1807 (Anexo 16). Esse mapa está disponível através do site
https://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~235465~5510517:Sheet-4--South-America-
?sort=Pub_List_No_InitialSort%2CPub_Date%2CPub_List_No%2CSeries_No
E disponível para visualização em:
<https://www.raremaps.com/gallery/detail/84791/columbia-prima-or-south-america-in-which-has-been-attempted-faden>

2.4.2. Fontes escritas

Para além dos mapas usamos dois tipos de fontes de informação escrita, as fontes primárias e secundárias. As primárias são o Índice de Terras de Sesmarias Concedidas (ITSC), fornecido pelo Arquivo Público de Teresina-PI, "Histórico Territorial do Piauí"[5] do Instituto de Terras do Piauí (INTERPI), os arquivos do "Projeto Resgate"[6] da Biblioteca Nacional Digital (BND) e a série de documentos históricos intitulados "Documentação Histórica Pernambucana"[7], disponível de forma online através do Google Books. Abaixo segue uma relação dos principais documentos utilizados para o levantamento histórico da região.

- AHU, ACL, CU 05, Caixa 33, Documento 4226-4227;
- AHU, ACL, CU 19, Caixa 1, Documento 41;
- AHU, ACL, CU 19, Caixa 1, Documento 48;
- AHU, ACL, CU 16, Caixa 3, Documento 157;
- AHU, ACL, CU 16, Caixa 4, Documento 235;

5http://biblioteca.interpi.pi.gov.br/Terras-war/pesquisar-geral.xhtml

6http://resgate.bn.br/docreader/docmulti.aspx?bib=resgate

7https://www.google.com.br/search?q=Documenta%C3%A7%C3%A3o+hist%C3%B3rica+pernambucana&sca_esv=581220959&hl=pt-BR&tbm=bks&sxsrf=AM9HkKnkSTa5WtjZYL9hNUvAsm59YRrIpg%3A1699626180870&ei=xDxOZbK_NNjL1sQP0JmB-AI&ved=0ahUKEwiysYv20LmCAxXYpZUCHdBMAC8Q4dUDCAk&uact=5&oq=Documenta%C3%A7%C3%A3o+hist%C3%B3rica+pernambucana&gs_lp=Eg1nd3Mtd2l6LWJvb2tzIiZEb2N1bWVudGHDp8OjbyBoaXN0w7NyaWNhIHBlcm5hbWJ1Y2FuYUiSA1AAWABwAHgAkAEAmAG4AqABuAKqAQMzLTG4AQPIAQD4AQL4AQGIBgE&sclient=gws-wiz-books

- AHU, ACL, CU 16, Caixa 4, Documento 299;
- AHU, ACL, CU 16, Caixa 5, Documento 324;
- AHU, ACL, CU 16, Caixa 6, Documento 382;
- AHU, ACL, CU 16, Caixa 6, Documento 386;
- AHU, ACL, CU 16, Caixa 6, Documento 388;
- AHU, ACL, CU 16, Caixa 7, Documento 412;
- AHU, ACL, CU 9, Caixa 24, Documento 2477;
- AHU, ACL, CU 13, Caixa 29, Documento 2781;
- AHU, ACL, CU 13, Caixa 31, Documento 2906;
- AHU, ACL, CU 9, Caixa 30, Documento 3143;
- AHU, ACL, CU 9, Caixa 31, Documento 3222;
- AHU, ACL, CU 9, Caixa 32, Documento 3276;
- AHU, ACL, CU 9, Caixa 39, Documento 3797;
- AHU, ACL, CU 13, Caixa 41, Documento 3818;
- Documentação Histórica Pernambucana 4, 1959:105-106;
- Documentos Históricos 12, 1929: 313-315;
- Documentos Históricos 9, 1938: 139;
- Documentos Históricos 34, 1936: 296

As fontes secundárias também foram de suma importância para a captação de dados espaciais, os principais foram artigos, livros, dissertações e teses que citam ou relatam o processo de colonização portuguesa na região. Focamos principalmente na bibliografia que desse ênfase para a localização dos processos históricos, que falassem sobre o espaço. Dentre os autores utilizados temos Ott (1958), Mott (1979, 1985, 2011), Azanha (1984), Baptista (1986, 1994), Bastos (1994), Miranda (1996, 2016, 2017, 2022), Puntoni (2002), Freitas (2001), Apolinário (2003, 2005, 2013), Pires (2004), Oliveira (2007), Carvalho (2008), Carvalho (2009), Dias & Santos (2010), Assis (2012), Chambouleyron&Melo (2013), Bombardi (2020), entre outros.

2.5. Coleta de Dados

O levantamento de dados cartográficos é a etapa mais importante, pois existem outros mapas e documentos escritos que representam o território do Piauí. E neles temos indicações

de algumas localidades nas mesmas regiões das povoações destruídas. Em alguns casos também aparecem fazendas com os mesmos topônimos em localizações diferentes. Por conta disso, foi necessário fazer um levantamento através de metodologias da Arqueologia da Paisagem e de análises geográficas. Esse levantamento serviu como base para entender as continuidades e as mudanças daquele determinado lugar.

Foi necessário primeiro captar dados históricos através de fontes primárias e secundárias. Pesquisamos em documentos, entre mapas históricos, cartas de sesmarias e levantamentos históricos já realizados na região. Reunimos os dados contidos em cada uma dessas fontes, para posteriormente espacializá-los.

A condensação de dados forneceu um maior entendimento sobre o processo de colonização da região. Trouxe também informações sobre quais populações indígenas habitavam e possivelmente ainda estão na região.

A primeira etapa do levantamento de dados consistiu em estudar a estrutura dos mapas históricos que representam o Rio Gurguéia. Como mostra Brotton (2014), era prática muito comum, entre os cartógrafos, se basear em um mapa anterior para construir uma nova representação cartográfica. Nesta perspectiva, através de uma busca minuciosa no curso do rio principal, o Gurguéia, e também nos seus afluentes, evidenciamos as localidades do vale do Gurguéia.

Desta forma foi possível identificar quais locais foram repassados, quais foram acrescentados e quais foram retirados. Este processo envolveu uma revisão de diversos mapas, datados entre os séculos XVIII e XX, e também das bases cartográficas atuais.

A segunda etapa foi um levantamento em documentos textuais. Muitas vezes, informações geográficas estão presentes em documentos textuais, mas poucas vezes estas dimensões são realmente mapeadas em pesquisas históricas. Por este motivo, a abordagem proposta aqui busca dar uma nova visibilidade para estes dados que em muitos casos já foram captados.

Os principais trabalhos utilizados para essa pesquisa até o momento estão centrados, principalmente, entre os séculos XVII e XVIII, dando um foco maior em datas anteriores a 1760. Estes documentos trazem dados importantes como localização, toponímia, relações com outras localidades, etnias indígenas presentes, donatários etc.

A maioria das fontes consultadas até o momento foram fontes secundárias. Os documentos históricos que já foram pesquisados por historiadores estão mais acessíveis em fontes como teses, dissertações, monografias, artigos e livros que já destrincharam e organizaram as informações ali contidas. Para reorganizar, quantificar e qualificar estas

informações, recorremos ao trabalho de planilhamento e posteriormente um banco de dados em formato SIG.

Uma das primeiras planilhas foi inspirada no trabalho de Assis & Cintra (2016) no qual é introduzida a mudança de topônimos e a localização das principais freguesias e vilas da Capitania de São José do Piauhy. Para averiguar esse mesmo processo, desta vez para as povoações destruídas, pesquisamos as mesmas informações nos mapas históricos anteriormente citados.

A planilha para as povoações sintetiza a continuidade dessas localizações. Oferece uma visão da longevidade, mostrando aquelas que continuaram a ser reconhecidas, e até repovoadas.

A primeira etapa de coleta de dados foi a revisão do mapa de 1760, identificando cada uma das povoações destruídas. As povoações que tinham identificação toponímica receberam a respectiva nomenclatura. Aquelas que só podiam ser identificadas pelo nome de algum local próximo receberam uma outra designação, de acordo com a ordem de identificação das povoações destruídas.

O primeiro povoado a ser identificado foi Bom Sucesso, o segundo foi Boa Vista, o terceiro Benedicto, o quarto Limoeiro, o quinto Cajazeiras/Tapera. O sexto foi Reis, o sétimo não tem designação própria, por isso foi nomeado como sétimo povoado. A oitava povoação está identificada como Porcos, a nona povoação é identificada como Flores e a décima nos parece ser identificada como Correa.

Essa planilha foi preenchida com dados recolhidos posteriormente, quando realizamos uma pesquisa nos mapas históricos que representam o território do Piauí. Através dos mapas, tentamos identificar os topônimos das povoações nas mesmas localizações ou nas proximidades. Também tentamos identificar na historiografia municipal, disponibilizada pelo site do IBGE ou pelo site das prefeituras, alguns desses topônimos (**Erro! Fonte de referência n ão encontrada.**).

A segunda planilha trata da história e etnohistória do Vale do Rio Gurguéia. Como a bibliografia mostra, ocorreram diversas batalhas na região durante os séculos XVII e XVIII. A estratégia de povoamento da Coroa portuguesa estava ligada tanto ao extermínio dos povos originais, bem como ao seu uso como mão de obra.

Para além do processo de colonização se faz necessário saber quais populações indígenas estavam presentes na região antes, durante e posteriormente aquele determinado período.

Para ter uma ideia sobre os conflitos que ocorreram na região, e quais populações faziam parte desse contexto, pesquisamos em teses, dissertações, monografias, artigos e livros,

buscando as informações sobre ocupação, passagem, aldeamento ou ataques e invasões. Nas fontes secundárias supracitadas procuramos o ano da publicação, a autoria do trabalho, a página, o assunto tratado e a data do acontecimento (Apêndice B).

A terceira planilha trata dos documentos históricos primários que citam as povoações destruídas. Além de fornecer informações sobre o colonizador, estes documentos também podem conter informações sobre os povos que estavam presentes na região. Nessa planilha identificamos os nomes das povoações citadas e em quais documentos estavam presentes (Apêndice C).

Após captar os dados supracitados e categorizá-los, foi possível propor seu mapeamento para que se pudesse entender os locais de conflito e a partir deles tentar identificar sua ligação com as povoações destruídas.

2.5.1. Criação das bases cartográficas SIG

Como vimos anteriormente, muitos autores já desenvolveram métodos de espacialização de dados. Os estudos apresentados anteriormente mostram a necessidade de visualização do fenômeno, e a base cartográfica foi a forma pensada para a visualização e melhor compreensão. A base, ou melhor as bases, foram as bases cartográficas atuais da região e uma representação vetorizada dos mapas mais antigos. Essa segunda usa como base o georreferenciamento do mapa de 1760 para criar os vetores onde serão inseridos os dados.

Usando o trabalho de Ferreira (2019), podemos reaproveitar o método absoluto aplicado ao mapa de 1760. O método absoluto preservou as distâncias entres as localidades, e consequentemente preservou a escala original.

A versão georreferenciada de forma absoluta permite a criação de vetores de cada localidade, rio, riacho entre outros. Criar uma base cartográfica SIG com as mesmas configurações espaciais que Galúcio aplicou em sua obra nos permite visualizar os aspectos técnicos do mapa de forma isolada. Transformar um arquivo raster em vetorial permitiu mudanças individuais de cada iconografia representada no mapa. Como foi visto na revisão bibliográfica, a vetorização é um passo importante na especialização de dados, pois cada ponto, linha ou polígono pode ser preenchido com suas informações específicas. Essa alternativa possibilita adicionar os dados coletados na pesquisa bibliográfica, e posteriormente explorar cada camada vetorial, cada ponto, linha ou polígono que criarmos de forma isolada ou conjunta através da plataforma SIG.

Por conta dos problemas de localização, inerentes a tecnologia da época, não podemos considerar a localização absoluta, devido ao erro nas coordenadas originais do mapa. Mas os aspectos físicos da paisagem que estão representados podem ser considerados como fonte de informação geográfica.

O uso do método relativo seria importante para localizar os povoados, mas como a própria pesquisa de Ferreira *et al*. (2021), mostrou, os locais mais conhecidos da capitania não estão exatamente onde deveriam. Logo não é possível se apoiar apenas nesse georreferenciamento para localizar os povoados. Por isso utilizamos a revisão dos mapas e textos para identificar topônimos e feições geográficas e a partir deles localizar as povoações.

O trabalho foi dividido em duas partes, a espacialização dos dados cartográficos bibliográficos em bases cartográficas atuais, com o intuito de localizar as povoações. E a vetorização do produto adquirido através do método absoluto, com o intuito de analisar os aspectos geográficos de forma isolada. Trabalhando nessas duas frentes, foi possível construir representações cartográficas mais limpas e objetivas.

Primeiro nós trabalhamos com os dados do LATEC-UFPI, utilizando os arquivos originais da pesquisa realizada por Ferreira (2019). Essas bases cartográficas foram plotadas no *QGIS.*

Juntamente aos dois arquivos georreferenciados inserimos uma camada de imagens de satélite do completo *HCMgis* e *Quickmap Services*. Os dois complementos fornecem imagens de satélite de diversas fontes públicas e privadas, como o *Google Maps, Bing Maps, OpenStreetMaps,* entre outros. Utilizamos a camada do *Google Satellite* e *Hybrid* como base de imagens de satélite.

Ao inserir a camada “Grade_Galucio_Suavizador” (formato .tif), percebemos que havia uma compressão e um desvio da imagem. Por conta disso refizemos o georreferenciamento absoluto utilizando os mesmos pontos de controle que Ferreira (2019).

Utilizamos as 70 coordenadas (grade de latitudes e longitudes) como pontos de controle e a transformação Suavizador de Lâminas Finas (TPS) para o georreferenciamento absoluto.

O georreferenciamento absoluto não distorceu a imagem original, porque usou como pontos de controle a própria grade de coordenadas. A grade apresentada no mapa possui um intervalo igual entre os meridianos e paralelos, e assim como qualquer coordenada, foi criada seguindo um sistema de referência geodésico. Portanto, ao transpor a grade de coordenadas

para outro *datum*[8], as distâncias entre os meridianos e as longitudes não se alteraram, apenas o ponto de referência geodésica foi alterado de El Hierro para Greenwich.

Esse georreferenciamento não distorceu a imagem original, esticando ou comprimindo o mapa, apenas encaixou o mapa no local designado pela grade de coordenadas. Assim como Cintra (2012) nos relata, através desse método de georreferenciamento foi possível adquirir a escala do mapa, que é 1:10.000.000.

Ao final do processo de georreferenciamento absoluto foi possível constatar que realmente ocorreu algum problema com as camadas originais, pois seguindo a metodologia de Ferreira (2019), chegamos aos mesmos resultados.

Com o arquivo raster do georreferenciamento absoluto aberto no *Qgis*, foi feita uma vetorização manual da imagem, criando assim quatro camadas *shapefile* (.shp):

- Mapa_1760-Pontos: para vilas, freguesias, cidades, povoados destruídos, sítios, lugares e fazendas;
- Mapa_1760-Linhas: para rios, riachos e caminhos;
- Mapa_1760-Poligono: para representar o mar, o território do Piauí, Maranhão, Ceará e Pernambuco;
- Povoados_Destruidos: para representar os povoados destruídos de forma mais específica e fazer as alterações conforme a necessidade do trabalho.

Outro procedimento realizado foi na versão vetorial do mapa de 1760, onde a camada "Mapa_1760-Pontos" foi recortada, retirando as localizações das freguesias, da vila da Mocha e da cidade do Maranhão, criando a camada "Vilas-Galucio".

Para a base cartográfica atual utilizamos as bases cartográficas vetoriais dos Estados do Piauí, Maranhão, Ceará, Tocantins, Pernambuco e Bahia do ano de 2019, e uma base do ano de 2021 do Piauí, adquiridos através da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), que realiza o trabalho de levantamento de dados do Serviço Geológico Brasileiro (SGB).

Os arquivos baixados de 2019 vêm do site <http://geosgb.cprm.gov.br/geosgb/downloads.html>, e foram nomeados respectivamente como:

- Geodiverdidade_Piaui_1-1.000.000_VETORES;

[8] Nome do modelo matemático/teórico da representação da superfície da Terra utilizado pelos cartógrafos para criar um mapa ou carta.

- Geodiverdidade_Maranhao_1-1.000.000_VETORES;
- Geodiverdidade_Ceara_1-1.000.000_VETORES;
- Geodiverdidade_Tocantins_1-1.000.000_VETORES;
- Geodiverdidade_Pernambuco_1-1.500.000_VETORES;
- Geodiverdidade_Bahia_1-1.000.000_VETORES

Já o arquivo de 2021 vêm do site <http://cprm.gov.br/publique/Hidrologia/Estudos-Hidrologicos-e-Hidrogeologicos/Piaui---Atlas-Digital-dos-Recursos-Hidricos-Subterraneos-326.html>, e foi nomeado como:

- Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea_Piaui_1-100.000.

As bases cartográficas supracitadas configuram-se no sistema de referência global EPSG:4326 (*European Petroleum Survey Group*), que é o *DATUM* "WGS 84", em coordenadas geográficas e como o próprio nome dos arquivos mostra, os de 2019 estão na escala de 1:1.000.000 e o de 2021 na escala de 1:100.000.

A partir dos dados shapefile dessas pastas criamos camadas de hidrografia, sedes municipais e território estadual e municipal. Essas camadas permitiram o georreferenciamento das informações históricas encontradas. Também aproveitamos os dados dos dois arquivos do Piauí para criar um modelo hidrográfico mais simples com os vetores de 2019 e mais complexo com os dados de 2021.

Uma modificação realizada nas camadas originais da CPRM foi o recorte das camadas de hidrografia. Como a nossa pesquisa está focada nos rios citados em documentos e mapas históricos, selecionamos, recortamos e exportamos as feições desses rios, riachos e lagoas para uma outra camada. Para identificar quais corpos d'água seriam exportados captamos os hidrônimos do Piauí, Maranhão, Bahia e Tocantins, reconhecendo os corpos d'água citados na bibliografia através do seu nome e de sua localização. Esse processo foi utilizado principalmente para identificar áreas de presença indígena.

Para simplificar os dados da base de sedes municipais, recortamos e exportamos para outra camada as feições das respectivas sedes de freguesias, vila da Mocha e da cidade de São Luís. Respectivamente, essas localidades são os municípios de Aroazes (Aruazes), Campo Maior (Surubim), Castelo do Piauí (Ranxo do Prato), Jerumenha (Gorogueya), Oeiras (Mocha), Parnaguá (Parnaguia), Parnaíba (Parnaiba), Piracuruca (Piracuruca) e São Luís (Cidade do

Maranhão). Durante a época de confecção do mapa de 1760 eram os locais com maior concentração de pessoas. Essa nova camada foi nomeada Mapa_Atual_Sedes.

Além dessas localidades mais conhecidas, a partir do momento que a pesquisa foi se desenvolvendo adicionamos outra camada de sedes municipais, com os municípios em que aparecem localidades históricas ou que são citados na historiografia. Esses municípios foram: Alvorada do Gurguéia, Bertolínia, Canavieira, Colônia do Gurguéia, Eliseu Martins, Gilbués, Landri Sales, Manoel Emídio, Sebastião Leal, Uruçuí. Essa segunda camada foi nomeada como Sedes-Municipais-da-regiao.

Também criamos outras camadas vetoriais do tipo ponto para identificar povoações destruídas, fazendas coloniais, aldeamentos e locais de presença indígena. Essa camada foi preenchida através de dois campos de atributo, o nome da localidade e como está representada no mapa de 1760.

Todas as camadas foram reprojetadas para o mesmo sistema de coordenadas, SIRGAS 2000 / UTM zone 23S EPSG:31983. Essa etapa foi necessária por dois motivos principais, primeiro para garantir interoperabilidade de sistemas cartográficos, e segundo para conseguir extrair dados métricos das camadas, visto que as mesmas ao serem transpostas diretamente da base do CPRM vêm em sistema geográfico (WGS 84/ EPSG:4326).

2.5.2. Mapeamento dos dados

Para mapear as povoações destruídas e outras localidades históricas utilizamos principalmente os topônimos das feições geográficas, das localidades próximas, e das próprias povoações destruídas. Em conjunto aos topônimos foi de suma importância dar atenção as orientações cardeais entre esses locais. Os conjuntos de topônimos juntamente com as direções cardeais serviram como guia nos mapas. Tentamos reconstruir nas bases cartográficas atuais o espaço representado nos mapas antigos. Sabendo que não era possível se apoiar nos dados métricos retirados dos mapas antigos se fez uso dessa técnica de reprodução para localizar os locais citados na bibliografia consultada.

Os corpos d'água próximos as povoações foram os primeiros a serem identificados tanto nos mapas antigos como nas bases atuais. Observamos os rios e riachos analisando seu respectivo o hidrônimo, sua forma, seus afluentes e quais outros corpos d'água estavam próximos. Posteriormente, usamos essa mesma análise para as localidades próximas, sejam elas fazendas ou freguesias. Após a identificação e seleção dessas feições nos mapas atuais, buscamos a orientação cardeal delas para a possível localização das povoações destruídas.

Por último tentamos identificar localidades com topônimos próximos ou iguais as povoações, que correspondesse a relação cardeal. A relação cardeal entre feições e localidades foi importante pois muitos topônimos se repetem, mas ao identificar localidades históricas próximas se torna possível diminuir a área de busca delimitando a área a ser prospectada.

No caso das citações bibliográficas mais abrangentes como nomes de rios onde estavam aldeias indígenas, tentamos focar em regiões como nascente ou foz de rio ou riacho, alguma informação espacial mais específica. Quando não era possível obter essa informação dimensionamos a presença desses povos em toda a extensão do curso d'água.

Como relatamos mais a frente no capítulo sobre o mapeamento dos povos indígenas, existe um problema direto quando tratamos das fontes históricas e das localizações de aldeias. As falas muitas vezes são imprecisas e abrangentes e isso se refletiu nos mapas que produzimos a partir desses relatos. A falta de precisão dessas localizações reflete também a falta de controle sobre o território indígena.

Os locais bem mapeados poderiam ser continuamente atacados pelas tropas da coroa portuguesa e não era esse o caso. Portanto, escolhemos usar como forma de mapeamentos para esses povos uma mancha que se estende pelos principais rios e riachos citados na bibliografia.

3. A História, o Espaço e os Conflitos

Durante a segunda metade do século XVII e a primeira metade do século XVIII, a Capitania do Piauhy forneceu dezenas de relatos, diretos e indiretos, sobre ataques indígenas feitos contra povoações coloniais. Estes acontecimentos, descritos nas fontes primárias pelo olhar do colonizador, ocorreram no Sertão de Dentro como um todo. A essa série de eventos, a historiografia deu o nome de "Guerra dos Bárbaros".

A "Guerra dos Bárbaros" é caracterizada por vários conflitos armados entre grupos indígenas do Nordeste e o império português, cuja "dilatação" fora impulsionada pela expansão pecuarista (APOLINÁRIO, 2003, OLIVEIRA, 2007). O período que abarca o termo compreende a segunda metade do século XVII, imediatamente após o fim da guerra contra os Holandeses, e o início do século XVIII (PIRES, 2004).

Diversos autores identificam, dentro do conflito geral, três principais focos: as "Guerras no Recôncavo", a "Guerra do São Francisco" e a "Guerra do Açu". Foram tratados, em detalhes, por Pires (1990) e Puntoni (2002). No entanto, Oliveira (2007) e Apolinário (2003) trazem indícios de que a guerra ocorreu também na região sul do Piauí durante o período já estipulado, bem como também posteriormente.

Este capítulo foi subdividido em fases bélicas, desde os primeiros conflitos ainda no século XVI até o ano de 1760. Quatro guerras ofensivas foram declaradas contra as Nações indígenas do sul piauiense, sempre com o argumento de defender os interesses dos moradores e da Fazenda Real: em 1708, em 1739, em 1750 e, finalmente, em 1760.

O início do processo de colonização no Piauí é conhecido pela doação de sesmarias, geralmente vinculado ao avanço da pecuária desde a bacia do Rio São Francisco para o noroeste, a partir da segunda metade do século XVII. Os conflitos entre colonos e indígenas perduram até o século XIX no sertão do Piauí.

De acordo com Oliveira (2007) e Apolinário (2003), em meados do século XVII, o colonizador europeu adentrou a região que mais tarde se tornaria a Capitania de São José do Piauhy. Essas expedições visaram a utilização das terras para criação de gado e a obtenção de mão-de-obra indígena (APOLINÁRIO, 2003, 2005; OLIVEIRA, 2007; BOMBARDI, 2020). As rotas utilizadas para essas expedições eram os rios, e o rio Gurguéia foi um dos primeiros conhecidos pelo colonizador.

Desde o século XVII até meados do século XVIII, relatos de ataques indígenas são enviados aos Governadores e à Coroa portuguesa. A decisão da guerra contra as populações indígenas, durante esse período, era regulamentada pela Lei de 3 de abril de 1655. Essa carta régia permitia dois tipos de guerra: defensiva e ofensiva. Enquanto a primeira podia ser

autorizada localmente, pelo Governador, uma vez ouvida a Junta de Missões, por exemplo quando houvesse impedimento da pregação religiosa ou ataques por parte dos indígenas, a segunda só podia ser autorizada pelo Rei, mediante a comprovação dos ataques às povoações por uma Junta de Missões, cujos membros deviam votar por escrito, sendo os documentos remetidos a Portugal numa bolsa fechada (BOMBARDI, 2020). Conforme será apresentado abaixo, estas regras foram reafirmadas pela Coroa em 1734.

As guerras ofensivas, portanto, envolvem um conjunto de procedimentos diferentes, mesmo que as queixas dos moradores sejam as mesmas. Envolvem também envio de recursos financeiros de Portugal, assim como uma definição de vários dispositivos para assegurar o bom funcionamento da campanha: patentes, equipamentos, mantimentos e, principalmente, direções precisas sobre o que se pode e não pode fazer.

Esse tipo de guerra resultava em mortes, escravidão e aldeamento das populações indígenas. O interesse na guerra contra os povos indígenas eram basicamente três: os jesuítas nos aldeamentos queriam a segregação e utilização desses grupos a favor da igreja com o batizado, angariando mais “almas”. Já a política governamental portuguesa, mais especificamente o Marquês de Pombal, tinha a intenção de trazer o indígena para dentro da sociedade, usando-o para povoar a colônia. Um terceiro grupo eram os colonos, para eles os indígenas serviam como mão-de-obra (MIRANDA, 2016). Com o passar do tempo vemos que o interesse dos colonos foi o que dominou o cenário colonial, e é nítido que o foco não era apenas ter mão-de-obra, mas sim mão-de-obra escrava.

De acordo com Bombardi (2020), cinco das 11 guerras realizadas pelo Estado do Grão-Pará e Maranhão, no século XVII, foram na região do Piauí e Maranhão contra as populações indígenas da região. Já na primeira metade do século XVIII, 12 das 20 guerras declaradas estavam nessa mesma região, contra as mesmas populações (BOMBARDI, 2020).

Trabalhos de História do Piauí que tratam sobre a relação de guerra justa, como Carvalho (2008) e Miranda (2016), relatam que parte dos casos que levaram as guerras justas contra povos indígenas eram inventadas ou manipuladas pelo colonizador para atingir seus objetivos. Miranda (2016) ainda cita que as guerras justas não deveriam ser realizadas, pois os grupos indígenas estavam se defendendo do invasor e não o contrário, que foi o que se fez parecer.

3.1. Os primeiros conflitos

As primeiras sesmarias do Piauí parecem ter sido concedidas à Casa da Torre dos Garcia d'Ávila, já na segunda metade do século XVII. Da mesma forma, os primeiros relatos sobre povos indígenas do Piauí também aparecem nesse determinado momento (OLIVEIRA, 2007).

> Domingos Afonso Mafrense (...) perseguiu e dominou os Gueguês, desde o São Francisco até o Piauí, na entrada que participou com Francisco Dias D'Ávila, da Casa da Torre, já tendo como objetivo a conquista do território para o estabelecimento das fazendas de gado (OLIVEIRA, 2007, p. 28).

Duas concessões de sesmarias foram realizadas nos dias 12 e 13 de outubro de 1684. A primeira carta foi concedida, de forma conjunta, à Casa da Torre e à Casa da Ponte, em nome de Francisco Dias de Ávila e Antônio Guedes de Britto. Ela faz referência a uma área compreendendo os rios de São Francisco, Parnaíba, Paraím e Gurguéia, que corresponderia atualmente à região de Parnaguá (Documentação Histórica Pernambucana 4, 1959:106):

> Sesmaria de umas terras no sertão do rio de S. Francisco de uma e outra parte, e pelo mesmo acima até confrontar com a barra do rio Parahipeba, com a mesma largura incluindo o rio Parahim com suas vertentes, e de uma e outra parte até fazer barra no rio Guarigutá acima até sua nascença com suas vertentes, concedida em 12 de Outubro de 1684 ao Coronel Francisco Dias de Avila e Antonio Guedes de Britto (moradores na Prov.a da Bahia) e seus herdeiros, pelo Governador Dom João de Souza, sem fôro ou pensão alguma, salvo o dizimo a Deus.

A segunda carta é outorgada no dia seguinte, em nome do mesmo Francisco Dias de Ávila e do seu filho Garcia d'Ávila, além de Bernardo Pereira Gago, Julião Affonso Serra, Domingos Affonso Leitão (sic) e Francisco de Souza Fagundes. Menciona uma área entre os rios Gurguéia, Parnaíba e Itaueira, possivelmente correspondendo, portanto, à atual região de Jerumenha (Documentação Histórica Pernambucana 4, 1959:105-106).

> Sesmaria de 10 leguas de terra no rio de S. Francisco, pelo rio chamado Guarigutá que faz barra nos rios Parnahiba e Itaqueira, concedida em 13 de Outubro de 1684 ao Coronel Francisco Dias de Avila e seu filho Garcia d'Avila, Bernardo Pereira Gago, Julião Affonso Serra, Capitão Domingos Affonso Leitão, e Franc.° de Souza Fagundes, e seus herdeiros, pelo Governador Dom João de Souza, sem fôro ou pensão alguma, salvo o dizimo a Deus.

Estes dois documentos indicam que a referência geográfica principal, neste momento, ainda é o rio São Francisco: as terras do Piauí são aquelas localizadas além dos seus cursos, na margem esquerda, para o norte. As cartas estão manifestamente relacionadas com as campanhas

que foram ordenadas contra os povos indígenas chamados Gueguês, além de outras etnias sem nomes, na região do mesmo rio, a partir de 1674, sob o comando do então Capitão-mor Francisco Dias d'Ávila (Documentos Históricos 12, 1929: 313-315) e do Capitão de Infantaria de Ordenanças Domingos Affonso Sertão (Documentos Históricos 12, 1929: 315-316). De acordo com Carlos Ott (1958), populações indígenas eram relatadas descendo as serras do Gurguéia e do Piauí para destruir as povoações do rio São Francisco. Essas populações indígenas eram denominadas, talvez genericamente, "Guaesguaes" ou"Guesgues" (o mesmo etnônimo aparece na documentação pernambucana relativa à região localizada na bacia do Rio Pajeú). Além dos Gueguês, outra população é citada vindo do rio São Francisco, os Amoipira, que juntamente aos Gueguês povoavam as nascentes dos rios Gurguéia e Paraim (OLIVEIRA, 2007).

Outra população indígena que aparece na região sul do Piauí e faz frente à Casa da Torre, ainda no século XVII, são os Akroás. De acordo com o "Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí", citado por Apolinário (2005), a região do Piauí ocupada por Domingos Afonso Sertão e outros da Casa da Torres, era um espaço onde viviam vários grupos indígenas. Essas populações viviam há muito tempo na região e começaram a ser expulsos com a implantação das fazendas de gado. De acordo com Apolinário (2005), em 1698, os Akroás entram em contato com os colonos e em seu território é criada a vila de Paranaguá.

Na década seguinte à concessão das duas sesmarias citadas anteriormente, o Padre Miguel de Carvalho redigiu um relatório para o Bispo de Pernambuco, no qual descreveu o território do Piauí após uma viagem realizada em 1694 (Carvalho, 2009). No texto, estabeleceu a primeira lista de fazendas existentes na freguesia de Nossa Senhora da Vitória, futura capitania do Piauí. Na região que nos interessa, o rio Gurguéia, o padre contou sete fazendas: Serra Vermelha, Estreito, Boretis, Barreira, Castelo, Sítio das Manganas e Sítio Real. Moravam ali um total de 15 pessoas, oito brancos e sete negros.

O mesmo documento identifica povos e nações indígenas nos arredores do Gurguéia. Os Rodeleiros e Beiçudos estavam localizados nas nascentes do rio, os Corsais e os Lanceiros no médio curso, e os Bocoreimas em um dos seus riachos afluentes. Enfim, os Acuruás são provavelmente os Akroás e segundo o padre, estavam localizados nas nascentes do Gurguéia (CARVALHO 2009; MOTT 1985; MIRANDA, 2016). Segundo Miranda (2016), a etnia tinha subgrupos, entre os quais os Corerás e os Tapacuás, que estavam localizados das nascentes do Gurguéia e do Parnaíba até o rio Tocantins. Carvalho oferece uma breve descrição de sua organização sociopolítica:

> Estes sertões estão povoados de muitos tapuias bravos, valentes e guerreiros, entre os quais se acham alguns que se governam com alguma rústica política, tendo entre si Rei e chamando seus distritos Reinos, como são os Rodeleiros, que se contam com sete Reinos, e são tão guerreiros que até agora não foram batidos nem de entre eles se tem apanhado língua […] (*apud* Mott 1982: 57).

Estranhamente, contudo, os Gueguê não apareceram na lista de Carvalho. Sabemos, no entanto, que eles estavam também no rio Gurguéia, até o vale vizinho do Uruçuí-Preto (Miranda 2016). Outra população que habita essa região são os Timbira e os Gamelas, que estavam localizados do esquerdo do Parnaíba, no Maranhão, mas existem relatos de aparições deles em Jerumenha e em Oeiras (MIRANDA, 2016).

É possível, ainda, que o termo Rodeleiros, mencionado pelo Padre, se refira a uma série de etnias distintas. A palavra remete a um tipo de escudo pequeno utilizado em batalhas, bem conhecido no continente europeu (ROMANONI, 2020). Rodeleiros seriam, nesta perspectiva, todos aqueles que fazem uso de um escudo pequeno.

De forma geral, os conflitos entre colonos e populações indígenas se intensificaram a partir do final do século XVII. O interesse pelo Gurguéia talvez deva à sua fertilidade: de acordo com o próprio Carvalho (2009), as margens do rio ofereciam vários tipos de comida, entre frutas e carnes. Nota também que rapidamente se passava fome ao se afastar do leito. Era, portanto, uma região propícia ao estabelecimento de fazendas.

É, de fato, esta motivação que aparece numa representação feita ao Rei por povoadores da região em 1698. Solicitam ajuda real para proteger fazendas, currais e escravos das Nações indígenas Acaroazes, Moroazes e Rodeleiros, e estabelecer ali um arraial com soldados (AHU, ACL, CU 05, Caixa 33, Documento 4226-4227). A resposta do Governador Geral João de Lancastro em 13 de maio do ano seguinte, no entanto, deixa vislumbrar outras motivações entre os referidos moradores (AHU, ACL, CU 05, Caixa 33, Documento 4226-4227; grifo nosso):

> Tanto que a frota partir, tratarei com o zelo e cuidado com que sirvo a Vossa Majestade, de evitar pelos meios mais prontos e possíveis que os moradores da Lagoa do Parnaguá, Rio Preto, Rio Grande e Rio de São Francisco não padeçam o menor dano; e aos Capitães-mores, Coronéis e mais Cabos do Sertão dos Rodelas, ordenarei por todo o cuidado, por meter de paz, não só aos Índios Acaroazes, Mocoazes e Rodeleiros, senão também aos mais que andam de corso naqueles sertões; sem embargo de ver as dificuldades que há para se dar a execução esta ordem de Vossa Majestade, que como estas aldeias distam umas das outras, muita quantidade de léguas, e o Gentio de corso não tem paragem certa onde habita, e uns e outras senão costumam sujeitar à paz, senão depois de experimentar as violências da guerra; **duvido que os moradores daqueles distritos a queiram fazer a sua custa, sem dela lhe resultar alguma utilidade**: e não sei, senhor, se quem deu a Vossa Majestade a informação que consta desta carta, foi com a clareza e verdade com que o devia fazer: o que a mim me parecia, pelas notícias que tenho, sobre este particular, de alguns sujeitos, empenhados na destruição daquele Gentio, por serem os que mais danos recebem deles, nos seus currais; e que concedendo Vossa Majestade, aos moradores

> daqueles distritos, o mesmo que foi servido conceder ao Terço dos Paulistas, que por ordem de Vossa Majestade assista na Conquista dos Bárbaros do Rio Grande, somente o que toca ao cativeiro do Gentio, que pressionam em guerra justa, pois para ela, não há a fazenda de Vossa Majestade em fazer a menor despesa, porque toda há de correr por conta dos interessados na dita guerra, como também o sustentarem os Capelães, que hão de ser obrigados a ter nas aldeias que situarei no caso que Vossa Majestade lhes conceda esta mercê. À Real Pessoa de Vossa Majestade Grande Nosso Senhor como seus vassalos havemos mister. Bahia, 13 de maio de 1699.

A referência ao Terço do Açu nesta região, aparentemente distante do Rio Grande do Norte, ainda tem respaldo em uma ordem dada em 8 de abril de 1701 ao Sargento-mor José de Morais Navarro, para:

> "assistir no Sertão, que fica entre o Ceará, e o rio da *Parnahiba*, por ser de utilidade naquele Sítio, para fazer guerra aos rebeldes *Taramambeses*, e mais nações bárbaras que há naqueles Sertões, de cento, e dez léguas de distância, que impedem a comunicação deste Estado, para o do Maranhão" (Documentos Históricos 9, 1938: 139).

Ao final do século XVII é criado um aldeamento nas proximidades de Parnaguá, nomeado como N. Sra. do Livramento. Esse aldeamento recebeu grupos Akroás, Mocoases e Rodeleiros (MIRANDA, 2016).

Em 1705, cinco novas cartas de sesmarias foram emitidas pelo Governador de Pernambuco na região do rio Gurguéia (Documentação Histórica Pernambucana 4, 1959: 127-129). Todos os documentos fazem as mesmas referências topográficas: no sertão de Parnaguá, desde a Serra Vermelha pelo rio Gurguéia, perto da povoação de São Pedro de Balthasar Carvalho da Cunha, até o Parnaíba e as povoações do Piauí.

O uso destas referências gerais indica que as sesmarias eram concedidas dentro de uma área mais ampla. Dois elementos, no entanto, nos interessam: primeiro, fazem referência à Serra Vermelha, já mencionada no relatório do Padre Miguel de Carvalho em 1697. Atualmente, o topônimo se refere a uma serra localizada entre os municípios de Bertolínia e de Manoel Emídio. Segundo, indicam pela primeira vez a existência de "povoação", uma chamada pelo nome, São Pedro, e outras genericamente situadas no Piauí. Não há outras referências a um lugar chamado São Pedro na literatura, mas o seu proprietário, Balthasar Carvaho da Cunha, é conhecido por outros meios (Miranda, 2017).

3.2. A primeira guerra (1708)

Três anos depois, em 29 de julho de 1708, é expedida para o Governador-Geral do Brasil a primeira ordem de guerra total contra as populações indígenas do Nordeste (Documentos Históricos 34, 1936: 296):

> […] Fui servido resolver se faça guerra geral, a todas as Nações de Índios de Corso, entrando-se por todas as partes, assim pelo Sertão dessa Capitania, como pela de Pernambuco, Ceará e Rio Grande, para que não possam escapar uns sem saírem nas mãos dos outros […].

Neste período, o território do Piauí ainda está incorporado à Capitania da Bahia e ao Bispado de Pernambuco, e só passa à administração em 1712 quando se tornou subordinado ao estado do Grão Pará Maranhão. A ordem régia, portanto, se aplica também à região do Gurguéia. Por outro lado, a expressão "Índios de Corso", utilizada no texto, continuou a ser empregada por muitos anos para descrever as populações indígenas no Piauí. Ela se refere, a partir do século XVI, a uma forma de guerra na qual indivíduos privados são subvencionados por uma Nação inimiga para atacar as bases do comércio. Esta prática, levada a cabo por indígenas, foi denunciada por Manuel Álvares de Morais Navarro em 1694 (Silva 2008):

> […] fazião pazes com qualquer navio estrangeiro que viera aquela costa, pois tanto suspirão pellos olandeses, e he serto ser qualquer inimigo lhe desse armas de fogo, só elles bastavão para nos conquistarem por terra pois são tantos como as folhas, e no valor não lhes excedemos mais que na desigualdade das armas [...]

Na região do Gurguéia, os documentos históricos indicam a presença de diversas nações combatidas pela Coroa portuguesa. Muitas informações são relacionadas com a atuação do Mestre-de-Campo Bernardo de Carvalho Aguiar na década de 1710. O mesmo já estava presente em 1694, quando acompanhou o Padre Miguel de Carvalho para a região de Parnaguá (MIRANDA, 2017b). Em 1718, Bernardo de Carvalho Aguiar envia documentos para o Conselho Ultramarino para justificar o seu envolvimento nas guerras de conquista. Entre outros, menciona uma campanha contra a Nação Precati no final do século XVII. Até 1720, os Paracatis estavam presentes na região o rio Uruçuí-Preto. Em relatos históricos sobre essa população, mostram que esses entraram em confronto com o capitão Antônio Gomes Leite, em regiões mais ao sul do Piauí (MIRANDA, 2016).

Em 1728, Bernardo de Carvalho Aguiar faz novamente uma solicitação de pagamento ao Conselho referente ao ano de 1722, na qual menciona, além desta, as Nações *Gueguê* e *Acoroâ* (AHU, ACL, CU 19, Caixa 1, Documento 41).

> Diz Bernardo Carvalho e Aguiar Mestre-de-Campo da conquista deste Estado por Sua Majestade, que Deus guarde, que ele quer justificar os artigos abaixo declarados e provar nos aparelhos o justificante em mostra geral de pagamento em 21 de fevereiro de 1722 por estar antecedentemente na Capitania do Piauhy fazendo guerra ao gentio do corso Percaty o que foi destruido, a requerimento dos moradores de Parnaguá; foi o justificante em pessoa a dar guerra ao gentio Guegué, e Acoroâ, em cuja diligencia gastou-lhe o mês de novembro do dito ano, de 1722, sem o justificante ocupar em outro qualquer serviço mais do que serviço de Sua Majestade, que Deus guarde, e não em situar fazendas e despedir boi a dar para as Minas.

A partir de outubro de 1727, o Ouvidor Geral da Vila da Mocha e o Governador do Maranhão solicitam novamente ajuda real para se proteger de assaltos ocorridos em toda a Capitania (AHU, ACL, CU 19, Caixa 1, Documento 48):

> […] os Índios da Nação Timbira tinham feito as maiores invasões em toda aquela Capitania e que se temia uma grandíssima ruina por se achar o Arraial que governava o Sargento-Mor Francisco Xavier de Britto sem os soldados que defendiam aqueles distritos, havendo-se todos destinados por ordem do Vice-Rei da Bahia [...] dar as ofensas cometidas aos meus vassalos se descobrindo serem autores de muitos Índios da mesma Nação, os quais vieram ao nosso Arraial deserto de defensas e queimaram as rancharias, e puseram cerco em uma fazenda chamada a Lagoa, distante de doze léguas do mesmo Arraial onde fizeram uma morte, no mês de junho próximo passado e que ficava tirando devassa; e como o tal Gentio tinha tanto poder de gente de guerra receavam uma grande ruina a toda aquela Capitania desarmada [...]

Na sua resposta do ano seguinte, o Governador indica que autorizou a criação de uma tropa pelos moradores do Parnaguá. Argumenta que a decisão fora feita em Junta de Missões, que serão pagos “os quintos das presas” e que os Timbiras já foram “sentenciados à guerra” (AHU, ACL, CU 19, Caixa 1, Documento 48).

O início da década seguinte vê uma série de devassas e Juntas de Missões organizadas com o objetivo de declarar a guerra ofensiva. Durante 1730, a região entre os rios Parnaíba e Gurguéia e o sertão de Gilboés é constantemente ataca pelos Akroás, provocando o abandono das fazendas pelos colonizadores (APOLINÁRIO, 2005).

Em 1734, no entanto, o Rei manda refazer todo o processo, anexando os votos individuais dos membros da Junta (AHU, ACL, CU 16, Caixa 3, Documento 157). Os novos envios indicam que duas devassas foram realizadas na Vila da Mocha e em Parnaguá em 1737 e 1738, sobre as quais a Junta de Missão deu pareceres favoráveis à guerra ofensiva (AHU, ACL, CU 9, Caixa 24, Documento 2477). Em 1737, nos Autos de Devassa, as nações Timbira e Gueguês são citadas na região do Gurguéia. Também são citados os Coroá-Merim e Coroá-Açu (CARVALHO, 2008). Existe outra devassa na qual os Akroás são acusados por moradores de Parnaguá e Gilbués, de violência e extermínio. Essa segunda deu origem à convocação da

Junta das Missões no Bispado do Pará, em 1738, na qual foi decidida guerra "defensiva" a esses povos (APOLINÁRIO, 2005).

É importante indicar que em 1735 João do Rego Castelo Branco se muda para a fazenda Cajazeiras, na região de Parnaguá. A partir desse momento ele acompanha Antônio Gomes Leite no combate contra as populações indígenas da região e aprende com o mesmo (MIRANDA, 2017).

Em 4 de outubro de 1738, o Governador João de Abreu de Castelo Branco escreve ao Conselho Ultramarino explicando que, na espera de uma ordem oficial e para não deixar os moradores indefesos, ordenou que o Capitão-mor Antônio Gomes Leite deslocasse todos os indígenas Jaicós, no rio Itaim, para formar "uma espécie de arraial entre o Gurguéia e o Parnaguá, na parte que lhe parecesse mais exposta às correrias daquele Gentio" (AHU, ACL, CU 16, Caixa 3, Documento 157). As devassas citadas acusavam as populações indígenas de assaltar, destruir e queimar fazendas, além de matar colonos e escravos e roubar cavalos e gado, essas ações ocasionaram o despovoamento de muitas fazendas da região. (APOLINÁRIO, 2003; CARVALHO, 2008; BOMBARDI, 2020).

Segundo Carvalho (2008), os ataques dos Timbira, Akroás e Gueguês, resultaram em 23 fazendas despovoadas na região do Gurguéia. Nesse processo 13 testemunhas foram chamadas para depor contra os povos indígenas, e em seus relatos citam diversas vezes os ataques de nações indígenas às fazendas que beiram os rios Gurguéia e Parnaíba, além da região de Gilbués e Parnaguá (CARVALHO, 2008).

Também em 1739, os Akroás são acusados de matar os mestres-de-campo Francisco Ferraz Cardoso e Manoel Gonçalves Monção, na região das Minas de Goiás, próximo ao rio Tocantins (APOLINÁRIO, 2005; BOMBARDI, 2020), além de matar viajantes que vinham da mina de São Felix para o Maranhão (APOLINÁRIO, 2005). Então a guerra é requerida ao rei por duas frentes, "uma pelo sul do Piauí, via rio Parnaguá, e outra pelo Pará, alcançando o rio Tocantins." (BOMBARDI, 2020, p. 58).

3.3. A segunda guerra (1739)

No dia 16 de abril de 1739, El Rey declara a guerra ofensiva contra as Nações Guegué, Acoroá e outras, indiscriminadas, por serem "Gentio de corso" e não "habitar em lugar certo". Nos autos de uma devassa, testemunhas mencionam também a Nação Panica. Três meses depois, estão emitidos os dispositivos para ir "buscar[-los] a qualquer parte onde se pudessem encontrar" (AHU, ACL, CU 16, Caixa 3, Documento 157). Inicialmente, o Governador João

de Abreu de Castelo Branco nomeia o Capitão-mor Francisco de Almeida para liderar a campanha.

> Faço saber aos que esta minha provisão virem que atendendo El Rey Nosso Senhor aos estragos que as Nações bárbaras do Gentio Acoroá-Açu, Acoroá-Mirim, Guegué e Timbira tem feito nas fazendas e nas vidas dos seus vassalos povadores e habitantes em diferentes distritos da Capitania do Piauí deste Estado do Maranhão, foi servido ordernar-me por sua Real Resolução de 16 de abril deste presente ano, que mandasse fazer guerra a todas estas nações, para cujo efeito tenho mandado preparar todas as armas e municções de guerra necessárias, com um corpo de 60 soldados de infantaria paga, e seus oficiais, aos quais se hão de unir 200 Índios dos Barbados, Guanarés, Araios e Anapurus, e 250 Índios da Serra da Ibiapaba, para que todos juntos à ordem do Capitão-mor do Mearim Francisco de Almeida, e com os mais cabos que hey de nomear, possam assuntar o seu arraial no Rio das Balsas nos princípios de maio, para dali com o parecer dos cabos maiores poderem despedir as bandeiras, e fazerem as mais operações necessárias em conformidade com as ordens de Sua Majestade e do regimento que lhe hey de dar para a execução delas.

Solicita também as contribuições de todos os moradores da Capitania. Em cada distrito, pessoas são encarregadas de definir a repartição dos mantimentos de alimentos a serem enviados e o período dos comboios (Tabela 1). Quatro pessoas são indicadas para a região do Gurguéia:

Tabela 1: Pessoas encarregadas para repartição e suas respectivas localidades.

N	Nome	Localidade
1	José Francisco de Figueiredo	Para a Ribeira do Parnaguá
2	Antônio da Siva Costa	Da Ribeira do Curimatá e Gurguéia até a fazenda da Tranqueira
3	Zacharias Garcia Paz	Da Tranqueira até a barra do Gurguéia
4	João Rodrigues de Aguiar	Da Ribeira do Prata e Parnaíba, nas primeiras povoações, até a fazenda Conceição

Diferente do que foi requerido pelo governador do Grão Pará e Maranhão, o rei permite a guerra apenas por Parnaguá, para que não houvesse entradas ilegais nas minas de ouro pelo rio Tocantins (BOMBARDI, 2020).

Cinco anos depois, em 1744, o Capitão-mor Antônio Gomes Leite anuncia ter alcançado um acordo de aldeamento com os Gueguês e ali estariam mais de 2000 pessoas num sítio de suas fazendas (BOMBARDI, 2020). O Padre João Rodrigues, Reitor do Colégio dos Jesuítas no Maranhão, oferece um testemunho primário do aldeamento: descreve um local “estéril de mantimentos, pois não há casas, nem coisas que comam, por estar junto a uma cota de serras da parte do norte, que de uma parte se estende por muitas léguas, e nelas não há, se não pedras,

e da outra parte do sul avizinha com as últimas fazendas do sertão do Parnaguá" (AHU, ACL, CU 16, Caixa 4, Documento 235).

A prosta de aldeamento prometia uma terra para cultivo, a possibilidade de viver sem serem importunados pelos colonos e a proteção contra ataques de outras populações indígenas (APOLINÁRIO, 2005; BOMBARDI, 2020). De acordo com uma carta enviada para rei pelo governador João de Abreu Castelo Branco, os colonos da região não estavam mandando mantimentos para o capitão, pois o interesse real era escravizar as populações indígenas (BOMBARDI, 2020).

De acordo com Apolinário (2005), após o aldeamento dos Gueguês pelo capitão-mor, as terras que seriam utilizadas para criação de fazendas são ocupadas pelo Akroás. Os "Acroás-Açú" ou "Akroá-Assu" estavam situados em antigo território Gueguê, e lá eles são atacados pelo capitão Antônio Gomes Leite juntamente com parte do grupo Gueguê aldeado (APOLINÁRIO, 2005; MIRANDA, 2016; BOMBARDI, 2020). Em seguida, em setembro de 1746, o Ouvidor-mor da Capitania do Piauí declara terem alcançado outro acordo de paz, dessa vez com os Akroá. O aldeamento dos Akróas estaria na região de Gilbués, no Piauí, onde mais de 8000 pessoas foram para a fazenda do capitão-mor (APOLINÁRIO, 2005; BOMBARDI, 2020).

No entanto, novos conflitos aparecem rapidamente entre os moradores e os indígenas: um padre de Parnaguá foi acusado de incitar os habitantes a não enviarem mantimentos, e tem a sua expulsão decretada em setembro de 1747 e o Capitão-mor Antônio Gomes Leite se mudou para as terras novas de Goiás.

O capitão envia uma carta para o ouvidor-geral das minas de Goiás, pedindo apoio a construção do aldeamento. Na carta, a intenção era de transferir os Akroás para o rio Balsas no Maranhão, permitindo assim uma passagem mais segura para os colonos na região das minas (APOLINÁRIO, 2005).

O capitão recebe apoio dos colonos da região do norte de Goiás e outras pessoas da administração colonial, mas não recebe auxílio financeiro do governo de Goiás (APOLINÁRIO, 2005). Também não recebendo grande ajuda da região do Piauí, não foi possível manter o projeto de aldeamento, não cumprindo assim com a proposta de paz feita as duas etnias indígenas.

Descontentes com a situação na qual se encontravam, se inicia novamente um levante dos Gueguês e Akroás no sul do Piauí. É então informada pelo Governador a sublevação geral dos aldeados, que matam um Padre, recuperam armas e mantimentos, e desaparecem (AHU, ACL, CU 13, Caixa 29, Documento 2781).

Os primeiros movimentos que se pôde observar foram as fugas dos aldeamentos por ambos os grupos (APOLINÁRIO, 2005; BOMBARDI, 2020). Os Gueguês, durante sua fuga, em 1746, assassinam um missionário que estava no aldeamento e mais 60 pessoas em fazendas próximas (CARVALHO, 2008; MIRANDA, 2016). Após a fuga dos Gueguês ocorre a nomeação de João do Rego Castelo Branco para cabo de uma bandeira que iria atrás dos indígenas que haviam fugido (MIRANDA, 2016).

Entre 1747 e 1749, são organizadas novas devassas e reuniões da Junta de Missões para solicitar novamente a declaração de guerra ofensiva pelo Rei (AHU, ACL, CU 9, Caixa 30, Documento 3143 e AHU, ACL, CU 13, Caixa 31, Documento 2906). Carvalho (2008) cita que no Termo da Junta das Missões de 10 de julho de 1747, 27 fazendas de gado foram despovoadas e 60 pessoas foram mortas.

Em uma das solicitações que encontramos, 30 testemunhos relatam os ataques feitos por indígenas às 10 fazendas instaladas no vale do Gurguéia (AHU, ACL, CU 16, Caixa 4, Documento 299) (Tabela 2).

Tabela 2: Testemunhos que relatam os ataques às fazendas instaladas no vale do Gurguéia.

N	Nome	Fazendas
1	Antônio de Britto de Aguiar	Cajazeiras, Bom Sucesso, Couvas, Grande
2	Pedro Gonçalves do Valle	Bom Sucesso, Cajazeiras
3	Antônio Fonseca Flores	Cajazeiras, Grande, São Gregório, Tapera
4	Miguel dos Santos Caldeira	São Gregório, Grande, Cajazeiras, Bom Sucesso
5	Antônio da Costa Arcoz	-
6	João da Costa Freyre	Bom Sucesso, Cajazeiras, Grande, Tapera
7	Vitoriano Coutinho	Bom Sucesso, Cajazeiras, Grande, Tapera
8	Claúdio de Tomaz Malich	Bom Sucesso, Cajazeiras, Grande, São Gregório, Tapera
9	Juliano Loubo	Bom Sucesso, Cajazeiras, Grande, Tapera
10	Jozeph Cardozo Reis	Bom Sucesso, Cajazeiras, Grande, Tapera
11	Francisco Rodrigues	Cajazeiras, Grande, São Gregório, Tapera
12	Manoel Alves da Rocha	São Gregório, Grande, Cajazeiras, Bom Sucesso, Tapera
13	Capitão João do Rego Castelo Branco	Bom Sucesso, Cajazeiras, Grande, Tapera
14	João Leyra	Bom Sucesso, Cajazeiras
15	Manoel Mendes Castro	Cajazeiras, Grande, São Gregório, Tranqueira, Tapera
16	Ignácio Machado	Bom Sucesso, Cajazeiras
17	Francisco Nunes de Britto	Bom Sucesso, Cajazeiras, Grande, Tapera
18	Capitão-Mor Gonçalo de Barros Taveira	Bom Sucesso, Cajazeiras, Grande, Tapera

19	Luis Gonçalves	Cajazeiras, Bom Sucesso, São Gregório, Grande, Tapera
20	Thomas Gonçalves de Britto	Cajazeiras, São Gregório, Bom Sucesso, Grande, Tapera
21	Gui[…] Juliano de Britto	Cajazeiras, São Gregório, Bom Sucesso, Grande, Tapera
22	André Carvalho de Almeida	Cajazeiras, Bom sucesso, Couvas, Grande, Tapera
23	Domingo Pereira	-
24	Vicente de Barros Lima	Cajazeiras, Bom Sucesso, São Gregório, Grande, Tapera
25	Capitão Antônio Gonçalves Velho	Cajazeiras, Bom Sucesso, São Gregório, Grande, Tapera, Tranqueira
26	Manoel da […]	-
27	Francisco Carvalho da Cunha	Matto Grosso, Santa Roza, Flores, Cajazeiras, Bom Sucesso
28	Francisco da Rocha	-
29	Manoel da Costa São Miguel	Bom Sucesso, Cajazeiras, Grande, Tapera
30	Manoel de Souza Machado	Bom Sucesso, Cajazeiras

Entre as testemunhas, três mencionam algum título de Capitão-mor (Gonçalo de Barros Taveira) ou de Capitão (João do Rego Castelo Branco, genro do anterior, e Antônio Gonçalves Velho, também pai de Luis Gonçalves, Thomas Gonçalves de Britto e de Gui[…] Juliano de Britto). A documentação de sesmarias do Arquivo Histórico do Pará e do ITSC indicam também documentos em nome de Antônio Fonseca Flores (fazenda Flores), Francisco Carvalho da Cunha (fazenda Santo Antônio) e Gonçalo de Barros Taveira (fazendas Jacaré e São Lourenço).

3.4. A terceira guerra (1750)

Pedro Gurjão revela que os Gueguês, Akroás e Timbiras estão unidos, atacando as regiões do Piauí, Parnaguá e Maranhão, em 1750 (BOMBARDI, 2020). Nesse mesmo ano, o governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará pede urgência ao rei sobre as medidas contra os ataques dessas três etnias. Anteriormente no Bispado do Pará, em 1748, foi convocada uma Junta de Missões para tratar o conflito com os indígenas como guerra "defensiva" até que o rei declarasse guerra "ofensiva" (APOLINÁRIO, 2005).

No dia 27 de maio de 1750, o rei ordena novamente a guerra ofensiva contra os Akroá, Gueguês, Timbiras e outras Nações (AHU, ACL, CU 16, Caixa 4, Documento 299). Os dispositivos envolvem a nomeação de um novo Capitão-mor, João do Rego Castelo Branco, cujo nome apareceu na lista das testemunhas da devassa de 1747 (AHU, ACL, CU 9, Caixa 32, Documento 3276) e um regimento de ordens a serem seguido por este.

No mesmo ano, contudo, chegam também notícias da extensão do conflito até o Maranhão (AHU, ACL, CU 9, Caixa 31, Documento 3222). Este desenvolvimento vai se estender, sem solução aparente, por toda a década de 1750 (AHU, ACL, CU 16, Caixa 5, Documento 324), apesar de novos envios de pólvora e armas, por exemplo em 1756 (AHU, ACL, CU 13, Caixa 41, Documento 3818) e em 1759 (AHU, ACL, CU 9, Caixa 39, Documento 3797). Diversos problemas políticos parecem também ter envolvido a questão de saber quais e como as Nações deviam ser combatidas (AHU, ACL, CU 13, Caixa 35, Documento 3276). Uma nova devassa chegou a ser realizada pelo Desembargador Francisco Marcelino de Gouveia, em 1759, sobre os acontecimentos que levaram à destruição da fazenda Macambira, no Gurguéia (AHU, ACL, CU 16, Caixa 6, Documento 382).

Em 1751, após um ataque a um grupo Gueguê, João do Rego Castelo Branco é nomeado "capitão da conquista do gentio" pelo governador do Maranhão. O novo capitão cria o aldeamento São Félix, do lado esquerdo do rio Parnaíba (MIRANDA, 2016). Mesmo com a repressão, as três etnias continuam agindo tanto no Piauí como no Maranhão.

Em 1753, o capitão se queixa ao governador do Maranhão, pois não estava recebendo apoio dos colonos do Piauí e do Maranhão (APOLINÁRIO, 2005). As campanhas necessitavam de mantimentos e sem eles se tornava difícil continuar perambulando sertão adentro.

De acordo com Apolinário (2005), o capitão também informa a localização das três etnias naquele ano. Os Timbiras no sertão e na freguesia de São João das Balsas, Maranhão; os Gueguês estavam em toda região entre o Gurguéia e o Parnaíba, abaixo dos Timbiras e acima de Parnaguá; e os Akroás-Assu vão do Maranhão até o Pernambuco, passando também pelas minas de Goiás, no rio Grande do Sul e passando próximo ao rio São Francisco (APOLINÁRIO, 2005).

Já em 1754, o rei autoriza guerra ofensiva às etnias Gueguê, Akroá e Timbira. Dois anos depois o capitão combate esses grupos no Maranhão e esses são colocados em cativeiro (APOLINÁRIO, 2005).

Mais tarde, em 1758 o aldeamento de João do Rego (São Félix) muda para a fazenda Boa Vista localizada na freguesia de São Bento das Balsas, ainda no Maranhão (MIRANDA, 2017). De acordo com Miranda (2017), foi João do Rego Castelo Branco que induziu as autoridades a realizar essa mudança, para facilitar a defesa dos rios Gurguéia e Balsas contra os ataques indígenas. É importante lembrar que João do Rego Castelo Branco estava concretizando o aldeamento idealizado por Antônio Gomes Leite.

> Na oportunidade, se comprometeu a continuar dirigindo o aldeamento e a conquista do sertão, policiando desde a fazenda Cajazeiras, na freguesia do Gurgueia (Jerumenha), centro sul do Piauí, até a de Antônio Rabelo Bandeira, na freguesia de São Bento, no Maranhão. (MIRANDA, 2017, p. 4)

A fazenda *Cajazeiras* citada aqui não é a mesma de 1735; essa fazenda citada em Miranda (2017), provavelmente, é a que aparece no mapa de Galúcio de 1760. A outra fazenda *Cajazeiras* é um local bem citado na historiografia, mas essa está mais próxima a Parnaguá. E ao que nos parece é um local que reaparece em mapas históricos a partir do século XIX, mostrada como *Cajazeiro* e nos mapas do início do século XX temos *Cajueiro*. Mas o que nos parece mais alarmante é que em 1760, Galúcio mostra uma *Cajazeira* que coincide com o relato de Miranda (2017), mas no mapa de 1761, também dado como obra de Galúcio, a *Cajazeiras* identificada está mais próxima a Parnaguá e Guaribas.

3.5. A quarta guerra (1760)

É neste contexto de guerra generalizada e descontrolada que, em agosto de 1758, é oficialmente criada a Capitania do Piauí. O primeiro Governador, João Pereira Caldas, toma posse em 20 de setembro de 1759 e envia o seu primeiro relatório sobre a guerra para o Conselho Ultramarino, três meses depois, em 26 de janeiro de 1760 (AHU, ACL, CU 16, Caixa 6, Documento 386).

> Uma das principais matérias que devo participar a Vossa Excelência para pôr na presença de Sua Majestade, é da contínua aflição em que existem os moradores das Freguesias do Parnaguá e Gurguéia, pelas repetidas hostilidades que com eles praticam as Nações de Gentio Acoroá, Timbira e Gueguê, participando das mesmas crueldades os moradores da Freguesia de Pastos Bons no Governo do Maranhão, e todos aqueles comerciantes que traficam em negócio para aquelas Freguesias, e para as Minas da Natividade, e nas terras novas do Governo de Goiás.
> Inexplicáveis são os insultos que as referidas Nações de Gentio cometem incessantemente nas vidas, e fazendas dos sobreditos moradores, matando muitos destes, escaldando-lhes as casas, e roubando-as, levando em sua companhia as mulheres e filhas dos mesmos moradores, que conservam nas suas terras com indelével sentimento dos seus parentes.
> Muitas são já as fazendas despovoadas por haverem experimentado semelhante tirania, e mais se despovoarão brevemente se a Paternal providência de Sua Majestade não ocorrer, sem demora, nestas calamidades, que igualmente redundam em prejuízo da Sua Real Fazenda.

Em 19 de junho do mesmo ano, El Rey envia, pela quarta vez em menos de 60 anos, uma nova ordem de guerra ofensiva contra os Acoroás, Gueguês e Timbiras, na Capitania do Piauí (AHU, ACL, CU 16, Caixa 7, Documento 412). De acordo com Apolinário (2005) a união entre as três etnias (Gueguê, Akroá e Timbira) proporcionou uma resistência aos ataques do

colonizador e, em 1760, tanto os colonizadores quanto os indígenas estavam enfurecidos. Nesse processo, 23 fazendas foram despovoadas na região do Gurguéia e Parnaguá (APOLINÁRIO, 2005).

João Pereira Caldas assume o governo da Capitania do Piauí, e nesse mesmo ano o governador do Piauí traz o capitão Castelo Branco com o intuito de combater as populações indígenas. O primeiro trabalho realizado foi trazer de volta a São Félix da Boa Vista os indígenas que haviam saído do aldeamento nesse mesmo ano. Finalizada a missão, o capitão recebe o título de tenente-coronel (MIRANDA, 2017).

É também neste contexto que foi elaborado o primeiro mapa geográfico da Capitania do Piauí, por Henrique Antônio Galúcio. Em 1760, é criado o primeiro mapa da Capitania de São José do Piauhy; nele, são indicadas por Galúcio 37 localidades no rio Gurguéia e em alguns de seus braços menores, alguns com legenda nítida outros não. Entre essas localidades estão sítios, fazendas, uma freguesia e as povoações destruídas. No riacho da Prata, são indicadas sete localidades, mas algumas não possuem legenda nítida. Reunindo os afluentes do Gurguéia, o riacho da Prata e o próprio rio Gurguéia, foram indicadas dez povoações destruídas no mapa de 1760. A inserção dessas localidades no mapa se deve provavelmente a todo o contexto de guerra que vinha perdurando na região.

A partir da segunda metade do século XVIII, mais especificamente depois de 1760, a guerra contra os povos indígenas se intensifica com o governo de João Pereira Caldas, e as campanhas de João do Rego Castelo Branco na região sul do Piauí (OLIVEIRA, 2007). Mesmo que a guerra já estivesse declarada, as campanhas oficiais de maior sucesso da região do rio Gurguéia aconteceram após a confecção do primeiro mapa da Capitania do Piauí.

Durante 1763 e 1764, o governo do Piauí arrecada mantimentos, armamento e contingente (indígenas e colonos) para lutar contra os Gueguês e os Timbiras. O novo governador consegue reunir o necessário para a guerra, mas à base de imposição, tanto para o alistamento quanto para doação de mantimentos (MIRANDA, 2017). No segundo ano, João do Rego Castelo Branco vai a Jerumenha, reunindo as tropas entre os rios Parnaíba e Gurguéia, para batalhar contra os Gueguês e continuar atrás de grupos dessa etnia (MIRANDA, 2017).

Em 1764 e 1765, o tenente-coronel Castelo Branco entra em combate com as populações Gueguê e Timbira, na região do Maranhão e sul do Piauí. No segundo ano, é criado o arraial de São João de Sende, que recebe 434 indígenas de etnia Gueguê, vindos da região de Uruçuí (MIRANDA, 2016, 2017).

Em 1772, é criado, pelo tenente-coronel, o aldeamento de São Gonçalo do Amarante, que recebe 1237 Akroás. Em 1779, esse mesmo aldeamento recebe os Gueguês vindos de São

João de Sende, e depois, mais da mesma etnia são aldeados, em 1786 (MIRANDA, 2016). Em 1779, o tentente-coronel faz campanha contra os Pimenteiras junto com seu filho Antônio do Rego, que termina sem sucesso (MIRANDA,2017).

Os Pimenteiras aparecem bastante nos relatos históricos, a partir da segunda metade do século XVIII. Estão localizados no alto rio Gurguéia, Paraim, São Francisco e Piauí. O grupo ocupou diferentes locais após o período de contato (OLIVEIRA, 2007). A região entre os rios Gurguéia e Piauí é descrita como território dos Pimenteiras por Oliveira (2007) e, no mapa de 1760, essa região é descrita como terras não descobertas.

Além dessas etnias, foi registrado em 1743 ataques dos Xikriabás, na capitania de Goiás. Já no século XIX, a mesma etnia foi mencionada nas nascentes do rio Gurguéia, chamados de tribo numerosa e perigosa (OLIVEIRA, 2007).

3.6. Observações gerais

É possível observar nesse breve recorte histórico que os conflitos que ocorreram na região estão diretamente ligados ao controle territorial, seja pelos indígenas ou pelos colonos europeus. Observamos também que diversas etnias estiveram presentes na região, mas aqueles mais citados eram os Gueguês, Akroás e Timbiras.

Essas três etnias pertencem ao mesmo troco linguístico, os Macro-Jê, e talvez essa seja uma das razões da aliança entre eles em meados do século XVIII. É nítido que parte da estratégia de defesa territorial indígena era impedir a invasão do seu território pelas fazendas de gado. Os ataques a esses espaços mostraram-se efetivos, ocasionando a desocupação, mas não vemos na historiografia a reutilização desses espaços pelos indígenas. Além das fazendas, Apolinário (2005) e Carvalho (2008) exemplificam parte da estratégia de resistência, que viria em forma de ataques a comboios de escravos e boiadas.

Viver em grupos menores e transitar no seu território também fez parte da estratégia de enfrentamento ao colonizador. Portanto, existia uma organização nos atos indígenas que tinha como objetivo reaver o seu espaço e impedir o avanço territorial do inimigo.

O governo do Grão-Pará, mais especificamente o Maranhão, também desenvolveu estratégias para lidar com as populações indígenas. Cada devassa, junta de missões, aldeamento e guerra justa foram orquestradas pensando no desenvolvimento da colônia. Estando sob o governo do Maranhão até 1759, o território piauiense passou por processos muito parecidos durante sua colonização, ocasionados claramente pelas mesmas políticas (ROLAND, 2018). É possível observar esse tipo de fenômeno no trabalho de Chambouleyron & Melo (2013); os resultados de cada governo da capitania maranhense afetaram de forma diferente a região do

Piauí. E a partir do momento que se cria um governo específico para o Piauí, vemos uma drástica mudança, tanto na forma de organizar a guerra quanto nas formas de obtenção de recurso para a mesma.

Após essa breve revisão da história dos conflitos da região do rio Gurguéia e adjacências passaremos para as análises cartográficas históricas sobre os povos indígenas e as povoações destruídas.

3.7. Análise espacial, iconográfica e toponímica

A inserção das povoações destruídas no mapa de Galúcio, sejam elas locais reais ou imaginários reconstruídos, são a prova material da força e do planejamento tático indígena - do perigo real - contra as investidas coloniais. De acordo com Apolinário (2003), faz parte do planejamento de guerra dos Akroás fazer contínuos assaltos, e culturalmente os Jê propõe a guerra para compensar as mortes dos seus (Giraldin, 1997 *apud* Apolinário, 2003). Dentro dessa visão colocada por Apolinário propomos uma ampliação dessas táticas e cultura de guerra para outros povos de matriz Macro-Jê. Pois além dos Akroás, os Gueguês e Timbiras, que também pertencem à família Jê, fizeram parte da resistência indígena que ocorreu no vale do Gurguéia.

As táticas de assaltos a fazendas condizem com os relatos dos colonos sobre ataques às fazendas. Como já mostram Apolinário (2003, 2005) e Oliveira (2007), a força indígena continuou fazendo frente à expansão pecuarista no sertão do Piauí durante todo o século XVIII. O que foi chamado de Guerra dos Bárbaros por Puntoni (2002) perdurou no Piauí até o final do século, principalmente nas regiões rio Gurguéia e proximidades.

Muito falamos sobre as povoações destruídas e sobre quem habitava as fazendas, mas pouco foi citado sobre a localização das populações indígenas que estavam ali antes dos colonos e que investiram contra essas localidades coloniais para proteger seu território.

As três etnias já citadas são as que mais aparecem na historiografia, mas além delas outras etnias também são citadas como, Pimenteiras, Precatis, Rodeleiros, Beiçudos, Bocoreimas, Corsaius (Corsais?), Lanceiros, Gamelas, Amoipiras e Xikriabás. É interessante deixar registrado que parte dos nomes dessas populações indígenas não são sua autodenominação, mas o modo como o colonizador lhes descreveu.

Cada subtópico desse capítulo aborda uma etnia diferente (Akroás, Gueguês e Timbiras). As outras populações indígenas que identificamos não estão diretamente ligadas às povoações destruídas. Aquelas populações que não conseguimos encontrar muita informação sobre ou as informações são todas de mesma fonte, foram reunidas em um mesmo tópico ao

final do capítulo. É o caso dos Precatis, Rodeleiros, Beiçudos, Bocoreimas, Corsaius (Corsais?), Lanceiros, Gamelas, Amoipiras e Xikriabás. Sobre o caso dos Pimenteiras, existe muitas informações sobre esse grupo depois da construção do mapa de Galúcio, fugindo de nosso recorte temporal. Além disso, já existe um levantamento sobre essa população, a tese de Oliveira (2007).

Também é importante ressaltar que ao utilizarmos a palavra "grupo", nesse trabalho, estamos falando sobre um destacamento, uma porção de dezenas ou centenas de pessoas daquela determinada etnia e não o sentido de grupo nos referindo a todos que compõe aquela etnia. Fazemos essa distinção pois, ao ler os documentos e mapas antigos, nos é passada a noção de que os colonos entraram em conflito ou mapeiam toda uma nação indígena, quando na verdade o que estamos vendo são encontros com frações de uma mesma etnia.

Esse fenômeno está no capítulo anterior "A História, o Espaço e os Conflitos", onde vemos grupos de dezenas e centenas de pessoas sendo atacadas pelos capitães Antônio Gomes Leite e João do Rego Castelo Branco. Nos documentos, é falado de uma forma geral, como "os Acoroás", "os Timbiras", que dá a entender que toda a etnia se resume àquele grupo encontrado. Contudo, durante todo esse período de guerra, os capitães estão entrando em contato com grupos menores de uma etnia muito maior. Isso se comprova quando Antonio Gomes Leite faz um tratado de paz com Gueguês e Akroás e aparecem não dezenas e centenas, mas milhares de pessoas dessas duas etnias.

Para conseguir mapear as etnias encontradas na região de estudo, reunimos em teses, livros, artigos, mapas e documentos históricos informações espaciais sobre essas populações, para que pudéssemos sintetizá-las em mapas de localização. Nosso levantamento não tem como objetivo identificar um território, pois a dimensão territorial de um grupo étnico só pode ser identifica e qualificada em sua completude por eles mesmos, e por uma pesquisa mais ampla que abrange muito outros aspectos. Nosso objetivo aqui é identificar a extensão de atuação desses grupos para relacionar essa dimensão espacial aos episódios de guerra. Outros pesquisadores já realizaram esse tipo de trabalho de mapeamento, como é caso de Apolinário (2005), Oliveira (2007), Baptista (1994) e Sobrinho (1946).

3.7.1. Grupos Gueguê

A pesquisa histórica nos mostra que os primeiros relatos sobre populações indígenas no Piauí estão no topônimo do principal rio que estudamos, o Gurguéia. Esse nome dado ao rio tem origem na população indígena que ali estava quando a Casa da Torre chega ao que viria a

se tornar Piauí, sendo certo que a população indígena em questão eram os Gueguês (BAPTISTA, 1994; ALBUQUERQUE, 1994).

Os Goguês, Gogues, Gueguez, Guenges, Goegoe, Gogués, GuêGuê, Guoguê, Gurgueias, Gurguas, Guegueses, Guarguais Guaesguais, Guarguás, entre outros, são denominações dadas ao grupo indígena Gueguê (ALBUQUERQUE, 1994; MIRANDA, 2016; OLIVEIRA, 2007).

De acordo com Ott (1958), no século XVII, populações indígenas Gueguês desciam das serras Gurguéia e do Piauí para atacar povoações coloniais na região da Bahia. Também se tem registro de grupos Gueguês no Morro do Chapéu, na Bahia, que passaram pelo São Francisco e chegaram ao Piauí ainda no século XVII (OLIVEIRA, 2007).

Muitos historiadores relatam que essa vinda de grupos Gueguês ao Piauí se deu por conta da colonização da Bahia pela Casa da Torre, principalmente por ataques de Domingos Antonio Mafrense (APOLINÁRIO, 2005; MOTT, 1985; OTT, 1958, OLIVEIRA, 2007). Para Miranda (2016), o primeiro encontro entre a Casa da Torre e os Gueguês ocorreu no rio Salitre, em 1674, um afluente do rio São Francisco (esse rio nasce no município de Morro do Chapéu).

Dois anos depois, em 1676, um grupo Gueguê foi atacado no sertão do Pajeú, por Domingos Rodrigues de Carvalho (MIRANDA, 2016). Possivelmente essa referência é ao rio Pajeú, localizado em Pernambuco. Esse dado localizacional de grupos Gueguês pode ser confirmado pela pesquisa de Medeiros & Mutzenberg (2013). Através do mapeamento de topônimos, os autores conseguiram localizar topônimos Gueguês em Pernambuco, nos rios Pajeú e Moxotó.

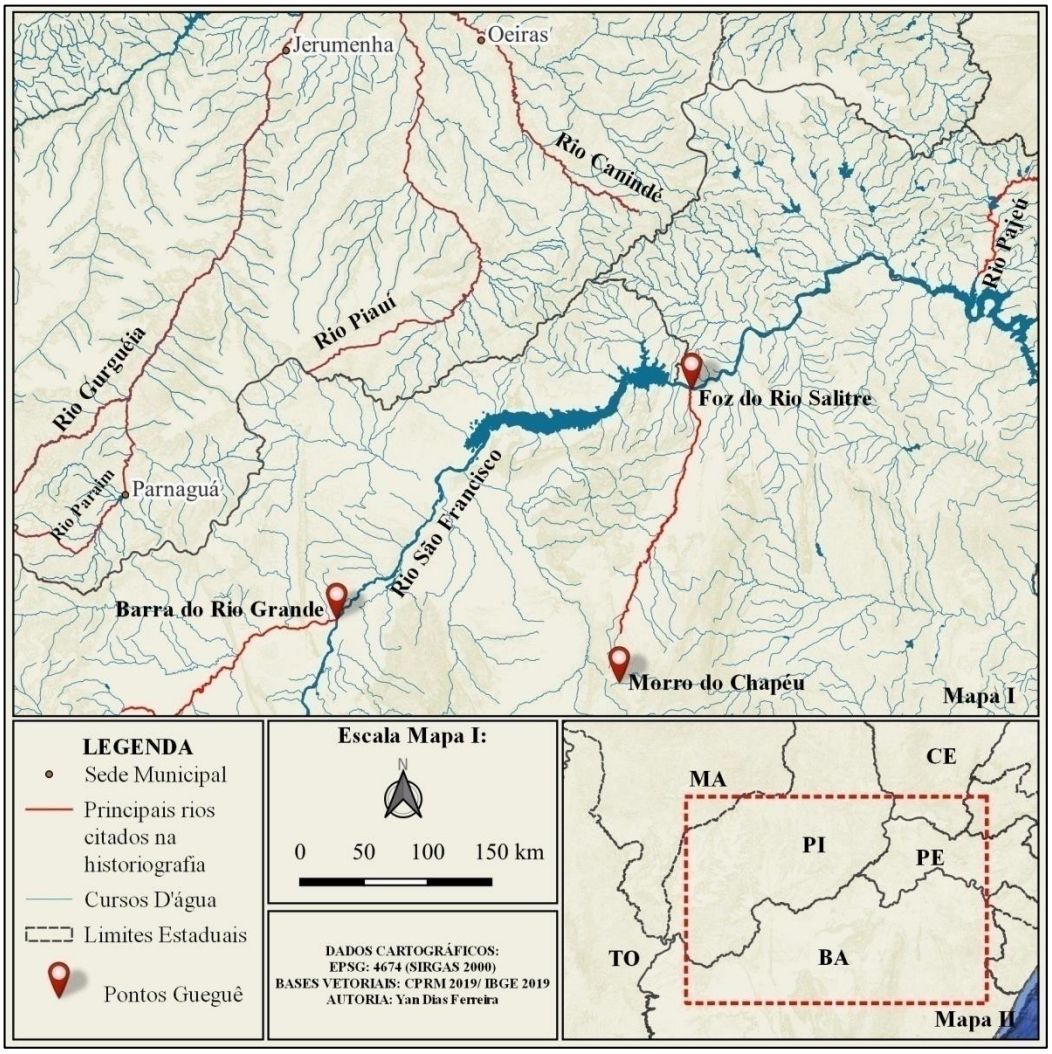
No mesmo ano, 1676, Francisco Dias d'Ávila ataca uma aldeia Gueguê, e esses se deslocam para a região entre "o rio São Francisco e as cordilheiras que os separam do sertão de Parnaguá" (MIRANDA, 2016, p. 71). De acordo com Nunes (1975), Francisco Dias d'Ávila ataca novamente esse mesmo grupo, em uma região que ficava a 6 ou 7 léguas (entre 36 e 42 quilômetros, aproximadamente) da foz do rio Salitre, próximo a afluentes dos rios Canindé e "especialmente" do rio Piauí.

Em 1679, o Governador Geral do Brasil manda Francisco Dias d'Àvila e Domingos Antonio Mafrense fazer guerra aos grupos Gueguês situados nas fronteiras entre Piauí e Bahia (MOTT, 1985). Ainda no século XVII se tem notícia de grupos Gueguês na Barra do rio Grande (afluente do rio São Francisco) (SILVA, 2003; OLIVEIRA, 2007).

Fica claro que durante o século XVII alguns grupos Gueguês entraram em conflito com os colonos da Casa da Torre, por conta da invasão e expulsão de seu território, ainda na Bahia (Figura 4). Contudo, não fica claro, pelo menos no que lemos até o presente momento, se esses

grupos já conheciam e habitavam a região do Gurguéia e adjacências. Nossa interpretação é que eles já conheciam essa região e nos baseamos, principalmente, no fluxo que esses grupos seguiram para chegar ao Gurguéia.

Figura 4: Locais onde a Casa da Torre encontrou grupos Gueguês.



A invasão colonial no Piauí realizada pela Casa da Torre, de acordo com a historiografia, entrou pelos rios Piauí e Canindé. É possível ver na obra de Galúcio (1760), demarcados como "*Pª. R. S. Francisco*" dois cursos d'água que ligam o São Francisco aos rios Piauí e Canindé, provavelmente esse foi o caminho utilizado pela Casa da Torre para entrar no Piauí (Figura 5a).

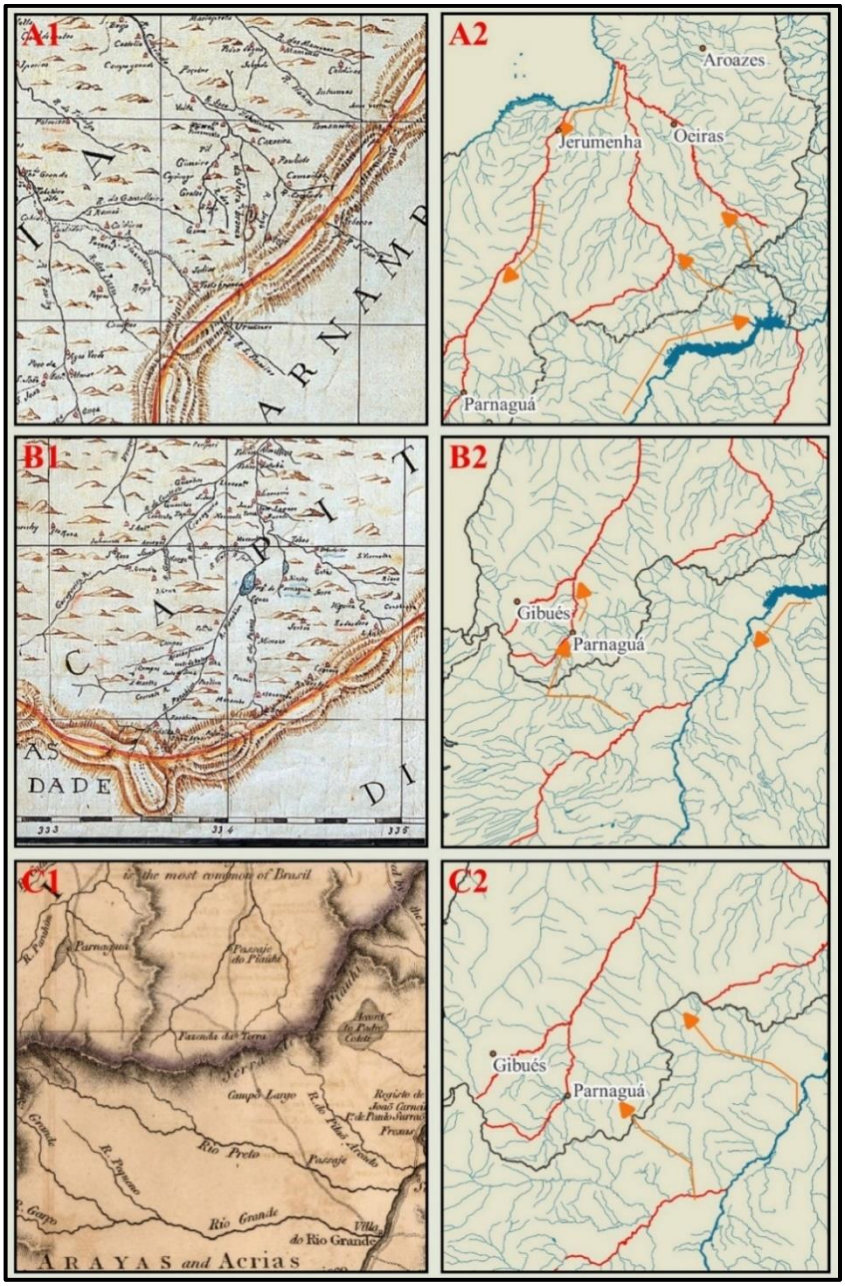
No caso dos grupos Gueguês, esses vão ser vistos novamente no rio Gurguéia, muito distante da entrada utilizada pelos colonos. Mesmo com toda extensão dos rios Canindé e Piauí, e da foz desses dois para a foz do Gurguéia. Então ao que nos parece esses grupos não desceram os rios Piauí e Canindé e subiram o Gurguéia, como fez a Casa da Torre. Provavelmente vieram

por Parnaguá, por uma outra entrada que também aparece no mapa de Galúcio (1760) (Figura 5b.).

Mas de acordo com Apolinário (2005) a região de Parnaguá era de domínio Akroá, e no final do século XVII o Pe. Miguel de Carvalho cita a localização deles nas nascentes do Gurguéia. A historiografia do Piauí nos diz que essas duas etnias eram rivais, portanto, seria uma vinda muito cautelosa de grupos Gueguês da Bahia para o Piauí. Existiria uma terceira rota para entrada no Piauí pela Serra das Confusões e proximidades, que além de mais acidentada era região dos Pimenteiras, de acordo com Oliveira (2007). Essa terceira via não era conhecida pelos colonos, tanto que não foi mapeada por Galúcio, mas está presente no mapa de Faden (1807) (Figura 5c).

Sair da Barra do rio Grande, no rio São Francisco, e chegar ao Gurguéia não é algo simples; seria necessário ter conhecimento da região para passar em território "inimigo" e não entrar em conflito, e realmente conhecer o caminho até o rio Gurguéia. Além disso nas três rotas que evidenciamos existiam outros lugares propícios para o estabelecimento, não seria necessário viajar até o rio Gurguéia ou ao Uruçuí-Preto. Para essa ida até o Gurguéia acontecer, provavelmente os Gueguês já conheciam a região. Levantamos a hipótese que talvez já existissem grupos Gueguês na região do Gurguéia e do Uruçuí-Preto, e o movimento de sair da Bahia e vir para o Piauí foi apenas uma retração de outros grupos dispersos em seu território.

Figura 5: Recorte A Galúcio (1760) indicando os cursos d'água que ligam os rios Piauí e Canindé ao rio São Francisco. Recorte B Galúcio (1760) indicando passagem pelo rio Paraim. Recorte C Faden (1807) indicando passagem pelas Confusões ou pelo rio Curimatá.



Continuando o levantamento, já no século XVIII, e ainda na Bahia, existem reclamações de fazendeiros sobre ataques de grupos Gueguês a fazendas da região do rio São Francisco. Sua força era tamanha que se pediu guerra e ainda se fez um aldeamento de "índios cristianizados" para proteger dos ataques Gueguês. Isso ocorre por volta de 1720 (OTT, 1958, p. 29).

Alguns anos depois, em 1737, no Tribunal da Junta das Missões, foram relatados ataques de grupos "acroás-açú, acroás-mirim, timbiras e gueguês contra os moradores das Aldeias Altas, Parnaguá e campos do Gilbués, numa extensão de duzentas léguas"

(BOMBARDI, 2020, p.53). Essas acusações, somadas a outras denúncias, se tornam a justificativa para a segunda guerra declarada.

Em 1743, é levantado que entre as missões jesuíticas do Maranhão havia uma com grupo Gueguê. Em consequência da declaração de guerra entre 1743 e 1745, grupos Gueguês são atacados e mais tarde se faz um tratado de aldeamento na região de Gilbués para eles. Não encontramos uma localização de onde estariam as aldeias, mas de acordo com o capitão Antônio Gomes Leite, foram encontradas fazendas destruídas e despovoadas na "ribeira os Giribus", na fronteira de Parnaguá. (AHU, ACL, Piauí, CU-16, Cx. 4, Doc. 231. p. 2).

Essa ribeira provavelmente é Gilbués, região entre as nascentes do Gurguéia e do Uruçuí, que é um território Gueguê, segundo Apolinário (2005). É interessante mostrar que nos documentos históricos, principalmente mapas, existe uma divisão clara entre o "Urussuhy" (Uruçuí-Preto) e o "Urussuhymirim" (Uruçuí-Vermelho). Os autores que citaremos a seguir estão se referindo apenas a Uruçuí, que por conta dessa divisão toponímica foi entendida como Uruçuí-Preto.

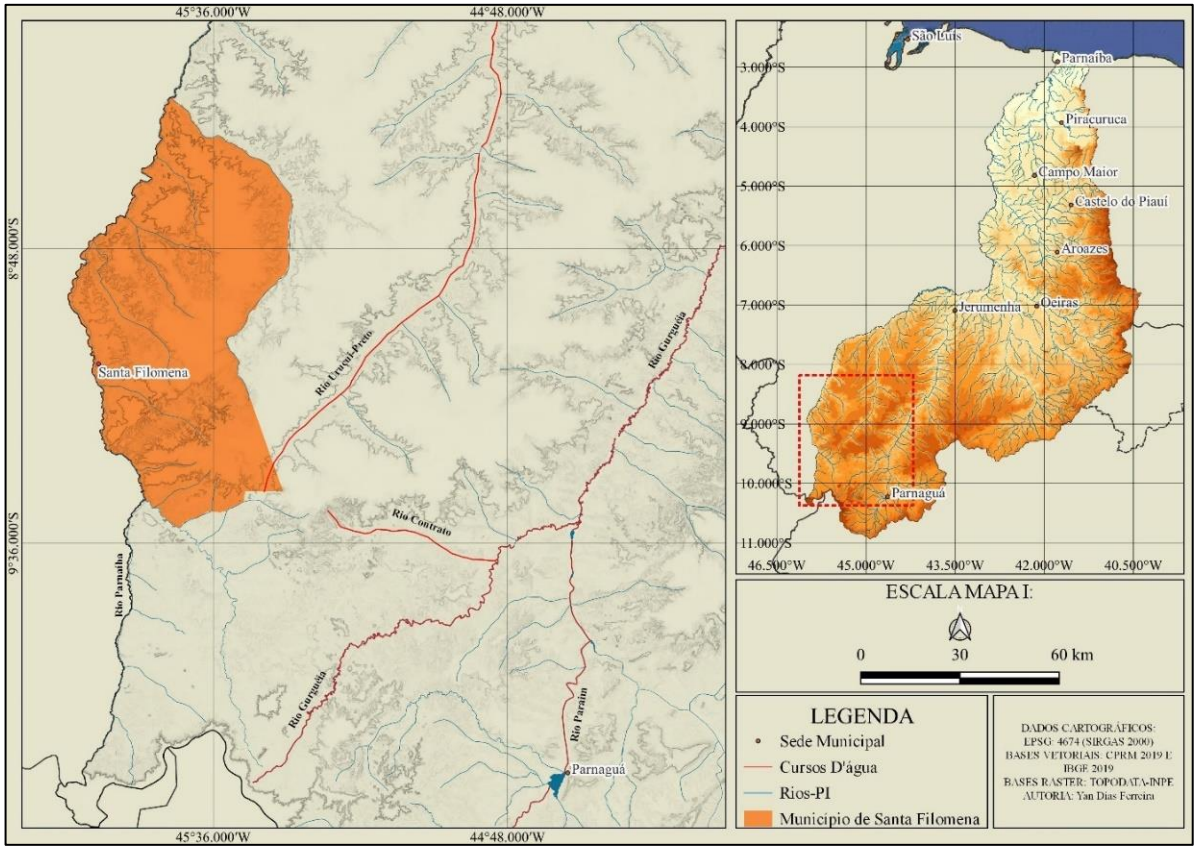
O capitão citado anteriormente cria um aldeamento para as 2051 pessoas da etnia Gueguê, em 20 e fevereiro de 1744. Esse aldeamento foi chamado de Guaribas, por estar situado em um sítio de mesmo nome, na região montanhosa do sertão de Parnaguá (MIRANDA, 2016).

O aldeamento de Guaribas estaria localizado, de acordo com Miranda (2016), no município de Santa Filomena, Piauí. Contudo, olhando para o atual município citado, esse está mais próximo ao Parnaíba e afastado dos rios Gurguéia e do Uruçuí-Preto, que seriam território Gueguê (Figura 6).

Por conta dessa divergência buscamos a localidade Guaribas no mapa de Galúcio (1760), e é possível identificar duas localidades na região próxima ao rio Gurguéia com o mesmo topônimo. As duas localidades estão próximas, uma a norte e outra a sul do rio Contrato, afluente do rio Gurguéia, e a oeste dessas duas localidades está o rio Uruçuí-Preto. Não apenas na obra de 1760, mas também nos mapas de 1761, 1818, 1827, 1828, 1850 e 1855, a localidade "*Guaribas*" é apresentada no mesmo afluente do rio Gurguéia, o rio Contrato.

O rio Contrato nasce no município de Gilbués, mas a maior parte dele está dentro do município de Monte Alegre. De acordo com os mapas, "*Guaribas*" estaria entre o rio Contrato e o rio Gurguéia, mas não foi possível identificar nenhum topônimo atual com a mesma grafia ou parecida nessa região. Mas tomamos por base o rio Contrato como localização relativa desse aldeamento.

Figura 6: município de Santa Filomena e outras localidades citadas.



Já em 1746, os grupos Gueguês aldeados em Guaribas se revoltam pelo governo não cumprir com sua parte do acordo, não dando subsídio para a sobrevivência indígena. Os mais de dois mil indígenas foram para Guaribas, pois Antônio Gomes Leite acordou que lhes seria dado mantimento até eles conseguissem se estabelecer na região e se autogerir (APOLINÁRIO, 2005; BOMBARDI, 2020). Mas o capitão não conseguiu apoio que precisava dos fazendeiros da região e nem dos governadores a quem pediu auxílio.

No ano seguinte, mais denúncias de ataques de grupos Gueguês a fazendas da região de Gilbués e Gurguéia (CARVALHO, 2008). Entre 1747 e 1749 são reunidas as denúncias de ataques a fazendas, e nesse momento temos as 30 testemunhas falando sobre as 10 fazendas atacadas no Gurguéia.

Em 1750, Pedro Gurjão revela que os Gueguês, Akroás e Timbiras estão unidos, atacando as regiões do Piauí, Parnaguá e Maranhão, (BOMBARDI, 2020). No mesmo ano o rei ordena novamente a terceira guerra ofensiva contra os Akroás, Gueguês, Timbiras e outras nações (AHU, ACL, CU 16, Caixa 4, Documento 299).

Em 1753, João do Rego Castelo Branco envia uma carta ao governador do Maranhão. Nesse documento ele dá uma possível localização das três etnias; sobre a localização dos

Gueguês, é dito que fazem fronteira com os Timbiras pela freguesia de São João das Balsas e estão "em toda a ribeira da Gurguéia e Parnaíba acima até a freguesia do Parnaguá", onde fazem fronteira com os Akroás (APOLINÁRIO, 2005, p. 63-64).

Apenas quando se inicia a quarta guerra a essas três nações indígenas que temos notícias de uma localização mais concreta. Em 1765, em combate contra grupos Gueguês na região do Uruçuí-Preto, o capitão João Rego Castelo Branco encontra uma aldeia já abandonada e queimada ao descer o rio. Seguindo nesse mesmo sentido, as tropas avistam mulheres desse grupo Gueguê, mas deixam apenas uma viva (APOLINÁRIO, 2005).

Ainda no mesmo dia, em um monte que se via mais a frente, a tropa entra em contato com o grupo Gueguê através de Manuel de Matos, um indígena Gueguê que serviu de intérprete e organizou o trato de paz entre a tropa e grupo. A tropa foi levada para a aldeia e ali ficaram acampados e firmaram o acordo de paz (APOLINÁRIO, 2005; MOTT, 1985). Não nos fica claro se a aldeia ficava nesse monte ou em outra localidade próxima.

Ainda em 1765, é criado um aldeamento para as populações indígenas Gueguês do rio Uruçuí-Preto, nomeado como São João de Sende (MOTT, 1985). Esse aldeamento estaria próximo a Oeiras, a oito léguas (aproximadamente 24 quilômetros) a norte da capital (MIRANDA, 2016). É importante ressaltar que apenas os adultos foram aldeados, as crianças eram cruelmente arrancadas de suas mães e entregues a moradores de localidades próximas (APOLINÁRIO, 2005).

Miranda (2016) nos diz que esse aldeamento ainda existe com o mesmo topônimo e atualmente é um povoado localizado no município de Tanque do Piauí. Nos mapas históricos não encontramos nenhum topônimo que se assemelhasse a esse aldeamento. Nos mapas atuais existe um povoado "São João de Sene", em Tanque do Piauí, que seria o mesmo local com uma pequena mudança de grafia (MIRANDA, 2022). Essa localidade está a norte de Oeiras, mas sua distância é o dobro do estimado no período colonial (estamos falando de aproximadamente 42 quilômetros de distância em linha reta).

Em 1771, uma aldeia Gueguê entra em contato com o governador do Piauí pedindo aldeamento em São Gonçalo do Amarante. Já em 1786, o aldeamento de São João de Sende é fechado e as últimas pessoas da etnia Gueguê que ainda estavam naquele lugar são transferidas para o aldeamento de São Gonçalo do Amarante (MOTT, 1985).

De acordo com Miranda (2016), o atual município de Regeneração-PI foi fundado no local desse aldeamento. Essa informação é confirmada pelo site do IBGE – Cidades, que conta uma breve história da fundação dos municípios brasileiros[9].

Algumas obras do século XIX, levantadas por Assis (2012), também retratam a ideia de onde estavam grupos Gueguês e Akroás. De acordo com a citação direta do *Roteiro do Maranhão a Goyaz pela Capitania do Piauhi*, de 1814, parte da capitania do Piauí já estava povoada, mas faltava ainda a região compreendida entre os rios Gurguéia, Uruçuí e Parnaíba, habitados por grupos *Acroá* (Akroá), mas que naquele momento era habitado por grupos *Goguí* (Gueguê). Nesse mesmo documento ainda é citado que no sertão que corre até o rio São Francisco existem indígenas da mesma nação, mas não se identifica qual é, apenas cita que são diferentes dos Pimenteiras.

Outro documento usando por Assis (2012) é o levantamento de Spix e von Martius; nele são dadas algumas informações sobre os aldeamentos de São Gonçalo do Amarante e São João de Sende. Além disso, também nos é relatado a localização anterior dos grupos Gueguês e Akroás, e a autora cita:

> "Os goguês habitavam e habitam ainda entre a parte mais meridional do Rio Parnaíba, o Rio do Sono e o Rio Tocantins, chamado por eles de cotchauborè. (...) Vivem os acroás mais ao norte dos precedentes índios, entre o Rio das Balsas, o Parnaíba e o Tocantins. (...) Os acroás-mirins, até agora não foram subjugados" (SPIX& MARTIUS, 1976, p.229*apud* ASSIS, 2012, p.114).

Como veremos adiante, com os grupos Akroás provavelmente houve uma inversão das localizações dessas duas etnias, pois a região dos rios Tocantins e Sono, das nascentes dos rios Gurguéia, Uruçuí-Vermelho, Parnaíba e Paraim e da lagoa de Parnaguá é citada como região Akroá, pelo menos na maioria dos autores que revisamos. Enquanto isso a região dos rios Uruçuí-Preto, Uruçuí-Vermelho e Gurguéia, que não foi citada por Spix & Martius, é citada por outros autores como área de grupos Gueguês.

Alguns dos mapas históricos que revisamos já evidenciam essas duas etnias, e existe em algum momento uma inversão da localização dessas duas etnias nos mapas históricos. Não é uma inversão tão abrupta, como é mostrado em Spix & Martius, contudo, não sabemos exatamente a causa dessa inversão, se houve uma inversão de fatos pelos próprios cartógrafos ou se as duas etnias realmente se movimentaram.

[9] https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/regeneracao/historico

Na obra de Galúcio de 1761, temos uma indicação do território Gueguê; esse mapa identifica a região como “GENTIOS GUÉGUÉZES”. Esse território ultrapassa o rio Parnaíba, estando parte no Piauí e parte no Maranhão. A região do Piauí estaria localizada a oeste da localidade “GILBOES” e do rio Uruçuí-Preto, a leste da foz do que hoje conhecemos como rio Uruçuí-Vermelho. A parte do território correspondente ao Maranhão está a sul das nascentes do Rio Balsas, nas proximidades do rio Parnaíba. Nesse mapa o território Gueguês está entre os paralelos 8° e 10°. Já os meridianos são 331° e 333°. (Figura 7).

Figura 7: Território indígena Gueguê segundo Galuzzi (1761).



No século XIX temos um mapa sem autoria, do ano de 1816. Nessa obra, o território Gueguê está situado apenas no Piauí, entre os rios Uruçuí-Preto e Uruçuí-Vermelho e as margens do rio Parnaíba. A região está a nordeste da foz do rio Uruçuí-Vermelho, a sudoeste da foz do rio Uruçuí-Preto, a Sul noroeste das nascentes do Uruçuí-Preto, a sul do rio das Balsas e a norte das localidades *Urusuhi, S. Roza, Inhumas* e *S. Antonis.* Neste mapa, existem linhas de latitude e longitude, mas elas não têm numeração definida. Para conseguir alguma

localização absoluta, definimos a nomenclatura dos meridianos através de sua inserção de leste a oeste, do primeiro ao sétimo colocado. O mesmo processo foi definido para os paralelos, iniciando no norte e indo em direção ao sul, do primeiro ao décimo primeiro paralelo. Nesse caso, o território Gueguê estaria entre o sexto e o sétimo meridiano, e entre o oitavo e o nono paralelo (Figura 8).

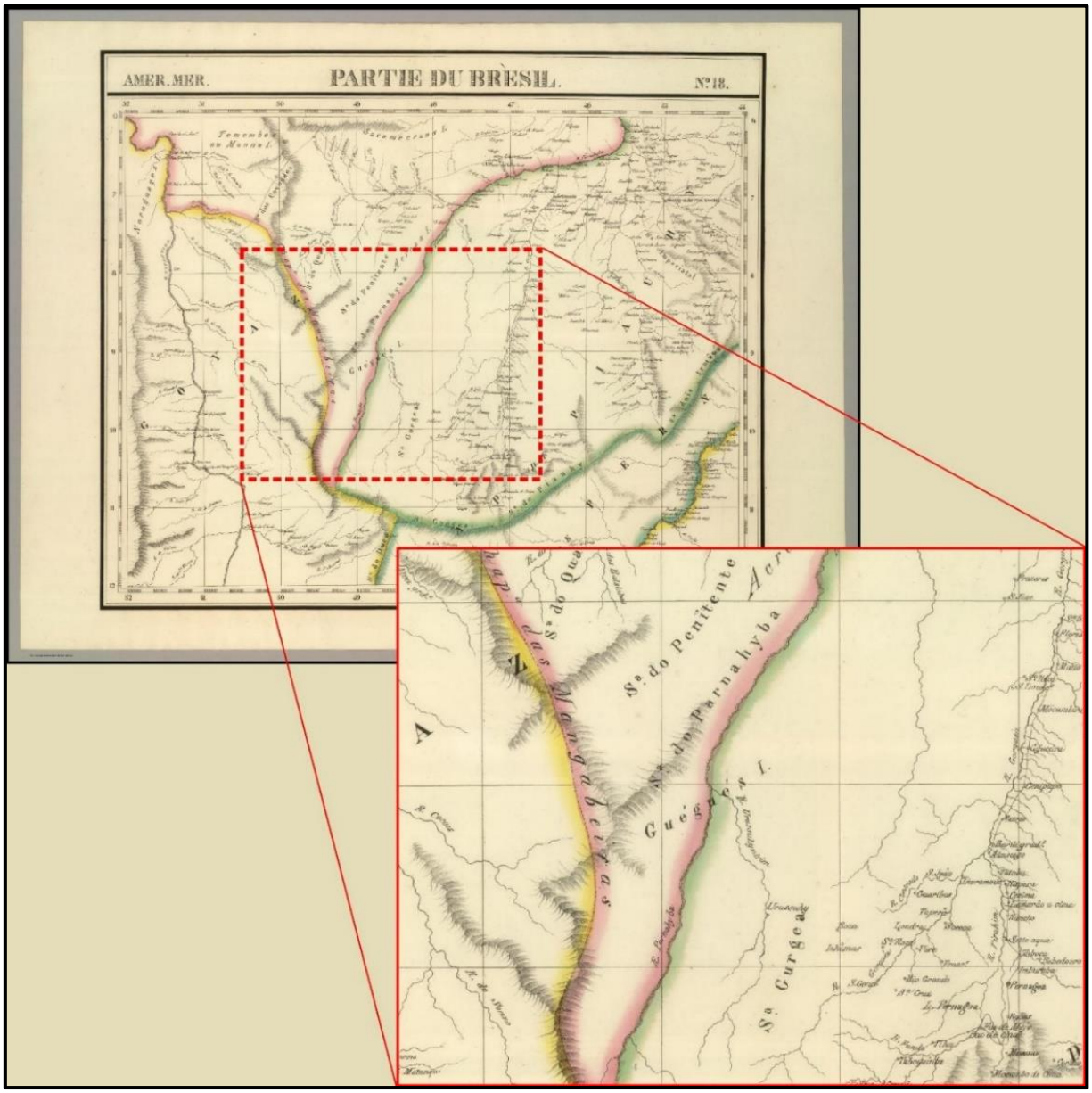
Figura 8: Território indígena Gueguê segundo Sem Autoria (1816).



A próxima informação de localização que temos é o mapa de Philippe Vandermaelen (1827). Nesse mapa, o território Gueguê volta a ser representado entre o Maranhão e o Piauí. Contudo, aqui a indicação desse território está logo abaixo da foz do Uruçuí-Vermelho, ocupando os lados leste e oeste desse mesmo rio. Esse território ainda engloba o rio Parnaíba nas direções oeste e a sul da foz do Uruçuí-Vermelho, do lado maranhense. Outra indicação

espacial importante é a "*Sª do Parnahyba"* que está a norte do território Gueguê. Os meridianos que cercam esse território são 48° e 50°, já os paralelos são 8° e 10° (Figura 9). Escolhemos três pontos nessa região que cercam essa região

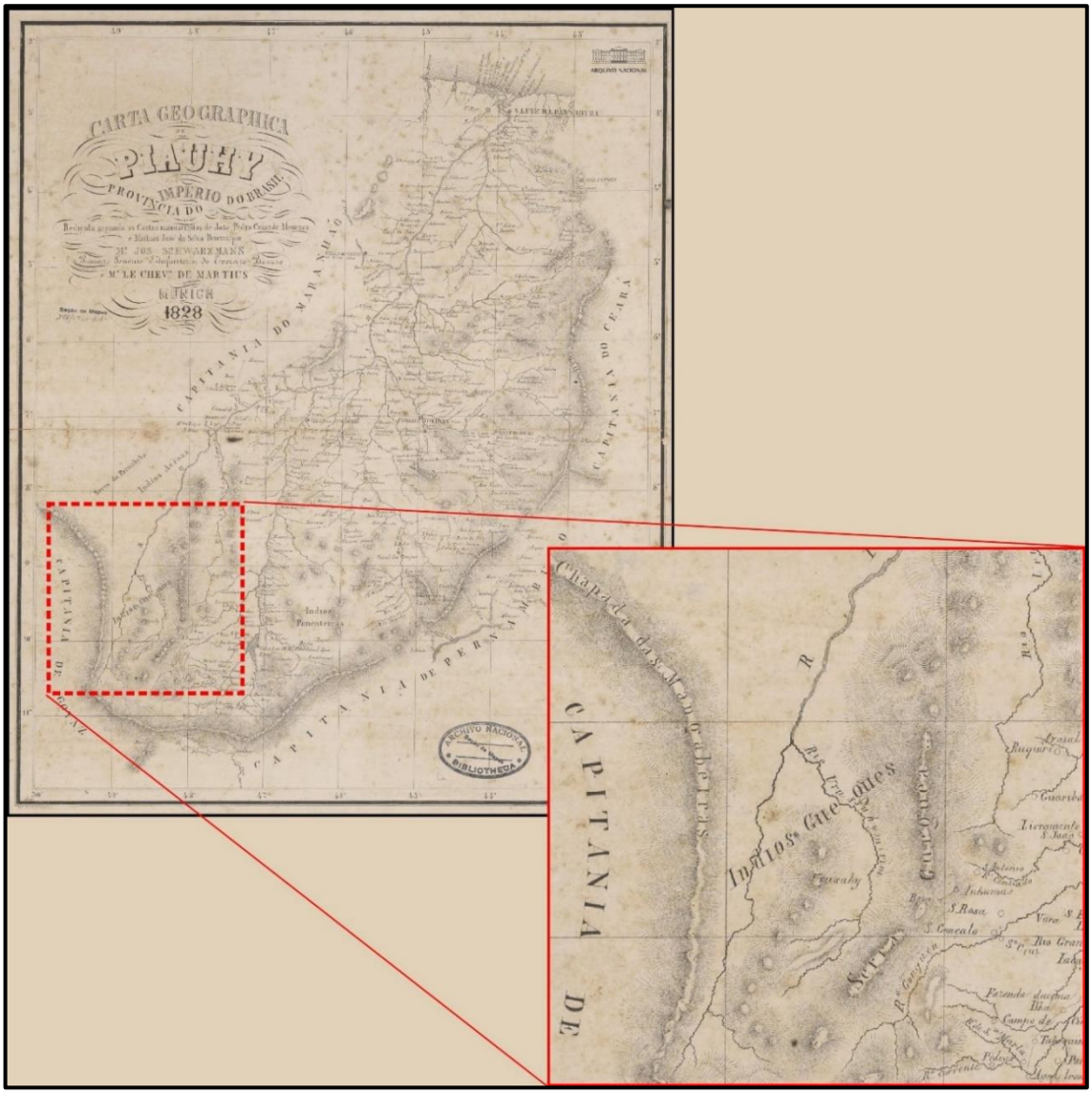
Figura 9: Território indígena Gueguê segundo Vandermaelen (1827).



Em 1828, Schwarzmann e von Martius publicam os dois mapas anteriormente citados (versões portuguesa e francesa). Em ambas, os autores delimitam a região onde habitam indígenas da etnia Gueguê. Nessas suas representações, essa etnia é identificada nas margens do rio Uruçuí-Vermelho e do Parnaíba, ao sul da foz do Uruçuí Vermelho e a oeste da Serra do Gurguéia. É importante indicar que o etnônimo que indica essas populações, na versão

portuguesa, está ultrapassando o rio Parnaíba para o lado do Maranhão. Já a versão francesa apresenta todo o etnônimo dentro do Piauí. No caso dos meridianos, também temos uma diferença entre as duas versões; no caso da portuguesa, os meridianos-limite são 48° e 49°, os paralelos são 9° e 10°. Na versão francesa, os meridianos são 47° e 48° e os paralelos 8° e 10°. Como ilustração, escolhemos evidenciar a seguir a versão portuguesa, por ter uma melhor definição digital (Figura 10).

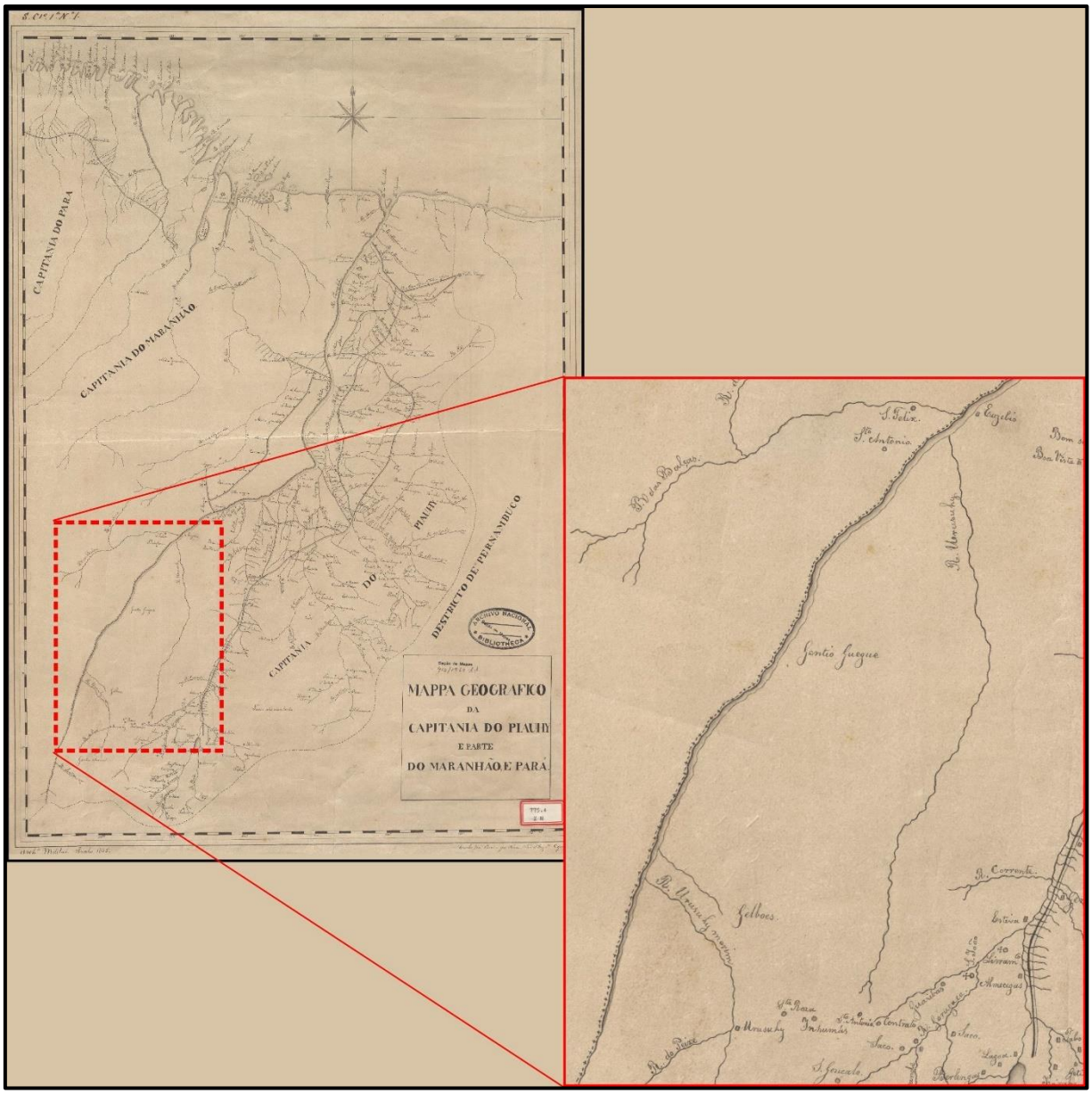
Figura 10: Território indígena Gueguê segundo Schwarzmann & von Martius (1828).



Em 1855, temos um mapa copiado por Carlos José Pereira das Neves, mas não sabemos com certeza de qual documento o autor copiou. Mas é possível levantar a hipótese de que esse documento foi inspirado no mapa de 1816, que não tem autoria. Levantamos essa ideia pois esse documento nos apresenta o território Gueguê bem mais acima do que os outros mapas, no

mesmo lugar indicado na obra de 1816, entre os rios Uruçuí-Preto e Uruçuí-Vermelho, as margens do rio Parnaíba, a sul do rio das Balsas, a oeste do Uruçuí-Preto, e a nordeste do Uruçuí-Vermelho. Através das coordenadas, é possível identificar a localização desse etnônimo entre os meridianos 332° e 333°, e os paralelos 8° e 9°, mas nesse caso o etnônimo está bem próximo ao paralelo 8° (Figura 11).

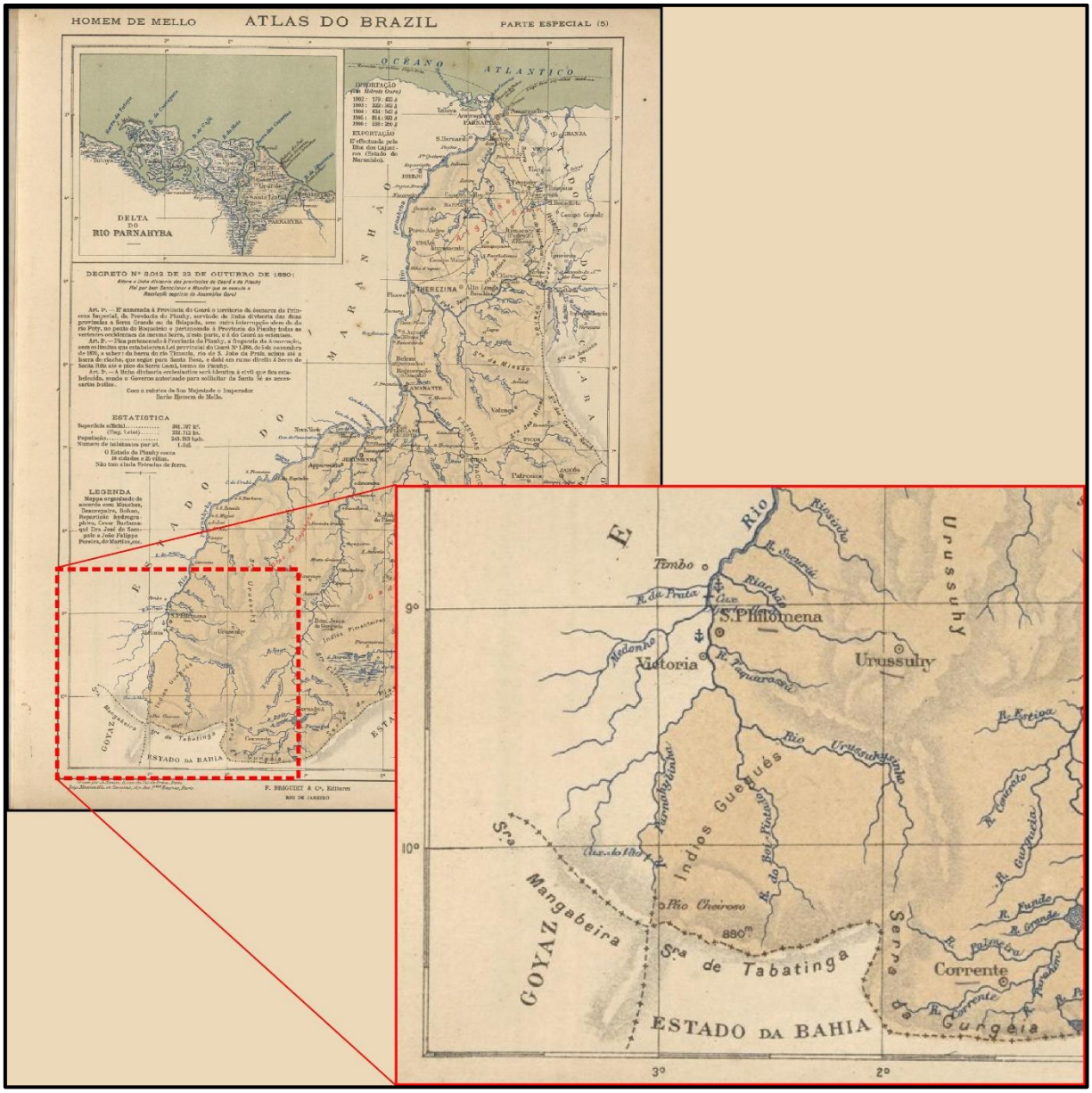
Figura 11: Território indígena Gueguê segundo Neves (1855).



Já no século XX, o Dr. Francisco Homem de Mello no “ATLAS DO BRASIL”, de 1909, apresenta o território Gueguê bem mais abaixo. Nessa obra, o etnônimo “Indios Gueguês” está apenas no Piauí, entre as nascentes do Parnaíba, passando as margens do rio do Boi Pintado e

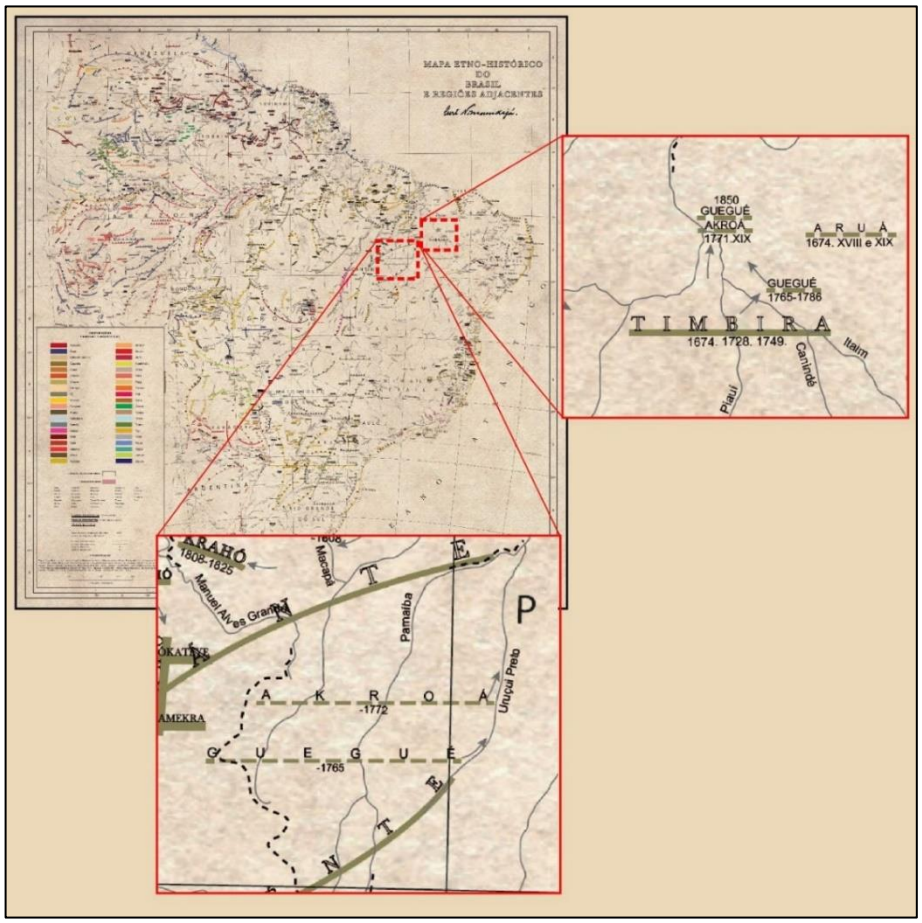
terminando na margem oeste do Uruçuí-Vermelho. O mapa delimita essa região pelos meridianos 3° e 2°, estando o meridiano 0° em Floriano Peixoto. Já os paralelos são 9° a 11°, mesmo não apresentando o décimo primeiro paralelo, esse mapa indica que o etnônimo está mais ao sul do décimo paralelo, ou seja, em direção ao décimo primeiro (Figura 12).

Figura 12: Território indígena Gueguê segundo Mello (1909).



A última fonte que utilizamos é a versão do mapa de Curt Nimuendaju, de 2017[10]. Sobre os povos Gueguês, temos três citações, que estão sobre a mesma linha de coloração verde com linha tracejada (HEX: #898558/ RGB: 137, 133, 88/ HSL: 55, 21%, 44%), que indica a família linguística Jê e uma população extinta. A primeira é sobre sua localização antes de 1765, da margem oeste do Uruçuí-Preto em suas nascentes, no Piauí, até as nascentes do rio das Balsas, no Maranhão. A segunda citação é uma passagem de tempo de 1765 até 1786, que está a leste da foz do rio Piauí, e a norte da foz do rio Itaim, que provavelmente indica o aldeamento de grupos Gueguês em são João de Sende, atual São João de Sene. A terceira e última citação sobre grupos Gueguês, temporalmente, ocorre em 1850, e nessa citação, eles estão jutos com grupos Akroás, a nordeste da foz do rio Canindé, mas ainda próximo ao curso d'água. Essa última localização deve se referir a transferência de grupos Gueguês para São Gonçalo do Amarante, após o fechamento de São João de Sende (Figura 13).

Figura 13: Figura 9: Território indígena Gueguê segundo Nimuendaju (2017).



[10]Essa versão já vem georreferenciada e é disponibilizada pelo portal IPHAN, através do endereço de rede http://portal.iphan.gov.br/geoserver/ows.

É preciso fazer uma ressalva sobre "*Urussuhy*". Essa localidade aparece em diversos mapas próximo ao rio Uruçuí-Vermelho, que é um local citado como território Gueguê, mas atualmente a sede municipal de Uruçuí está localizada no limite estadual do Piauí com o Maranhão, nas proximidades da foz do rio das Balsas. Existe uma distância muito grande entre os dois rios, contudo, por não ser o foco da pesquisa, não nos aprofundamos no tema, mas o "*Urussuhy*" representado nos mapas provavelmente é outra localidade.

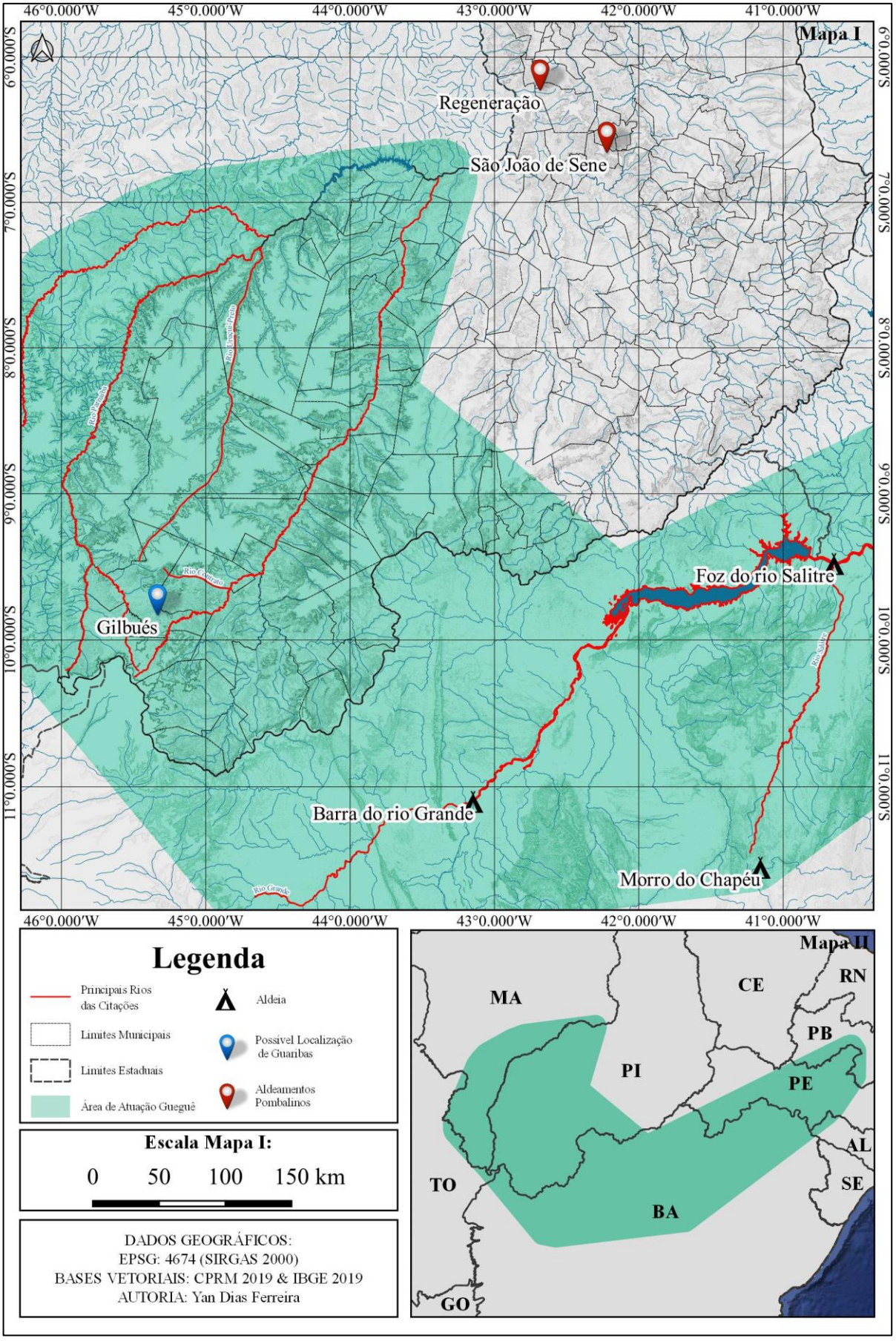
Após reunir todos esses dados sobre a possível localização dos Gueguês, realizamos o planilhamento das informações e posterior mapeamento das principais localidades citadas, sejam rios, lagoas e municípios (Tabela 3).

Tabela 3: Localidade onde grupos Akroá são citados.

LOCALIZAÇÃO	DESCRIÇÃO
Rio Gurguéia	Rio que recebe o nome da população indígena
Morro do Chapéu	Aldeia
Rio São Francisco	-
Foz do rio Salitre	Aldeia
Sertão do Pajeú	-
Entre o rio São Francisco e as cordilheiras que os separam do sertão de Parnaguá	Em uma região que ficava a 6 ou 7 léguas (entre 36 e 42 quilômetros, aproximadamente) da foz do rio Salitre, próximo a afluentes dos rios Canindé e "especialmente" do rio Piauí
Fronteiras entre Piauí e Bahia	-
Barra do rio Grande	Aldeia
Campos do Gilbués	Fazendas atacadas
Guaribas	Aldeamento
Rio Contrato	Próximo a Guaribas
Rio Parnaíba	-
Rio Uruçuí-Preto	Aldeia
Rio Uruçuí-Vermelho	-
São João de Sende	São João de Sene, Tanque do Piauí
São Gonçalo do Amarante	Regeneração-PI

Mapeamento de grupos Gueguê, após a identificação de feições geográficas e dos principais pontos de atuação onde a historiografia cita grupos Gueguê, propomos a seguinte área para a dispersão desses grupos no sudoeste do Piauí e adjacências (Figura 14Figura 14: Área de atuação de grupos da etnia Gueguê, com ênfase na região sudoeste do Piauí.).

Figura 14: Área de atuação de grupos da etnia Gueguê, com ênfase na região sudoeste do Piauí.



A área colorida nos indica abrangência da atuação dos grupos Gueguês durante os séculos XVII e XVIII. Por si, ela já cumpre seu papel para esse trabalho, evidenciando tanto as regiões atacada quanto as aldeias indígenas onde essa etnia residia.

É preciso ressaltar a falta de dados de localização para as aldeias. Devido à falta desses dados, não foi possível propor áreas mais específicas sobre habitação, por exemplo. Propomos que essa área de atuação, quanto mais próximo ao centro e dos rios em vermelho, maior será a probabilidade de encontrar resquícios das aldeias ou outros tipos de sítios dessas etnias.

A área em si é um raio de atuação dessas populações, que foi baseado nos relatos históricos de vivência e ataque a localidades coloniais. Os três aldeamentos (as localidades de Regeneração como *São Gonçalo do Amarante*, São João de Sene como *São João de Sende* e Gilbués como *Guaribas*) também estão presentes, mas não estão incluídos diretamente na formação da área de atuação, por seu caráter colonial e artificial de limitar a ação indígena.

Talvez Guaribas seja o aldeamento mais importante, pois além de ser o primeiro, abrigou o maior número de pessoas dessa etnia. Mas por não ter uma localização exata, como é o caso de Regeneração e São João de Sene, elencamos Gilbués por sua proximidade toponímica com as localidades históricas e por sua proximidade ao rio Contrato, onde estaria a *Guaribas* original, de acordo com Galúcio (1760).

Para projetos futuros, um estudo focado na cultura material deixada pelos povos indígenas presentes nesses aldeamentos é extremamente necessário pois, através desses artefatos, pode ser possível observar especificidades de cada etnia. Posteriormente, essas especificidades podem nos auxiliar na identificação de aldeias ou espaços de vivencia.

3.7.2. Grupos Akroás

O primeiro dado de localização sobre grupos Akroás é do Pe. Miguel de Carvalho, contida no livro "*Descrição do Sertão do Piauí*". Em 1697, em seu relatório para o Bispo de Pernambuco sobre a Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, é relatada a presença de grupos indígenas *Acuruás* nas nascentes do rio Gurguéia. Nessa mesma região são citados os *Rodeleiros*, que lutam escudos, e *Beiçudos*, que usam um batoque no beiço do tamanho de uma laranja (CARVALHO, 2009). Os dois últimos citados pelo padre são descritos por sua cultura material e não por seu nome, não sendo possível afirmar se seriam ou não ramos dos Akroás.

É no final do século XVII que os primeiros conflitos com grupos Akroás ocorrem na região sul do Piauí (APOLINÁRIO, 2005). Em 1698, as três etnias supracitadas são atacadas ali, e próximo à lagoa de Parnaguá é fundada a vila de Parnaguá (MOTT, 1985).

Ainda no século XVII essas populações são citadas por Carvalho (2008), situadas em Parnaguá, no Piauí e no rio Grande e rio Preto, na Bahia. Essa informação é confirmada através de uma carta régia de 2 de dezembro de 1698, onde os *Acoroazes* e *Mocoares Rodeleiros* são localizados habitando o alto do rio São Francisco, rio Preto e rio Grande (OTT, 1958). Carlos Ott (1958), ainda cita que grupos Akroás habitavam a região entre a serra do Gurguéia e Goiás.

De acordo com Oliveira (2007), na região da lagoa de Parnaguá foi fundado um aldeamento e desse aldeamento surgiu a cidade de Parnaguá. Miranda (2016) confirma essa informação dizendo que esse aldeamento era chamado de Nossa senhora do Livramento, fundado no final do século XVII.

Já no século XVIII, em 1727, temos citações de grupos dessa etnia, através do ouvidor-geral do Piauí, Antônio Marques Cardoso. Ele relata ao rei que grupos Akroás estavam descendo o rio Itapicuru, no Maranhão, para o rio Parnaíba, e nesse trajeto tinham acesso ao rio Canindé e ao sertão do Gurguéia (APOLINÁRIO, 2005).

Dois anos depois, em 1730, grupos de Akroás-Assú e Mirim chegam a fazendas de gado nos rios Parnaíba, Gurguéia e sertão de Gilbués e entram em conflito com os colonos (APOLINÁRIO, 2005).

Em 1738, são convocadas as devassas, principalmente contra os povos indígenas do sudoeste do Piauí. Em uma dessas devassas, levantada pelo ouvidor-geral do Estado do Maranhão e Pará, Salvador de Souza Rebelo, é citada a atuação grupos de Akroás em Parnaguá, e em outras povoações do sul do Piauí, no rio Manoel Alves, nas minas de Goiás, e no caminho das minas de São Felix para o Maranhão. Um ano depois, o frei Clemente de São José cita os Akroás-Assú, Akroás-Mirim e Panicás, localizados na margem direita do rio Tocantins (APOLINÁRIO, 2005).

A terceira guerra justa é declarada, em 1739, apenas pelo rio de Parnaguá e Antônio Gomes Leite passa entre cinco e seis anos nos sertões do Piauí atrás do "gentio de corso" (APOLINÁRIO, 2005; BOMBARDI, 2020).

Como citado anteriormente, em 1744, mais de 2 mil pessoas da etnia Gueguê são aldeadas em Guaribas, e nesse momento as terras Gueguês são ocupadas por grupos Akroás. (APOLINÁRIO, 2005; BOMBARDI, 2020; MIRANDA, 2016).

Nesse momento duas pessoas da etnia Akroá entram em contato com os colonos para estabelecer acordo de paz. Em 1746, mais de 8 mil pessoas dessa etnia são levadas para as terras de Antônio Gomes Leite, no sertão de Gilbués (APOLINÁRIO, 2005; BOMBARDI, 2020).

O plano inicial de Antônio Gomes Leite era levá-los para o rio das Balsas, no Maranhão, fazendo um aldeamento lá, mas não recebeu apoio dos governos de São Paulo e Goiás e ainda

foi criticado por requerer o valor de um ano, sendo que a viagem até o rio das Balsas levaria de três a quatro meses (APOLINÁRIO, 2005). Nesse momento não sabemos ao certo se os mais 8 mil indígenas Akroás estavam alojados também em Guaribas, mas de acordo com Bombardi (2020), foi a falta de alimento e a rivalidade entre Gueguês e Akroás que induziu a insurgência nesse aldeamento. O que sabemos com certeza é que foi nesse momento que as duas etnias se revoltam contra os colonos, e começam um levante nessa região, destruindo as fazendas da região.

Nos três anos seguintes, entre 1747 e 1749, grupos Akroás entram em confronto com os colonizadores da região, realizando ofensivas a fazendas. Tropas do governo foram destinadas para atacar esses grupos indígenas; muitos indígenas foram mortos e outros feitos de escravos (APOLINÁRIO, 2005).

Na década que se seguiu, muitos confrontos foram travados, e alguns desses ocorreram na capitania do Maranhão. Em 1753, João do Rego Castelo Branco envia uma carta ao governador do Maranhão, e nesse documento o capitão dá uma possível localização das três etnias. Sobre a localização dos grupos Akroás-Assú, ele diz: "ocupam as terras do Maranhão próximas às fazendas e na capitania de Pernambuco, entendendo-se ao rio Grande do Sul, até chegar perto do rio de São Francisco e passando às minas de Goiás" (APOLINÁRIO, 2005, p. 64).

João do Rego Castelo Branco, em 1756, combate as três principais etnias Jê que menciona na carta anteriormente citada. Como resultado dessas empreitadas contra os indígenas, a coroa portuguesa permitiu o cativeiro, ou seja, a escravidão desses povos, apoiando a vontade dos fazendeiros da região (APOLINÁRIO, 2005).

O AHU, Piauí, Cx. 6, Doc. 382, citado por Apolinário (2005, p. 65), nos traz a ideia de que as estradas que levavam a Parnaguá estavam tomadas por grupos Akroás, pois as pessoas dessa etnia estavam "sempre espreitando os inimigos, vigiando cada comboio e viajantes que para aquelas paragens ousavam trafegar". Nessa mesma passagem do texto temos o demonstrativo que no ano de confecção do mapa, 1760, 23 fazendas estavam despovoadas "entre a freguesias de Santo Antônio da Gurguéia e a Nossa Senhora do Livramento do Parnaguá" (APOLINÁRIO, 2005, p. 66).

A partir de 1760 se inicia a quarta guerra justa aos povos indígenas do Piauí, mas com um foco maior nos Akroás, Gueguês e Timbiras (e novas entradas do capitão João do Rego Castelo Branco no sertão atacando aldeias indígenas).

Durante os ataques às populações Gueguês no rio Uruçuí, Apolinário (2005) nos relata a existência de um grupo Akroá nas proximidades de algumas grutas da região. O plano era

usar os indígenas Gueguês aldeados no rio Uruçuí para atacar os Akroás encontrados naquela região, mas não temos confirmação até o momento se o plano se concretizou.

Em 1770, ainda se noticia ataques de grupos Akroás à vila de Parnaguá, e nos anos seguintes, a guerra contra a etnia Akroá não ocorre em solo piauiense, já que o capitão Castelo Branco vai com a tropa para as margens do rio Sono, afluente do rio Tocantins. Entre as batalhas ocorridas na região, um indígena Akroá, chamado Bruenk, negocia o aldeamento de sua aldeia e de outras duas que estavam próximas, para cessar a guerra (APOLINÁRIO, 2005).

Um ano depois, 1771, uma nova tropa se formou em Jerumenha; dessa expedição, 198 indígenas foram capturados. Entre eles, 124 eram de etnia Timbira e 74 da etnia Akroá. Outras 100 pessoas da etnia Akroá-Assu foram descidas da campanha de João do Rego Castelo Branco em Goiás (BOMBARDI, 2020).

Em 1772, 876 pessoas da etnia Akroá deixam suas aldeias no rio Sono (Tocantins) e vão ao Piauí. De acordo com o AHU, Piauí, Cx. 12, Doc. 686, citado por Bombardi (2020), as pessoas que se deslocaram do Tocantins para o Piauí estavam próximas a Oeiras, esperando o aldeamento.

O mesmo processo de separação entre adultos e crianças que foi aplicado aos Gueguês foi aplicado aos Akroás; as crianças eram entregues a moradores de arraiais do interior do Piauí, enquanto os adultos foram aldeados (BOMBARDI, 2020). No caso dos Akroás, 1237 pessoas dessa etnia são aldeadas em São Gonçalo do Amarante, no ano de 1772. Esse aldeamento é conhecido atualmente como o município de Regeneração (MIRANDA, 2016).

É importante fazer uma ressalva aqui sobre os números populacionais. Fica claro em termos numéricos que tanto a população Akroá quanto a população Gueguê diminuiu da segunda para a quarta guerra justa. A bibliografia historiográfica mais recorrente auxilia essa idéia, deixando subentendido que essas populações diminuíram.

Olhando para os relatos históricos, temos os aldeamentos de São João de Sende e São Gonçalo do Amarante que foram fundados para algumas poucas aldeias que concordaram com a proposta de aldeamento, todavia, não temos dados numéricos sobre aqueles que não se aldearam ou foram escravizados. Afinal, alguns processos importantes aconteceram nas décadas posteriores à segunda guerra justa: primeiro, é a natural desconfiança indígena, pois quase 30 anos antes o contrato firmado entre os indígenas e a colônia não foi respeitado por parte da colônia portuguesa; em segundo, a coroa permitiu o cativeiro dessas populações pelos fazendeiros do Piauí, para estimular o apoio a guerra de João do Rego Castelo Branco, e em terceiro (um dos tópicos mais importantes), as crianças foram separadas de seus pais, diminuindo mais ainda esse contingente populacional.

Em termos gerais, o contingente populacional tratado normalmente é o número de aldeados e alguns indígenas que estão presentes na sociedade em trabalho de servidão. É provável que uma parte desses indígenas não estivesse sendo contabilizada, por estarem em situação de escravidão. Apolinário (2005) revela que se divulgava a falsa notícia que a Lei de Liberdade de 1755 havia sido revogada, no interior do sertão, e dessa forma os indígenas não poderiam se queixar da violência e da escravidão empregada. Também é preciso levar em conta os grupos dessas respectivas etnias que não aceitaram o aldeamento, por não darem credibilidade aos acordos firmados com o governo português.

Como Apolinário (2005) nos mostra, as pessoas aldeadas em São Gonçalo do Amarante passaram por fome, doenças, violência sexual no caso das mulheres e outras mazelas. É importante deixar claro que quem era o diretor desse aldeamento era João do Rego Castelo Branco, e esse aldeamento perdurou por algumas décadas.

É nesse contexto que Bruenk faz queixa dos maus tratos que ocorrem no aldeamento e não é atendido pelo governador. Por conta disso, o líder Akroá volta ao aldeamento e inicia uma fuga de volta às suas terras em Goiás. Em 1773, esses indígenas foram capturados e mantidos presos em troncos e ferros, em Oeiras (APOLINÁRIO, 2005). De acordo com Miranda (2016), em 1788 existiam ainda 67 pessoas dessa etnia em São Gonçalo do Amarante.

Tratando de mais algumas informações espaciais sobre grupos Akroás que não tem data específica, podemos iniciar a partir do levantamento de Ott (1958):

- A região entre o rio Carinhanha, a Serra do Gurguéia e Goiás era ocupada por Akroás e Chicriabás.

Os levantamentos de Apolinário (2005):

- Akroás-Mirim ocupam o rio Tocantins no verão e no Inverno, e vem para a bacia oriental do Parnaíba para extrair frutas.
- Localização de grupos Akroás nos rios Manuel Alves, Paranã e Tocantins.

Os levantamentos de Oliveira (2007):

- Localização de grupos Akroás no rio das Balsas, nas nascentes do Parnaíba e Tocantins. Segundo a autora:

> “em diferentes épocas, diferentes lugares dos atuais Estados do Piauí, Goiás-Tocantins, Bahia e Maranhão. (...) os Acoroá habitavam a região que vai do Médio-

> Tocantins, próximo aos arraiais de Natividade, Carmo e São José do Duro; o Maranhão, nas nascentes do rio Balsas e serras do Sul maranhense; a Bahia, no vale do São Francisco, e o atual Estado do Piauí, nas nascentes dos rios Parnaíba, Gurguéia e Uruçuí Preto" (OLIVEIRA, 2007, p. 54).

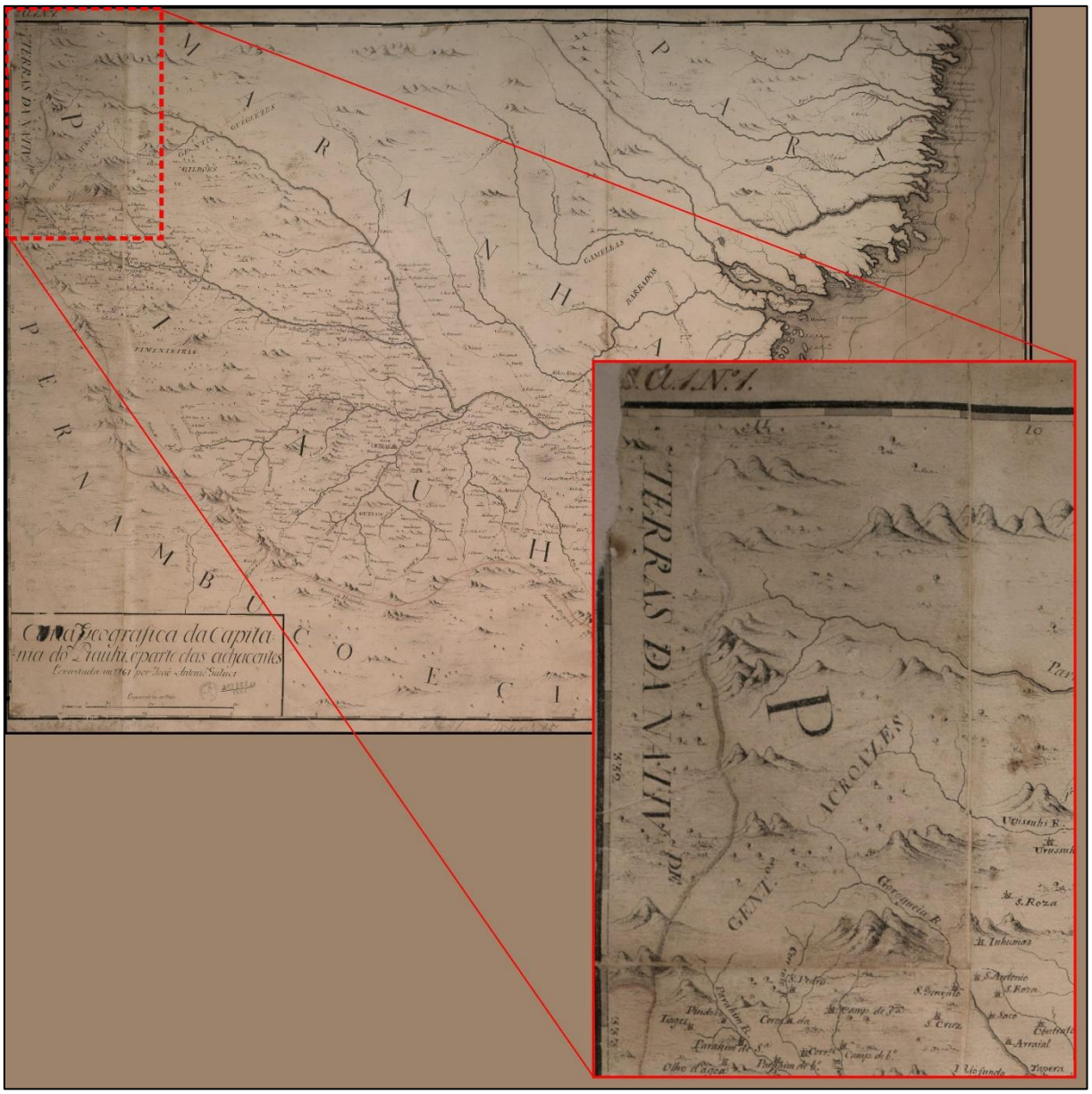
Os levantamentos de Miranda (2016):

- Localização dos Akroás, que moram nas nascentes do Gurguéia. Segundo o autor, Corerás e Tapacuás são sub-ramos dos Akroás.

As próximas informações de localização dessa etnia estão dispostas em mapas; seguindo cronologicamente os mapas, é possível identificar algumas mudanças na região indicada.

O primeiro mapa que temos é Galuzzi (1761). Nessa obra, o autor trata do *Gent.º Acroazes*. Essa população está inserida a leste das nascentes do rio Parnaíba, a sul das nascentes dos rios Uruçuí-Vermelho e Gurguéia, a oeste das nascentes do rio Paraim, a norte e nordeste da divisa Piauí Bahia e Tocantins, localizada entre os meridianos 333° e 331° e os paralelos 10° e 12° (Figura 15).

Figura 15: Território indígena Akroá segundo Galuzzi (1761).



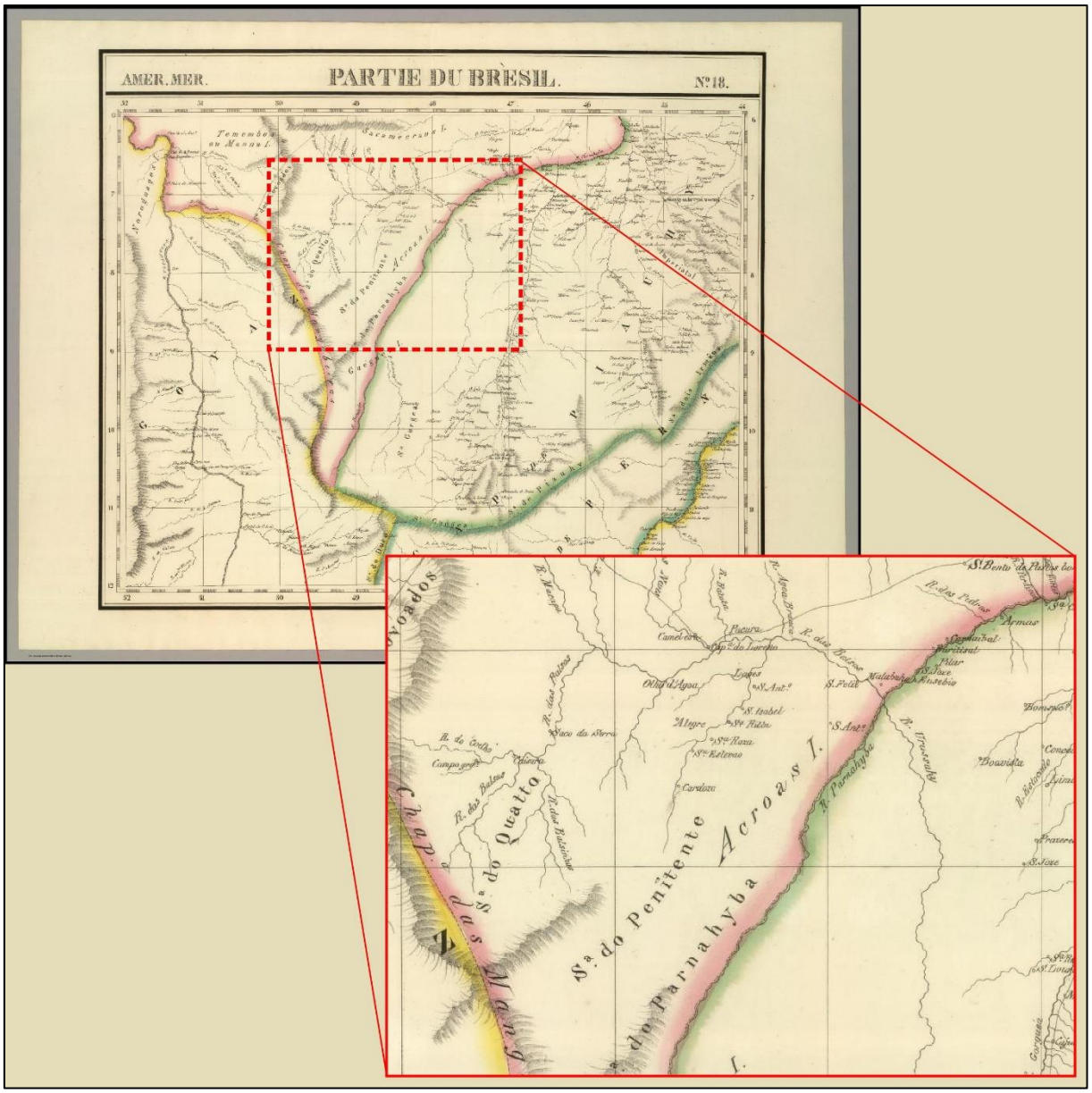
A segunda obra que trabalhamos é o mapa de 1816 que não tem autoria definida. Nessa carta o etnônimo *Gentio Acoroas* aparece em conformidade com o mapa anterior, mas com algumas mudanças que diminuem o território Akroá. A localização dessa etnia é indicada a nordeste das nascentes do Parnaíba e do riacho das Lontras, a sul das nascentes do rio Uruçuí-Vermelho, a oeste das nascentes dos rios Gurguéia e Paraim, e a norte e nordeste da divisa Piauí Bahia e Tocantins. Como esse mapa não tem identificação de meridianos e paralelos, usamos o mesmo sistema citado anteriormente. Logo, o território Akroá aqui estaria entre o sexto e oitavo meridiano e entre o décimo e décimo segundo paralelo (Figura 16).

Figura 16: Território indígena Akroá segundo Sem Autoria (1816).



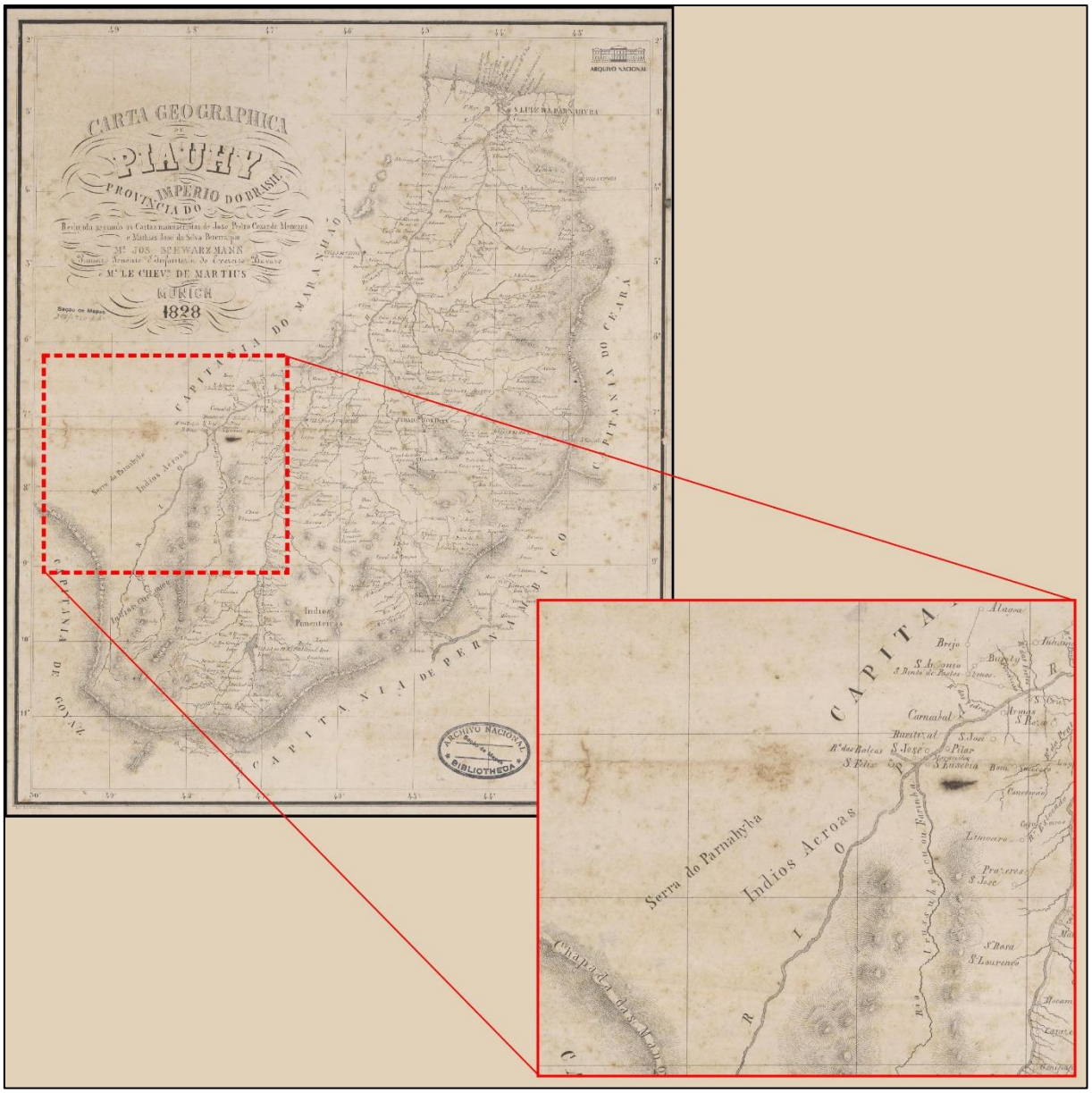
O próximo mapa, de Philippe Vandermaelen (1827), identifica os povos Akroás como *Acroas I.*, e muda radicalmente a sua localização em consideração aos mapas anteriores. Nessa obra, os grupos dessa etnia estão localizados na região do Maranhão, acima do rio Parnaíba, abaixo do rio das Balsas, a nordeste da Serra do Parnaíba e Serra do Penitente. Está a sul das localidades *S. Antº.*, *S. Isabel*, *Sª. Ritta*, *Sª Roxa*, *Sª. Estevas*, e a leste da localidade *Cardoso*, todas localizadas em um afluente do rio das Balsas. Está a sul de S. Felix, localizado nas proximidades da foz do rio das Balsas, a sudoeste da foz do Uruçuí-Preto e rio das Balsas e da localidade *S. Antº.*, no rio Parnaíba, entre os meridianos 48° e 49° e os paralelos 7° e 8° (Figura 17).

Figura 17: Território Akroá segundo Philippe Vandermaelen (1827).



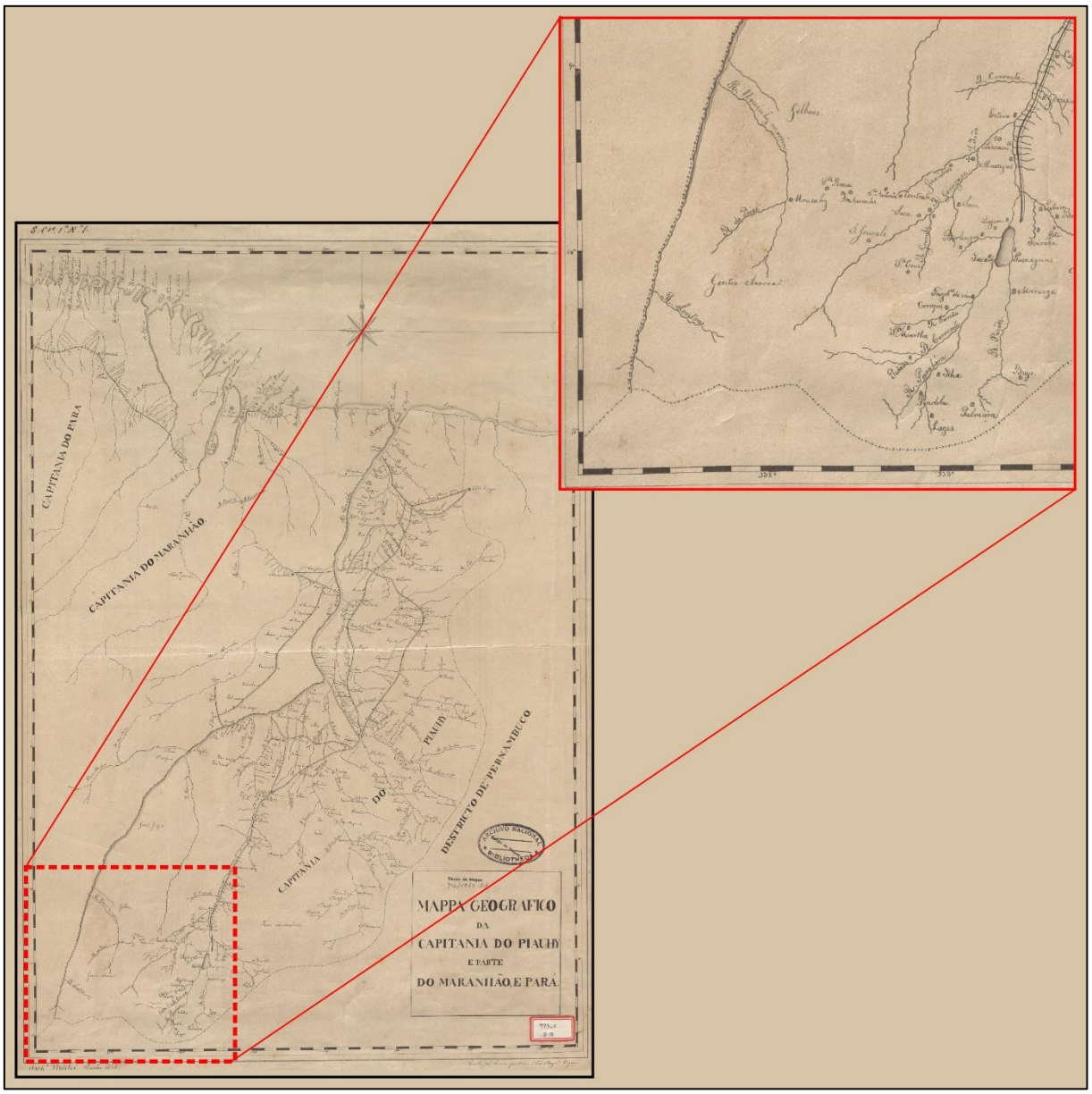
Os mapas de Schwarzmann & von Martius (1828), também localizam os Akroás, seguindo a mesma orientação de Philippe Vandermaelen (1827). O etnônimo identificado é *Indios Acroas*, e esse está novamente entre os dois rios Balsas e Parnaíba, no Maranhão. Nesse mapa existem poucas informações sobre o lado do Maranhão, mas ainda é possível identificar que o etnônimo está a sudoeste da foz do Uruçuí-Preto e do rio das Balsas, a sudoeste das localidades S. Felix e S José, localizados próximos a foz do rio das Balsas, a leste da Serra do Parnaíba e a nordeste da Chapada das Mangabeiras. Sobre as coordenadas, está entre os meridianos 48° e 49° e entre os paralelos 7° e 8° (Figura 18).

Figura 18: Território Akroá segundo Schwarzmann & von Martius (1828).



O quinto mapa que conseguimos identificar essas populações é o mapa de Neves (1855), e nessa obra temos o etnônimo *Gentio Acoroa*. Esse etnônimo está disposto novamente entre as nascentes dos rios Uruçuí-Vermelho, Parnaíba e Gurguéia. Está bem próximo as nascentes do Uruçuí-Vermelho na direção cardeal sul. Está a oeste das nascentes do rio Gurguéia, a noroeste das nascentes do rio Paraim, a nordeste das nascentes do Parnaíba e da divisa Bahia, Piauí e Tocantins, e a nordeste do riacho das. Lontras, afluente do Parnaíba. Está delimitado pelos meridianos 333° e 331° e pelos paralelos 10° e 11° (Figura 19).

Figura 19: Território indígena Akroá segundo Neves (1855).



Sobre a mudança de localização dos mapas de Philippe Vandermaelen (1827) e Schwarzmann & von Martius (1828), em relação aos outros três, é possível supor que essa mudança pode caracterizar a entrada de grupos Akroás em terras Gueguês após o aldeamento realizado por Antônio Gomes Leite. Não estamos alegando que esses grupos não possam ter atuado nessa região mais acima, mas é interessante observar que existe um fenômeno histórico que pode explicar essa diferença de localização. Também precisamos lembrar que estamos identificando a mudança de grupos de uma mesma etnia e não o deslocamento de toda a etnia Akroá.

O sexto e último mapa que utilizamos é Nimuendaju (2017); esse mapa indica o etnônimo Akroá em oito localidades diferentes, todas com a faixa na mesma coloração verde (HEX:

#898558/ RGB: 137, 133, 88/ HSL: 55, 21%, 44%), que indica a família linguística Jê, e com linha tracejada indicando uma população extinta. A primeira citação ao etnônimo Akroá está situada entre os rios Mearim e Grajaú, no Maranhão, próximo ao encontro entre o meridiano 45° e o paralelo 5° e pertence ao século XVIII.

A segunda citação provavelmente é o aldeamento de São Gonçalo do Amarante, pois sua data é de 1771/ século XIX e está situada próximo a foz do rio Canindé, no Piauí. Essa citação está entre os meridianos 40° e 45°, e entre os paralelos 5° e 10°.

A terceira citação aos Akroá indica a data de 1771, e está disposta entre os rios Parnaíba e rio das Balsas, próximo a foz do segundo. Essa citação está entre os meridianos 40° e 45°, e entre os paralelos 5° e 10°.

A quarta citação do etnônimo Akroá está logo acima da citação dos Gueguês, entre os rios Uruçuí-Preto, Parnaíba e das Balsas. A data indicada é 1772. Essa citação está entre os meridianos 45° e 50°, e entre os paralelos 5° e 10°.

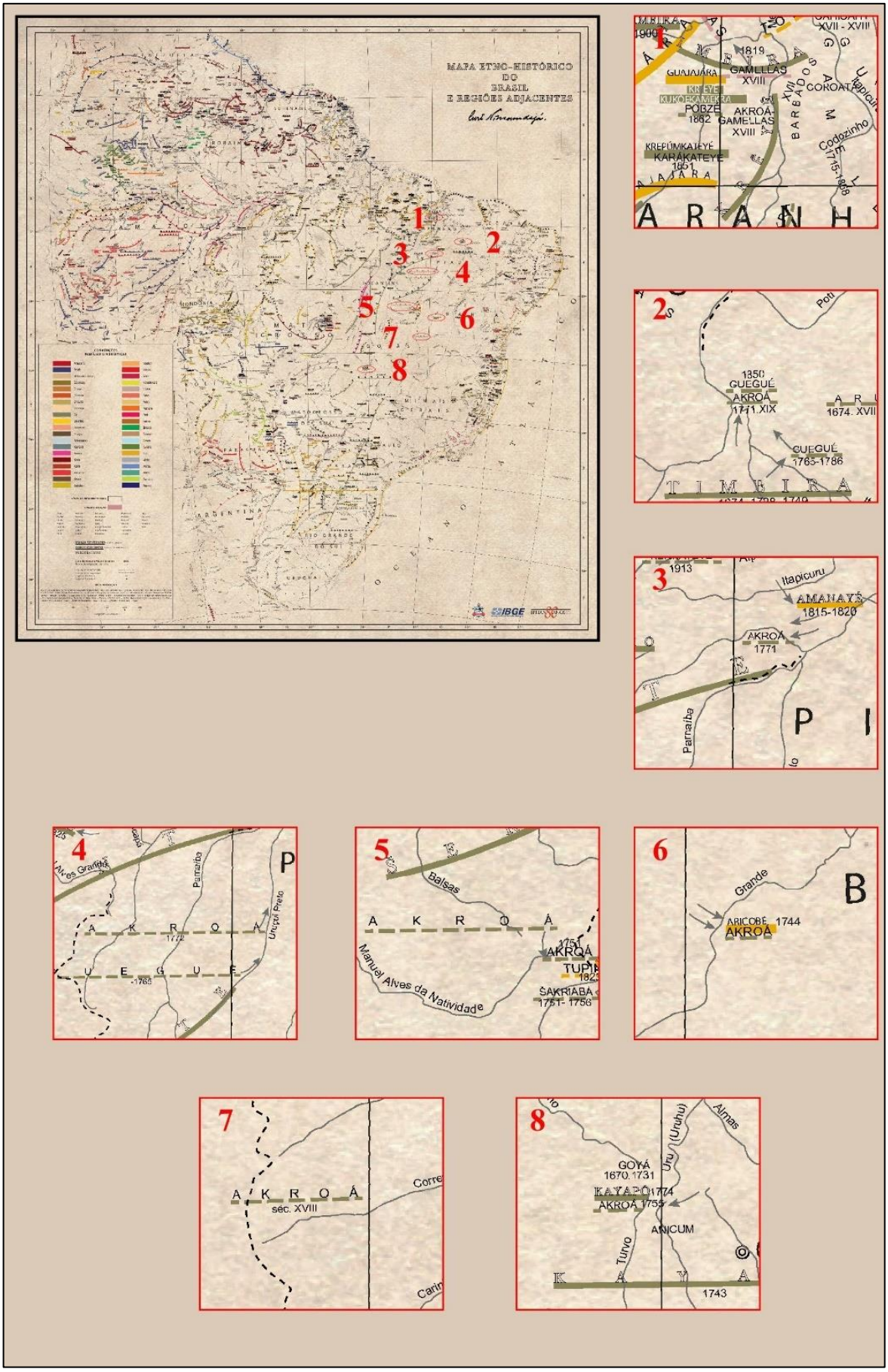
A quinta citação está dentro do limite estadual de Tocantins, entre o rio Manoel Alves da Natividade e o rio Sono. Logo abaixo do etnônimo AKROÁ existe uma seta que indica para outro etnônimo, AKRQÁ, que data de 1751. Essa citação está entre os meridianos 45° e 50°, e entre os paralelos 10° e 15°.

A sexta citação está localizada dentro do limite estadual da Bahia, entre os rios Grande (a norte) e Correntes (ao sul), afluentes do rio São Francisco, que está leste. Essa citação data de 1744, e está situada entre os meridianos 40° e 45°, e entre os paralelos 10° e 15°.

A sétima citação é do século XVIII, ainda nos limites estaduais da Bahia, e está localizada entre as nascentes dos rios Grande (a norte) e Correntes (ao sul), afluentes do rio São Francisco, que está leste. Essa citação está entre os meridianos 45° e 50°, e entre os paralelos 10° e 15°.

A oitava e última citação as populações Akroás no mapa de Curt Nimuendaju (2017) está datada de 1755, situada nos limites estaduais de Goiás. Está localizada entre as nascentes dos rios Vermelho (afluente do rio Araguaia), rio Turvo e rio Bois (afluentes do rio Paranaíba), e rio Uru (Uruhu), afluente do Tocantins. Esse etnônimo está situado entre os meridianos 50° e 55°, e entre os paralelos 15° e 20°. Segue a figura abaixo com a indicação de cada uma dessas citações aos povos Akroá (Figura 20).

Figura 20: Recortedas citações a etnia Akroá em Nimuendaju (2017).



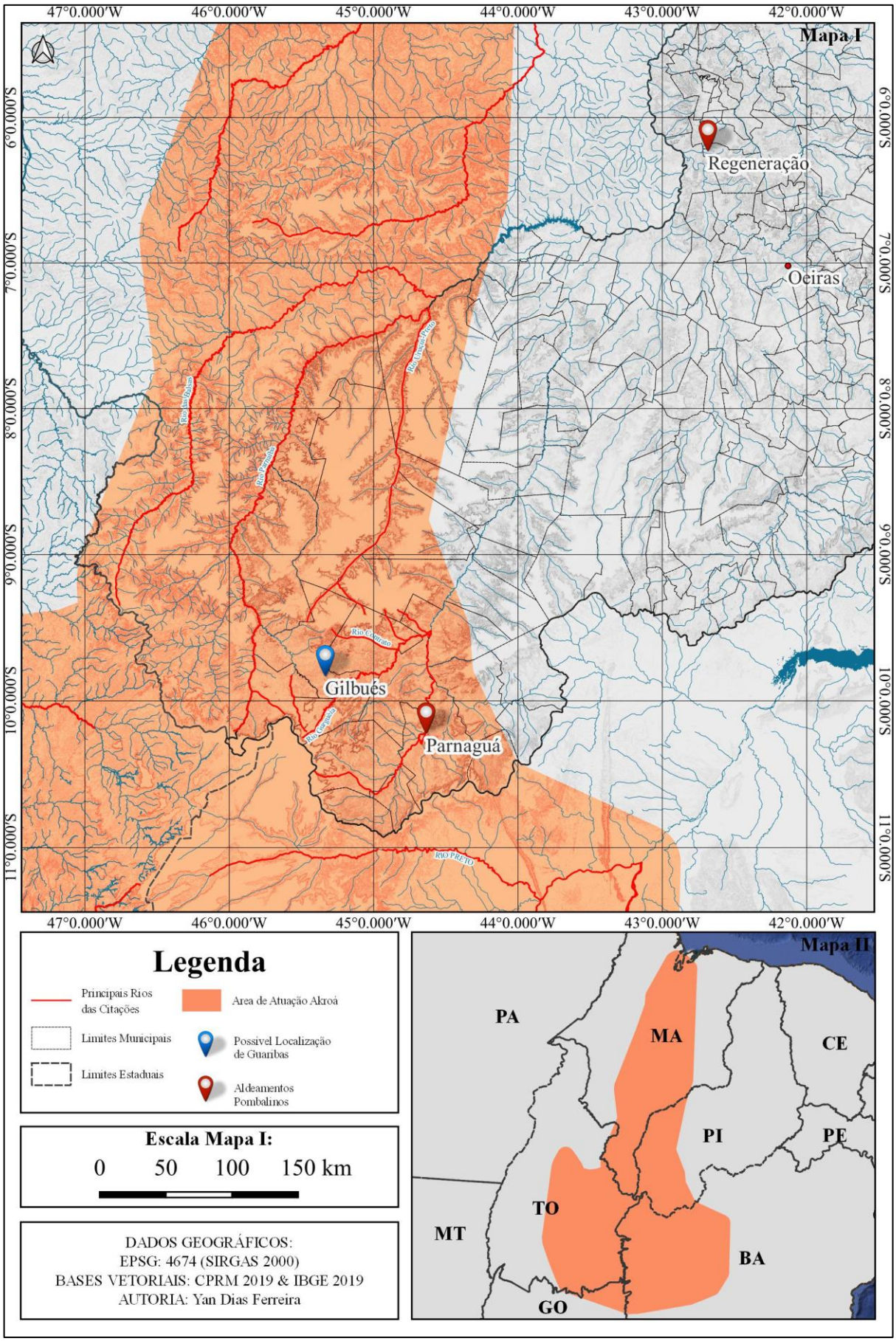
Após reunir todos esses dados sobre a possível localização dos Akroás, realizamos o planilhamento das informações e posterior mapeamento das principais localidades citadas, sejam rios, lagoas e municípios (Tabela 4).

Tabela 4: Localidade onde grupos Gueguês são citados.

Localização	Descrição
Rio Gurguéia	Nascentes
Lagoa de Parnaguá	Sul do Piauí, aldeia substituída por aldeamento de Nossa Senhora do Livramento
Rio Grande	Bahia
Rio Preto	Bahia
Rio São Francisco	Alto do rio
Entre a serra do Gurguéia e Goiás	Tocantins
Rio Itapicuru	Maranhão
Rio Parnaíba	Maranhão e Piauí; no Inverno vem para a bacia oriental do Parnaíba para extrair frutas; nascentes
Rios Parnaíba, Gurguéia e sertão de Gilbués	Atacam fazendas
Rio Manoel Alves	Tocantins
Rio Tocantins	Margem direita; Médio-Tocantins
Sertão de Gilbués	Piauí
Rio Uruçuí	-
Rio Sono	-
Entre o rio Carinhanha, a Serra do Gurguéia e Goiás	-
Rio Paranã	-
Rio das Balsas	Sudoeste da foz do rio
Uruçuí-Vermelho	Sul das nascentes
Paraim	Oeste das nascentes
Uruçuí-Preto	Sudoeste da foz do rio
Entre os rios Mearim e Grajaú	Maranhão
Entre os rios Grande (a norte) e Correntes (ao sul),	Bahia
Entre as nascentes dos rios Vermelho (afluente do rio Araguaia), rio Turvo e rio Bois (afluentes do rio Paranaíba),	-

A partir dos dados espaciais coletados e expostos acima, sobre a atuação dos grupos Akroás, propomos sua dispersão, com foco para a área de estudo, seguindo o mapa a abaixo (Figura 21).

Figura 21: Área de atuação de grupos da etnia Akroá, com ênfase na região sudoeste do Piauí.



3.7.3. Grupos Timbiras

A última etnia que é citada na historiografia sobre as povoações destruídas são os Timbiras. Durante o levantamento bibliográfico sobre o sudoeste do Piauí, encontramos poucas informações relativas a essa população. Apolinário (2013) e Bombardi (2020) nos apontam que não houve aldeamentos de indígenas Timbiras na região do Piauí, pelo menos durante o século XVIII.

Isso se deve, provavelmente, primeiro ao não uso dessa política de "paz" com os colonos, e em segundo à localização de grupos dessa etnia mais a norte e oeste, já na capitania do Maranhão e Goiás. Como evidenciaremos a seguir, através de fontes primárias e secundárias, os Timbiras agiram dentro dos limites da capitania do Piauí, mas sua localização é indicada majoritariamente na capitania do Maranhão.

De acordo com Apolinário (2013) e Freitas (2001), o termo Timbira foi muito utilizado para designar diversos povos indígenas, entre eles Apanyekrá, Apinayé, Kanela, Gavião do oeste, Kraho, Krinkati, Kopinharó, Pukobyê, Krenyê, Kukoikateyê, Kenkateyê, Krepumkateyê, Krorekamekhrá, Põrekamekrá e Txokamekrá. Para Azanha (1984) e Apolinário (2013), durante o século XVIII, é possível pensar em um "país Timbira" com mais de 30 povos, entre eles Timbira do Arapatyuá, Krenjê de Bacabal, Kukoekamekran, Krenjê de Cajuapara, Krikati, Gavião-Pykopjê, Gaviões ocidentais, Krèpumkatejê, Khahô (Mãcamecrãns), Pãrekamekra, Ramkôkamekra (capiekrãns), Kenkatejê, Apanjekra, Çàkamekra (Mucurkatejê), Karenckatejê, Krôrekamekra, Norocagê e Augurge.

Durante a revisão dos dados históricos do sudoeste do Piauí vemos o uso apenas da designação geral Timbiras, não especificando qual grupo estava sendo retratado. A citação mais antiga sobre os Timbiras em solo piauiense data de 1728: "Os TIMBIRAS assolam a capitania. O ouvidor da Mocha escreve ao governador do Maranhão informando sobre esta nação e dizendo estar sem soldados para combatê-la." (BAPTISTA, 1994, p. 47). Provavelmente essa passagem relata uma invasão de grupos Timbiras a Oeiras, mas até o presente momento não encontramos indicação em fonte primária ou secundária sobre o fato.

Em 1737, Bombardi (2020) cita que, no Tribunal da Junta das Missões, indígenas das etnias *acroás-açú*, *acroás-mirim*, *timbiras* e *gueguês*, foram acusados de atacar as regiões de Aldeias Altas, Parnaguá e campos do Gilboés. Agora que já temos uma boa imagem mental de onde estavam localizados esses grupos, é possível supor que a etnia acusada de atacar Aldeias Altas, no Maranhão, provavelmente eram pessoas da etnia Timbira. Por proximidade, as outras duas regiões atacadas seriam a Parnaguá para os Akroás e o campo do Gilbués para os Gueguês.

Entre a segunda e a terceira guerra justa, quando os grupos Gueguês se revoltam e saem do aldeamento de Guaribas, é evidenciada uma união com as etnias Akroá e Timbira contra os colonos. Essa união promoveu ataques a diversas localidades, principalmente as capitanias do Piauí e do Maranhão próximo aos rios Itapecurú e Parnaíba, e a Parnaguá (APOLINÁRIO, 2005; BOMBARDI, 2020).

Posteriormente, a próxima citação sobre a ação direta de grupos dessa etnia data de 1751, quando João do Rego Castelo Branco funda o aldeamento de São Félix da Boa Vista no Maranhão, para indígenas das etnias *Timbira*, *Acoroá* e *Aranhis*. Um tempo depois, esse aldeamento é movido para o rio das Balsas (MIRANDA, 2016).

Um ano depois, em 1752, Jacinto de Sampaio, cabo comandante, é destacado com uma tropa para entrar em guerra contra os indígenas que estavam localizados no rio Mearim. De acordo com a carta do mesmo, ele iria atacar grupos Akroá e Timbira que estavam fazendo incursões ao sertão do *Itapecurú* e Piauí e ajudar os Gamela, que estavam em guerra contra as etnias anteriormente citadas. Nesse mesmo ano, o cabo atacou uma aldeia Timbira, saqueou as roças e fez de escravos os indígenas daquela aldeia (APOLINÁRIO, 2005).

Em 1753, o capitão João do Rego Castelo Branco informa a possível localização para os grupos Timbiras. Segundo o capitão, eles estavam localizados no sertão e na freguesia de São João das Balsas, a sessenta léguas de comprimento (aproximadamente 360 quilômetros), e fazem fronteira com o território Gueguê, que se inicia nos rios Gurguéia e Parnaíba (APOLINÁRIO, 2005).

Três anos depois, João do Rego Castelo Branco volta a atacar Timbiras, Gueguês e Akroás na região do sul do Maranhão. Nesses conflitos, os indígenas sobreviventes são feitos de escravos. A violência contra os povos Timbiras foi tamanha que o rei D. José, em 1760, se colocou contrário ao seu extermínio, mas em contradição, ordena o criamento de uma cavalaria para aprisionar e levar os indígenas atacados para lugares mais distantes (APOLINÁRIO, 2005).

Em 1771, é formada uma tropa na vila de Jerumenha para atacar os Akroás; são realizadas três entradas para atacar grupos dessa etnia, e ao final dessas entradas foram aprisionadas 124 pessoas da etnia Timbira e 74 pessoas da etnia Akroá (BOMBARDI, 2020).

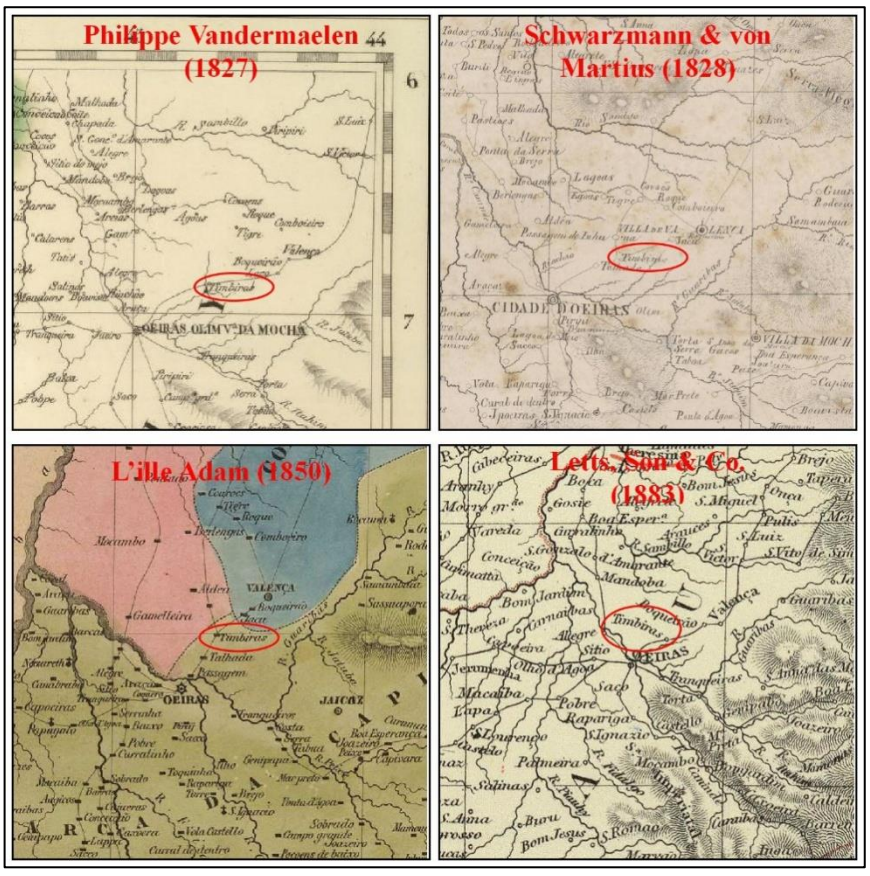
O governo colonial mostra uma clara intenção de tornar os indígenas úteis aos interesses coloniais: esses não deveriam ser mortos, mas sim usados como mão de obra escrava. Talvez seja por essa ideologia escravocrata, e por estarem presentes mais terras maranhenses, que não se criou um aldeamento no território piauiense para essas populações.

De acordo com Mott (1985), baseado em Spix e von Martius, grupos Timbiras foram aldeados juntamente com Akroás e Gueguês em São Gonçalo do Amarante, e a partir daí os três foram comumente chamados de Gamelas. Contudo, apenas encontramos a informação de aldeamento das duas outras etnias, Akroá e Gueguê. Até o presente momento não identificamos fonte primária ou secundária sobre transferência dos Timbiras para essa localidade. E sobre a designação Gamela, como vimos anteriormente, esse etnônimo era pertencente a outra população que estava no Maranhão.

A última fonte escrita que identificamos é do final do século XVIII, em 1794: alguns grupos Timbiras ainda estavam em território maranhense ou migraram para o oeste da capitania. No século seguinte, essa etnia ainda reside no Maranhão, juntamente com outras. Ainda hoje existem pessoas que se reconhecem como indígenas Timbiras e residem no sul do Maranhão, leste do Pará e norte de Tocantins (BOMBARDI, 2020).

Revisando os mapas históricos do Piauí, quatro indicam um topônimo "Timbiras" - são os mapas de Philippe Vandermaelen (1827), Schwarzmann & von Martius (1828), L'ille Adam (1850) e Letts, Son & Co. (1883) - mas em todos os casos, é uma localidade colonial localizada entre Oeiras e Valença (Figura 22).

Figura 22: Recorte da localidade Timbira em mapas históricos do Piauí.



Não identificamos nos mapas históricos a existência de aldeias Timbiras no Piauí, durante o período estudado. Azanha (1984) cita que Nimuendaju levantou a possibilidade de que essa etnia estivesse no Piauí anteriormente, e se deslocou para o lado oeste do Parnaíba, devido as guerras com outras etnias que habitavam a mesma região.

A última fonte escrita sobre os Timbiras é revisão de Apolinário (2013) sobre as políticas e estratégias desses povos. Essa citação engloba as regiões anteriormente citadas, e evidencia vários espaços ocupados e requeridos por essas pessoas, durante o século XVIII e XIX:

> "Entre os séculos XVIII e XIX, os povos Timbiras ocupavam toda a porção sul das capitanias do Piauí e Maranhão nos ambientes naturais de caatinga e cerrado. Estavam presentes também no nordeste da capitania de Goiás, um imenso quadrilátero limitado: ao norte, pelos cursos dos rios Gurupi, Canidé, Grajaú, Turi e Mearim; a leste, o Alto Itapecuru e formadores; o rio das Balsas ao sul e o rio Tocantins a oeste, desde a desembocadura do rio Manuel Alves Grande até bem abaixo da desembocadura do mesmo rio Tocantins. Sua maior concentração estava na área territorial denominada de Pastos Bons, na capitania do Maranhão, região de campos imensos conquistados pelos colonizadores luso-brasileiros no século XVIII. Esta área de lestea oeste se alargava entre os rios Parnaíba e Gurupi e, de norte a sul, desde os últimos currais das Aldeias Altas (atual Caxias) às margens do Tocantins" (APOLINÁRIO, 2013, p. 249)

O que fica claro para nós é que esses grupos residiam principalmente no Maranhão, não sendo essa área foco dos nossos estudos; poucos são os mapas históricos que conseguimos levantar, mas dentre os poucos documentos que encontramos, um mapa indica a localização dos Timbiras no Maranhão. O mapa em questão pertence ao Atlas do Brasil de Francisco Homem de Mello, Parte Especial (4), *Maranhão Province. The Island of S. Luiz do Maranhão*. Essa obra tem duas indicações aos povos Timbiras através do termo *Indios Tymbiras*. A primeira citação esta a norte do *R. Bacabatinga*, na margem ocidental do rio Pindaré, próximo a suas nascentes, entre os paralelos 4° e 5° e os meridianos 4° e 5°. A segunda citação está mais próxima à divisa estadual com o Pará, inserido nas nascentes do *R. Cajuapara*, entre os meridianos 4° e 6° e os paralelos 4° e 5°[11].

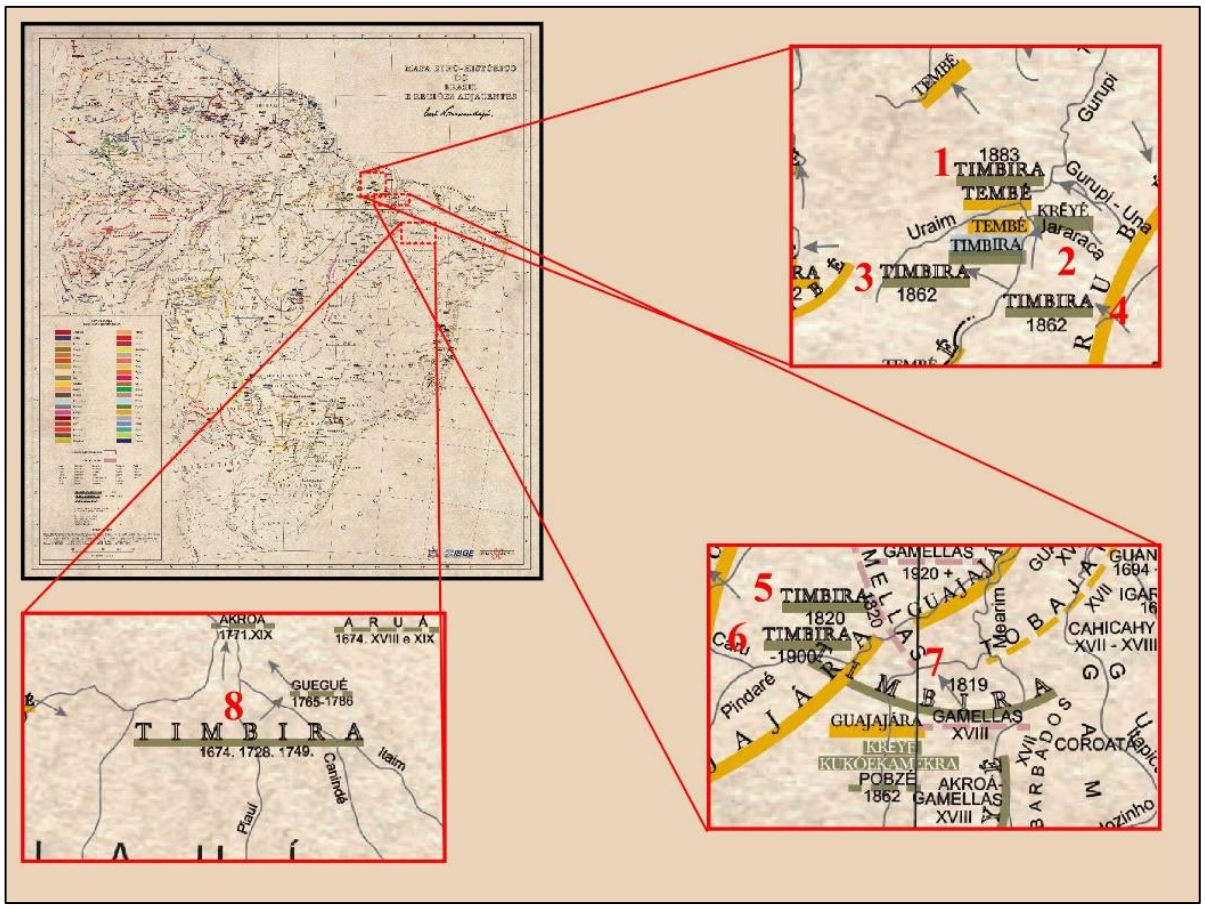
A última fonte de informação que utilizamos é o mapa de Nimuendaju (2017), nele temos sete citações aos grupos Timbiras. Seis dessas citações são indicadas com fonte vazada e com uma faixa contínua na coloração verde (HEX: #898558/ RGB: 137, 133, 88/ HSL: 55, 21%, 44%), que indica a família linguística Jê, que ainda existe, mas não naquela localidade. A uma citação difere as outras, pois não tem data de citação e é indicado de acordo com a fonte

[11] Infelizmente não temos uma cópia digital desse mapa para recortar e disponibilizar na dissertação, mas é possível visualizá-lo através do site: http://www.maproom.org/00/49/present.php?m=0017.

não vazada, que o grupo Timbira ainda reside nessa localidade. As seis primeiras citações estão indicadas no Maranhão e apenas uma delas está no Piauí.

A primeira citação de Nimuendaju (2017) ao etnônimo Timbira, de 1883, e está localizada acima da foz do rio Uraim e a leste da foz do Gurupi - Una. A segunda citação está entre os rios Uraim e Gurupi, e é essa a localidade em que pessoas dessa etnia ainda residem. A terceira citação está também entre os rios Uraim e Gurupi, e data de 1862. A quarta citação também data de 1862, e está localizado do lado oriental do rio Gurupi e a oeste da nascente do rio Tiriaçu. A quinta e sexta citação aos Timbiras data de 1820 e de antes de 1900 respectivamente: estão localizadas as margens ocidentais do rio Pindaré, a norte do rio. A sétima citação aos Timbiras não tem uma data específica, mas ela é uma das mais amplas em questão de espaço. Essa citação inicia no rio Pindaré, passa pelos rios Grajaú e Mearim e termina entre o Mearim e o rio Itapicuru. A oitava citação aos grupos Timbiras está localizada no Piauí: temos três datas diferentes, 1674, 1728 e 1749, e é uma ampla citação que abrange os rios Parnaíba, Piauí, Canindé e Itaim (Figura 23).

Figura 23: Recorte das citações a etnia Timbira em Nimuendaju (2017).



Outros etnônimos citados por Apolinário (2013), Freitas (2001) e Azanha (1984) estão presentes em Nimuendaju (2017). Os Apányekra são citados uma única vez nas nascentes do rio Corda, entre o rio Mearim e o rio Alpercatas, afluente do Itapecuru. Os Apinayé são citados duas vezes entre os rios Araguaia e Tocantins; a primeira fica mais próxima a foz do rio Araguaia, e está representada como sede abandonada, e a segunda é identificada como sedes atuais logo abaixo da primeira citação.

Os Çàkamekra são citados duas vezes como população extinta, e apenas uma delas mostra que a localização data de antes de 1900. Ambas estão localizadas em um afluente do Mearim, que fica entre o rio Corda (afluente do Mearim), rio Alpercatas e rio Codozinho (afluentes do Itapecuru). A citação aos grupos Gaviões é única, e mostra que ainda é a sede atual dessa população, que estão localizados entre a foz do Araguaia e a foz do Pucurí, seguindo a margem oriental do rio Tocantins.

Os Krahó são citados quatro vezes como sede abandonada e uma quinta vez como sede atual; de acordo com o mapa de Nimuendaju, a população foi mudando de local e essa mudança segue a ordem cronológica. A primeira é anterior a 1808, nas margens do rio Macapá, afluente do rio das Balsas, Maranhão. A segunda data de 1808 até 1825, e está localizada a leste da foz do Manuel Alves Grande, a norte desse mesmo rio, a sul do rio Farinha, afluente do Tocantins e a oeste do rio Macapá, Maranhão. A terceira citação data de 1835, fica a noroeste da foz do rio Manuel Alves Grande, na margem ocidental do rio Tocantins, no estado do Tocantins. A quarta citação data de 1844, e se localiza a sul da foz do rio Manuel Alves Grande, subindo o rio Tocantins, no estado do Tocantins. A quinta citação não tem data e é a sede atual dessa população, localizada entre a leste do rio Tocantins, a sudoeste do rio Manuel Alves Grande e a oeste da divisa dos estados Tocantins e Maranhão. Essa última citação dos Krahó ainda conta com a inclusão dos grupos Kenpókateye a norte e Mákamekra a sul.

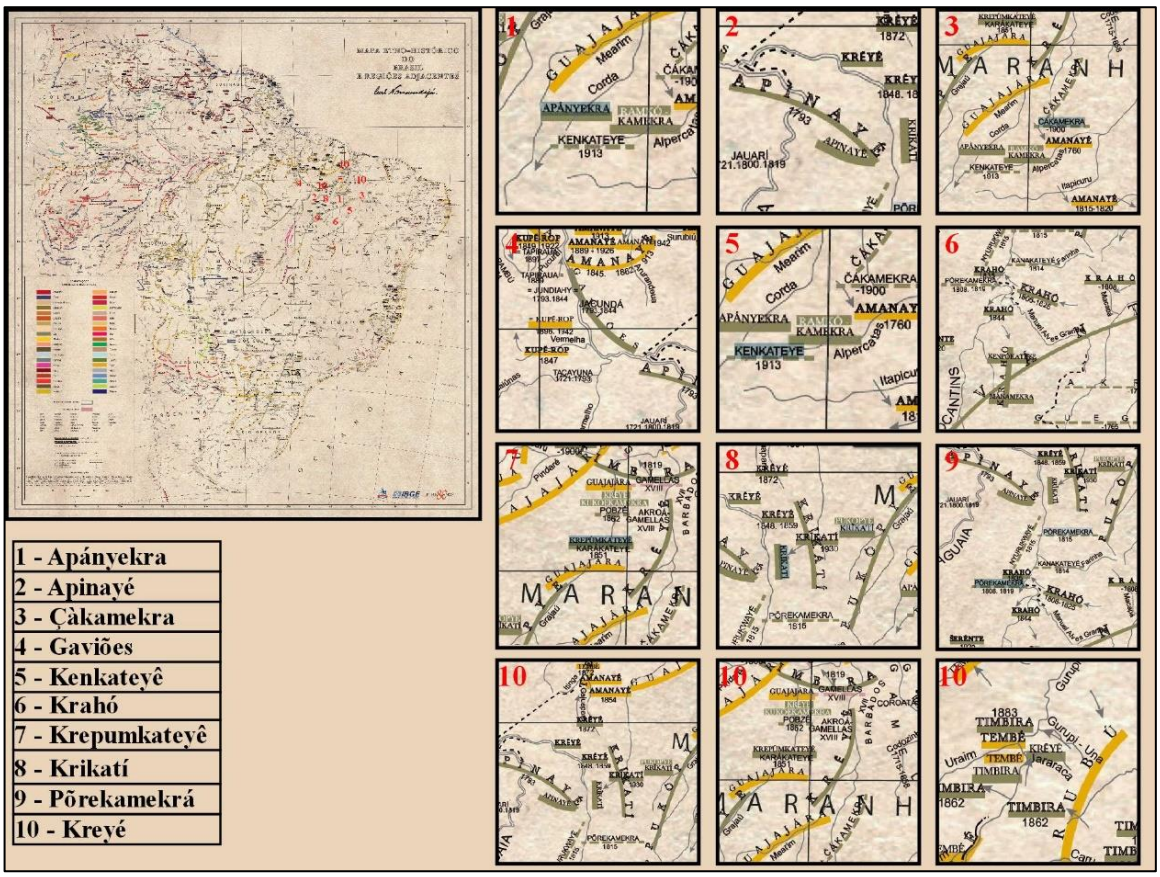
O etnônimo Kenkateyê é citado apenas uma vez em 1913, como população extinta, nas nascentes do rio Alpercatas, afluente do rio Itapecuru. Os Krepumkateyê estão em sede atual, localizada entre os rios Pindaré e Mearim, no médio rio Grajaú, Maranhão. Os Kreyé são citados seis vezes; quatro são sedes abandonadas e duas como sede atual. A primeira citação de sede abandonada está inserida entre a foz dos rios Itapecurú e Grajaú, no médio e baixo rio Mearim, e não tem data específica. A oeste dessa citação está a primeira citação de sede atual, entre os rios Mearim e Pindaré, localizada no médio/ baixo rio Grajaú, juntamente a outros etnônimos. A terceira citação de sede abandonada data de 1872, e se localiza nas nascentes do rio Gajuapara. A quarta citação não tem data específica, e está localizada na margem oriental do rio Tocantins e a sudoeste da nascente do rio Gajuapara. A quinta citação data de 1848 e 1859,

a sul da nascente do rio Gajuapara, a leste da margem oriental do rio Tocantins e a nordeste da nascente do rio Pindaré. A sexta citação é a segunda de sede atual, localizada embaixo do rio Gurupi – Una, a leste a foz do rio Uraim, em um afluente do rio Gurupi, na margem oriental do último rio.

Os Krikatí são citados quatro vezes, duas como sede abandonada e duas como sede atual, todas na mesma região. As duas sedes abandonadas estão inseridas na nascente e no alto rio Pindaré, no Maranhão; uma delas é de 1930, e a outra não tem data. A primeira citação de sede atual está a leste dessa posição de 1930, entre a nascente do rio Pindaré e o rio Grajaú, próximo a foz de um afluente do Grajaú. A segunda citação está a oeste da posição de 1930, com uma seta que indica a migração da localização de 1930 para essa localidade entre a nascente do rio Pindaré e o rio Tocantins.

O último etnônimo relativo aos Timbiras são os Põrekamekrá, indicados duas vezes como população extinta. A primeira localização data de 1815, entre a nascente do rio Grajaú e o Tocantins, a norte do rio Farinha (afluente do Tocantins) e a sul do Pindaré, no Maranhão. A segunda citação data de 1808 e 1819, está localizada entre os rios Araguaia e Tocantins, a noroeste da foz do Manuel Alves Grande, no Tocantins (Figura 24).

Figura 24: Recorte de outros etnônimos Timbira em Nimuendaju (2017).



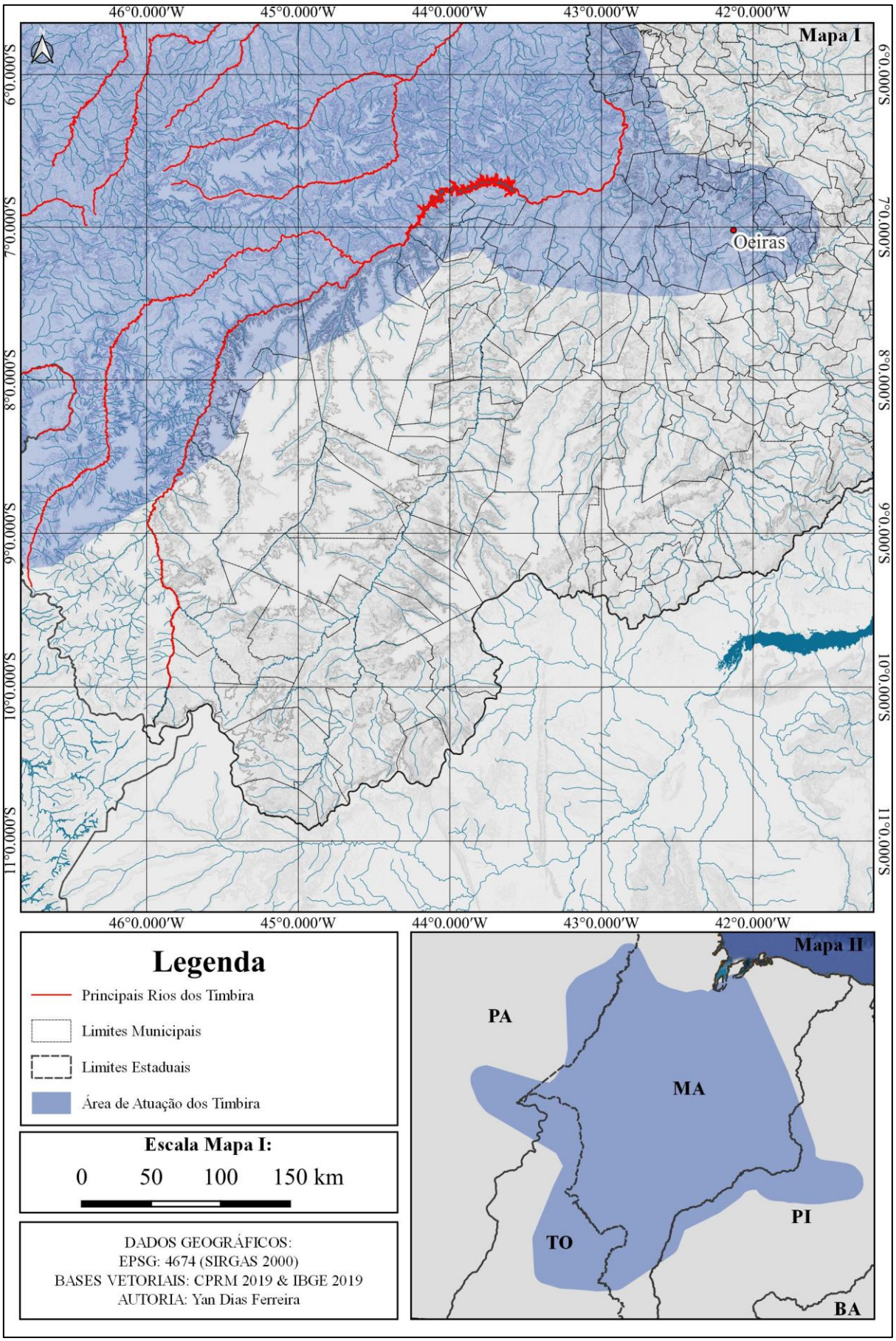
Seguindo as informações espaciais retiradas das fontes primárias e secundárias, realizamos o planilhamento das informações e posterior mapeamento das principais localidades citadas, sejam rios, lagoas e municípios (Tabela 5). Em amarelo estão as feições que não conseguimos localizar para inserir no mapa.

Tabela 5: Localidade onde grupos Timbiras são citados.

Lugares	Descrição
Aldeias Altas	
Pastos Bons	área de leste a oeste se alargava entre os rios Parnaíba e Gurupi e, de norte a sul, desde os últimos currais das Aldeias Altas (atual Caxias) às margens do Tocantins
Sertão e na freguesia de São João das Balsas	terra com sessenta léguas de comprimento
São Félix da Boa Vista	-
Sertão do *Itapecurú*	-
Rio Itapecurú (MA)	alto Itapecuru
Rio Parnaíba (MA)	-
Rio das Balsas (MA)	-
Rio Mearim (MA)	médio e baixo rio Mearim
Rio Turi	-
Rio Tocantins (TO)	foz do Manuel Alves Grande até a foz do Tocantins; da foz do rio Araguaia a foz do Pucurí
Rio Uraim (PA)	-
Rio Gurupi – Una (MA)	-
Rio Gurupi (MA)	-
Rio Tiriaçu (MA)	-
Rio Pindaré (MA)	na nascente e no alto rio
Rios Parnaíba, Piauí, Canindé e Itaim (PI)	ampla citação que abrange esses rios
Rio Grajaú (MA)	entre os rios Pindaré e Mearim; localizada no médio/baixo rio Grajaú
Rio Corda (MA)	afluente do Mearim
Rio Alpercatas (MA)	afluente do rio Itapecuru
Rio Macapá (MA)	afluente do rio das Balsas
Rio Manuel Alves Grande (MA)	a leste da foz do Manuel Alves Grande, a norte desse mesmo rio, a sul do rio Farinha, afluente do Tocantins e a oeste do rio Macapá

A partir dos dados espaciais coletados e expostos acima sobre a atuação dos grupos Timbira, propomos sua dispersão, com foco para a área de estudo, seguindo o mapa a abaixo (Figura 25).

Figura 25: Área de atuação de grupos Timbira, com ênfase na região sudoeste do Piauí.



3.8. Povoações Destruídas

As povoações destruídas são dez localidades presentes apenas nas proximidades do rio Gurguéia e Prata. São cinco povoações do lado oeste o rio Gurguéia e cinco do lado leste. Iniciando pelo lado oeste e mais ao norte temos, no riacho da Prata (afluente do Parnaíba), a presença das duas primeiras povoações: Bom Sucesso e Boa Vista. Atualmente nessa região temos os municípios de Marcos Parente, Landri Sales e Sebastião Leal. Entre o riacho da Prata e riacho Esfolado, a oeste, temos a terceira povoação, Benedicto. Possivelmente, essa região está dentro dos limites municipais de Uruçuí.

Nas proximidades do riacho Esfolado (afluente do Gurguéia) temos a quarta e a quita povoação, respectivamente, Limoeiro e Cajazeiras. Esse riacho corta os municípios de Canavieira, Bertolínia, Sebastião Leal e uma pequena porção de Uruçuí.

As cinco povoações do lado leste se iniciam pela sexta povoação, Reis, acima do riacho Castelo. Atualmente, acima desse riacho, temos a região municipal de Canavieira, Eliseu Martins e provavelmente Pavussu, mais a leste.

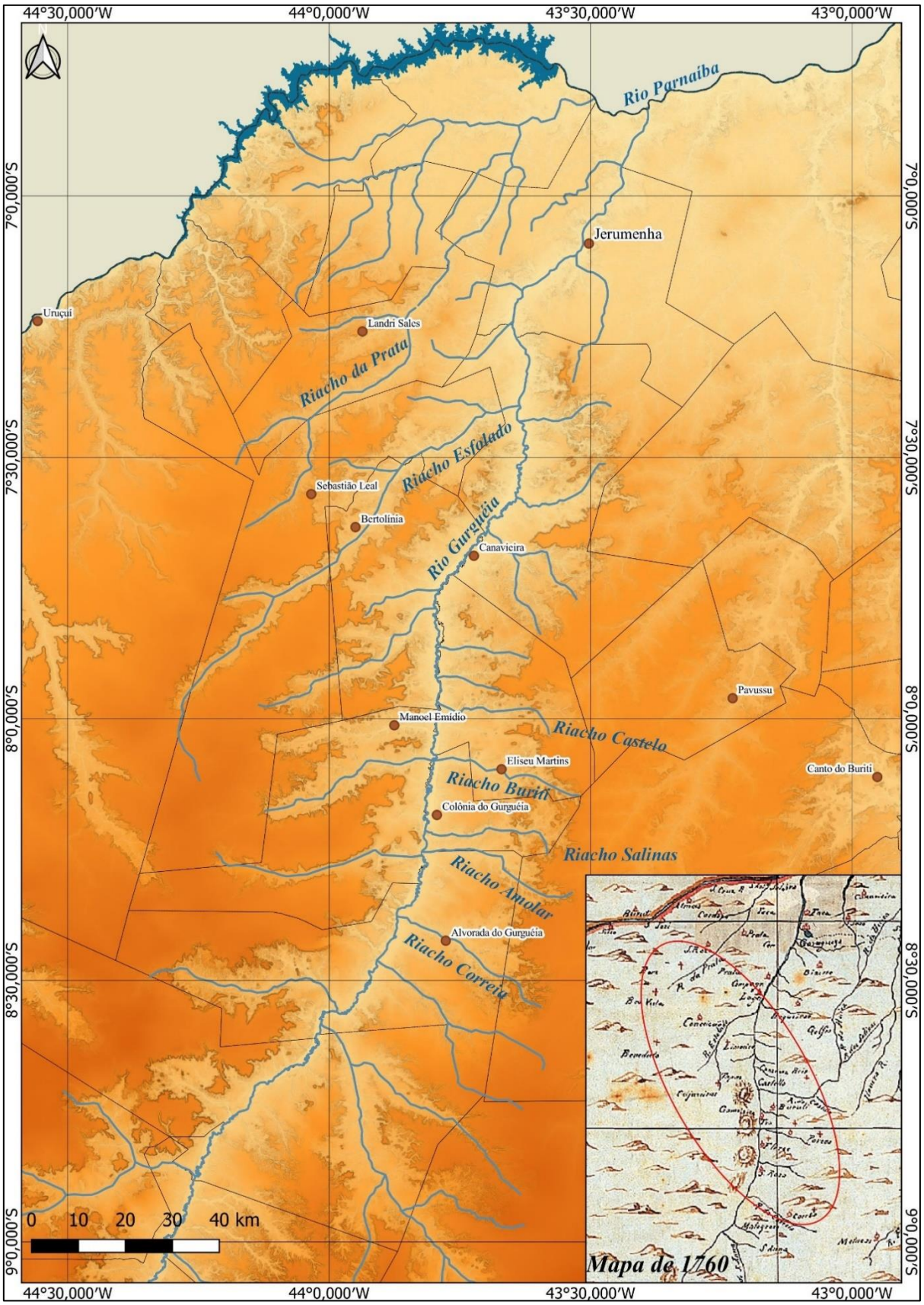
A sétima povoação, que não tem denominação clara, está abaixo desse mesmo riacho (Castelo) e ao lado de outro afluente do Gurguéia que não foi nomeado. Abaixo do riacho Castelo temos os municípios de Eliseu Martins, seguido por Colônia do Gurguéia.

A oitava povoação é Porcos, a sudeste da sétima povoação e acima de uma fluente do Gurguéia não nomeado. A nona povoação, Flores, está abaixo do mesmo afluente que Porcos e bem próxima ao Gurguéia. Essas duas povoações estão indicadas entre os riachos Castelo e Correia, e nessa região temos outros riachos; os principais são Buriti, Salinas e Amolar. Os municípios que abrangem essa área são Eliseu Martins, Colônia do Gurguéia e Alvorada do Gurguéia.

A décima e última povoação foi nomeada como Corrêa, por ser o único topônimo próxima a iconografia da povoação destruída. Está localizada acima do riacho Correia, afluente do Gurguéia. O riacho Correia corta os municípios de Alvorada do Gurguéia e Canto do Buriti.

A figura a seguir mostra no canto direito um recorte da obra de Galúcio do 1760, com algumas vetorizações que ajudam a dar foco aos locais de interesse. A imagem de fundo é um mapa temático, criado a partir de bases vetoriais atuais. Nesse mapa atual, temos a delimitação da área de estudo, conforme os parágrafos acima (Figura 26).

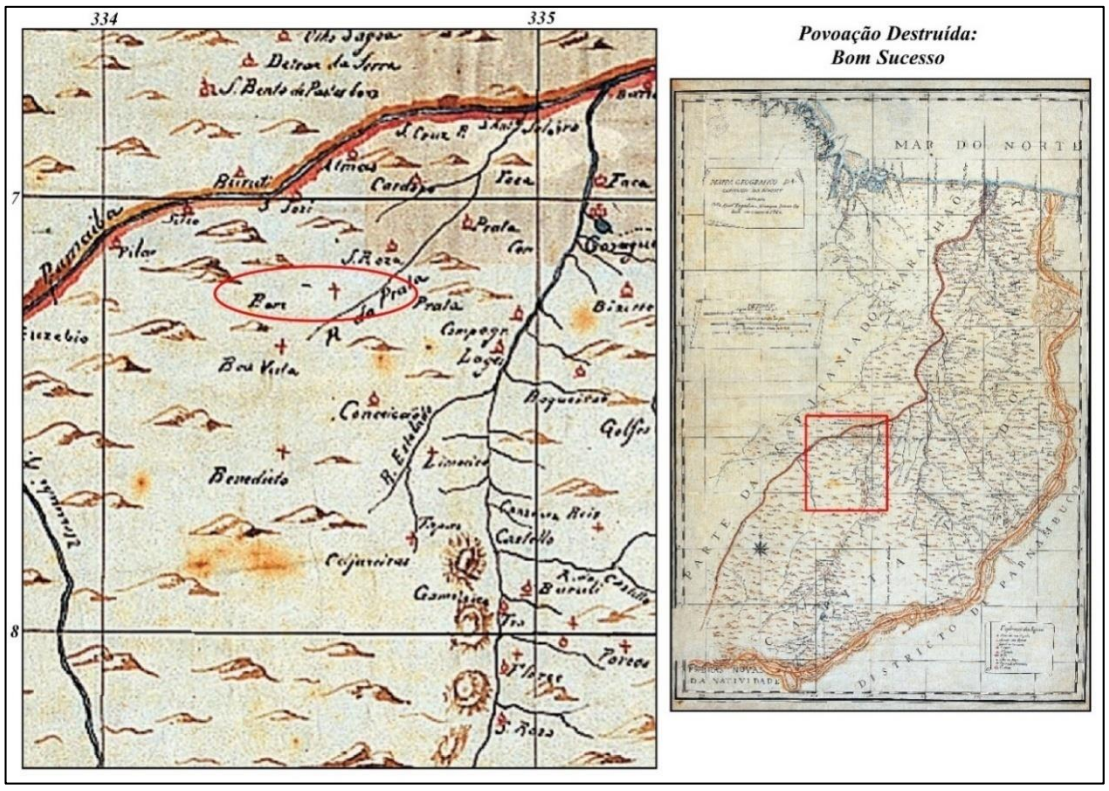
Figura 26: Área analisada nos mapas históricos e nas bases cartográficas atuais.



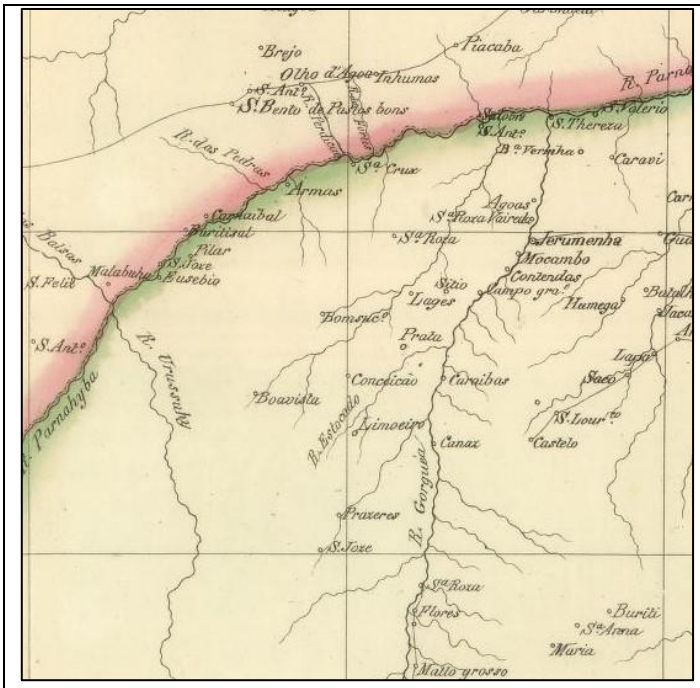
3.8.1. Primeiro povoado: Bom Sucesso

A primeira povoação destruída analisada no mapa de Galúcio é nomeada apenas como *BOM*. Entretanto, observamos certa distância entre a nomenclatura e o símbolo do povoado, que nos leva a crer que o topônimo em questão está incompleto. Ao pesquisar mapas históricos posteriores à obra de Galúcio, torna-se claro que o topônimo dessa povoação realmente está truncado. A povoação, na obra de Galúcio, está localizada entre os meridianos 334° e 335° e os paralelos 7° e 8°. Está na beira da margem esquerda de um corpo d'água denominado *R. DA PRATA*. Aparece mais próxima da nascente do corpo d'água do que da sua foz, no rio Parnaíba. São encontradas outras localidades próximas à povoação: a fazenda *S. ROZA* a nordeste, outro povoado destruído denominado *BOA VISTA* a sudoeste e mais abaixo, *CONCEIÇÃO* à sudeste. A área onde está localizada a povoação é mostrada como plana, mas, nos arredores, e mais especificamente próximo ao rio Parnaíba, aparecem alguns símbolos associados a um relevo mais alto (Figura 27).

Figura 27: Primeira povoação destruída, Galúcio (1760).



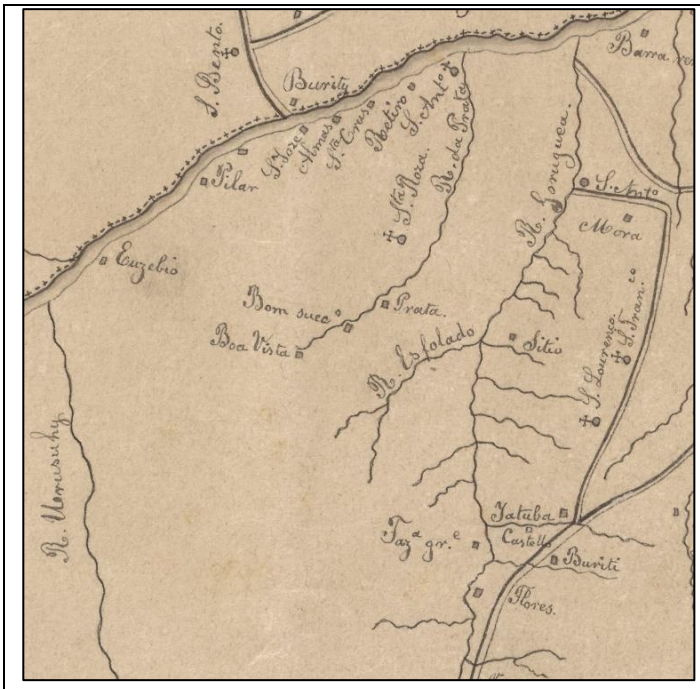
Como mencionamos acima, cinco outros mapas posteriores da mesma região evidenciam um local denominado *BOM SUCESSO*. Esse local é indicado como fazenda ou sítio em mapas do século XIX.



Em 1827, Philippe Vandermaelen indica a localização de *BOM SUCESSO* às beiras de um afluente de um corpo d'água principal que não está nomeado. As localidades próximas são *BOA VISTA* a sudoeste, *SANTA ROZA* a nordeste, *LAGES* e *SITIO* a leste, *PRATA* a sudeste e *CONCEIÇÃO* ao sul. A localidade está próxima aos meridianos 47° e 48° e entre os paralelos 7° e 8°.



No ano seguinte, Schwarzmann compôs um mapa baseado em informações de Carl Friedrich Philipp von Martius. Duas versões são disponíveis, ambas datadas de 1828: uma delas em português e outra em francês. Os estilos e a iconografia também são diferentes. Ambas as versões, no entanto, apresentam a localidade *BOM SUCESSO* ao norte de um afluente do *R. DA PRATA*. Em ambos os mapas, também aparecem *Sª. ROZA* a nordeste e *CONCEIÇÃO* a sudeste. Todavia, apenas a versão francesa apresenta a localidade de *BOA VISTA* a sudoeste. Os meridianos mais próximos do povoado de *BOM SUCESSO* são o 47° e o 48°, já os paralelos são o 7° e o 8°.

	A quarta obra indicando a localidade de *BOM SUCESSO* é o mapa de José Pereira das Neves, publicado em 1855. Neste, o símbolo da localidade está do lado direito do corpo d'água *R. DA PRATA*. As localidades presentes no entorno são *BOA VISTA* a sudoeste, *PRATA* e *Sª ROZA* a nordeste. Os meridianos que delimitam essa área são o 333° e o 334°, já os paralelos são 7° e 8°.
	Enfim, o mapa de Letts, Son & Co. de 1883 é o quinto e último mapa histórico que apresenta a localidade de *BOM SUCESSO*. Nesta representação cartográfica, a localidade está um pouco mais distante de um corpo d'água que não é nomeado, mas que remete, pela morfologia, ao *R. DA PRATA*. O mapa apresenta mais localidades na região que os anteriores: *BOA VISTA* a sudoeste, *S. ROSO* (provável Sª Roza) a nordeste, *PRATA* a sudeste e *SÍTIO* a leste, todas próximas ao mesmo corpo d'água de Bom Sucesso. *PILAR*, a noroeste, e *ARMAS*, a norte, estão próximos ao Parnaíba (aqui nomeado como *PARANAHYBA*). Os meridianos que delimitam a área onde está o povoado são 44° e 46°, e os paralelos são 6° e 8°.

Outra fonte histórica que revela esse mesmo topônimo é a relação do capítulo anterior, na qual 30 testemunhas relatam os ataques às 10 fazendas do Gurguéia (AHU, ACL, CU 16, Caixa 4, Documento 299). Nesse documento, o topônimo Bom Sucesso é citado por 24 testemunhas.

Os mapas atuais nos revelam informações importantes principalmente sobre os corpos d'água. Em quase todos os mapas anteriormente citados encontramos um local denominado *R. DA PRATA*. Levando em conta o traçado, a povoação está localizada na parte esquerda do corpo d'água (somente o mapa de 1855 a registra do lado direito). Notamos também que existe um outro riacho mais próximo da nascente onde está a povoação de Boa vista.

Os afluentes presentes na nascente do riacho da Prata são dois: o riacho Cascavel, que está muito mais próximo da nascente do rio, e aparece bordeado por uma área mais elevada, e o riacho Solidão, que está mais distante da nascente, e tem um vale maior, portanto uma área de planície maior. Ele próprio também tem um afluente, o riacho do Brejo. Ao analisar as informações contidas nos mapas antigos, nas bases cartográficas atuais e na história de fundação dos municípios, supõe-se que a povoação de Bom Sucesso esteja localizada no riacho Solidão ou riacho do Brejo. Ambos estão situados no atual município de Landri Sales-PI (Figura 28).

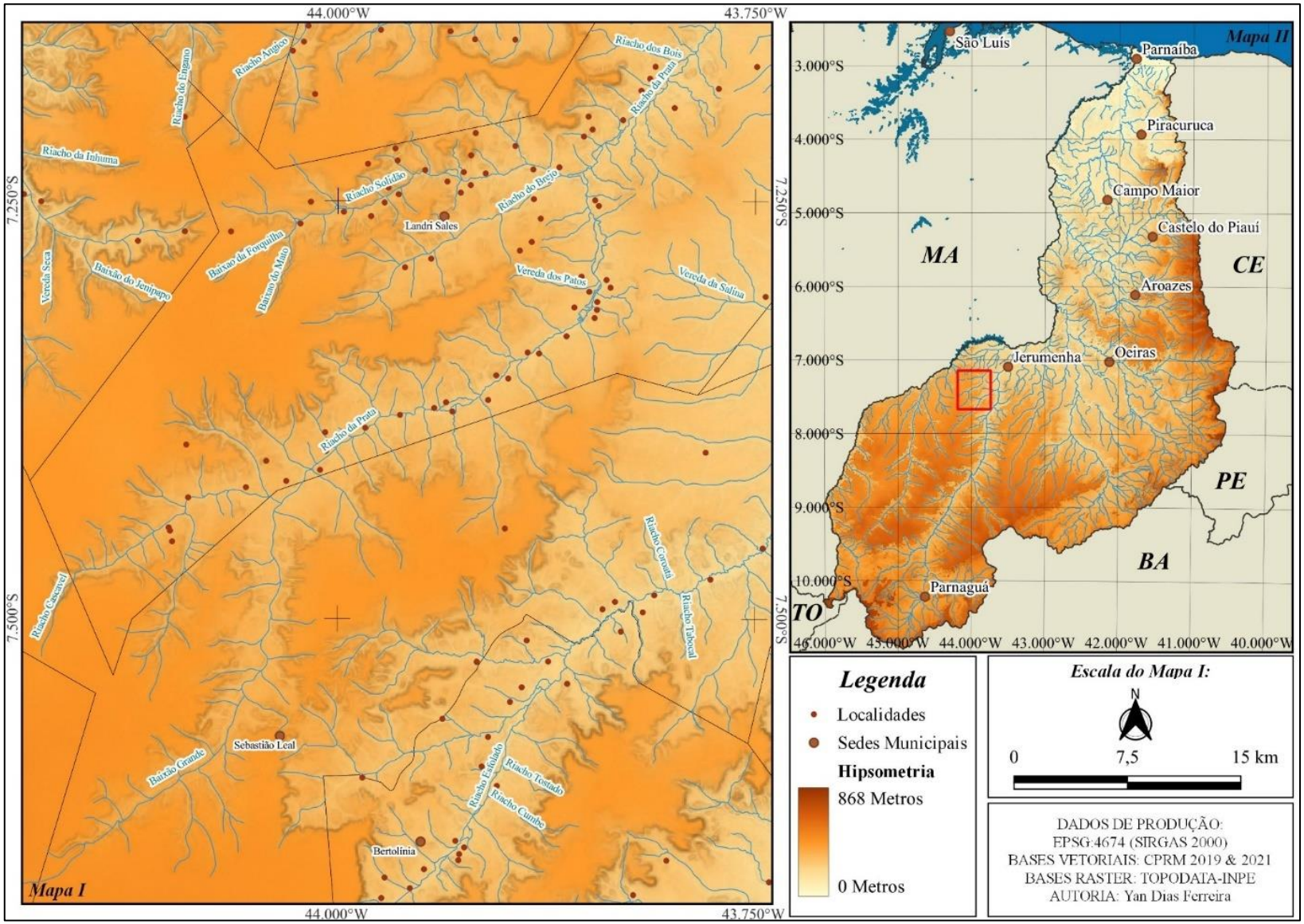
De acordo com as informações históricas disponibilizadas pelo IBGE, esse município teve origem a partir da localidade conhecida como Brejo, oriundo da Data Conceição[12]. Como exposto anteriormente, Conceição é um dos locais presentes nos arredores de Bom Sucesso no mapa de 1760. Procurando por informações históricas de municípios próximos, observamos que o território de Landri Sales foi desmembrado de outro município conhecido como Aparecida, atual Bertolínia. Este foi dividido em três distritos fiscais e policiais: durante a divisão administrativa, a antiga Bom Sucesso é citada[13] como uma das fazendas pertencentes ao terceiro território que, mais tarde, se tornaria Landri Sales.

Outra fonte que relata a divisão distrital do município de Aparecida é Miranda (1964). Nessa obra literária são citadas as fazendas pertencentes a cada distrito e no terceiro temos o topônimo *BOM SUCESSO*. Outra informação importante sobre o município de Landri Sales e seu território é que o mesmo foi desmembrado de Jerumenha, mas parte era do município de Aparecida.

12 https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/landri-sales/historico

13 https://bertolinia.pi.gov.br/bertolinia/informacoesgerais/municipio?tipo=historia

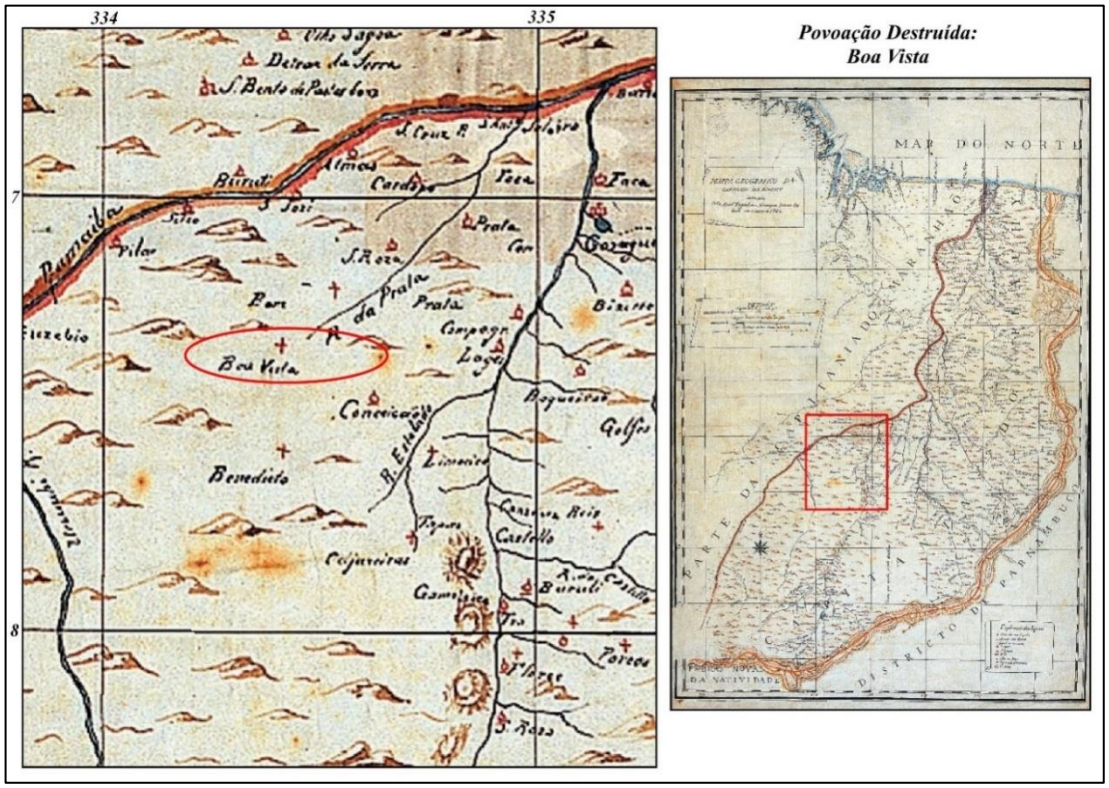
Figura 28: Mapa da localização da povoação de Bom Sucesso.

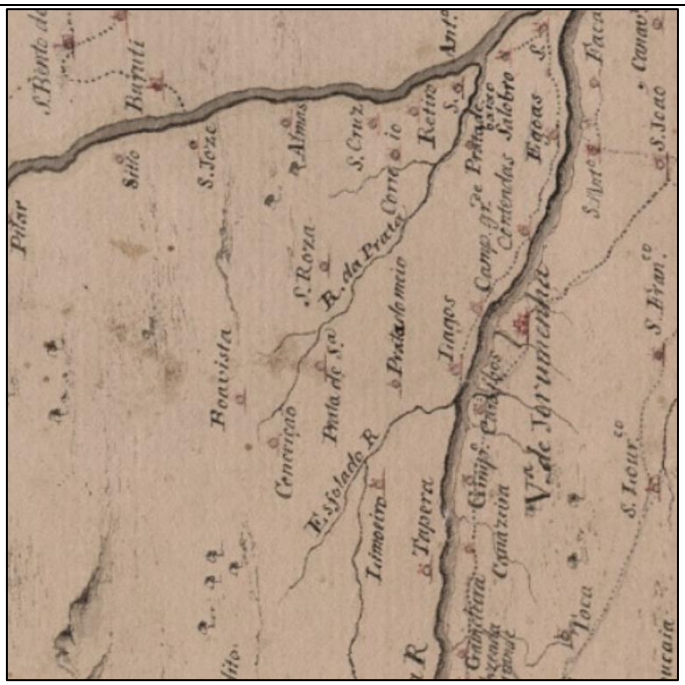
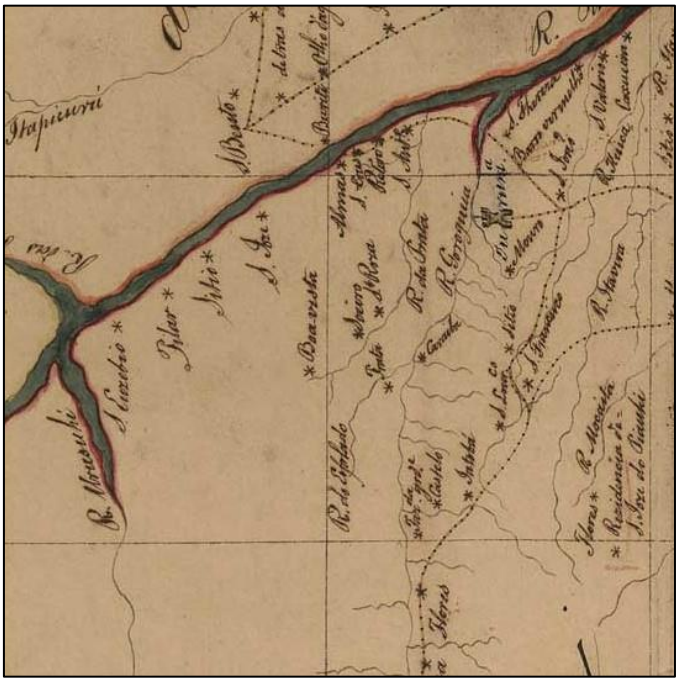


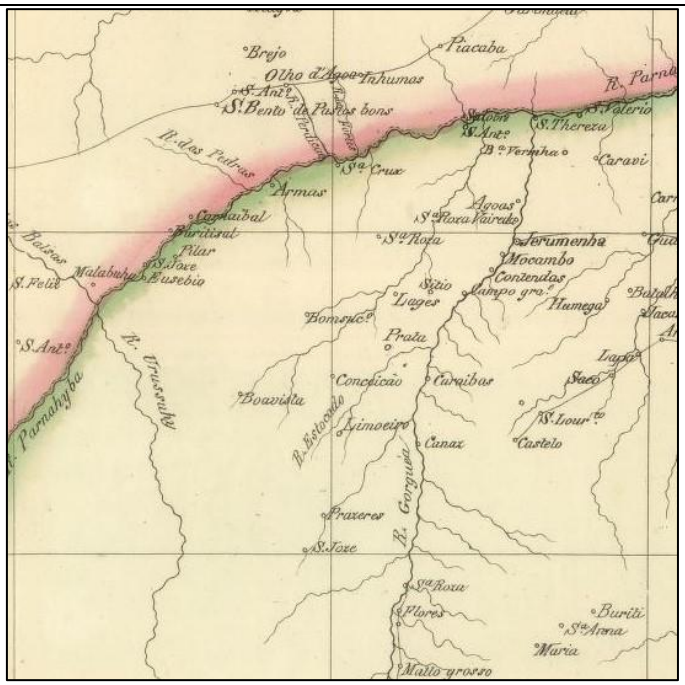
3.8.2. Segundo Povoado: Boa Vista

A segunda povoação destruída é denominada *BOA VISTA* no trabalho de Galúcio. Está localizada entre os meridianos 334° e 335° e os paralelos 7° e 8°. Essa localidade está próxima a nascente do *R. DA PRATA*, a sudoeste da nascente. Os locais próximos a esta povoação são *BOM SUCESSO* a nordeste, *CONCEIÇÃO* a sudeste e ao sul *BENEDICTO*. Próximo, a noroeste, está representado um morro, que sugere um relevo mais alto. O restante da área circundante é identificado como plana (Figura 29).

Figura 29: Segunda povoação destruída, Galúcio (1760).



	A segunda versão do mapa de Galúcio, o mapa de 1761, também mostra a localidade de *BOA VISTA* e a nascente do *R. DA PRATA* próxima ao povoado. Nessa obra, no entanto, a nascente está sudeste e, a nordeste, está outro afluente do *R. DA PRATA*. Assim como no mapa anterior, existe um morro próximo, mas nesse caso ele está a norte do povoado. Os locais mais próximos dessa povoação são *CONCEIÇÃO* a sudeste, *S. ROZA* a nordeste e *PRATA* a leste. Os meridianos que delimitam a área são 333° e 334°, já os paralelos são 7° e 8°.
	Em outro mapa sem autoria. datado de 1816, disponibilizado pela Biblioteca Nacional Digital, o curso d'água denominado *R. DA PRATA* aparece com duas nascentes. A povoação de *BOA VISTA* está a norte da nascente superior. As localidades mais próximas são *SOEIRO* a nordeste e logo depois *S. ROZA* e *PRATA* a sudeste. Neste mapa, existem linhas de latitude e longitude, mas elas não têm numeração definida. Para conseguir alguma localização absoluta, definimos a nomenclatura dos meridianos através de sua inserção de leste para oeste, do primeiro ao sétimo colocado. O mesmo processo foi definido para os paralelos, iniciando no norte do mapa, do primeiro ao décimo primeiro. Nesse caso, a povoação estaria entre o quinto e o sexto meridiano, e entre o sétimo e oitavo paralelo.

	A povoação de *BOA VISTA* também aparece no mapa de Philippe Vandermaelen (1827). Nessa obra, é apresentada próxima de uma das duas nascentes ou afluentes do que aparenta ser o *R. DA PRATA*. A localidade de *BOA VISTA* está mais isolada, a nordeste da nascente do corpo d'água supracitado. Os locais mais próximos são *BOM SUCESSO* a nordeste, *CONCEIÇÃO* a leste e *LIMOEIRO* a sudeste. Está localizada entre os meridianos 47° e 48° e nos paralelos 7° e 8°.
	A versão francesa do mapa de Schwarzmann e Martius, de 1828, apresenta a povoação de *BOA VISTA* próximo a nascente do que parece ser um afluente do *R. DA PRATA*. Está a oeste da nascente do afluente. Nessa obra, os locais próximos são *BOM SUCESSO* a nordeste, *CONCEIÇÃO* a leste e, mais afastado, a noroeste, *S. EUSEBIO*. Os meridianos mais próximos são o 47° e o 48°, já os paralelos são o 7° e o 8°.



O mapa de J. de Villiers de L'Ille Adam (1850) mostra a povoação de *BOA VISTA* como parte da *COMARCA DA CAPITAL* (Oeiras). Essa obra apresenta a localidade no meio da região entre os corpos d'água *R. DA PRATA* e *R. URUSSUHY*. A única outra localidade próxima é *CONCEIÇÃO*, a sudeste. Os meridianos mais próximos são o 0° e 1°, já os paralelos são 7° e 8°. É importante salientar que essa representação cartográfica é bem diferente das outras que temos em nosso acervo. Além de ser um mapa bem colorido, o formato da Província do Piauhy e as direções de alguns rios, como o Gurguéia, diferem de outros mapas históricos.



O mapa de José Pereira das Neves, de 1855, apresenta a povoação de *BOA VISTA* novamente próximo ao *R. DA PRATA*. Nesse mapa, o corpo d'água não apresenta afluentes, assim como o mapa de 1760. A povoação de *BOA VISTA* está a sul da nascente. As localidades próximas são *BOM SUCESSO*, *PRATA* e *STª ROZA* a nordeste, e mais distante *EUZEBIO* a noroeste. Os meridianos que delimitam a área são o 333° e o 334°, já os paralelos são 7° e 8°.



O último mapa histórico em que a povoação de *BOA VISTA* aparece é o de Letts, Son & Co. de 1883. Nessa obra, é representado próximo a um corpo d'água não nominado, mas que pode ser identificado como Riacho da Prata por estar localizado ao lado esquerdo do rio Gurguéia e abaixo do rio Parnaíba. Os locais mais próximos são *PILAR* a noroeste, *BOM SUCESSO* e *SÍTIO* a nordeste, *PRATA* a leste, bem ao norte *ARMAS* e *LIMOEIRO* a sudeste. A povoação está entre os meridianos 44° e 46°, e entre os paralelos 6° e 8°.

De acordo com o Albuquerque (1994), Boa Vista é o topônimo dado a uma lagoa localizada entre os rios Gurguéia e Parnaíba. Também cita uma Data com três léguas de comprimento de Norte a Sul, e uma de largura de Leste a Oeste.

Encontramos uma Data de topônimo parecido no levantamento que realizamos no Arquivo Público da cidade de Teresina-PI, usando o livro ITSC. Nessa Data, entretanto, o local é informado próximo ao Rio Parnaíba. Consta no Livro A, página 8, a localidade *BÔA VISTA* localizada na Ribeira do Parhahyba. "Data com três léguas de comprido de Norte a Sul, e uma de largo de Leste a Oêste, fazendo pião[14] na Lagôa Grande. Concedida em 20 de novembro de 1753 a Hilario Pereira da Conceição."

Miranda (1996), relata sobre o riacho da prata, e em seus levantamentos cita um riacho afluente do Prata com o nome de Boa Vista. Além do riacho no município de Bertolínia, é citado uma lagoa da *Boa Vista* (MIRANDA, 1996).

Levando em consideração as informações encontradas nos mapas históricos, podemos fazer inferências tanto sobre os corpos d'água quanto sobre as povoações dessa região. Como citado anteriormente, a povoação de *BOA VISTA* é evidenciada nas proximidades das nascentes e um corpo d'água denominado *R. DA PRATA*, que reconhecemos anteriormente como Riacho da Prata. Ao analisar os mapas históricos, é possível identificar, em algumas obras, dois pequenos riachos que mais a frente dão origem ao riacho da Prata. A base hidrográfica

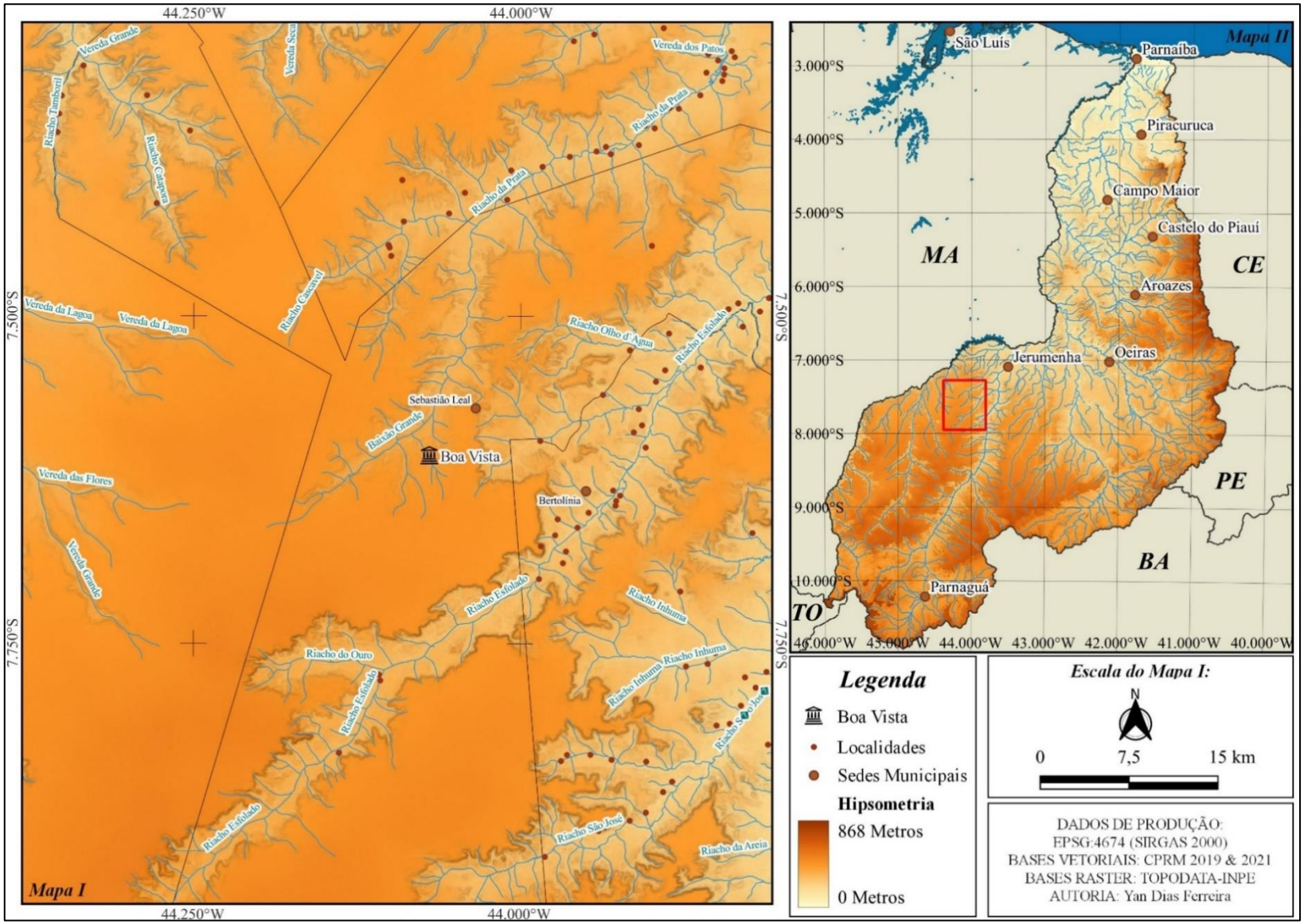
[14] "Fazendo pião" pode significar fazer a volta.

disponibilizada pela CPRM também exibe dois riachos, que mais adiante dão origem ao riacho da Prata (Figura 30).

O afluente setentrional ao início do Prata, e mais próximo ao Parnaíba, é identificado como riacho Cascavel. Através dos dados da CPRM, encontramos seis localidades nas proximidades desse afluente: Fazenda Cascavel, Sítio Santo Antônio, Petrônio Portela, Assentamento Vereda II, Brejo dos Caboclos e Sossego. A maioria das localidades supracitadas estão inseridas dentro do vale do riacho, que é mais extenso, enquanto a localidade Assentamento Veredas II está no topo do vale, entre esse riacho e um afluente menor, denominado Vereda Brejo do Caboclo. Do fundo do vale para o topo existe uma diferença de quase 100 metros, mas não foi possível identificar um pico de elevação nessa região, como é representado em alguns mapas históricos. Grande parte do riacho Cascavel está no município de Landri Sales, mas sua nascente e sua foz pertencem ao município de Sebastião Leal.

O segundo riacho, na parte sul do Prata e mais próximo ao Gurguéia, é identificado como Baixão Grande. Usando os mesmos dados da CPRM, não foi possível localizar nenhuma fazenda na área desse riacho. O vale desse riacho é mais extenso em comprimento que o anterior, mas é menos largo. Toda a extensão desse riacho está dentro da área do município de Sebastião Leal. Também não encontramos picos de elevação nas proximidades deste riacho. Procurando o topônimo Boa Vista na região de Sebastião Leal, identificamos através do Google Maps uma localidade em Baixão Grande. Contudo, as únicas informações que identificamos foram o topônimo e fotos de queda d’água.

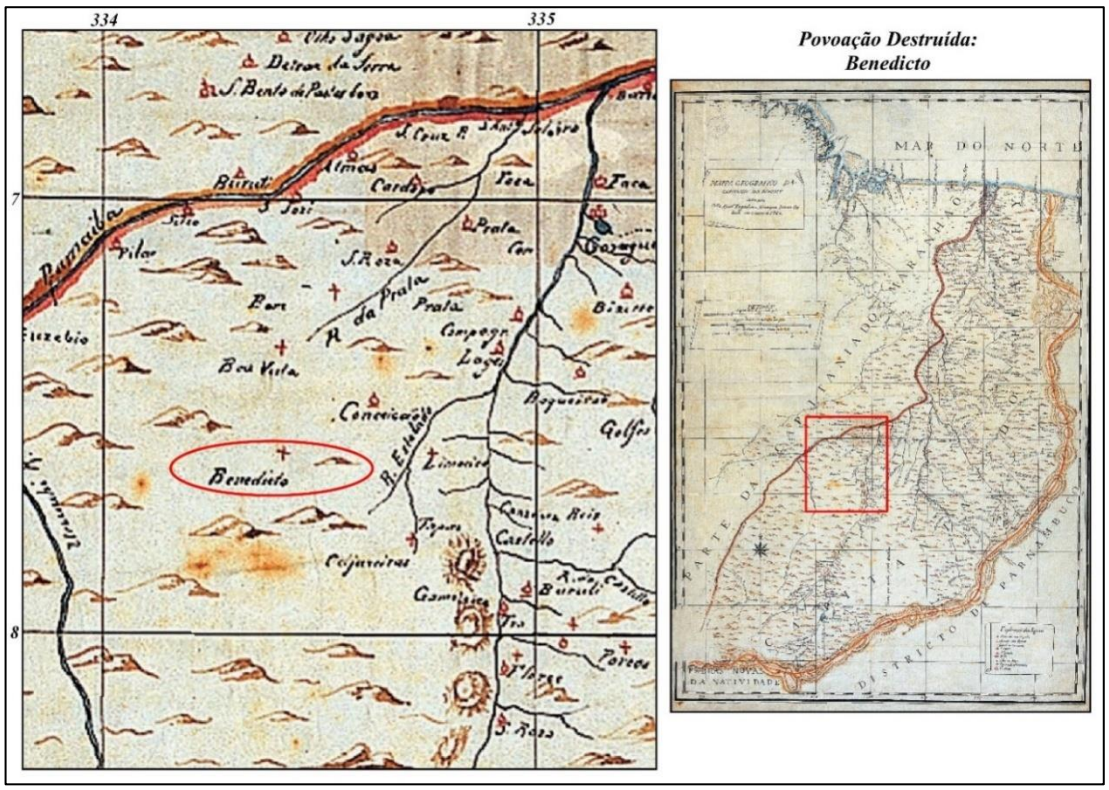
Figura 30: Mapa da localização da povoação de Boa Vista.

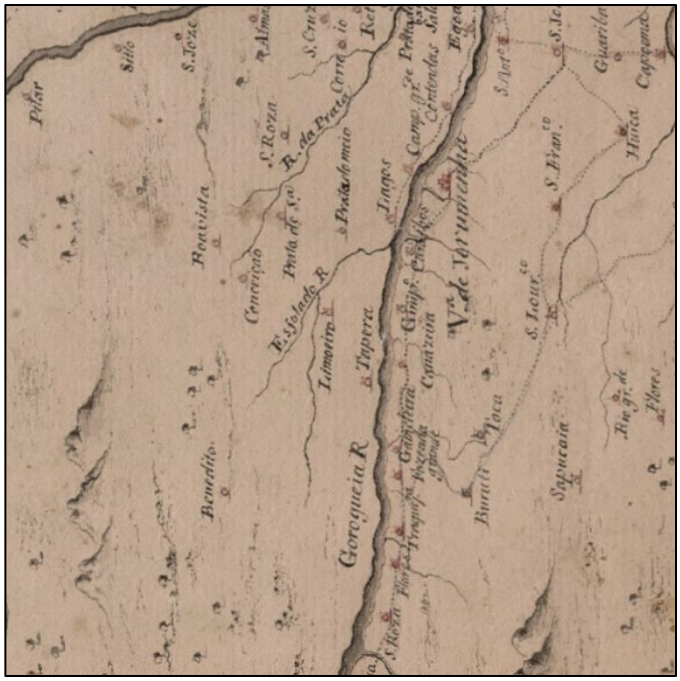


3.8.3. Terceiro Povoado: Benedicto

A terceira povoação encontrada na obra de Galúcio de 1760 é denominada *BENEDICTO*. Dentre todos os povoados, fazendas, sítios e freguesias presentes na região do Gurguéia, esse é o único local afastado de qualquer corpo d'água. A povoação é indicada em meio a símbolos de morros, o que nos leva a crer que está localizado em uma área de maior altitude. Mesmo longe dos corpos d'água, ainda tem uma proximidade a nordeste com o *R. DA PRATA* e a leste com o *R. ESFOLADO*. Está disposto entre os dois rios importantes da região, o *GOROGUEIA* (Gurguéia) e o *URUSUHI* (Uruçuí-Preto). Ao norte dessa povoação está *BOA VISTA*, a leste *LIMOEIRO*, a nordeste *CONCEIÇÃO* e a sudeste *CAJAZEIRAS*. Está disposta entre os meridianos 334° e 335°, e entre os paralelos 7° e 8° (Figura 31).

Figura 31: Terceira povoação destruída, Galúcio (1760).





A obra de Galúcio de 1761 apresenta o mesmo povoado com nomenclatura diferente, *BENEDITO* ao invés de *BENEDICTO*. A localização dessa povoação também foi mudada mais ao sul, bem longe das nascentes do *R. DA PRATA* e a sudoeste do *R. ESFOLADO*. Algumas outras povoações próximas ainda estão presentes, como *BOA VISTA* ao norte, *CONCEIÇÃO* também ao norte, *LIMOEIRO* a nordeste e *TAPERA* também a nordeste. A oeste do povoado *BENEDITO*, existem três morros consecutivos, que nos dão a impressão de uma cadeia de serras nessa região entre o *R. URUSSUHI* e o *R. GOROGUEIA*. Os meridianos mais próximos são 334° e 333°, e os paralelos mais próximos são 8° e 9°.

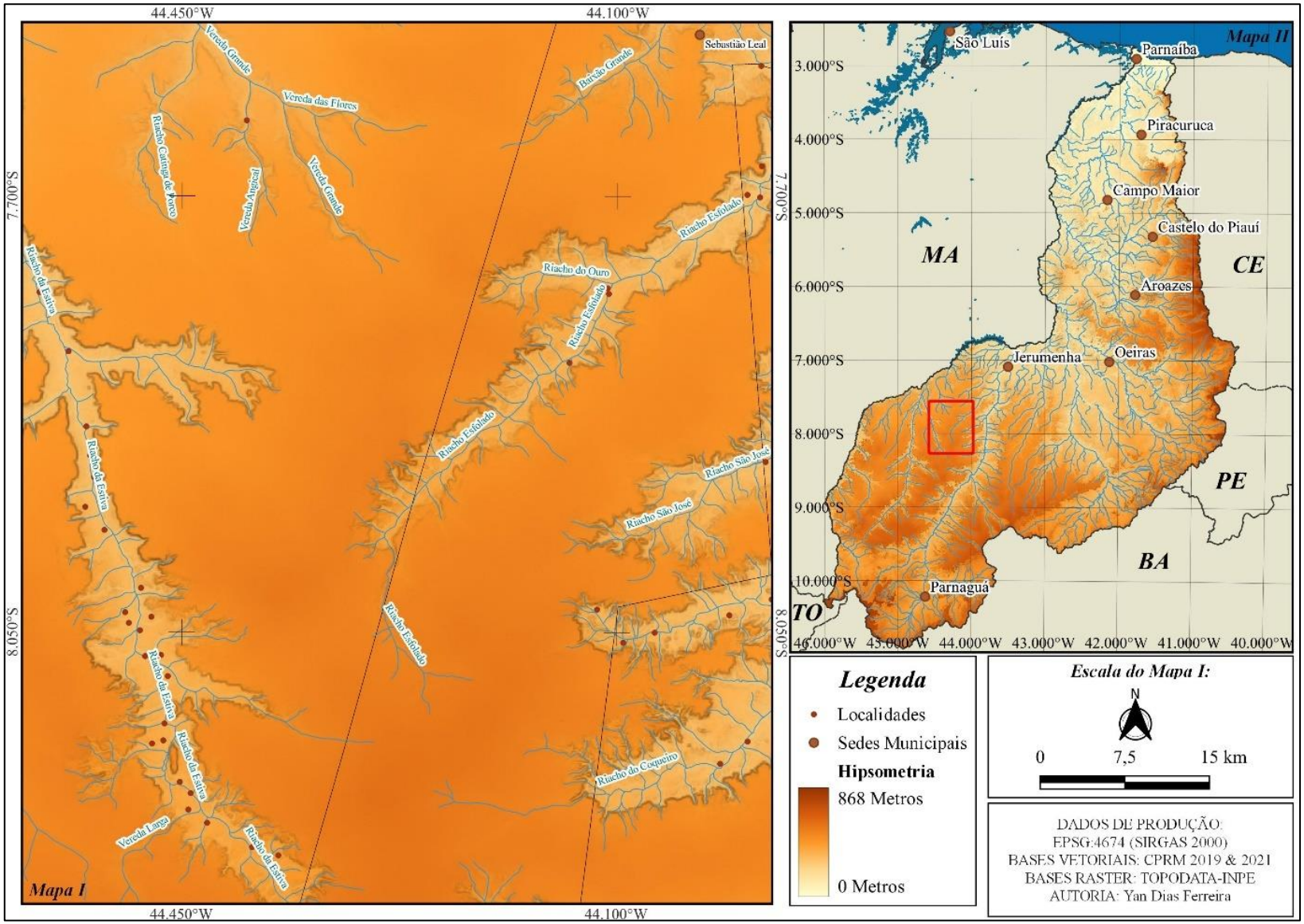
Os mapas de Galúcio são os únicos que apresentam a localidade de Benedito. Nenhum outro mapa de nossa coleção traz informação sobre essa povoação destruída. Também não encontramos dados em outras fontes históricas, primárias e secundárias sobre a localidade. Por conta disso, podemos dar prosseguimento direto para as bases cartográficas atuais.

Os dados cartográficos fornecidos por Galúcio nos revelam uma grande área onde pode estar a povoação destruída. As nascentes do R. da Prata, atualmente conhecido como Riacho da Prata, estão localizadas na parte superior do município de Sebastião Leal. Outro corpo d'água próximo ao povoado é o *R. ESFOLADO*, atualmente conhecido como riacho Esfolado. Esse segundo riacho também está na área de Sebastião Leal. O terceiro e o quarto cursos d'água citados para esse povoado são o Rio Gurguéia e o Uruçuí-Preto. O espaço teoricamente ocupado pela povoação destruída estaria, portanto, entre os dois rios principais e abaixo ou na altura das nascentes do Esfolado. A área entre esses corpos d'água pertence hoje ao município de Uruçuí, mas diferente do que os mapas históricos representam, existem dois cursos d'água nessa área: o riacho do Sangue e o da Estiva. O riacho do Sangue é um afluente do rio Parnaíba, que é formado por diversos riachos menores (Vereda das Flores, Vereda Grande, Vereda Angelical e riacho Catinga de Porco). Contudo, as nascentes do Sangue estão acima das nascentes do Esfolado. Já o riacho da Estiva é uma afluente do rio Uruçuí-Preto, que nasce mais ao sul, depois do Riacho Esfolado. O Estiva corta o município de Uruçuí na diagonal, percorrendo uma

área bem extensa. Tomando por base estas informações, é mais provavelmente que a povoação de Benedito foi fundada próxima ao riacho da Estiva. (Figura 32).

Como as duas únicas fontes encontradas até o momento não concordam entre si, só podemos tomar por base que a localização dessa povoação está dentro do município de Uruçuí. Observando as áreas de relevo mais alto, vemos que as informações históricas coincidem com o relevo atual, pois a área mais alta do município está entre o riacho Esfolado e o riacho da Estiva.

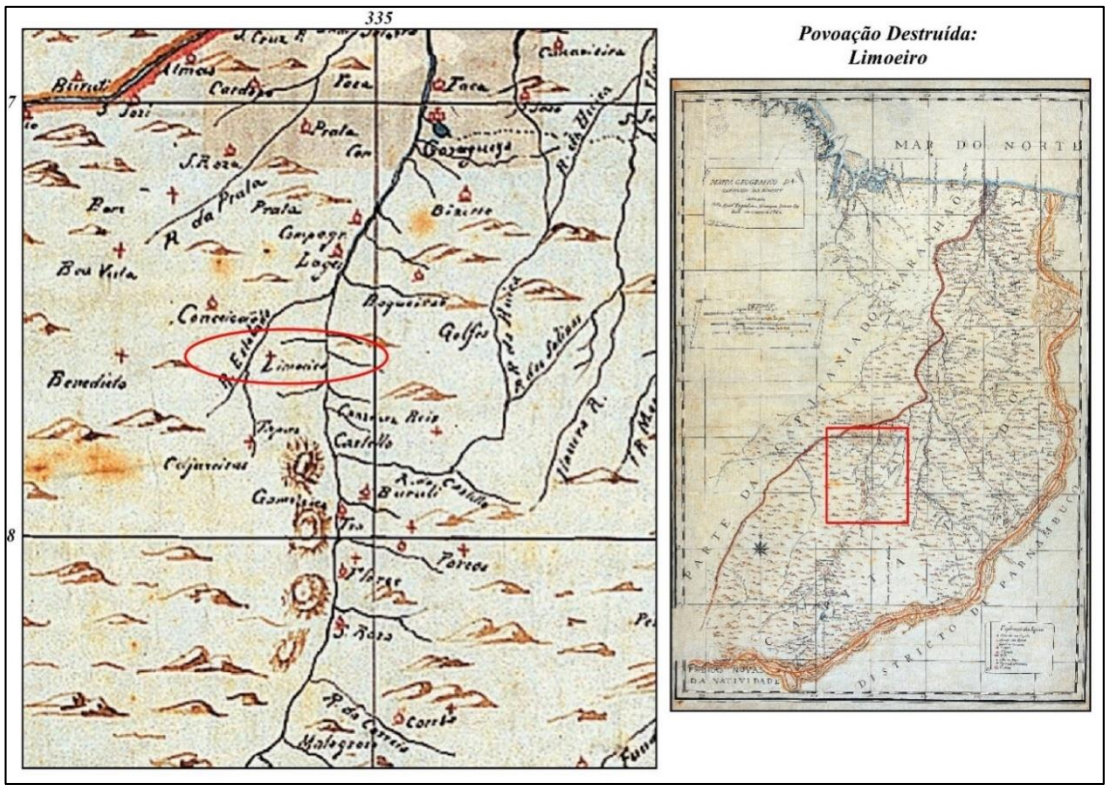
Figura 32: Mapa da localização da povoação Benedicto.

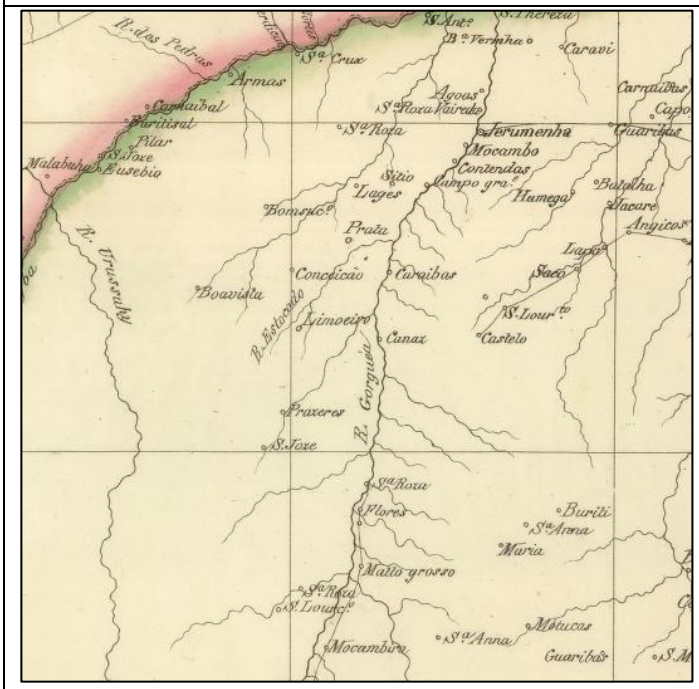


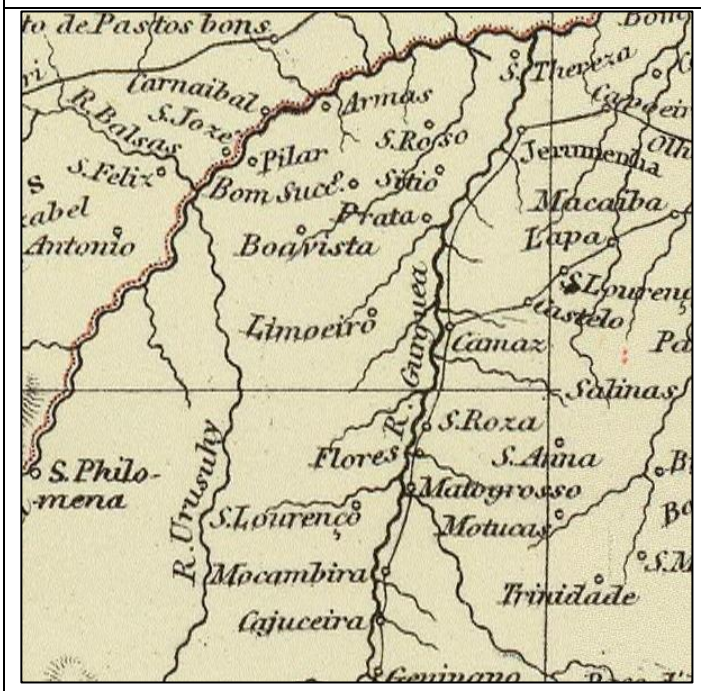
3.8.4. Quarto Povoado: Limoeiro

A quarta povoação encontrada no mapa de 1760 é nomeada como Limoeiro. Está situada entre quatro corpos d'água: o *R. ESFOLADO* a oeste, o *R. GOROGUEIA* a leste e dois afluentes do *GOROGUEIA* a norte e sul. Os locais mais próximos são *CONCEIÇÃO* a noroeste, *BENEDITO* a oeste e *CAJAZEIRAS/TAPERA* a sudoeste. Observando a quantidade de corpos d'água próximos e a falta de iconografias de morros, supõe-se que a área de instalação dessa povoação tenha um relevo mais baixo e mais plano. Está disposta entre os meridianos 334° e 335°, e entre os paralelos 7° e 8° (Figura 33).

Figura 33: Quarta povoação destruída, Galúcio (1760).



	O mapa de 1761 também evidencia o povoado de *LIMOEIRO*, mas nesse caso, a povoação está nas margens do *R. ESFOLADO*. Está localizada logo abaixo da confluência do *ESFOLADO* com outro corpo d´água, a noroeste dessa confluência. Algumas localidades próximas são *TAPERA* a sudeste, *CONCEIÇÃO* a noroeste, *PRATA DE Sª* a noroeste, *PRATA DO MEIO* a norte, *LAGES* a nordeste e *BENEDITO* a sudoeste. Está disposto entre os meridianos 334° e 335°, e entre os paralelos 7° e 8°.
	O trabalho de Philippe Vandermaelen (1827) traz a indicação da povoação de *LIMOEIRO* em um local diferente. Nos mapas de Galúcio, está localizada entre o *GOROGUEIA* e o *ESFOLADO;* já nesse mapa está localizada entre as duas nascentes do *ESFOLADO*. Outra informação interessante é a ausência de Cajazeiras ou Tapera, que deveriam estar no lugar onde foi inserida *LIMOEIRO*. Ao redor, temos *CONCEIÇÃO* ao norte, *BOA VISTA* a noroeste, *PRAZERES* e *S. JOZE* ao sul e *CANAZ* a leste. Os meridianos que delimitam a área são 46° e 47°, e os paralelos são 7° e 8°.

	As duas versões do mapa de Schwarzmann e von Martius (1828) apresentam *LIMOEIRO*, numa localização também diferente dos mapas de Galúcio. Está muito mais próxima da nascente do *R. ESFOLADO*, a noroeste. *CAJASEIRA* está acima de *LIMOEIRO*, a nordeste. Ao sul temos as localidades de *PRAZERES* e *S. JOSÉ*, a norte *CONCEIÇÃO* e, na versão francesa, *BOA VISTA* a noroeste. Mais afastado, a sudoeste da povoação, nas proximidades do *RIO URUSSUHYACU OU FARINHA*, existe a representação do aumento da altitude na região. Está situado entre os meridianos 47° e 48°, e os paralelos 7° e 8°.
	O último mapa que apresenta a localidade de *LIMOEIRO* é o mapa de Letts, Son & Co. de 1883. Nessa obra, se encontra entre o Gurguéia e um de seus afluentes, identificado como o Esfolado. As localidades presentes no entorno são *PRATA* a nordeste, *BOA VISTA* a noroeste e *CAMAZ* a leste. Os meridianos que delimitam a área são o 333° e o 334°, já os paralelos são 7° e 8°.

O trabalho de Albuquerque (1994) informa sobre uma lagoa denominada Limoeiro na região de Jerumenha. Contudo, segundo o autor, esse corpo d'água é formado pelo Solidão. O único riacho com nome Solidão não está dentro da área municipal de Jerumenha: está no atual município de Landri Sales, num afluente do riacho da Prata.

A partir dessas informações históricas, podemos identificar nos mapas atuais a região na qual a povoação destruída estaria localizada. Começando pelos corpos d'água, existem dois que delimitam a área onde o povoado pode estar localizado: o R. Esfolado citado nos mapas é

atualmente conhecido como riacho Esfolado e o Gorogueya, que é o atual rio Gurguéia (Figura 34).

O riacho Esfolado é um dos maiores afluentes do rio Gurguéia. O vale é relativamente largo, o que propicia uma grande área de altitude baixa, local ideal para estabelecimento de povoações coloniais. Como mostrado em alguns mapas históricos, o riacho tem três afluentes. O primeiro riacho, o Malícia, fica mais próximo à foz do riacho, do lado esquerdo, na área do município de Sebastião Leal. O segundo, denominado Olho d'água, fica no meio do riacho, do lado esquerdo, nos municípios de Sebastião Leal e Bertolínia. O terceiro é o riacho do Ouro; está localizado em Sebastião Leal, também do lado esquerdo. Dos três afluentes, o último é o mais próximo da nascente. Trata-se, provavelmente, do riacho identificado nos mapas históricos que dá a forma de forquilha para a nascente do Esfolado.

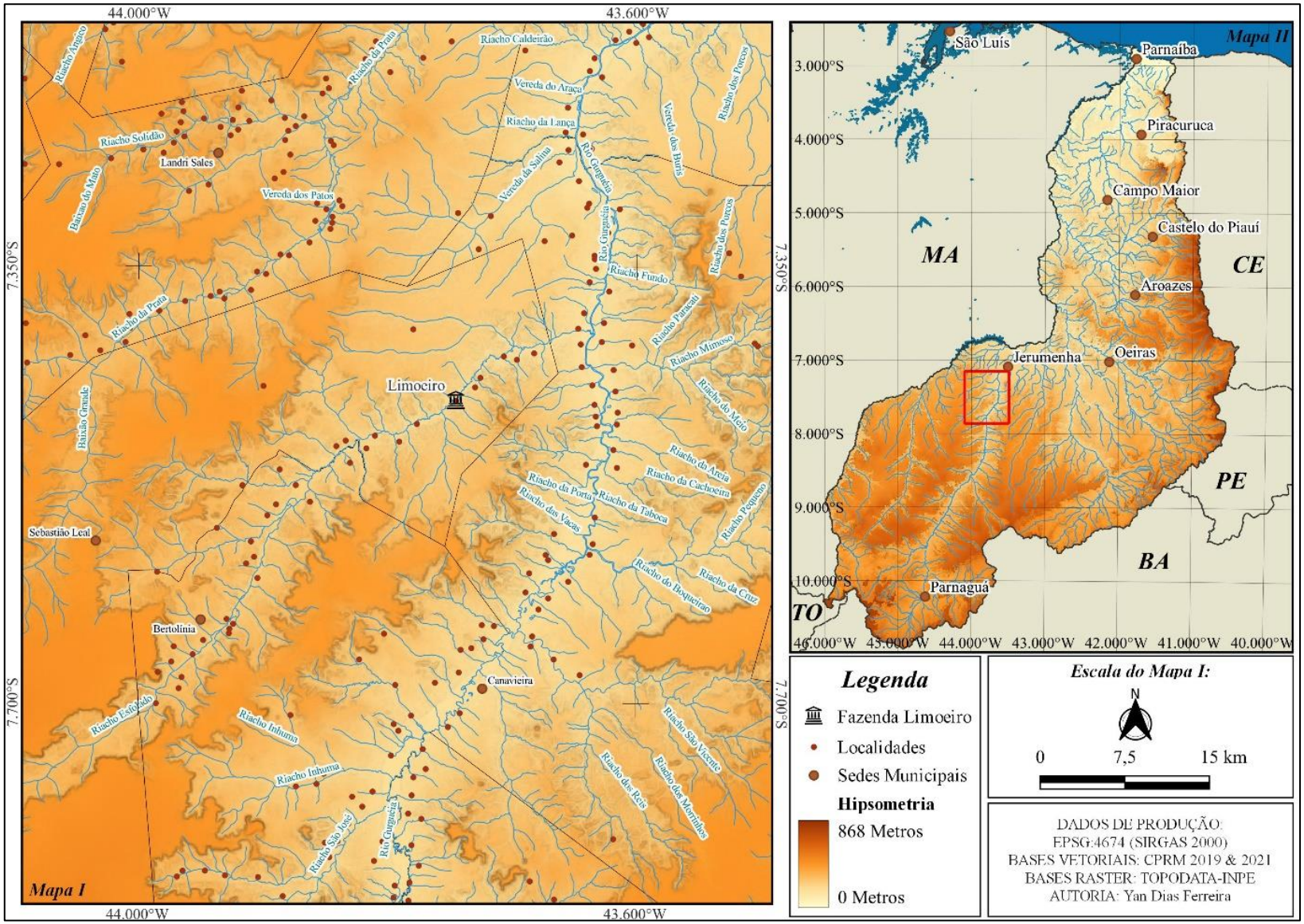
O rio Gurguéia também tem um vale largo que propicia uma ampla área plana nas proximidades da foz do Esfolado. Contudo, à medida que os dois corpos d'água vão se afastando, uma faixa de relevo mais alta vai aparecendo. Existem outros dois riachos menores entre o Esfolado e Gurguéia: o riacho Inhuma e o São José. Esses dois riachos condizem com a informação de dois afluentes do Gurguéia a norte e a sul de Limoeiro, presente no mapa de 1760.

A área entre os dois principais corpos d'água (Esfolado e Gurguéia) abrange atualmente mais de um município: Bertolínia, Canavieira, Manoel Emídio e Sebastião Leal. A área mais plana, próxima a foz do Esfolado, abrange os municípios de Bertolínia, Canavieira e Sebastião Leal. Outra região de baixa altitude do lado oeste do Gurguéia, é formada por pequenos afluentes do Gurguéia, entre eles o riacho Inhuma, e essa região faz parte dos municípios de Bertolínia e Canavieira.

Observando a camada de localidades do Piauí da CPRM, vemos que todas as localidades estão inseridas nas áreas de baixo relevo, dentro dos vales, mais próximas aos rios e riachos. Dentre essas localidades, encontramos uma de mesmo topônimo que o povoado destruído.

A atual fazenda Limoeiro está dentro do grande vale formado pelos dois corpos d'água, e bem próxima ao riacho Esfolado. Diferente do que é indicado nos mapas históricos, é mais próxima a foz do riacho e mais longe do Gurguéia. Está localizada no município de Sebastião Leal.

Figura 34: Mapa de localização da povoação Limoeiro.



Ao analisarmos a divisão administrativa de Bertolínia, encontramos o topônimo Limoeiro. O município de Aparecida foi dividido em três distritos ficais e policiais, e deu origem a vários municípios da região sul do Piauí. Nessa divisão, *Limoeiro* é mencionada dentro do primeiro distrito[15] (MIRANDA, 1996).

Os dados históricos indicam que o povoado ou fazenda Limoeiro deveria estar no município de Bertolínia, provavelmente entre os dois riachos do Gurguéia ou entre o Esfolado e o riacho do Ouro. Contudo, os dados da divisão administrativa estão confusos e por isso não foi possível identificar qual seria o município resultante do primeiro distrito, Bertolínia ou Sebastião Leal. Pela precisão relativa dos dados é preciso questionar se a atual fazenda Limoeiro é a antiga povoação destruída ou apenas um local de topônimo coincidente.

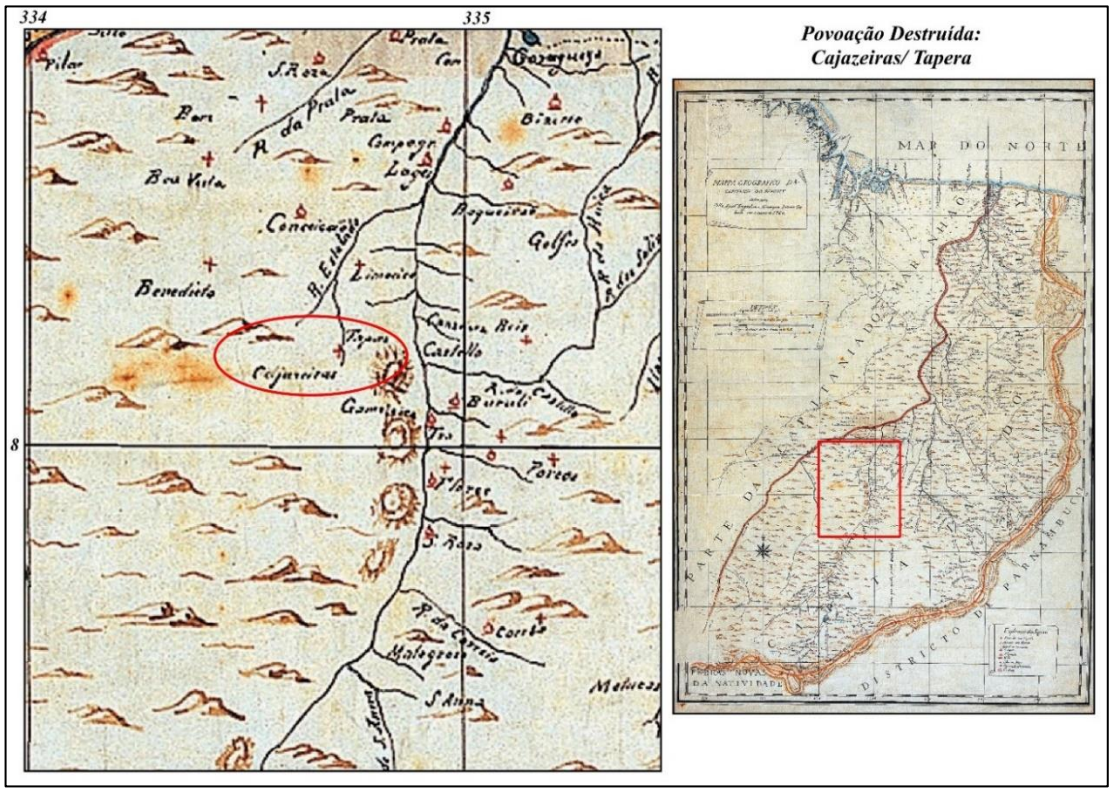
15 https://bertolinia.pi.gov.br/bertolinia/informacoesgerais/municipio?tipo=historia

3.8.5. Quinto Povoado: Cajazeiras ou Tapera

A quinta e última povoação destruída do lado esquerdo do rio Gurguéia é *CAJAZEIRAS* ou *TAPERA*. Essa povoação possui dois topônimos, um acima (*TAPERA*) do símbolo e outro abaixo (*CAJAZEIRAS*). Como na maioria das localidades de Galúcio, a nomenclatura se encontra embaixo do símbolo, *CAJAZEIRAS* pode ser interpretado como nome do local indicado. Entretanto, a ausência de um símbolo acima, ou mais próximo do topônimo *TAPERA*, nos obriga a desenvolver a análise dos mapas tomando em conta as duas nomenclaturas.

De acordo com o mapa de Galúcio de 1760, a povoação de *CAJAZEIRAS*/*TAPERA* está situada entre os dois trechos d'água que dão origem ao *R. ESFOLADO*. Está mais próxima da nascente do afluente que fica mais a sul, próximo ao *R. GOROGUEIA*. É possível observar que, a leste da povoação, está um símbolo de elevação, bem diferente das outras mencionadas anteriormente: é mais marcante, porque indica um morro visto de cima, com escarpas em todas as direções. Este tipo de feição aparece também em outra região do mapa, perto da serra da Ibiapaba. As localidades mais próximas da povoação são *LIMOEIRO* a nordeste, *BENEDICTO* a noroeste, *CONCEIÇÃO* a norte e *GAMELEIRA* a sudeste. Está disposta entre os meridianos 334° e 335°, e entre os paralelos 7° e 8° (Figura 35).

Figura 35: Quinta povoação destruída, Galúcio (1760).



	O mapa de 1761 apresenta o povoado *TAPERA*, mas não apresenta *CAJAZEIRAS*. Está localizado nas margens do *R. GOROGUEIA*, entre esse e o afluente citado no mapa anterior. Os locais mais próximos são *LIMOEIRO* a noroeste, *BENEDITO* a sudoeste e *CA_AZEIRA* a leste, a direita do *R. GOROGUEIA*. Está disposto entre os meridianos 333° e 334°, e entre os paralelos 7° e 8°. Tomando por base o mapa de 1761, *TAPERA* é um local separado que provavelmente está situado às margens do rio Gurguéia.
	As últimas obras que apresentam a povoação é o mapa de Schwarzmann e von Martius (1828), que identifica os dois topônimos. A versão portuguesa do mapa apresenta apenas o topônimo *CAJU__EIRAS*, sem nenhum símbolo de localização. Temos as localidades de *LIMOEIRO* a sudoeste, *CONCEIÇÃO* a nordeste, *CARAIBAS* a nordeste e *GENIPAPO* a sudeste. Está situada entre os meridianos 46° e 47°, e os paralelos 7° e 8°.



Enquanto a versão francesa de Schwarzmann e von Martius (1828), indica *CAJUEIRAS* e *TAPERA* com a mesma localização, às margens do *R. GORGUEA*. Nessa versão temos o acréscimo da fazenda Prata ao norte.

Pesquisando no Índice de Terras de Sesmarias Concedidas, disponibilizado pelo Arquivo Público de Teresina-PI, encontramos três Datas de Sesmarias com os dois topônimos pesquisados:

O primeiro está no Livro A, página 5, *FAZENDA TAPERA*, localizada na Ribeira do Gurguéia. Essa Data tem três léguas de comprimento e uma de largura "fazendo pião no lugar chamado Tapera. Concedido em 12 de Julho de 1742 a Antonia da Fonseca Flores."

O segundo está no Livro B, página 20, *SÍTIO TAPE'RA*. Data com três léguas de comprimento e uma de largura "ficando no meio a Ribeira do Gurgueia, fazendo pião na barra do Riacho da Vargem, légua e meia pela dita Ribeira abaixo e outra légua e meia acima. Concedida em 10 de Julho de 1730 a Antonio da Fonseca Flôr."

O terceiro local está no Livro C, página 30, *SÍTIO CAJAZEIRAS*. Data com três léguas de comprimento e uma de largura "fazendo pião no mesmo sítio, uma légua da Tapera para uma, confrontando com o Taboleiro das Melancias e duas para baixo confrontando com o estreito da Serra Vermelha, com uma légua de largo, sendo meia para cada banda do Rio Gurgueia. Concedida a 4 de Maio de 1727 a Antonio Pinheiro."

Albuquerque (1994) cita também o topônimo Cajazeiras como pertencente a uma fazenda deixada por Domingos Afonso Mafrense e também um riacho, afluente do Gurguéia.

Esse topônimo também é o mais citado na relação do capítulo anterior, sobre os ataques às 10 fazendas do Gurguéia (AHU, ACL, CU 16, Caixa 4, Documento 299). O topônimo

Cajazeiras é citado por 27 das 30 testemunhas. Também temos o topônimo Tapera sendo citado nesses testemunhos, por 20 pessoas.

A última informação encontrada é da divisão administrativa do município de Aparecida. No primeiro território distrital, no qual estavam a vila sede do município, existiam também fazendas, entre as quais estavam *Cajaseiras* e *Serra Vermelha* (MIRANDA, 1996). Outra citação de Miranda (1996) é relativa ao riacho Esfolado; esse riacho passa por diversos povoados, entre eles Serra Vermelha e Cajazeiras.

A partir dessas informações históricas, podemos supor que existem duas localidades diferentes, uma denominada Tapera e outra Cajazeiras. Tapera provavelmente está mais próxima do Gurguéia, enquanto Cajazeiras está mais próxima do Esfolado. Partindo desse pressuposto, analisamos toda essa região a partir das bases cartográfica atuais.

O corpo d'água denominado R. Esfolado é o atual riacho Esfolado, afluente da margem esquerda do Gurguéia. Esse riacho passa pelo território de quatro municípios, Bertolínia, Canavieira, Sebastião Leal e Uruçuí. Dentre os afluentes presentes no Esfolado, três se destacam: o riacho do Ouro, riacho Olho d'Água e riacho Malícia (Figura 36).

O vale do Esfolado é maior, em extensão, nas proximidades do Olho d'água e do Malícia. Já para o Ouro temos um vale menor e uma maior altitude na região circundante. Como citado anteriormente, entre os vales do Esfolado e do Gurguéia existe uma faixa menor, que compreende um relevo de maior altitude. Essa faixa está logo abaixo dos riachos Olho d'água e Malícia.

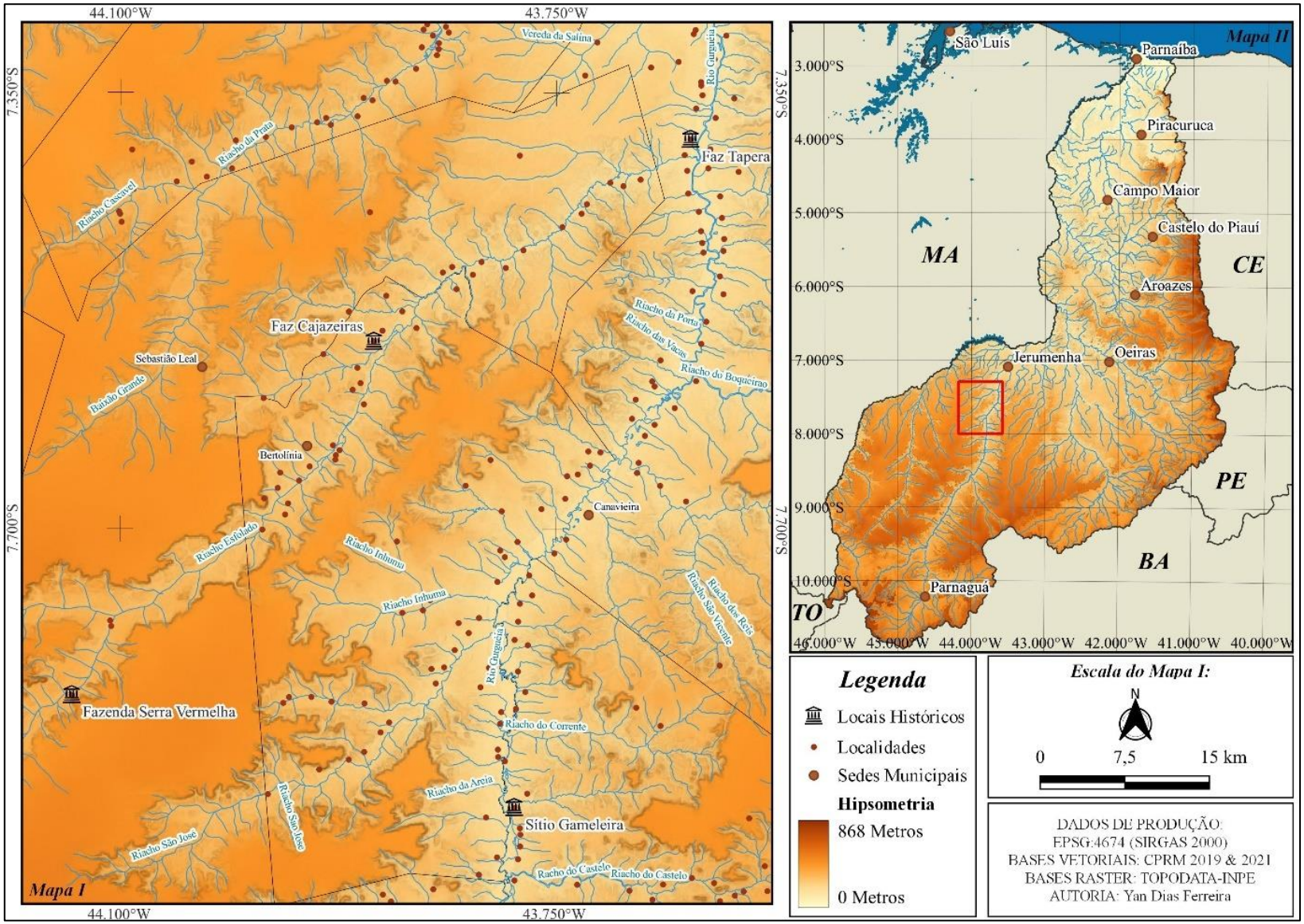
De acordo com as informações dos mapas históricos, Cajazeiras está na margem esquerda do Esfolado, perto de um de seus afluentes. Analisando as imagens, observamos que o afluente onde fica o povoado está afastado da foz. Podemos, portanto, descartar o riacho Malícia. Ficando apenas o Olho d'água e o Ouro, identificamos as localidades da região através dos dados da CPRM.

A identificação das localidades revelou uma fazenda de mesmo topônimo, Fazenda Cajazeiras. Essa fazenda está localizada entre o riacho do Olho d'água e o Esfolado, as ribeiras do segundo. É possível observar uma diferença de declividade entre os dois riachos; na área central existe uma parte mais elevada, mas a fazenda se encontra na região mais baixa e próxima ao Esfolado. A atual Fazenda Cajazeiras está localizada no município de Bertolínia, entre os meridianos 43° e 44° e os paralelos 7° e 8°. As localidades presentes no seu entorno são a noroeste a atual localidade Limoeiro e a sudoeste a fazenda denominada Serra Vermelha, e a sudeste um sítio denominado Gameleira.

Levando em consideração a localização da fazenda Cajazeira, a Tapera estaria na mesma altura, mais próxima ao Gurguéia. Para o topônimo Tapera, não encontramos nenhum local que tivesse relação direta nessa região. Ao analisar os riachos situados entre o Gurguéia e o Esfolado, identificamos um riacho denominado Tapuio. Essa denominação tem conotação indígena, assim como Tapera. Nesse corpo d'água encontramos duas localidades, Barra do Tapuio e Fazenda Tapuios. Existe um afluente do riacho Tapuio denominado Forquilha, e nele está uma localidade de mesmo nome. Todas as três localidades estão dentro do vale do riacho, e consequentemente do vale do Gurguéia. O topônimo Tapuio é citado como uma das fazendas pertencentes ao primeiro distrito da divisão de Aparecida (MIRANDA,1996).

O único local denominado Tapera está situado bem mais acima, no município de Canavieira, em um afluente do Gurguéia chamado Vereda da Tapera, próximo à foz do riacho Esfolado. Contudo, sua localização não condiz com nada visto nos mapas históricos, logo não se torna possível confirmar sua relação histórica com a povoação destruída.

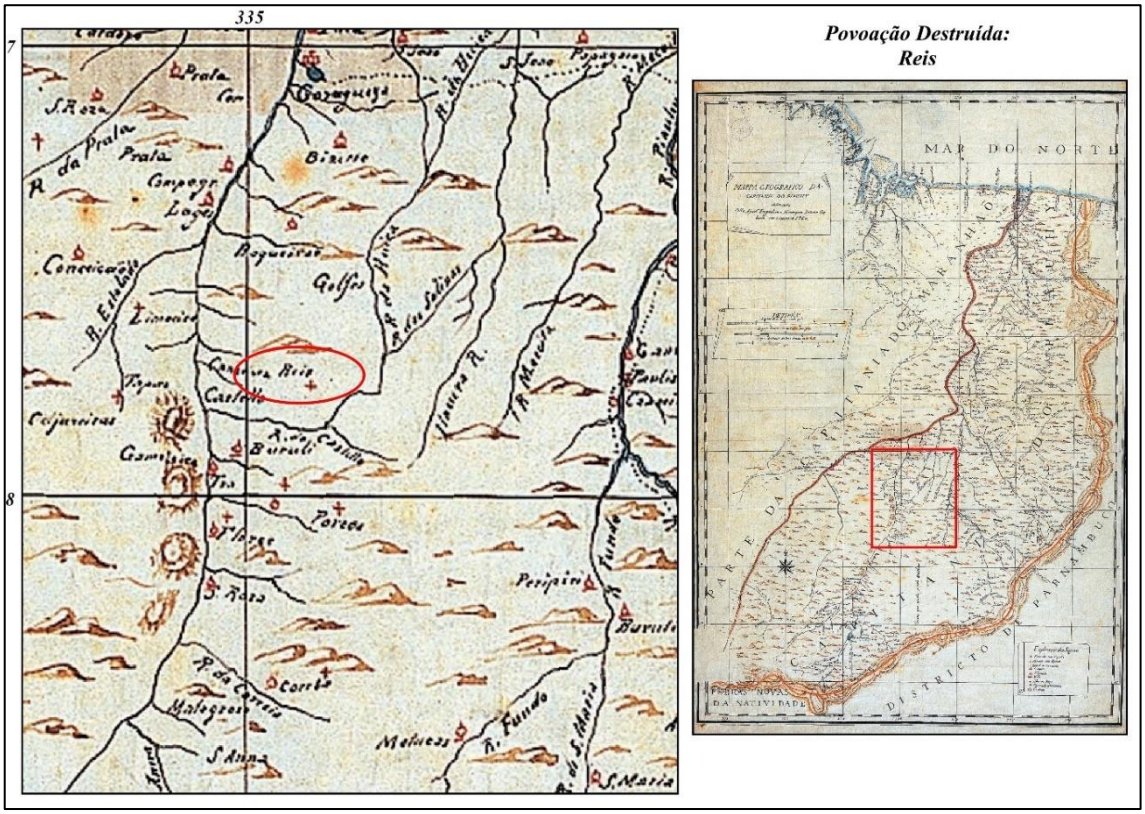
Figura 36: Mapa de localização da povoação Cajazeiras e Tapera.



3.8.6. Sexto Povoado: Reis

A sexta povoação destruída é nomeada como *REIS.* Está localizada entre cinco corpos d'água: o *R. GOROGUEIA* a oeste, o *R. DA HUICA* a noroeste, o *R. DAS SALINAS* a leste e o *R. CASTELLO* a sul. A região sudeste apresenta outro corpo d'água não identificado, que está ligado ao *CASTELLO*, *HUICA* e *SALINAS.* Existe um afluente do Gurguéia mais próximo ao povoado, que não está nomeado no mapa. A norte do povoado está um símbolo de morro, que sugere um aumento de altitude na região acima do povoado. O restante da área circundante, possivelmente, é mais plana, como também indica a quantidade de corpos d'água presentes. As localidades mais próximas são Cana_ava a oeste, Castello e Buriti a sudoeste. Ao sul, temos um povoado destruído não nomeado, e a sudeste temos a povoação destruída Porcos. A região está entre os meridianos 335° e 336°, e entre os paralelos 7° e 8° (Figura 37).

Figura 37: Sexta povoação destruída, Galúcio (1760).



O primeiro mapa de Galúcio é o único que apresenta um local chamado de Reis. A única fonte histórica que menciona a mesma localidade é o Índice de Terras de Sesmarias Concedidas. O registro consta como *SÍTIO REIS*, no Livro A, página 12, a Data concedida tem três léguas de comprimento por uma de largura, "em terras devolutas no sertão do Gurguéia da parte do Nascente, entre os riachos Correntes e Buracos que fazem barra no Rio Gurguéia, entre as

fazendas Genipapo e Gameleira da parte do Nascente, começando o comprimento do riacho Buraco abaixo buscando para o Poente o morro do Ermitão, a légua de largo pelo Corrente abaixo. Concedida em 9 de Setembro de 1743 a Francisco Pinheiro Alvares."

Até o momento, não identificamos outro documento que cite essa povoação na região do Gurguéia. Por conta disso, usamos apenas essas duas fontes para delimitar as pesquisas nas bases cartográfica atuais. Iniciamos a análise dos mapas atuais através da malha hidrográfica, visto que a povoação é cercada por corpos d'água.

O primeiro corpo d'água a ser identificado é o Rio Gurguéia (Gorogueia). De acordo com a obra de Galúcio, a povoação destruída Reis está do lado direito desse rio, a leste. Essa margem do rio apresenta diversos afluentes, como os riachos São Vicente, Morrinhos e dos Reis que formam o riacho do Mendes, que deságua no Gurguéia. Abaixo do Mendes, temos o riacho da Canavieira, o riacho do Corrente, o riacho Gameleira e por último, o riacho do Castelo (Figura 38).

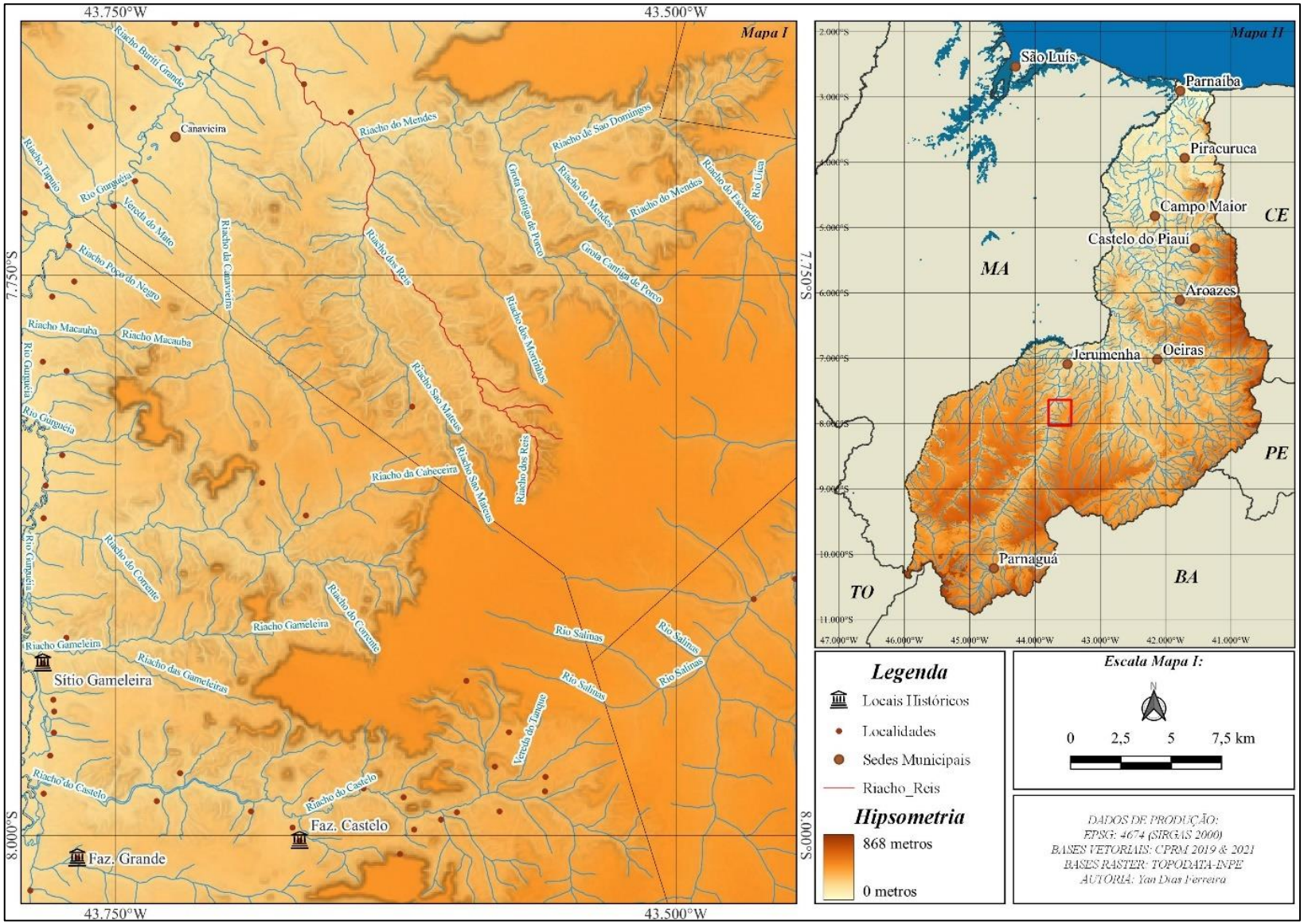
O vale formado por esses afluentes é muito largo e, conforme o mapa de 1760, o povoado está na região central. Portanto, está localizado na região mais alta do vale, entre os riachos citados e o rio Salinas. Esses afluentes aparecem isoladamente nos registros históricos: o riacho Castelo está presente no mapa de 1760, a sul da povoação destruída, e o riacho Corrente aparece na carta de sesmaria, a oeste da localidade. Em relação à fazenda Gameleira, já citamos anteriormente um sítio com esse topônimo, e esse está localizado no riacho Gameleira, que possivelmente tenha sido batizado assim por conta da antiga localidade (ou o inverso). Por último, está o riacho dos Reis, para o qual a interpretação da origem do nome Gameleira é também válida.

As nascentes desse riacho estão bem próximas ao declive que forma o vale, na região mais afastada do Gurguéia, a leste do rio, a norte do riacho Castelo, a sudoeste dos riachos Corrente e Gameleira.

O riacho Reis está próximo a outros dois corpos d'água importantes: o rio Salinas, que está a sudoeste do riacho e se encontra com o riacho Castelo, como na obra de Galúcio, e o rio Uica (*HUICA*), que estaria a nordeste do povoado e atualmente está a nordeste do riacho do Reis.

A região onde estão as nascentes do riacho dos Reis pertence atualmente ao município de Canavieira, perto da fronteira com Eliseu Martins. Próximo às nascentes do riacho identificamos uma fazenda através de imagens de satélite, sem nome de localidade. O local está próximo à declividade que cria o vale, na área de maior altitude.

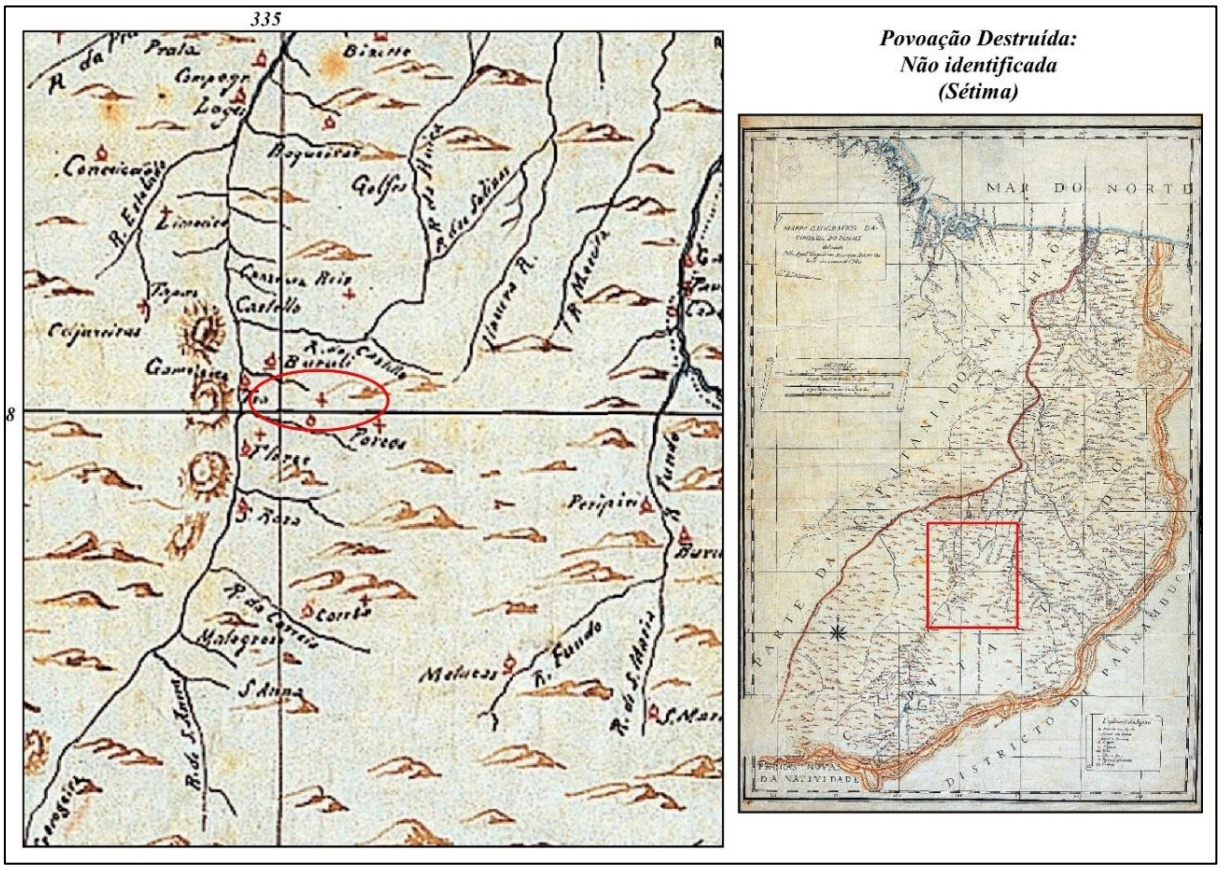
Figura 38: Mapa de localização da povoação Reis.



3.8.7. Sétimo Povoado

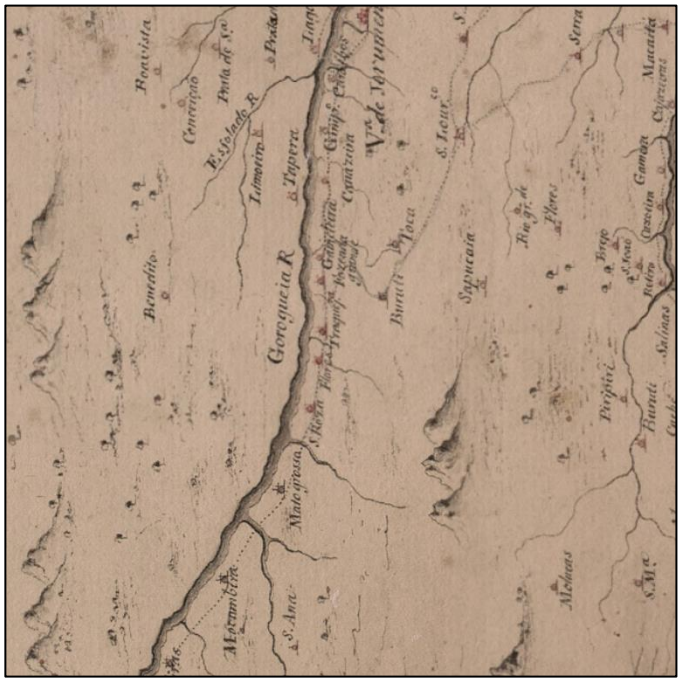
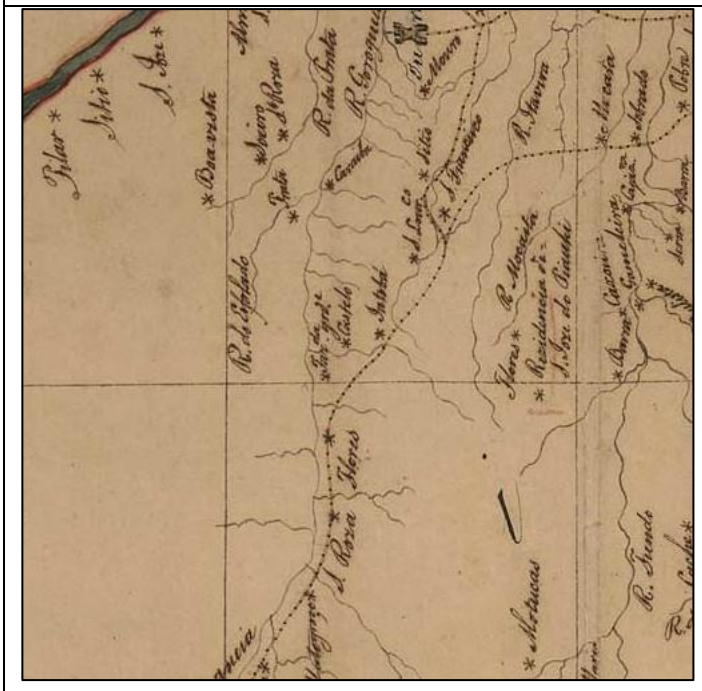
A sétima povoação destruída está representada do lado direito do *R. GOROGUEIA*, próxima a nascente de um afluente sem nome. Não tem uma nomenclatura definida. Nessa região do mapa, três outras localidades são definidas apenas por sua simbologia, e uma delas está com a nomenclatura incompleta. Como dito anteriormente a povoação destruída está próxima a nascente de um corpo d'água. Acima desse, está a o *R. DO CASTELLO* a norte do povoado, outro afluente do *R. GOROGUEIA* a sul e, mais afastado a oeste, o próprio *GOROGUEIA*. Os locais mais próximos são a fazenda *BURITI* a noroeste, a fazenda *TRA* a oeste, a sul um *CORAL* de fazenda, a sudeste o povoado destruído *PORCOS*, a sudoeste a povoação destruída e a fazenda com um único topônimo, *FLORES*. Os meridianos que delimitam a área são o 335° e 336°, e os paralelos continuam sendo o 7° e o 8° (Figura 39).

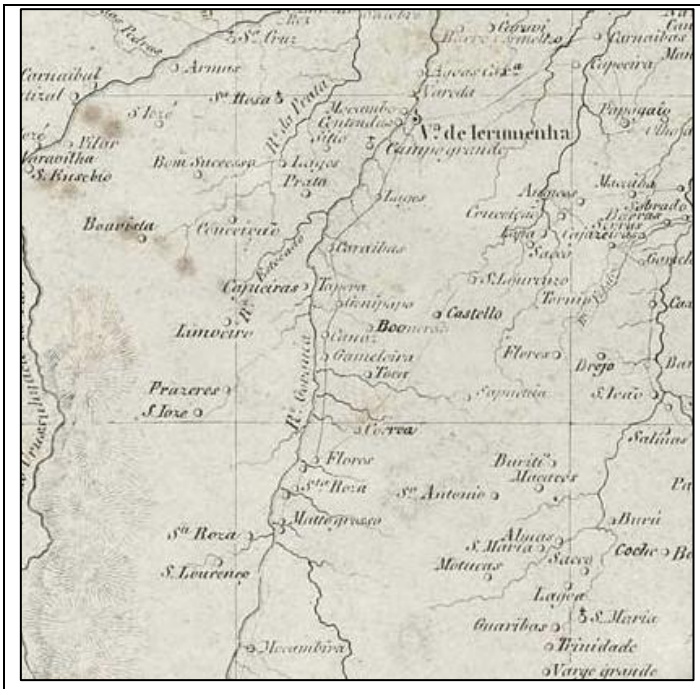
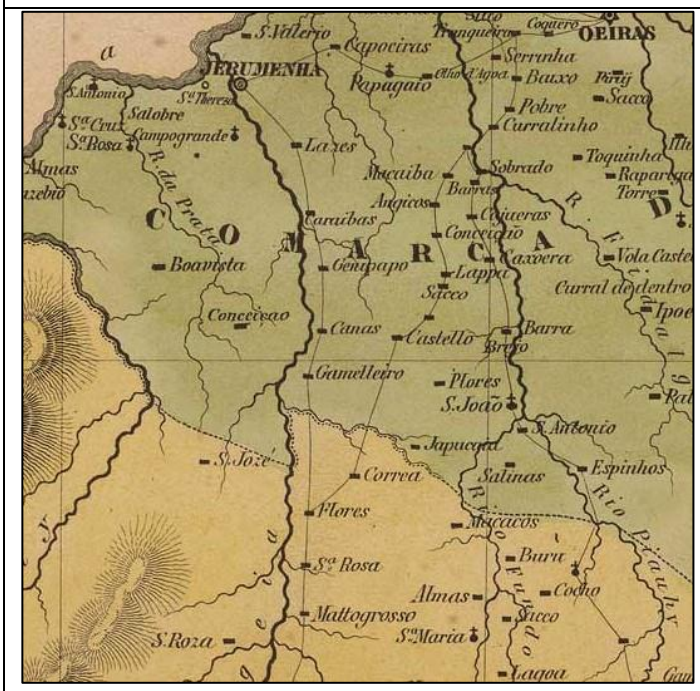
Figura 39: Sétima povoação destruída, Galúcio (1760).



Devido à falta de um topônimo específico para a povoação, se torna muito difícil pesquisar em mapas históricos e outros documentos que possam auxiliar na identificação dessa

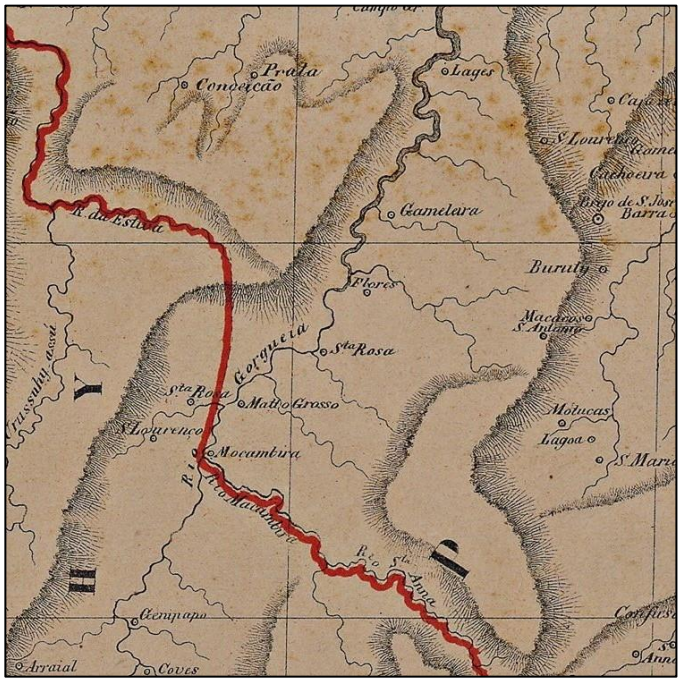
localidade. Como Galúcio identifica vários cursos d'água e localidades próximas à sétima povoação, diferente do que ocorre com a povoação Benedicto, podemos tentar localizá-la.

	O mapa de 1761 também mostra os dois afluentes do *GOROGUEIA* que cercam a sétima povoação a norte e a sul. Entretanto, no lugar em que o local deveria estar, a leste do *GOROGUEIA*, está a fazenda *BURUTI*, nas proximidades da nascente do afluente que fica a norte. Os locais próximos a fazenda *BURUTI* são *TOCA* a norte, *FAZENDA GRANDE* a oeste, *GAMELEIRA* a noroeste, *TRANQUEIRA* a sudoeste e *SAPUCAIA* a leste. Abaixo do afluente a sul da localidade, temos duas fazendas *FLORES* e abaixo *S. ROZA*, a sudoeste de *BURUTI*. Os meridianos que delimitam essa área são 333° e 334°, e os paralelos são 8° e 9°.
	O mapa de 1816 mostra poucas localidades nessa região de estudo. Temos apenas duas localidades, Flores ao sul e Fazenda Grande ao norte. Estão separadas apenas por um curso d'água que não está nomeado, mas é um afluente do lado direito do R. Gorugueia. Está a sul do que podemos identificar como riacho Castelo, através da povoação de mesmo nome localizada nas suas ribeiras. Usamos o mesmo método citado anteriormente para identificar os meridianos e paralelos desse mapa: entre o 4° e o 5° meridiano e 8° e 9° paralelos.

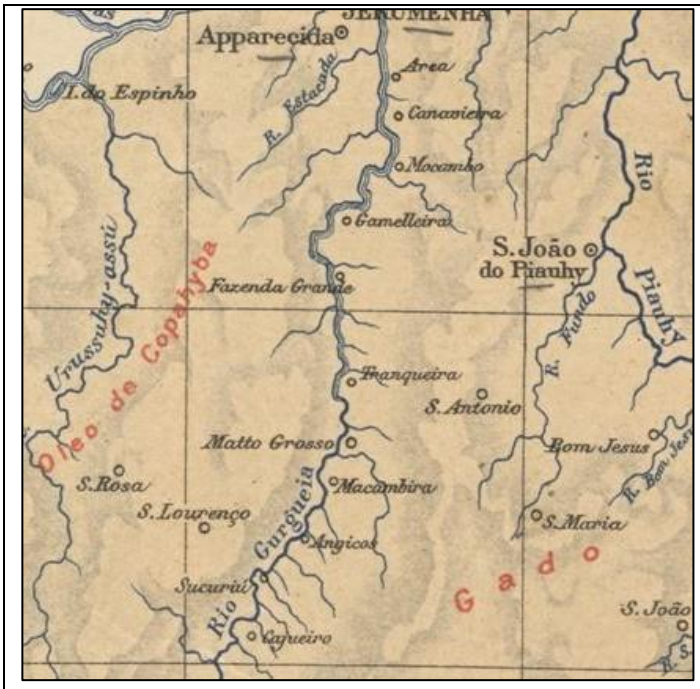
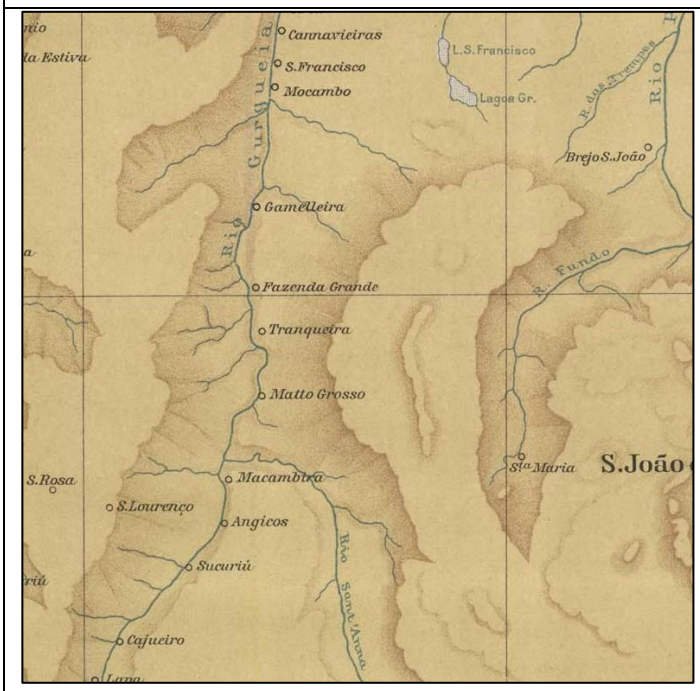
	Os mapas de 1828 de Schwarzmann e von Martius (1828) mostram a área de estudo de forma mais específica. O mais local mais próximo é Corrêa, localizado nas ribeiras de um afluente do R. Gorguea. As localidades próximas são Flores e S. Rosa a sudoeste, Toca a norte, Gameleira a noroeste e Sapucaia a Nordeste. Os meridianos são 47° e 48°, e os paralelos 7° e 8°.
	O mapa de 1850 não mostra uma hidrografia específica da área que deveria se encontrar a povoação destruída. Entretanto, é possível identificar outras localidades citadas anteriormente, como Corrêa, abaixo de um afluente do R. Gurgeia. Outras localidades próximas são Flores a sudoeste, Sª. Rosa também a sudoeste e Gamelleiro a noroeste. Outro local próximo é Japucaia a nordeste. Os meridianos são 0° e 1°, e paralelos 8° e 9°.



No mapa de 1855, a localidade Buriti aparece novamente em um local parecido com o mapa de 1760. Está localizada entre dois cursos d'água, que são afluentes do R. Goruguea, a sul e a norte. Existem outros locais próximos, como Flores e Sª. Roza a sudoeste, Castelo a noroeste, Jatuba a norte, e Fazenda Castelo do lado esquerdo do R. Goruguea, mas ainda ao oeste. Os meridianos são 334° e 335°, já os paralelos são 7° e 8°.



O mapa de 1873 mostra quatro localidades que aparecem nos mapas anteriores. Na região em que esperamos a povoação, no entanto, não temos nenhuma localidade. Nesse mapa, estão dois afluentes do Rio Gorgueia, um acima de Flores e outro abaixo de Gameleira. No espaço entre esses dois cursos d'água não existe nenhuma localidade. Somente depois das nascentes, passando um aumento de elevação, temos a localidade Buruty, nas proximidades de um afluente do Parnahyba. Flores e Sª. Rosa estão a sudoeste, e Gameleira a noroeste. Também temos Macacos a sul, S. Antonio a sudoeste, Brejo de S. José a norte e Barra a nordeste. Os meridianos são 0° e 1°, os paralelos 7° e 9°.

	O mapa de 1909 apresenta as fazendas Gameleira e Fazenda Grande, do lado leste do Gurguéia, e um afluente do mesmo entre as fazendas. Seguindo o Gurguéia ao sul, três afluentes abaixo da Fazenda Grande, está a localidade Tranqueira. A quarta localidade encontrada é Matto Grosso, localizada a sul de Tranqueira, abaixo de um afluente do Gurguéia que não foi nomeado. A leste dessas localidades está o R. Fundo e a oeste o Gurguéia, e entre esses dois cursos d'água está S. Antonio, na mesma altura que Tranqueiras.
	O mapa de 1913 apresenta de norte a sul respectivamente as fazendas Gameleira, Fazenda Grande, Tranqueira e Matto Grosso. Mas não apresentam nenhum riacho entre essas localidades, impossibilitando uma identificação mais especifica da área.

No ITSC, livro C, página 32, está mencionado um *SÍTIO BURITY*, localizado no Rio Gurguéia. Nele consta uma Data com três léguas de comprimento e uma de largura, que foi concedida no dia 1 de maio de 1727, a Margarida Soares de Souza.

No livro B, na página 20, está o *SÍTIO CASTELLO*, localizado as Ribeiras do Gurgueia. Trata-se de uma Data com três léguas de comprimento e uma de largura que faz pião no mesmo sítio. Foi concedida em 9 de julho de 1730 a Veríssimo Ribeiro Leite.

No livro B, página 22, está a *FAZENDA CASTELLO*, localizada no Gurguéia. Essa Data tem três léguas de comprimento e uma de largura, e faz divisa para leste com a *C__TINGA*

BRAVA do Castello e para oeste com a *FAZENDA DO MOUTIM* e *TRANQUEIRA*, *GAMELEIRA* e *FAZENDA GRANDE*. Faz pião no *CASTELLO NOVO*. Foi concedida em 13 de julho de 1739 a Maria Fernandes Nunes.

O livro C, página 30, cita a *FAZENDA GRANDE*, localizada no Rio Gurguéia. A Data em questão tem três léguas de comprimento e uma de largura, está confrontanda com as terras do capitão João Carvalho Ramos ao Sul e ao Norte com o *SITIO GAMELEIRA*. Foi concedida em 1 de maio de 1727 a Gonçalo de Almeida Velho.

O livro B, página 23, cita o *SÍTIO CASTELLO*, situada no *RIACHO CASTELLO*, que deságua no *RIO GURGUEIA*. Essa Data tem três léguas de comprimento e uma de largura, "fazendo pião meia légua abaixo da casa da Fazenda". Foi concedida em 24 de maio de 1728 a Veríssimo Ribeiro Leite.

O Livro B, página __, cita o *SÍTIO TRANQUEIRA*, localizado nas *RIBEIRAS DO GURGUÉIA*. Essa Data tem três léguas de comprimento e uma de largura, "fazendo pião onde chamam as *PEDRAS* na ribeira do Gurguéia de uma e outra parte do mesmo". Foi concedida em 6 de maio de 1728 a João Carvalho Ramos.

A última citação dessa região que consta no ITSC, é Livro C, página 33. A citação é de *TRANQUEIRA*, uma Data com três léguas de comprimento e uma de largura, "que faz pião na *LAGÔA GRANDE*, uma légua e meia pelo *RIACHO DO GURGUEIA* acima e uma légua e meia para baixo de uma e outra parte". Foi concedida em 24 de maio de 1727 a João Carvalho Ramos.

Nos testemunhos encontrados sobre os ataques indígenas a fazendas coloniais (AHU, ACL, CU 16, Caixa 4, Documento 299), foram encontradas 22 citações à fazenda Grande e duas citações a Tranqueira.

Miranda (1996) faz um levantamento detalhado sobre o município de Bertolínia; nesse documento temos outra confirmação sobre nossos dados. Durante a divisão administrativa do município de Aparecida em três distritos (Resolução n°9, de 14 de setembro de 1898), a Fazenda-Grande estava localizada na segunda divisão administrativa de Aparecida, localidade essa que aparece em mapas históricos e atuais.

As informações históricas obtidas não são suficientes para identificar se a povoação tem realmente o nome de Burity. Analisando os afluentes do rio Gurguéia, podemos avançar na identificação da povoação e das localidades próximas. Observamos topônimos históricos nos próprios cursos d'água, como o Riacho Gameleira, Riacho Castelo e Riacho Buriti.

Destes três, o Gameleira é o menor, situado do lado direito do Gurguéia. Corre de Leste para Oeste, em uma área majoritariamente plana, no município de Eliseu Martins. Nas proximidades da foz, está localizado um sítio denominado Gameleira.

O segundo afluente é o Castelo, que mais aparece nos mapas históricos. Corre de leste a oeste, a direta do Gurguéia. Seu vale e sua nascente se iniciam nas proximidades das nascentes do Rio Salinas, numa região mais alta. À medida que se aproxima do Gurguéia, o relevo diminui. Todo o riacho está dentro da região de Eliseu Martins. Em um afluente do Castelo, denominado Riacho Ponta da Serra, está localizado uma fazenda com o nome de Castelo.

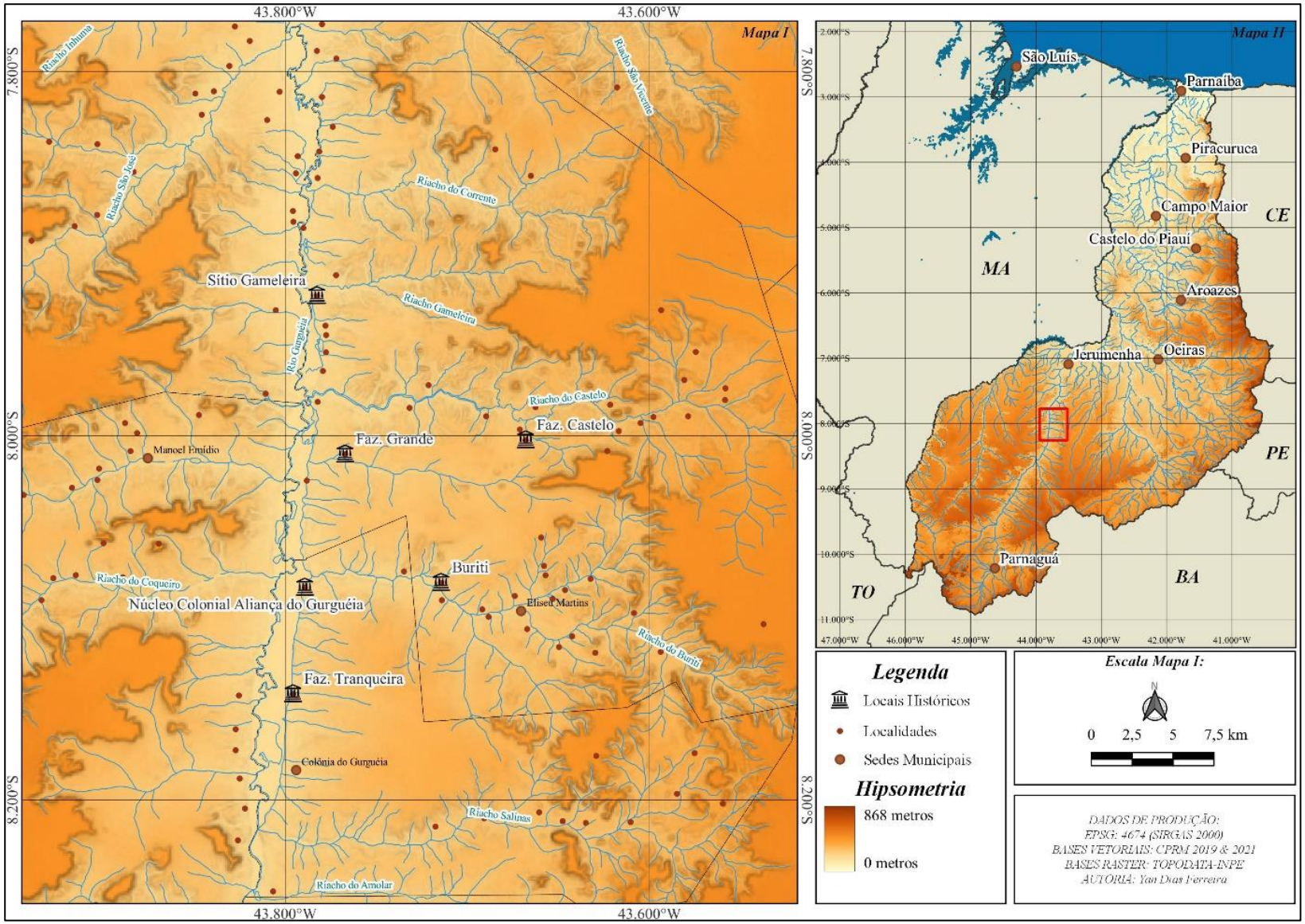
O terceiro afluente é o Buriti, na divisa entre Eliseu Martins e Colônia do Gurguéia. O riacho corre de leste o oeste, e a maior parte de sua extensão está situada em uma região de baixo relevo. Uma boa parte dos afluentes e ramificações desse curso d'água ficam próximos à nascente que forma um relevo de picos em meio ao vale mais plano. Nas intermediações do riacho existe uma localidade denominada Buriti. Está em Eliseu Martins, na região mais plana do vale.

Entre o Riacho Castelo e o Riacho Buriti está a Fazenda Grande. Está nas proximidades de um riacho que não possui denominação, disponibilizada pelo Serviço Geológico Brasileiro. Entretanto, o topônimo da fazenda aparece em alguns mapas históricos nessa mesma região, entre o Castelo e o Buriti. A localidade está dentro do vale do Gurguéia, em uma região de baixo relevo.

Outra localidade importante de ser mencionada é o Núcleo Colonial Aliança do Gurguéia. Essa localidade está localizada na margem direita do rio Gurguéia, abaixo da foz do riacho Buriti.

Por último, mencionamos uma localidade denominada Tranqueira, localizada nas margens do rio Gurguéia, entre os riachos Buriti e o Salinas. Esse topônimo também é citado nos mapas históricos e nas cartas de sesmarias. É possível identificar esse local através de imagens de satélite do *Google Hybrid*. Essa localidade está logo abaixo do Núcleo Colonial Aliança do Gurguéia e acima de Colônia do Gurguéia (Figura 40).

Figura 40: Mapa de localização da sétima povoação.

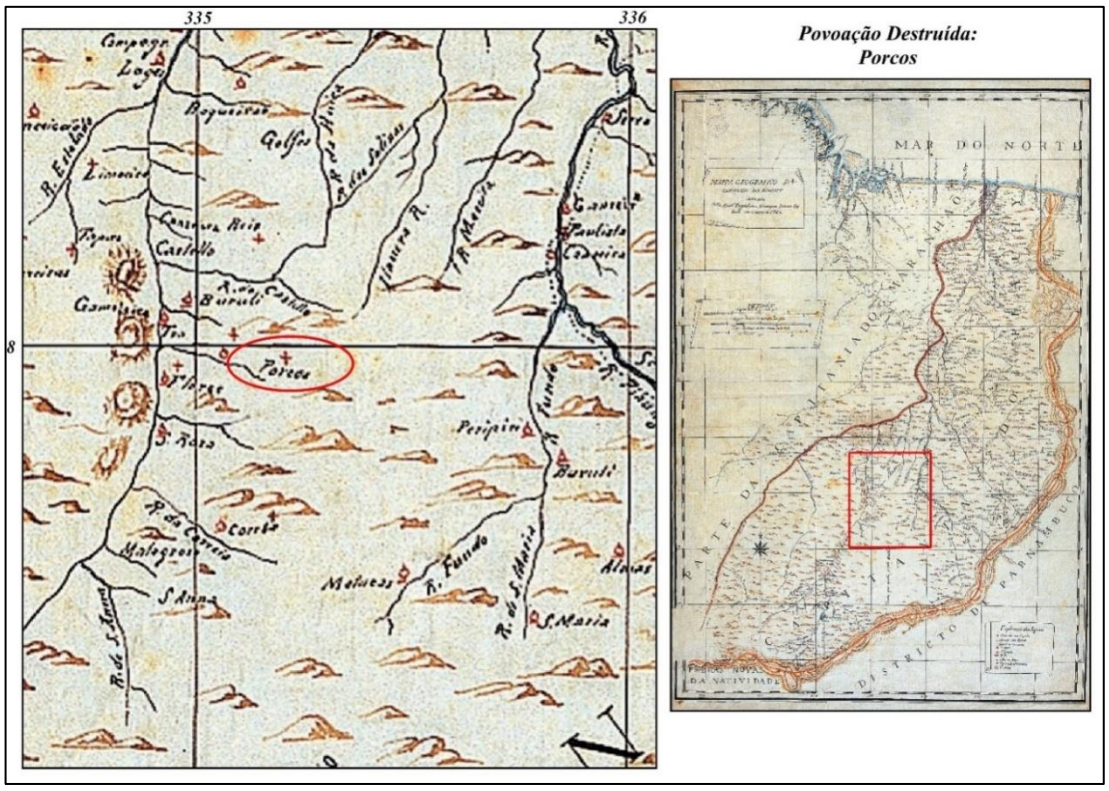


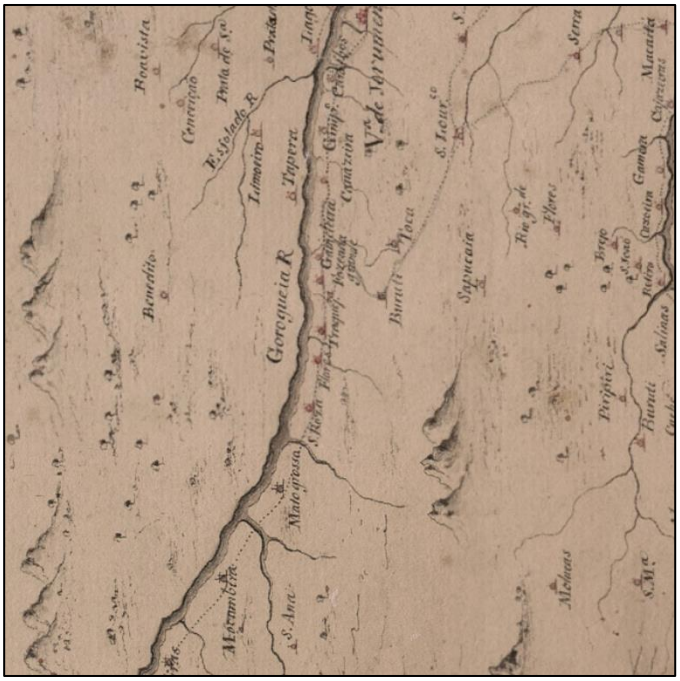
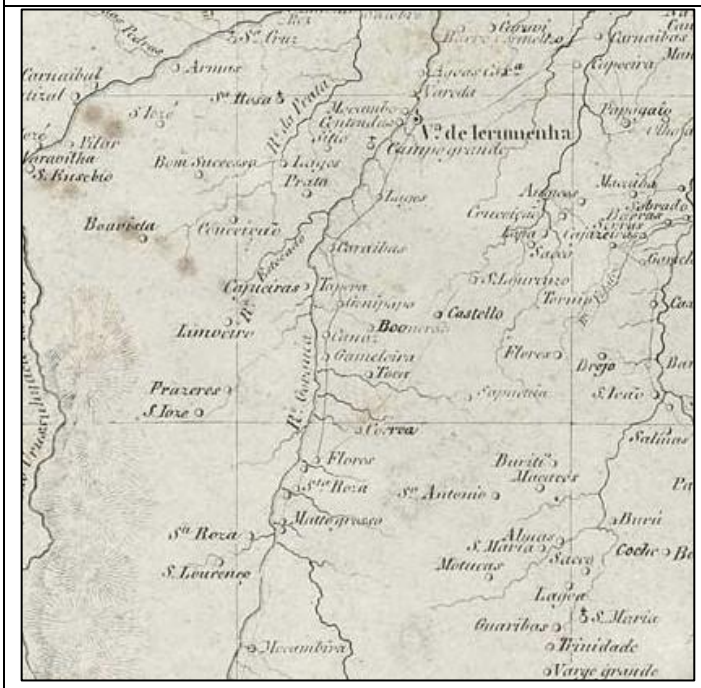
3.8.8. Oitavo Povoado: Porcos

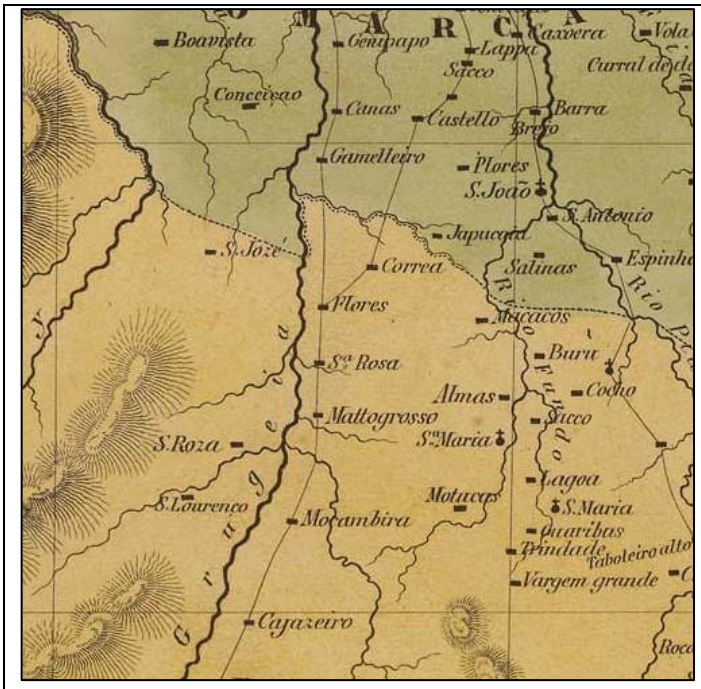
A oitava povoação destruída tem a denominação de Porcos no mapa de 1760. Aparece mais afastada do *R. GOROGUEIA*, e de todas as outras localidades que estão dispostas naquela região. Está localizada nas proximidades da nascente do curso d'água que fica ao norte da Fazenda Flores e a sul do *R. DO CASTELLO*, a leste do *R. GOROGUEIA* e a oeste do *R. FUNDO*. Tanto a povoação quanto o curso d'água estão próximos a símbolos mais simples de morros. Estão dispostas entre o *R. GOROGUEIA* e o *R. FUNDO*, afluente do *R. PIAUHY*.

As localidades mais próximas são a sétima povoação e *BURUTI* a noroeste, o *CORAL* a oeste, a *FAZENDA* e a povoação destruída de *FLORES* a sudoeste; mais afastados temos *REIS* ao norte, *CORREA* ao sul e *PERIPERI* a sudeste. Os meridianos são 335° e 336°, e os paralelos são 8° e 9° (Figura 41). Posteriormente ao mapa de 1760, não encontramos mais o topônimo Porcos. Contudo, outro topônimo aparece na mesma região entre o Gurguéia e o Riacho Fundo, abaixo do Riacho Castelo.

Figura 41: Oitava povoação destruída, Galúcio (1760).



<table>
<tr>
<td>
</td>
<td>No mapa de 1761 temos uma localidade na mesma altura de BURUTI, denominada SAPUCAIA. Ela está afastada das outras localidades e o curso d’água mais próximo desse lugar seria um braço do que parece ser o R. HUICA. Ao sul, temos um símbolo de morro, que nos mostra a mudança de altitude da região. As localidades mais próximas a SAPUCAIA são BURUTI, FAZENDA GRANDE e GAMELEIRA a oeste, TOCA a noroeste, S. LOUR ao norte, RIO GRANDE e FLORES nordeste, BREJO, S. JOÃO e RETIRO a leste, PIRIPIRI a sudeste. Mais afastado a sudoeste, temos TRANQUEIRA e FLORES na beira do R. GOROGUEIA. Os meridianos são 334° e 335°, já os paralelos são 8° e 9°.</td>
</tr>
<tr>
<td>
</td>
<td>O mapa de Schwarzmann e von Martius (1828) apresenta a localidade SAPUCAIA. Todavia, dessa vez, a localidade está mais próxima a leste do R. GORGUEA, em um de seus afluentes e embaixo de outro curso d’água, que pode ser o atual Rio Itaueira. A sul de SAPUCAIA temos um símbolo de elevação. Os locais mais próximos são TOCA e GAMELEIRA a oeste, CORRÊA e FLORES a sudoeste, SALINAS a leste, CASTELO a noroeste, SÃO LOURENÇO ao norte e BURITI, MACACOS e S. ANTONIO a sudeste. Os meridianos são 47° e 46°, e os paralelos são 7° e 8°.</td>
</tr>
</table>

	O mapa de 1850 é o último que apresenta uma localidade nessa região. Nesse caso, o topônimo está modificado: aqui temos o nome de *JAPUCAIA*. Aparenta estar no mesmo afluente do Gurguéia que Schwarzmann e von Martius colocaram em seu mapa. *JAPUCAIA* está localizada entre as duas nascentes do afluente do *R. GURGEIA*, que cercam a localidade ao sul e ao norte. O restante do afluente está a oeste da localidade, quando, a leste, temos a presença do *RIO FUNDO*, afluente do *RIO PIAUHY*. Os meridianos são 0° e 1° e os paralelos são 8° e 9°.
	Revisando a mapoteca do Núcleo Antropologia Pré-histórica (NAP), encontramos um mapa de Eliseu Martins, de 1975, levantado, desenhado e impresso pela Diretoria de Serviço Geográfico – Brasil (DSG), Folha SC.23–X–A–III. Nesse mapa identificamos uma localidade denominada *PORCOS*. Esse local está localizado as margens do riacho Amolar, afluente da margem leste do Gurguéia. A leste dessa localidade temos outra denominada Espirito Santo, e mais adiante, a sudeste, Tanque de Terra e a Faz. Canto Escuro.

A pesquisa histórica nos deu diversos topônimos de locais históricos da região, entre eles está o da povoação destruída (Porcos) que só identificamos em uma base cartográfica mais atual. Utilizando os aspectos espaciais, foi possível identificar outras localidades que estão entre o Rio Gurguéia e o Riacho Fundo.

Durante a pesquisa em mapas históricos vimos que existiam poucas localidades entre o Rio Gurguéia e o Riacho Fundo, e abaixo dessas localidades tínhamos um aumento de elevação do terreno. Observando os dados de relevo da região é possível perceber que esse aumento de relevo realmente existe e atualmente é conhecido como Serra das Confusões.

Essa região, de acordo com os mapas, foi pouco explorada pelos colonizadores. A frase "terras que ainda se não descubrio" aparece no primeiro mapa da região, e até o início do século XX toda essa região entre o Riacho Fundo e o Gurguéia, até o limite sul do Piauí, foi pouco explorada pelos cartógrafos. Nas representações cartográficas, temos poucas localidades e o nome da população indígena Pimenteiras bem explícito. O Rio Itaueira é um exemplo disso; esse rio corta o Piauí da Serra das Confusões até o rio Parnaíba mas, nos mapas históricos, o rio nasce entre o Gurguéia e a foz do Riacho Fundo e segue para o Parnaíba.

A localização de fazendas e povoações do Piauí, fornecida pela CPRM, confirma essa informação histórica. Poucas localidades existem entre o Riacho Fundo e o Gurguéia, nas proximidades do rio Itaueira; desses poucos locais, podemos citar dois que estão mais próximos.

O primeiro está localizado entre a nascente do Rio Salinas e a foz do Riacho Fundo, um pouco abaixo do Riacho do Castelo. Entre o Rio Itaueira e Riacho do Moreira, afluente do Itaueira, está a localidade chamada Sítio de Dentro, próximo de um afluente do rio Itaueira que não está nomeado, no município de Pavussu. A oeste do Sítio de Dentro, próximo ao Gurguéia, temos a Fazenda Castelo e a Fazenda Grande, a sudoeste temos Buriti e na mesma direção, só que mais afastadas, temos Flores e Santa Rosa. Para a direção nordeste, próximo ao Itaueira, temos Flores do Piauí e Rio Grande do Piauí. Sítio de Dentro está muito acima da faixa que Galúcio mostra a oitava povoação destruída. Atualmente essas localidades estão a nordeste de Buriti, e na obra de Galúcio a oitava povoação estaria a sudeste de Buriti.

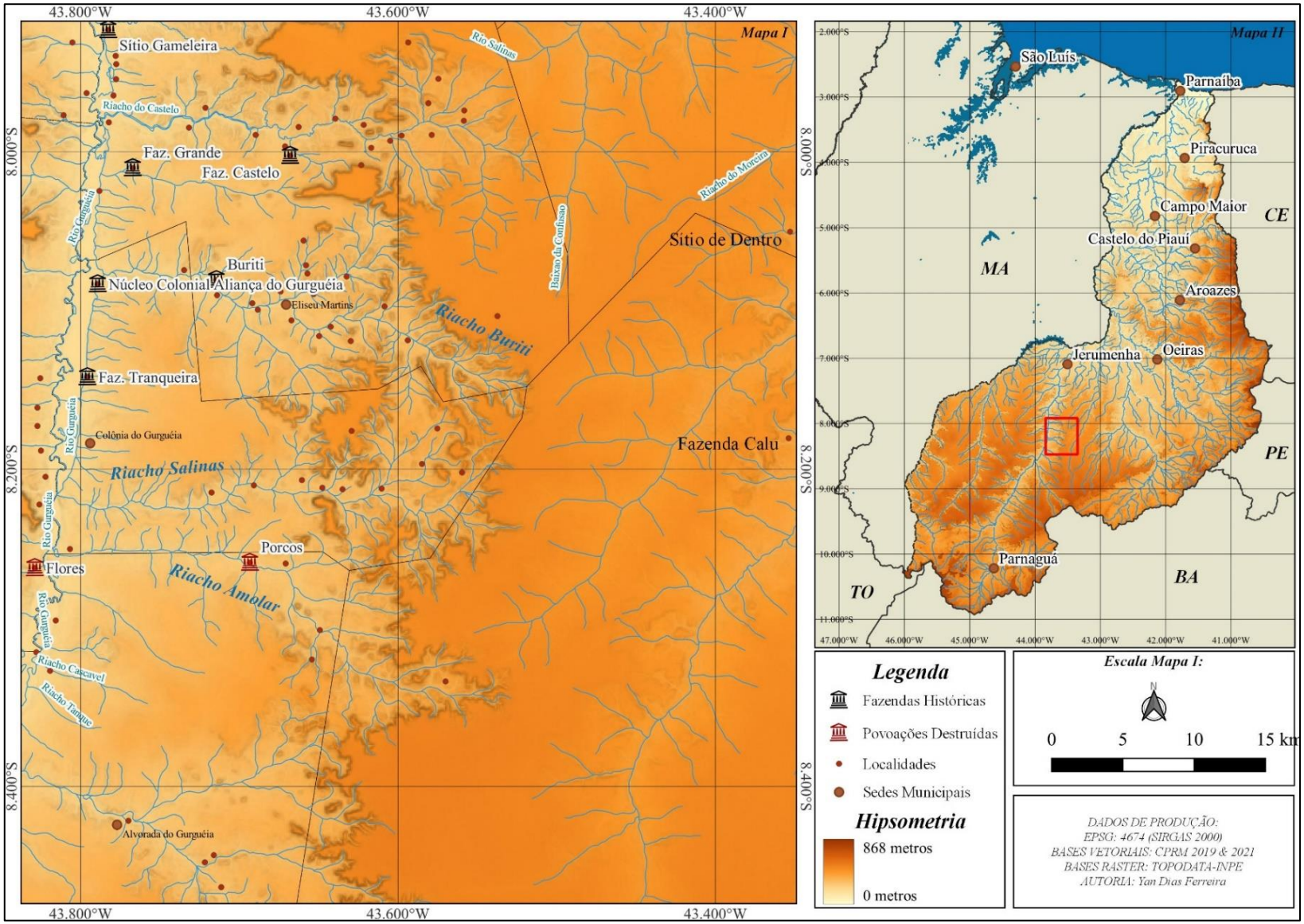
A outra localidade está mais abaixo, na altura entre o Riacho Buriti e o Riacho Salinas, afluentes do Gurguéia: nas proximidades do rio Itaueira está localizada a Fazenda Calu. Esta localidade está no município de Canto do Buriti, próxima a PI-141, estrada que vai de Eliseu Martins, nas proximidades do Rio Gurguéia, até São João do Piauí, nas proximidades do Rio Piauí. Entre Jerumenha e a Serra das Confusões, essa é a única estrada que liga o leste ao oeste do Piauí. As localidades relativamente próximas à Fazenda Calu são Rio Grande do Piauí e Flores do Piauí a nordeste, a oeste temos Buriti e Tranqueira, a noroeste temos a Fazenda Castelo, e a sudoeste Flores e Santa Rosa.

Não foi possível identificar a oitava povoação através do riacho Fundo, então, nos apoiando no último mapa histórico analisado, voltamos a pesquisa ao riacho Amolar. Como dito anteriormente, ao verificar as localidades próximas ao riacho, presentes no mapa de 1975 da DSG, foi possível identificar uma localidade com o topônimo Porcos. Na base cartográfica da CPRM as localidades de Espírito Santo, Tanque de Terra e Faz. Canto Escuro estão presentes, e uma quarta localidade está na mesma região que Porcos; essa, por sua vez, não está

nomeada. Ao georreferenciar o mapa de 1975, vimos que a localidade Porcos é essa mesma que não está nomeada (Figura 42).

Portanto, se a localidade Porcos que está presente na atualidade é a mesma indicada por Galúcio em 1760, o afluente do rio Gurguéia que está no meio entre a oitava e nona povoação destruída, é o riacho Amolar.

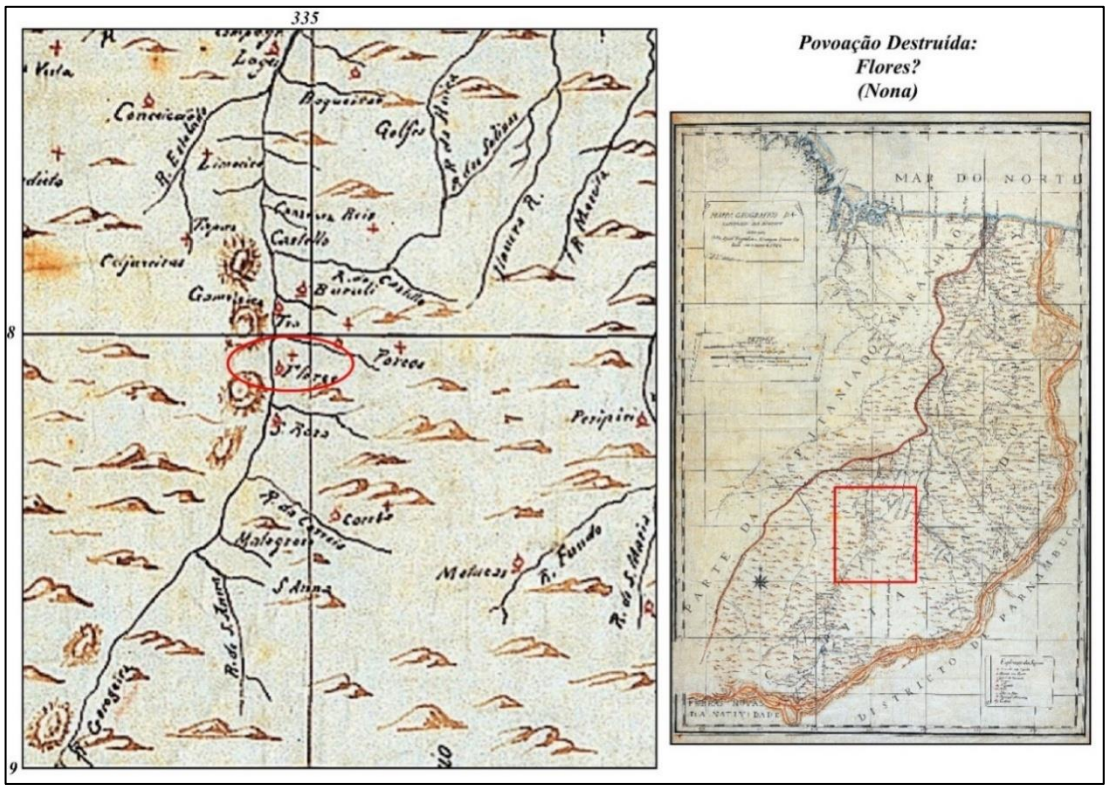
Figura 42: Mapa de localização da povoação Porcos.

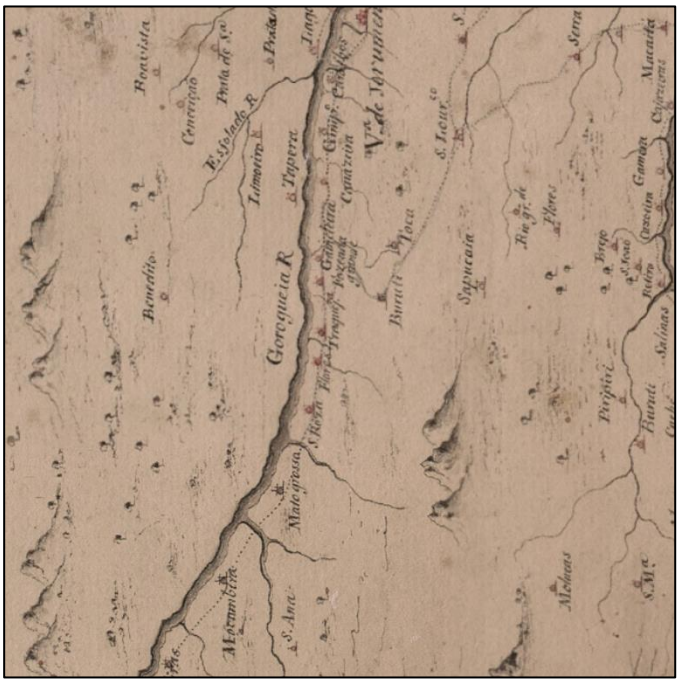


3.8.9. Nono Povoado: Flores

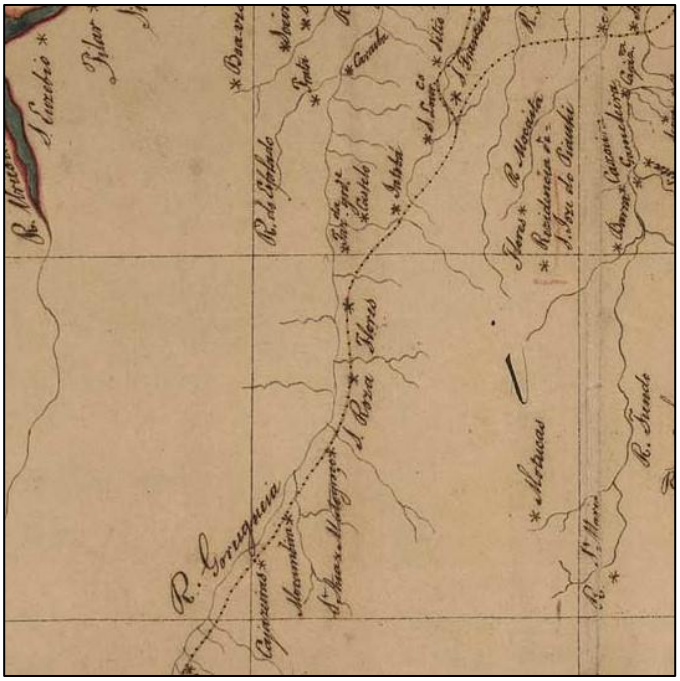
O símbolo da nona povoação destruída está atrelado ao símbolo de uma fazenda. Eles estão bem próximos um do outro, e existe somente um topônimo na região, *FLORES*. Por não haver outro, estamos tratando ambos como *FLORES*. A povoação destruída está localizada do lado direto (a leste) do *R. GOROGUEIA*, entre dois de seus afluentes, o segundo ao norte e o terceiro ao sul, contando a partir do *R. DO CASTELLO*. Também existe um símbolo mais simples de morro a sudeste do povoado. Como comentado anteriormente, essa região está repleta de símbolos, portanto, é bem povoada. Todavia, é importante salientar que apenas a margem direita (leste) do rio está repleta de localidades. O lado esquerdo (oeste) só evidencia um topônimo, *GAMELEIRA*, que provavelmente está também do lado direito. Na margem esquerda do *R. GOROGUEIA* estão claros símbolos de aumento de relevo, muito diferentes dos pequenos morros isolados que aparecem em toda região. Esses símbolos são uma versão menor do que aparece em toda margem leste e sul da capitania do *Piauhy*, e que reflete as serras que existem entre Ceará, Pernambuco e Piauí. As localidades presentes no entorno são *BURUTI* ao norte, um coral não nomeado e a sétima povoação destruída a nordeste, *PORCOS* a leste, *S. ROSA* ao sul, a provável fazenda *FLORES* a sudoeste, e uma fazenda com o topônimo incompleto *TRA*____a noroeste do povoado *FLORES*. Está entre os meridianos 334° e 335°, e entre os paralelos 8° e 9° (Figura 43).

Figura 43: Nona povoação destruída, Galúcio (1760).

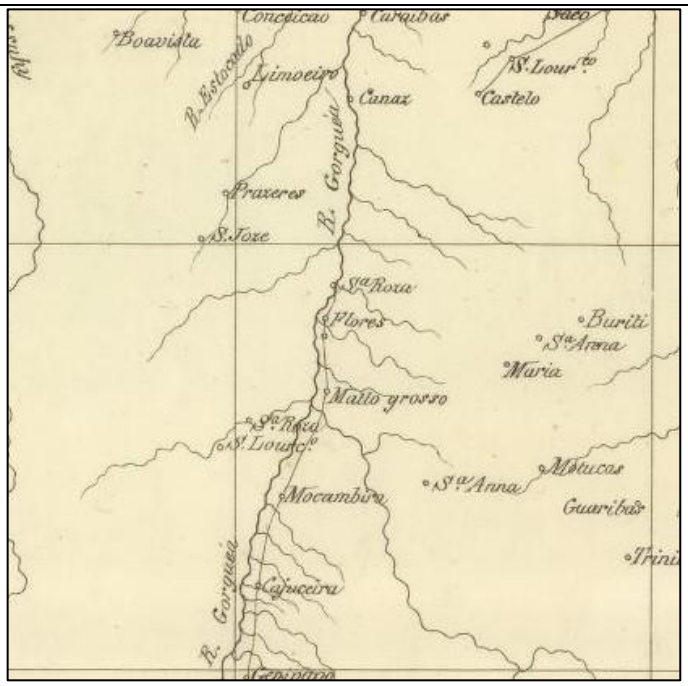




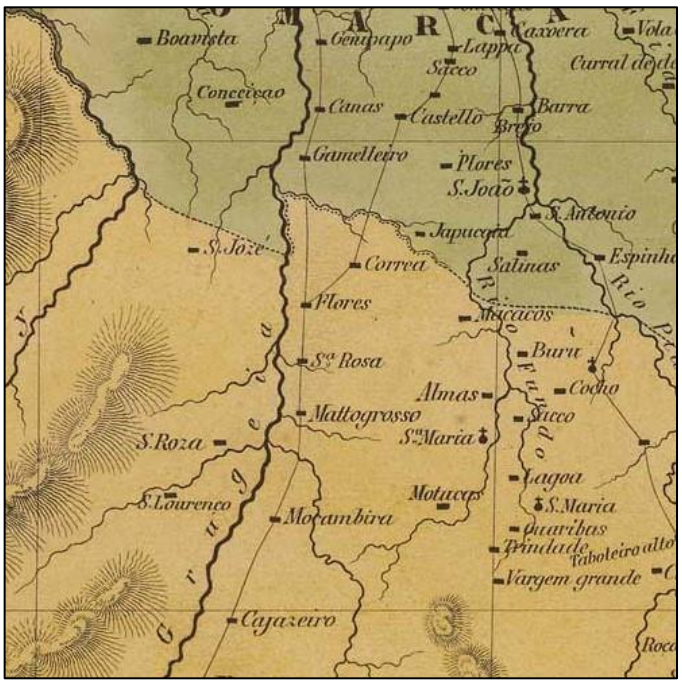
O mapa de Galúcio de 1761 apresenta apenas uma única localidade *FLORES*. Como no mapa anterior, existe um curso d'água ao norte e outro ao sul, ambos afluentes do *R. GOROGUEIA*. A povoação ainda está a leste do *GOROGUEIA* e, ao sudeste de *FLORES*, há um símbolo de morros. O lado esquerdo do *GOROGUEIA* não apresenta nenhuma outra localidade ou símbolo de relevo. Nesse mapa, existe um caminho que vai de Jerumenha até Parnaguá, passando a localidade *FLORES*. As localidades próximas são *S. ROZA* a sul, *TRANQUEIRA* a norte, e mais afastado temos *BURUTI* a nordeste. Os meridianos são 334° e 335°, e os paralelos são 8° e 9°.

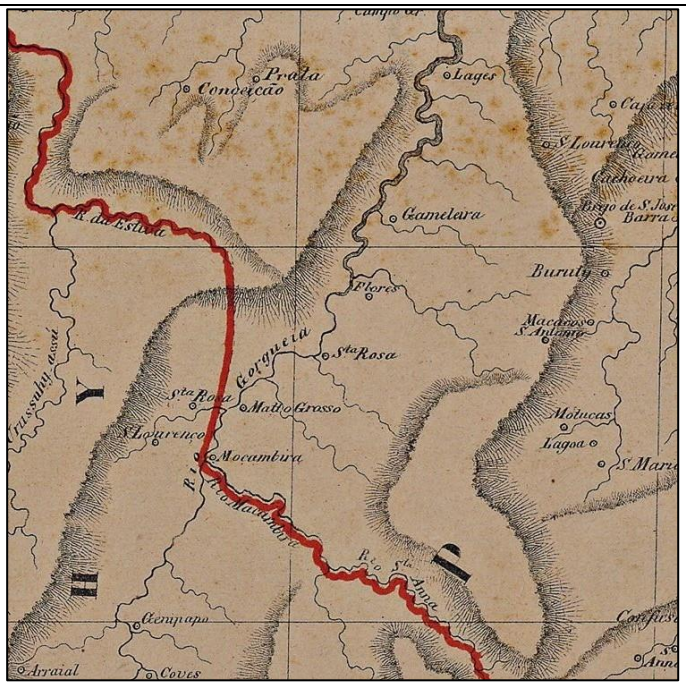


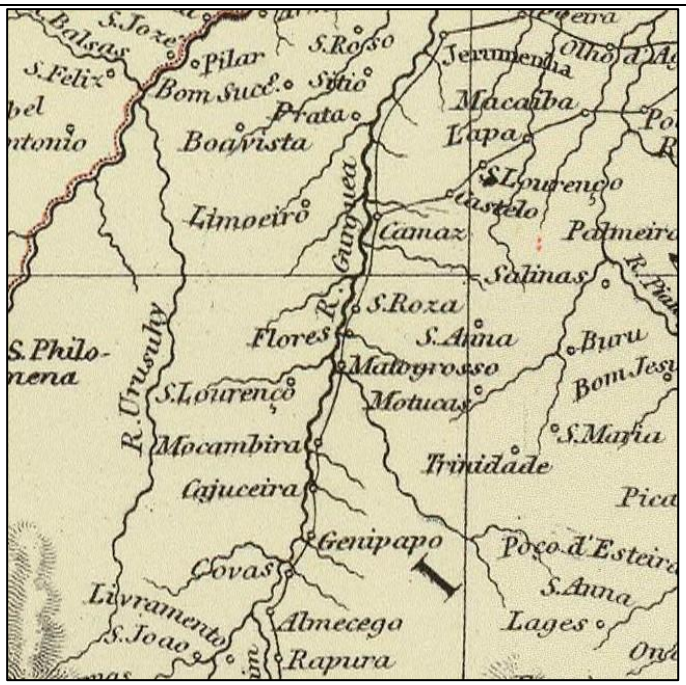
O mapa de 1816 apresenta também a localidade *FLORES* na mesma região, a leste do *R. GORUGUEIA*. É a única povoação entre os dois afluentes que estão ao norte e ao sul. A estrada que liga as vilas está também presente nesse mapa e continua passando por *FLORES*. Não são identificadas quaisquer outras localidades na margem esquerda do rio. Em volta, estão *S. ROSA* a sul, *FAZENDA GRANDE* ao norte, e *CASTELO* e *INTOBÁ* a nordeste. Essa obra não apresenta identificação de meridianos e, por isso, os identificamos por ordem crescente de leste para o oeste. Sendo assim, *FLORES* está entre o 4° e o 5° meridiano. Para os paralelos, a situação é a mesma, a ordem utilizada é crescente de norte para o sul, entre os paralelos 8° e 9°.



O mapa de 1827 apresenta *FLORES* da mesma forma, a leste do *R. GORGUEIA*, entre dois de seus afluentes, que estão ao norte e ao sul. Nessa obra, *Sª ROSA* está ao norte de *FLORES* e é a única do lado esquerdo do rio. Esse mapa também apresenta um caminho que passa por *FLORES*, mas nesse caso ele sai de *Sª ROSA* e vai para Parnaguá. Outras localidades próximas de *FLORES* são *BURITI*, *Sª ANNA* e *MARIA* que estão a leste, uma localidade sem nome ao sul e mais ao sul *MATTO GROSSO*. Os meridianos são o 46° e o 47°, e os paralelos 8° e 9°.

<table>
<tr>
<td>
</td>
<td>O mapa de Schwarzmann e von Martius (1828) mostra Flores da mesma forma e, por isso, será feita uma única descrição para ambas as versões. Nestes, a povoação continua a leste do R. GORGUEA, entre dois de seus afluentes que estão ao norte e ao sul. Símbolos de morros voltam aqui a aparecer, a leste da povoação. O lado esquerdo do rio GORGUEA continua sem localidades, nem morros. Morros só aparecem próximos ao RIO URUSSUHY OU FARINHA. FLORES passa agora a ser uma intersecção que liga três caminhos: um leva a JERUMENHA, outro a OEIRAS e o terceiro a PERNAGOA (Parnaguá). As localidades próximas são CORRÊA a nordeste, S. ROSA e MATTO GROSSO ao sul, e BURITI, MACACOS e S. ANTONIO a leste, depois dos morros. Os meridianos são 46° e 47° e os paralelos 8° e 9°</td>
</tr>
<tr>
<td>
</td>
<td>No mapa de 1850, a localidade FLORES está a leste do R. GRUGEIA mas, nesse caso, os afluentes que cercam esse local ao norte e ao sul estão muito afastados. As três estradas continuam presentes. Não temos nenhum símbolo de elevação nas proximidades, só aparecem no lado esquerdo do rio, entre o R. GRUGEIA e o R. URUSSUHY, a sudoeste da povoação. Nessa obra, há uma localidade do lado esquerdo do GRUGEIA chamada S. JOSÉ, a noroeste de FLORES. Outras localidades próximas de FLORES são Sª ROSA ao sul, CORREA a nordeste e MACACOS a leste. Os meridianos são 0° e 1° e os paralelos 8° e 9°.</td>
</tr>
</table>

	O mapa de 1855 apresenta a povoação de *FLORES* à direita do *R. GORUGUEA*, entre dois de seus afluentes, que estão ao norte e ao sul. Nessa obra, a estrada apresenta uma intersecção mais ao norte, próxima ao que parece ser o Riacho Castelo. Ela continua passando por *FLORES* para chegar a Parnaguá. Notamos também a presença da *FAZENDA GRANDE*, do lado esquerdo do rio. É a única nessa região. Outras localidades presentes são *STA. ROZA* ao sul, *BURITI* a nordeste e ao norte *CASTELO* e depois *JATUBA*. Nesse mapa os meridianos são o 334° e o 335° e os paralelos são 7° e 8°.
	O mapa de 1873 apresenta a localidade de *FLORES* a leste do *GORGUEIA*, mas existe apenas um afluente ao norte. O afluente que ficaria ao sul da povoação está mais afastado e depois de *STA. ROSA*. Símbolos de elevação voltam a aparecer no lado esquerdo do *GORGUEIA*, a oeste de *FLORES*, mas não tem os caminhos. O lado oeste do rio não apresenta nenhuma povoação. Próximo a *FLORES*, na margem leste, temos *STA. ROSA* a sudoeste, *GAMELEIRA* ao norte e *BURUTY*, *MACACOS* e *S. ANTONIO* a leste. Os meridianos são 1° e 0°, já os paralelos são 8° e 9°.



O último mapa que apresenta a localidade *FLORES* é o de 1883. A povoação está à direita do *R. GURGUEA*, mas existe apenas um afluente nas proximidades, que está ao sul. Nesse mapa, não temos símbolos de elevação nas proximidades. A margem esquerda do rio apresenta uma única localidade a sudoeste de *FLORES*. Outras localidades próximas são *S. ROZA* ao norte, *S. ANNA* a leste, *MATTO GROSSO* ao sul e *MOTUCAS* mais afastado a sudeste. Os meridianos são 46° e 44°, enquanto os paralelos são 8° e 10°.

No ITSC, livro B, página 22, está o *SÍTIO SANTA ROSA*, localizada no *RIO GURGUÉIA*, nas *CABECEIRAS*. Essa Data tem três léguas de comprimento e uma de largura, "pegando das testadas das terras concedidas ao Capitão-mor Antonio Gomes Leite na mesma parte, correndo pelo dito rio acima, e em que lhe fica compreendido o dito Sítio de S. Rosa, e a largura por uma e outra parte do dito rio". Foi concedida em 12 de julho de 1740 a Matheus da Costa.

O livro B, página 22, está o Sítio S. Rosa, localizado no Rio Gurguéia. Essa Data tem três léguas de comprimento e uma de largura. Foi concedida em 12 de julho de 1739 a Euzebio Peixoto da Rocha.

O livro C, página 31, cita a Fazenda Flores, localizada no Rio Gurguéia. Essa Data tem três léguas de comprimento e uma de largura, "principiando nas testadas da Fazenda Cajazeiras". Foi concedida em 7 de abril de 1737 a Luiz Carlos Pereira.

A última menção contida nesse documento está no livro C, página 31. Descreve um Sítio Flores, localizado no Rio Gurguéia. A Data consta com três léguas de comprimento e uma de largura, "fazendo pião no sítio Velho, onde foi povoado, sendo uma légua e meia para cima e uma légua e meia para baixo". Foi concedida em 4 de maio de 1737 a Pedro Roiz[16] do Rego.

O Dicionário Histórico e Geográfico do Estado do Piauí relata que Flores é um topônimo pertencente a um povoado localizado em Manuel Emídio, um riacho que fica nos municípios

16 Roiz, pode ser uma abreviação de Rodriguez.

de Bertolínia e Manuel Emídio e um afluente da margem esquerda do Gurguéia. Também citam um sítio concedido a Pedro Rodrigues Leite, em 4 de março de 1727, nas ribeiras do Gurguéia.

A relação do capítulo anterior, dos ataques às 10 fazendas do Gurguéia (AHU, ACL, CU 16, Caixa 4, Documento 299), citam o topônimo Flores uma única vez, mas na mesma citação temos também Matto Grosso e Santa Roza. Quem faz essa citação é Francisco Carvalho da Cunha, donatário da fazenda Santo Antônio.

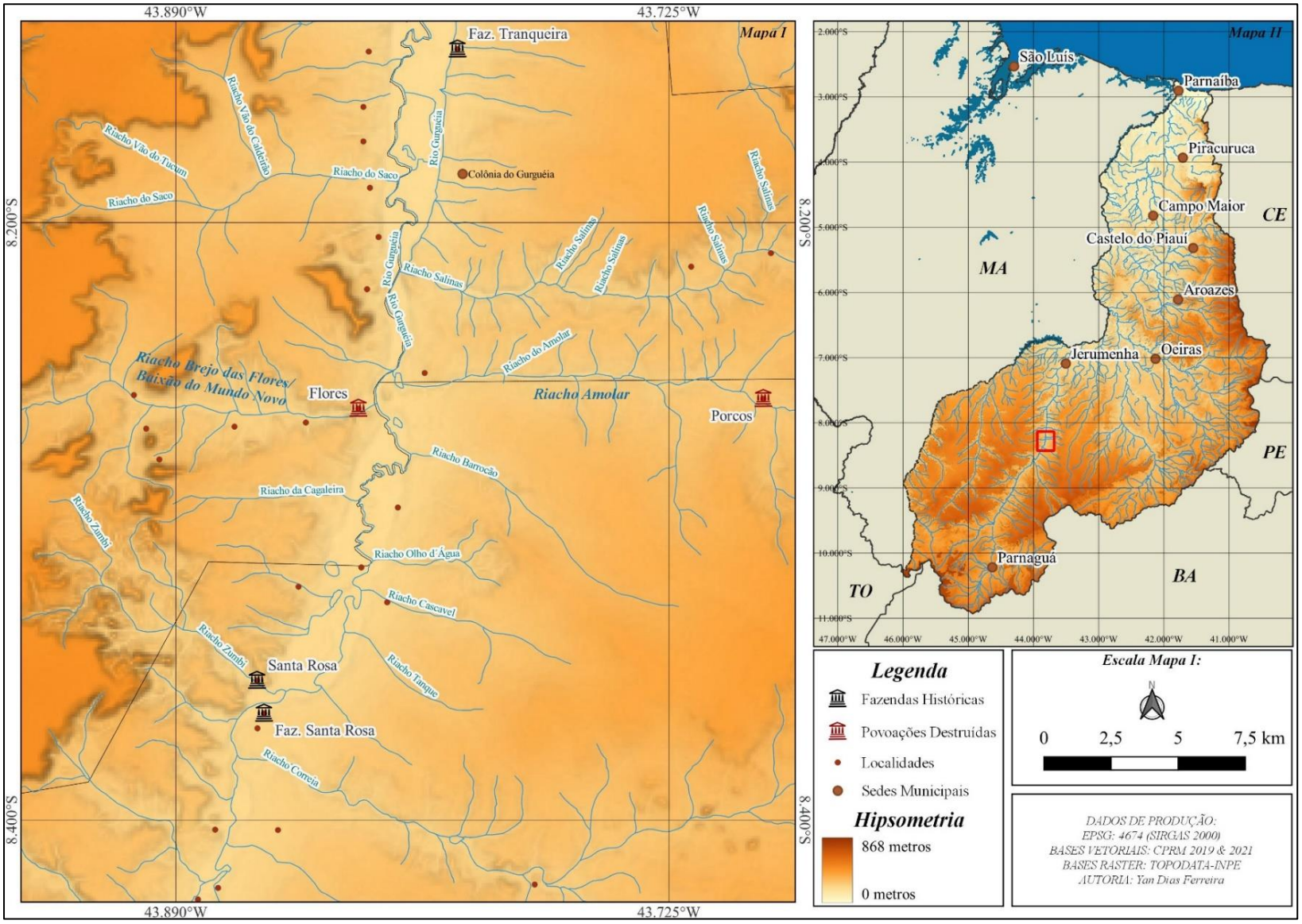
O levantamento de Miranda (1996) também nos revela que, na segunda parte da divisão distrital de Aparecida, estão localizadas Flores e Santa Roza.

Ao analisar os dados de localidades da CPRM, identificamos uma localidade com o topônimo Flores. Contudo, está situada no lado esquerdo (oeste) do Rio Gurguéia, diferindo das informações cartográficas históricas. Através de imagens do *Google Hybrid*, identificamos também, na mesma altura, do lado direito (leste) do Gurguéia, abaixo do Riacho Amolar, o topônimo Flores. Contudo, não foi possível, pelas imagens de satélite, observar habitações nas proximidades. Podemos supor que toda a região é conhecida como Flores, como é o caso da Fazenda Cajazeiras, que está a mais de dois quilometros do local que o *Google Hybrid* indica como Cajazeiras.

Voltando a Flores, esta está próxima à foz do Riacho Brejo das Flores ou Baixão do Mundo Novo, que deságua no Gurguéia. A região é majoritariamente de baixo relevo, mas existem algumas elevações em meio ao vale do Gurguéia. Essas elevações estão ao norte, noroeste, oeste e sudoeste da localidade Flores, na margem esquerda do rio (Figura 44).

Outra localidade que aparece nos mapas históricos é a Fazenda Santa Rosa. Atualmente é possível encontrar três localidades com esse topônimo. Uma está próxima à foz do Riacho Correia, a nordeste do mesmo, situada do lado direto do Rio Gurguéia. Aparece na camada da CPRM como Fazenda Santa Rosa. O segundo local está do lado direto do Gurguéia e aparece nas imagens do satélite do *Google Hybrid* como Santa Rosa. A terceira localidade também é da CPRM e está do lado esquerdo do Gurguéia ao norte da Fazenda Santa Rosa, a pouco mais de um quilômetro de distância. Essas três localidades provavelmente fazem parte uma mesma região, conhecida como Santa Rosa, por conta da antiga fazenda que estava nessa região. Santa Rosa está localizada nas margens do Rio Gurguéia, está em uma região de baixo relevo que se estende a leste do Gurguéia (lado direito do rio) a aproximadamente 25 quilômetros. O lado oeste (lado esquerdo do rio) tem uma extensão de quatro quilômetros, e é formada por um relevo mais acidentado.

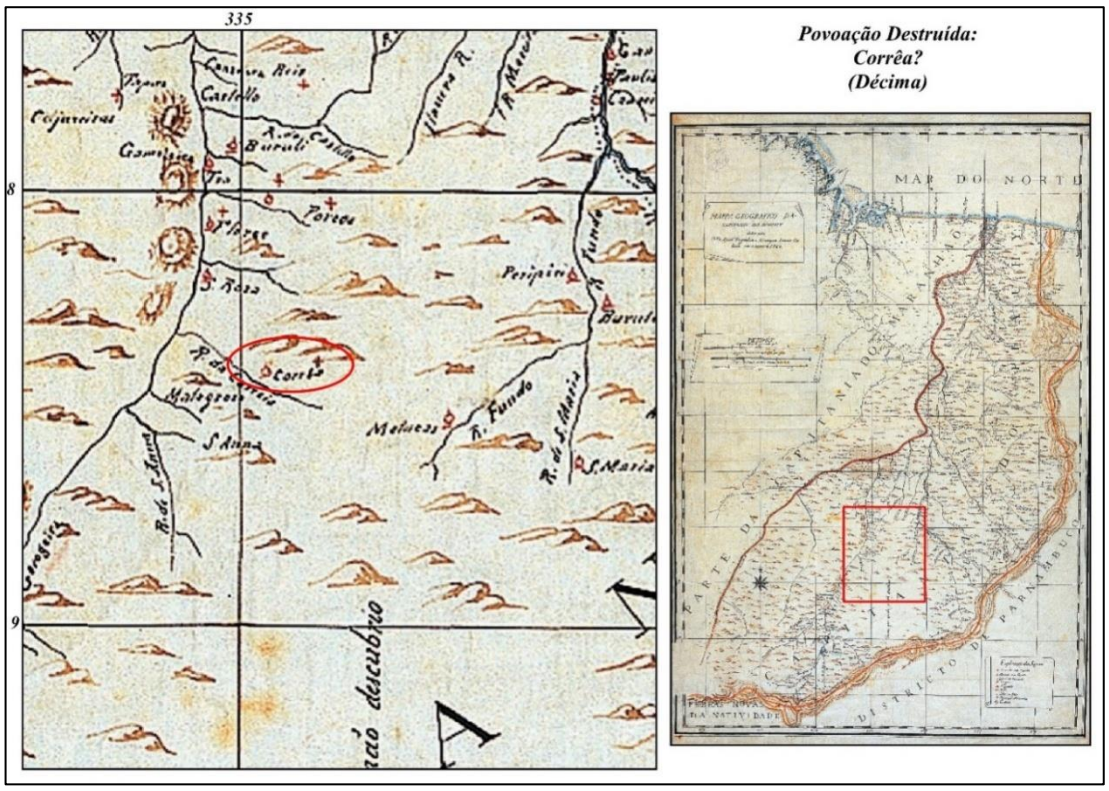
Figura 44: Mapa de localização da povoação Flores.



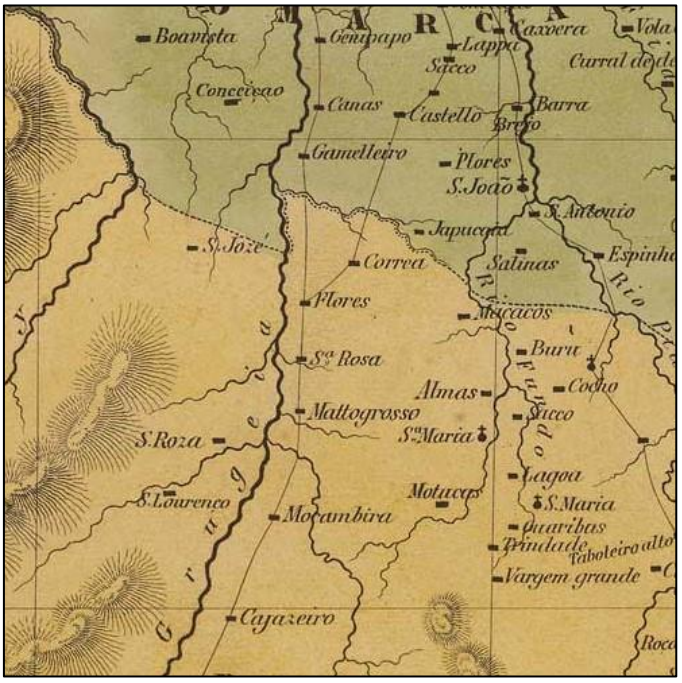
3.8.10. Décimo Povoado: Corrêa

A décima e última povoação destruída aparecendo no mapa de Galúcio de 1760 é o povoado *CORREA*. Na verdade, o documento apresenta um símbolo de fazenda e outro de povoado destruído na mesma região, com apenas um topônimo. Trata-se de uma situação parecida com o caso de Flores. Consideramos que o mesmo topônimo se aplica para a povoação e a fazenda. Está localizada a leste do *GOROGUEIA*, a oeste do *R. FUNDO* e ao norte da nascente do *R. DA CORREIA*, afluente do *GOROGUEIA*. De todas as povoações, essa é a mais próxima de um símbolo de elevação, logo abaixo de outro de morro simples. As localidades próximas desse povoado são *S. ROSA* a noroeste, *MOTUCAS* a sudeste, *MATOGROSSO* e *S. ANNA* a sudoeste. Os meridianos são 335° e 336°, e os paralelos 8° e 9° (Figura 45).

Figura 45: Décima povoação destruída, Galúcio (1760).



Os outros mapas históricos não apresentam nenhuma localidade na região entre S. Rosa e Matto Grosso. Contudo, identificamos o mesmo topônimo com outra localização, acima de Flores.

	O mapa de Schwarzmann e von Martius (1828) é o primeiro a apresentar a localidade *CORRÊA*. Fica mais próxima do *GORGUEA*, a leste do rio, e a oeste do que aparenta ser o atual Riacho Fundo, afluente do Rio Piauí. *CORRÊA* está situada nas proximidades da nascente de um afluente do *GORGUEA* que fica ao norte da povoação *FLORES*. Ao norte, existe um outro afluente do *GORGUEA*. A sudeste temos símbolos de aumento de relevo. Existe uma estrada que passa por essa localidade, interligando *FLORES* e *OEIRAS*. As localidades próximas a *CORRÊA* são *TOCA* ao norte, *FLORES*, *S. ROSA* e *MATTO GROSSO* a sudoeste, *SAPUCAIA* a nordeste e *BURITI*, *MACACOS* e *S. ANTONIO* a sudeste, depois do aumento de relevo. Os meridianos são 47 ° e 46°, enquanto os paralelos são 7° e 8°.
	O último mapa que identifica a localidade é de 1850. Nele, há menos cursos d'água descritos. *CORRÊA* está abaixo de um afluente do *R. GRUGEIA*, a leste do *GRUGEIA* e a oeste do *RIO FUNDO*, afluente do *RIO PIAUHY*. A estrada citada anteriormente está presente, indo de *FLORES* a *OEIRAS*. Esse mapa tem a indicação de que a localidade pertence à *COMARCA DE PERNAGUA*. As localidades próximas a *CORREA* são *JAPUCAIA* a nordeste, *FLORES*, *Sª ROSA* e *MATTO GROSSO* a sudoeste, *MACACOS* a sudeste e *GAMELLEIRO* a noroeste. Os meridianos são 0° e 1°, e os paralelos são 8° e 9°.

Os dados espaciais históricos levantados não identificam a área. Por isso, se torna difícil localizar uma região específica onde a povoação destruída poderia estar. Mas, ao analisar os

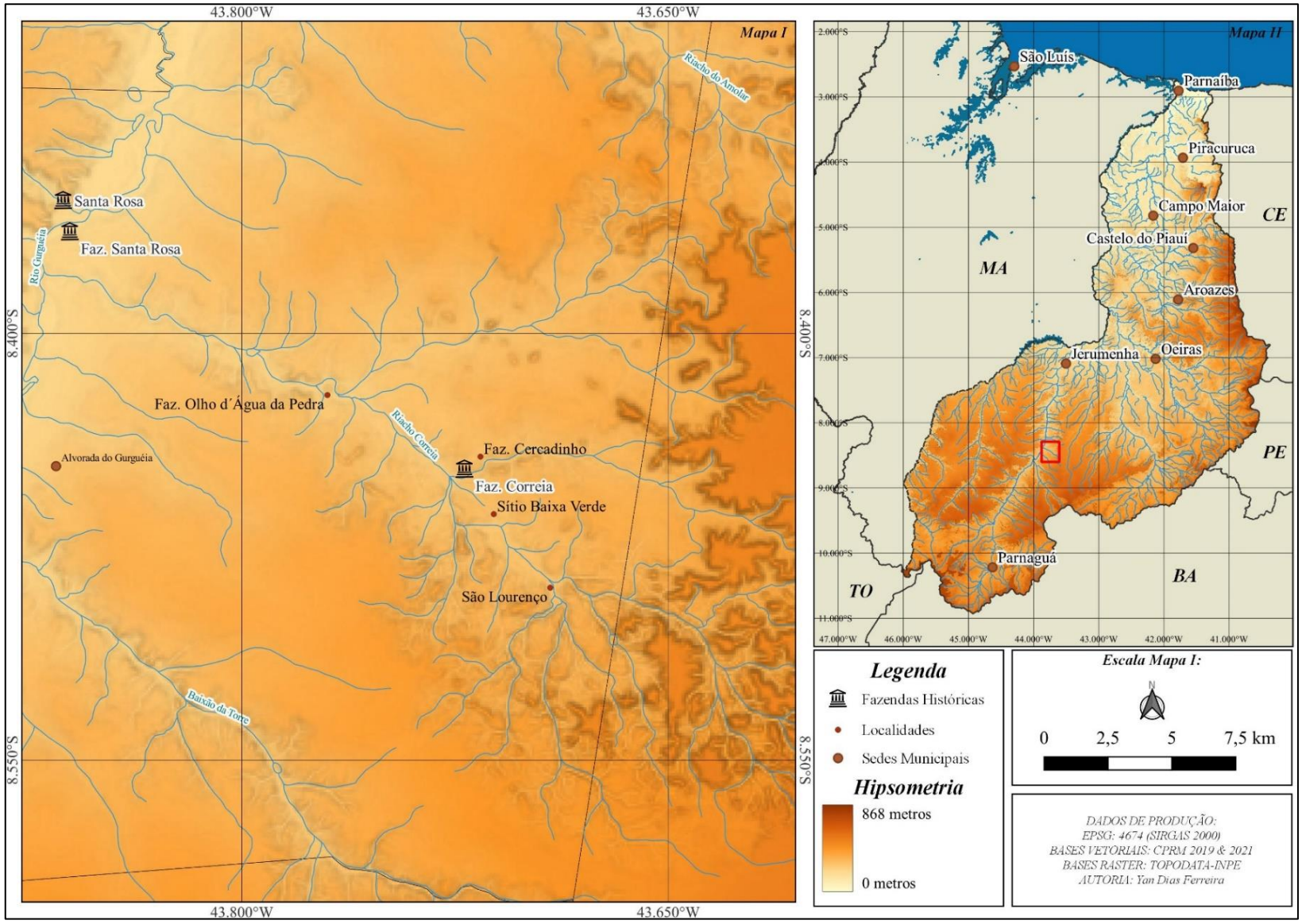
topônimos apresentados por Galúcio no mapa de 1760, encontramos um riacho chamado Correia, que aparece também na atual hidrografia do Piauí.

O Riacho Correia é uma afluente que fica na margem leste do Gurguéia. Está logo abaixo da Fazenda Santa Rosa e ao norte do Riacho Mato Grosso, dentro da área mais baixa do vale do Gurguéia. A área leste do vale tem um aumento considerável de altitude, desde as nascentes do riacho do Castelo, onde ocorre um aumento na altitude à medida que nos aproximamos da Serra das Confusões. Esse aumento de altitude acaba gerando um aumento de declividade nas paredes do vale, que só diminui após o Riacho Correia. Esse relevo com maior declividade provavelmente originou os símbolos de morros que foram inseridos nessa região.

Os dados de localidades da CPRM permitem encontrar cinco lugares nas proximidades do Correia. No riacho do Cercadinho, afluente do Correia, em uma área mais plana, há duas localidades próximas a sua foz. A fazenda Cercadinho mais ao norte, e a Fazenda Correia mais ao sul, ambas na margem norte no riacho Correia. Mais a oeste, está a Fazenda Olho d'Água da Pedra, que está próxima à foz do riacho do mesmo nome. Essa fazenda está localizada na margem sul do Correia. A leste do riacho Cercadinho, a localidade Sítio Baixa Verde (margem norte do Correia) e, há aproximadamente quatro quilômetros de distância, a São Lourenço (margem sul do Correia); estão ambas próximas ao riacho Correia. Todas as localidades citadas estão dentro da região de Alvorada do Gurguéia.

As informações de outros mapas históricos não concordam com as de Galúcio, mas é preciso levar em conta que o mapa de Galúcio evidencia o riacho Correia, que continua com esse mesmo topônimo atualmente. Nesse riacho está a localidade Fazenda Correia, que tem semelhanças geográficas com o símbolo de fazenda presente no *R. da Correia*, indicado por Galúcio em 1760. Por semelhanças toponímicas e geográficas, inserimos a simbologia de fazenda histórica a essa localidade, (Figura 46).

Figura 46: Mapa de localização da Fazenda Correia.



4. Discussão dos Resultados Encontrados

O levantamento histórico, a análise iconográfica e toponímica, atrelados a dados espaciais, revelaram localidades muito semelhantes, em questão de localização e toponímia. As povoações destruídas e as fazendas evidenciadas por Galúcio e por outros cartógrafos dos séculos XIX e XX condizem com localidades presentes em bases cartográficas atuais. Mesmo que se tenha observado a repetição de alguns topônimos em outras regiões, ao reunir dados geográficos e interpretar as iconografias foi possível delimitar quais locais Galúcio estava se referindo ao criar o primeiro mapa da capitania do Piauhy.

A análise revelou seis localidades que tem semelhanças espaciais e toponímicas com as povoações destruídas, são elas: Boa Vista, Cajazeiras, Limoeiro, Tapera, Flores e Porcos. Além dessas, outras nove localidades com aspectos espaciais e toponímicos a fazendas históricas foram encontradas, são elas Serra Vermelha, Gameleira, Grande, Castelo, Buriti, Tranqueira, Santa Rosa e Correia.

Parte dessas localidades históricas são citadas nos principais documentos relativos às povoações destruídas. Um documento muito importante para o resultado dessa pesquisa foi o *AHU, ACL, CU 16, Caixa 4, Documento 299*. Esse documento nos revela, no mínimo, dez fazendas coloniais atacadas por populações indígenas, das quais apenas seis estão presentes no mapa de 1760. Das seis localidades presentes no mapa de 1760, quatro estão representadas como povoações destruídas e as outras duas são indicadas como fazendas por Galúcio (Tabela 6).

Tabela 6: Presença e ausência de fazenda citadas no AHU, ACL, CU 16, Caixa 4, Documento 299.

FAZENDAS CITADAS POR TESTEMUNHAS	***N° DE CITAÇÕES***	***GALÚCIO 1760***	***TOPONIMO ATUAL***
Bom Sucesso	24	Presente	Ausente
Cajazeiras	27	Presente	Presente
Couvas	3	Ausente	Ausente
Flores	1	Presente	Presente
Grande	22	Ausente	Presente
Mato Grosso	1	Presente	Ausente
Santa Roza	1	Presente	Presente
São Gregório	11	Ausente	Ausente
Tapera	20	Presente	Presente
Tranqueira	2	Ausente	Presente

Com esse documento foi possível constatar que, além das dez povoações destruídas delimitadas por Galúcio, claramente existiam outras localidades atacadas pelos povos indígenas. As outras localidades citadas nesse documento são Couvas, Grande, Matto Grosso, Santa Roza, São Gregório e Tranqueira. Essas seis localidades aparecem em mapas históricos e em cartas de sesmaria dessa região.

Outro documento importante nesse levantamento é o AHU, ACL, CU 16, Caixa 6, Documento 388. Nele consta um levantamento de João Pereira Caldas enviado a Tomé Joaquim da Costa Corte Real, em janeiro de 1760, relatando quais fazendas pagaram o imposto de arrematação do contrato dos dízimos reais do Piauí.

Na página 67 desse documento identificamos uma passagem muito interessante para a pesquisa. Nela são citadas nomes de cinco fazendas que não pagaram o imposto por conta de ataques indígenas.

> Nestas ultimas sinco Fazendas, vay a-conta asim sucinta, por asim mamandarem seus Donos, já tirada das partilhas, aos quaes dei credito por serem pessoas fide-dignas. E to-das as mais Fazª, que se acháo nesta Fregª povoadas me aprezentaráo seus Donos suas Partilhas comtodas as suas quitaçoens, das-quais tirei asobredª. Conta bem, e fielmente; some faltarás adar contas as Fazendas cha-madas = as Flores, Riacho da Correa, Buriti, Cajazeiras e Pillar; Estas todas despovoa-das nestes dez anos passados, por náo pode-rem tolerar as hostillidades do Gentio Gue-gué alem de outras, que ja demais annos se- acháo despovoadas.Manoel de Barros Tavarª. (AHU, ACL, CU 16, Caixa 6, Documento 388, p. 67)

Nesse caso em específico, temos uma indicação de quem estava agindo naquela região, o *Gentio Guegué*, etnônimo variante para o grupo Gueguê. De acordo com o autor, por conta desses ataques, cinco das dez fazendas atacadas foram abandonadas. Abaixo planilhamos os nomes das fazendas atacadas e abandonadas, e também identificamos sua presença no mapa de 1760 (Tabela 7).

Tabela 7: Presença e ausência de fazenda citadas no AHU, ACL, CU 16, Caixa 6, Documento 388.

Fazendas Citadas	**Galúcio (1760)**
Buriti	Presente (Fazenda)
Cajazeiras	Presente (Povoação Destruída)
Correa	Presente (Povoação Destruída/ Fazenda)
Flores	Presente (Povoação Destruída)
Pillar	Ausente

Somando todos os topônimos de fazendas citadas nos documentos 299, 388 e as povoações destruídas de Galúcio (1760), temos no mínimo 18 locais, na região do rio Gurguéia,

que foram atacados por populações indígenas. São elas Benedicto, Boa vista, Bom Sucesso, Buriti, Cajazeiras, Correa, Couvas, Flores, Grande, Limoeiro, Mato Grosso, Pillar, Porcos, Reis, Santa Roza, São Gregório, Tapera e Tranqueira.

É preciso levar em conta também que outras localidades históricas podem ter sido atacadas, mas não foram diferenciadas (por terem o mesmo nome) ou não foram citadas nos documentos. Por exemplo, quando falamos anteriormente sobre "mínimo", estamos querendo dizer que alguns topônimos repetidos nas citações podem representar localidades diferentes. Um exemplo disso é o topônimo Cajazeiras, que se apresenta em duas localidades diferentes no vale do Gurguéia.

Além disso, ainda no século XVII, Carvalho (2009) nos relata sobre fazendas despovoadas no alto Parnaíba, por conta de ataques indígenas. Os topônimos citados por ele são Flores e Conceição, que foram abandonados e em 1740 voltam a ser ocupados pelos colonos. O Pe. Miguel de Carvalho cita que existem outras localidades no vale do rio Gurguéia que passaram pela mesma situação, mas não nomeia essas localidades. Portanto, devem ter existido mais localidades atacadas, mas por conta desse problema de falta de dados e do tempo curto de pesquisa não conseguimos identificá-las e localizá-las.

Dessas 18 localidades citadas conseguimos localizar 9 com semelhanças toponímicas e geográficas. São elas Boa Vista, Buriti, Cajazeiras, Correa, Flores, Limoeiro, Porcos, Tapera e Tranqueira. As não encontradas totalizam sete, Benedicto, Bom Sucesso, Couvas, Mato Grosso, Pillar, Reis, e São Gregório.

O método de análise e localização utilizado mostra uma boa porcentagem de acerto, pois através deles conseguimos identificar, percentualmente, 50% do total dos locais citados nas três fontes primárias. Somando com as outras localidades que não têm ligação direta aos ataques indígenas, foram identificadas até o momento 14 localidades que remontam a época colonial, que foram agrupadas de acordo com as seguintes categorias:

- Fazendas: fazendas coloniais que não foram atacadas.
- Fazendas Atacadas: fazendas coloniais que foram atacadas, mas não abandonadas.
- Fazendas Abandonadas: fazendas coloniais atacadas que, em algum momento, foram inseridas como abandonadas.

Essa distinção se baseia na forma como os documentos históricos representam esses locais. As Fazendas (ícone amarelo) são locais históricos que localizamos, mas não tem relação direta como local atacado. As Fazendas Atacadas (ícone laranja) são fazendas coloniais que foram atacadas, mas ou não foram abandonadas ou seu período de abandono foi curto o bastante

para não serem representadas como povoações destruídas por Galúcio (1760) e nem citadas nos documentos299 e 388. Já as Fazendas Abandonadas (ícone vermelho) assumem o papel de "povoação destruída", locais que foram abandonados e tal fato foi representado em algum documento, mesmo que em algum momento voltem a ser ocupadas, como é o caso citado por Carvalho (2009).

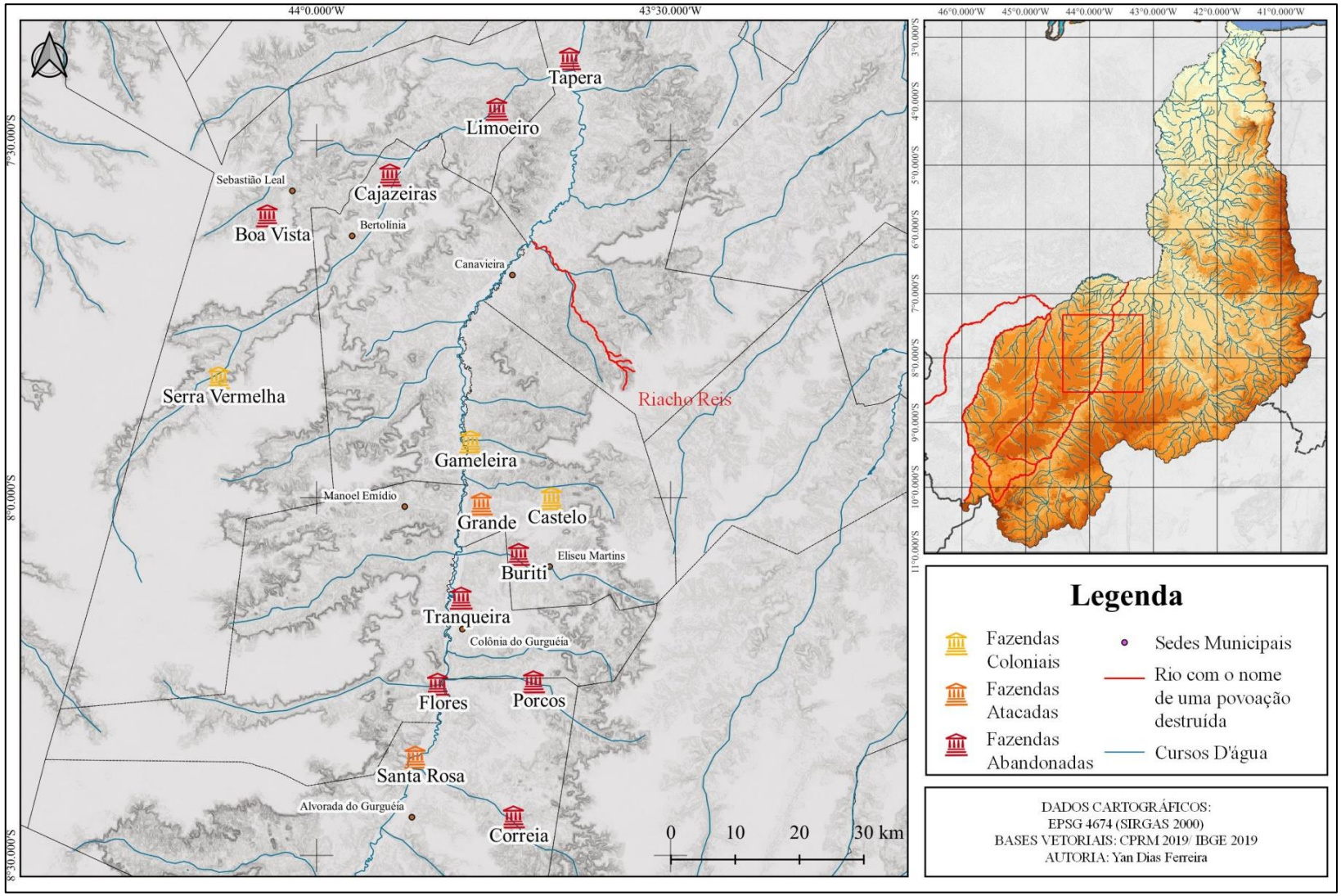
Abaixo temos a relação de topônimos das fazendas coloniais e suas respectivas classificações de acordo com essas três categorias, e a inclusão da sessão "Fazendas Atacadas não Encontradas" (Tabela 8).

Tabela 8: Relação e classificação das fazendas coloniais citadas.

Fazendas	**Fazendas Atacadas**	**Fazendas Abandonadas Encontradas**	**Fazendas Atacadas não Encontradas**
Castello	Grande	Boa vista	Benedicto
Gameleira	Santa Roza	Buriti	Bom Sucesso
Serra Vermelha	-	Cajazeiras	Couvas
-	-	Correa	Mato Grosso
-	-	Flores	Pillar
-	-	Limoeiro	Reis
-	-	Porcos	São Gregório
-	-	Tapera	-
-	-	Tranqueira	-

Todas as 14 localidades que identificamos são habitadas e estão presentes no cadastro do Serviço Geológico Brasileiro/ Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (SGB/CPRM), que produz grande parte dos dados SIG brasileiros. Usando esses dados mapeamos, na Figura 47, as localidades encontradas e as identificamos, seguindo o mesmo tom de coloração das três categorias citadas anteriormente.

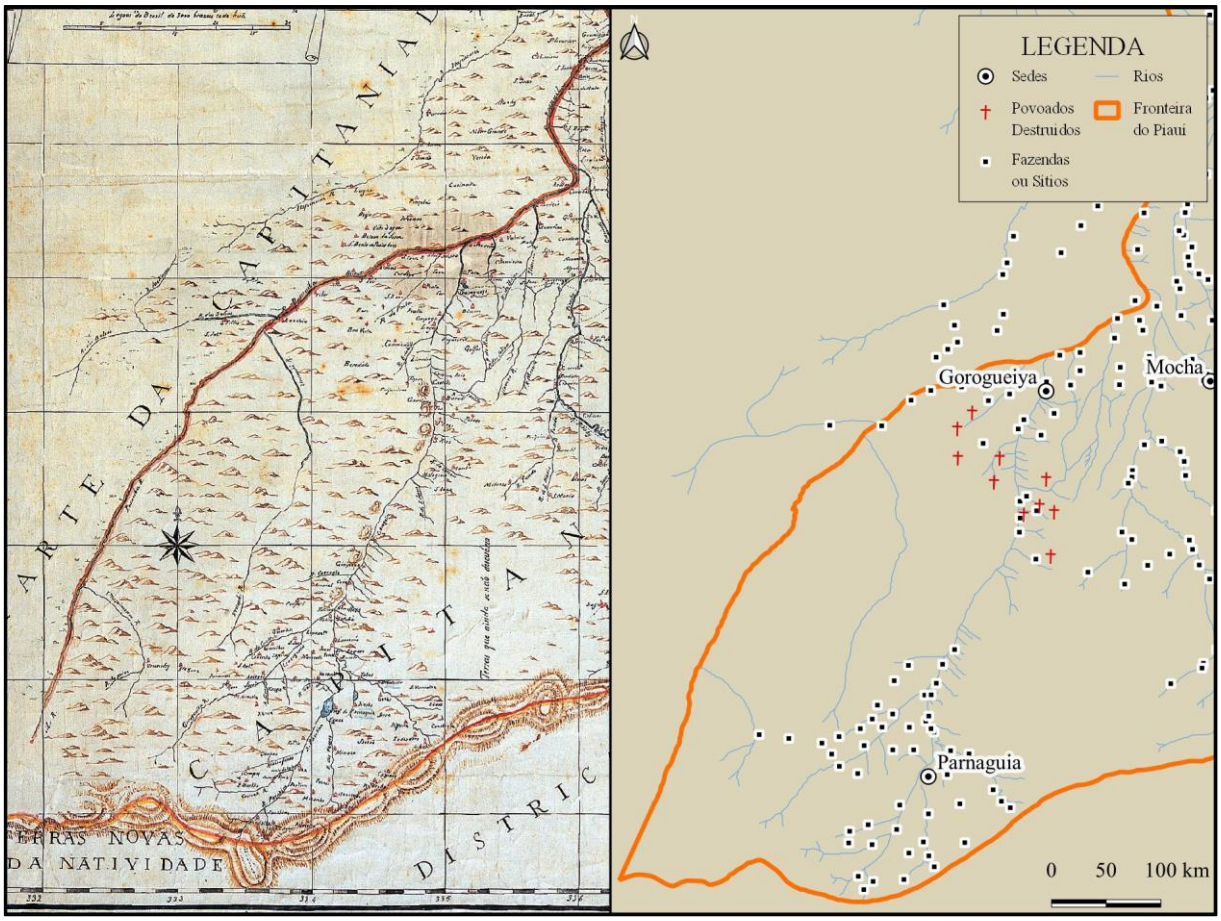
Figura 47: Localidades históricas encontradas até o momento.



Para além da localização, foi possível identificar que as fazendas atacadas foram parte da materialização das disputas territoriais entre indígenas e colonos. Mesmo que esses locais não sejam cadastrados e identificados como sítios arqueológicos históricos, eles fazem parte de uma grande rede comunicação e planejamento colonial, onde constavam, além das fazendas e sítios, freguesias, vilas e aldeamentos. Todos esses lugares foram essenciais para a formação e manutenção da Capitania de São José do Piauhy.

As povoações destruídas evidenciadas em Galúcio (1760) são uma contribuição ao planejamento de ataque as populações indígenas. Como Assis (2012) já havia mostrado existe uma intenção de omitir a presença dos povos indígenas na capitania. Galúcio (1760) não indica quem estava próximo as povoações destruídas, mas evidencia as fazendas da região, locais que foram abandonados e bem mais afastado dessas localidades está o limite da capitania (Figura 48). Usando o SIG-Histórico do mapa de 1760 vetorizado, foi possível visualizar a "invisível" barreira colonial e confrontar com o limite institucional da capitania do Piauhy. Esse limite institucional não condiz com preenchimento da região por sítios, fazendas, lugares, freguesias, vilas, cidades ou povoações destruídas.

Figura 48: Mapa de 1760 a esquerda e versão vetorizada a direita.



A essa falta de localidades Assis (2012) dá o nome de “quadrantes vazios”. Ao vetorizar todas as localidades, vemos que as regiões chamadas “quadrante vazios” e o espaço evidenciado pela frase “Terras que ainda não se descubrio”, são regiões que coincidem com as habitadas por povos indígenas, ocupadas principalmente por Gueguês, Akroás e os Pimenteiras, pesquisados por Oliveira (2007).

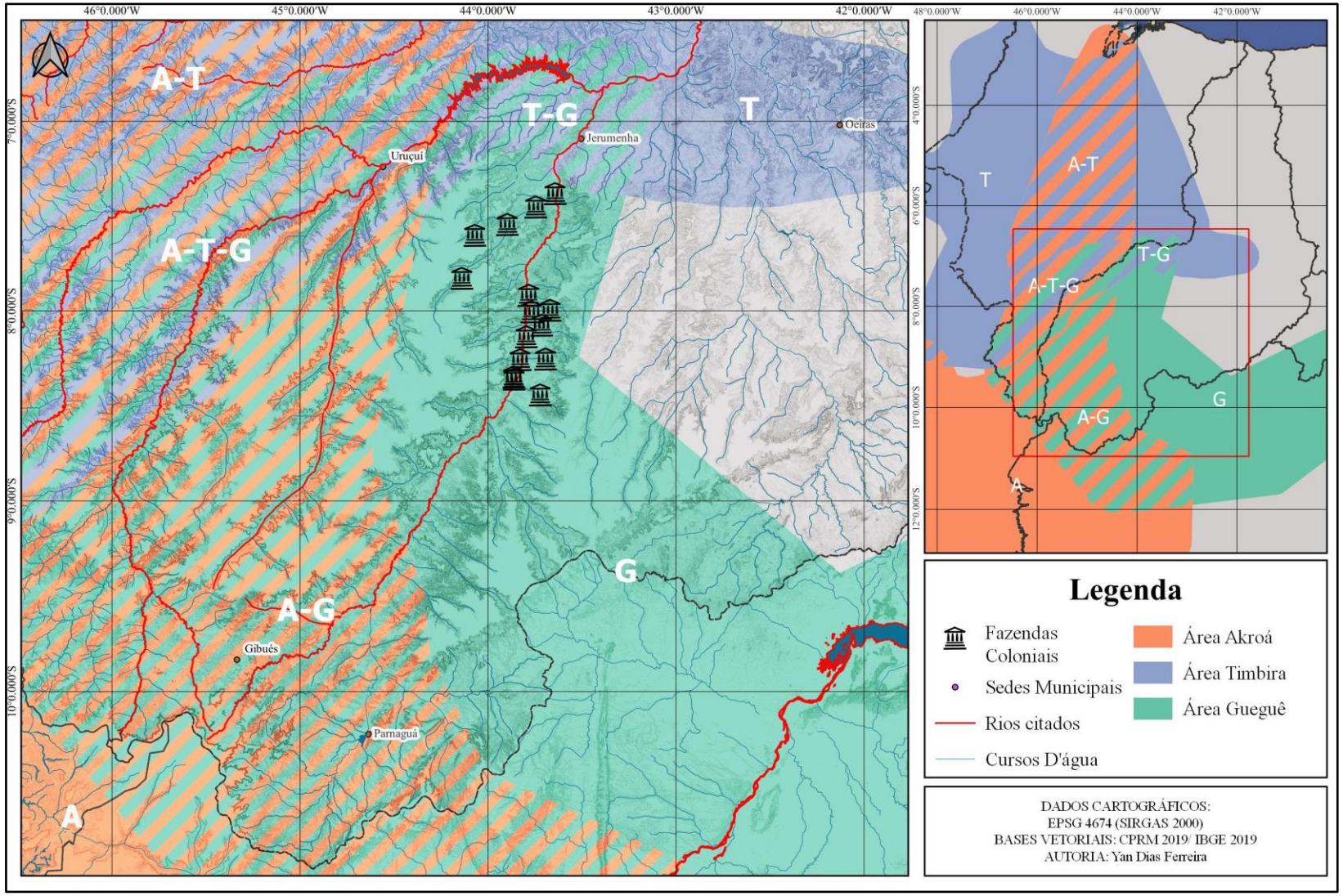
Além desses três povos citados, o levantamento etnográfico da região nos traz outros etnônimos de grupos indígenas que também habitaram essa região do sul do Piauí; são eles os Amoipiras, Tapacuás, Xicriabás e Xerentes, citados principalmente por Oliveira (2007). Também temos os etnônimos citados por Pe. Miguel de Carvalho, em Carvalho (2009), e reproduzidos por diversos outros trabalhos de etno-história piauiense. Nesses trabalhos, constam os Beiçudos, os Bocoreimas, os Corsaius, os Lanceiros, os Precatis e os Rodeleiros.

Observando a versão vetorizada do mapa, fica mais fácil de identificar uma contradição nessa representação. Ao mesmo tempo que se institucionaliza os limites dessa capitania em uma imagem, a falta de habitações em algumas regiões fica evidente. Essas contradições aparecem no lado oeste do vale do Gurguéia, rumo às nascentes do rio Parnaíba, também a oeste de Parnaguá, nas nascentes dos rios Gurguéia, Uruçuí-Vermelho, Paraim e Parnaíba, e mais afastado da nossa zona de estudo, a região entre os rios Gurguéia e Piauí, hoje conhecida como Serra das Confusões e Serra da Capivara.

Os rios Uruçui-Preto, Uruçuí Vermelho, alto Gurguéia e alto Parnaíba são regiões com pouca ou nenhuma habitação colonial. Em contrapartida, essas mesmas localidades são citadas várias vezes por fontes primárias e secundárias como sendo regiões onde, além dos povos Jê já citados, residem outros povos indígenas.

Fica mais interessante notar que essas mesmas regiões que não apresentam habitações coloniais estão dentro das áreas de atuação dos três povos Jê citados anteriormente. Levando em conta essa região de atuação como um tipo de demarcação territorial, o rio Gurguéia se torna o único corredor que ligaria Parnaguá ao restante da capitania. Além disso, é possível observar também que os locais onde mais se tem declarações de ataques indígenas (Parnaguá e Gilbués), e onde Galúcio insere as povoações destruídas, são regiões de concentração indígena ou fronteira com esses os povos. A informação levantada sobre as áreas de atuação desses povos, juntamente com a localização das fazendas, nos mostra uma paisagem muito mais completa sobre essa região do vale do Gurguéia (Figura 49).

Figura 49: Área de atuação indígena e localidades coloniais.

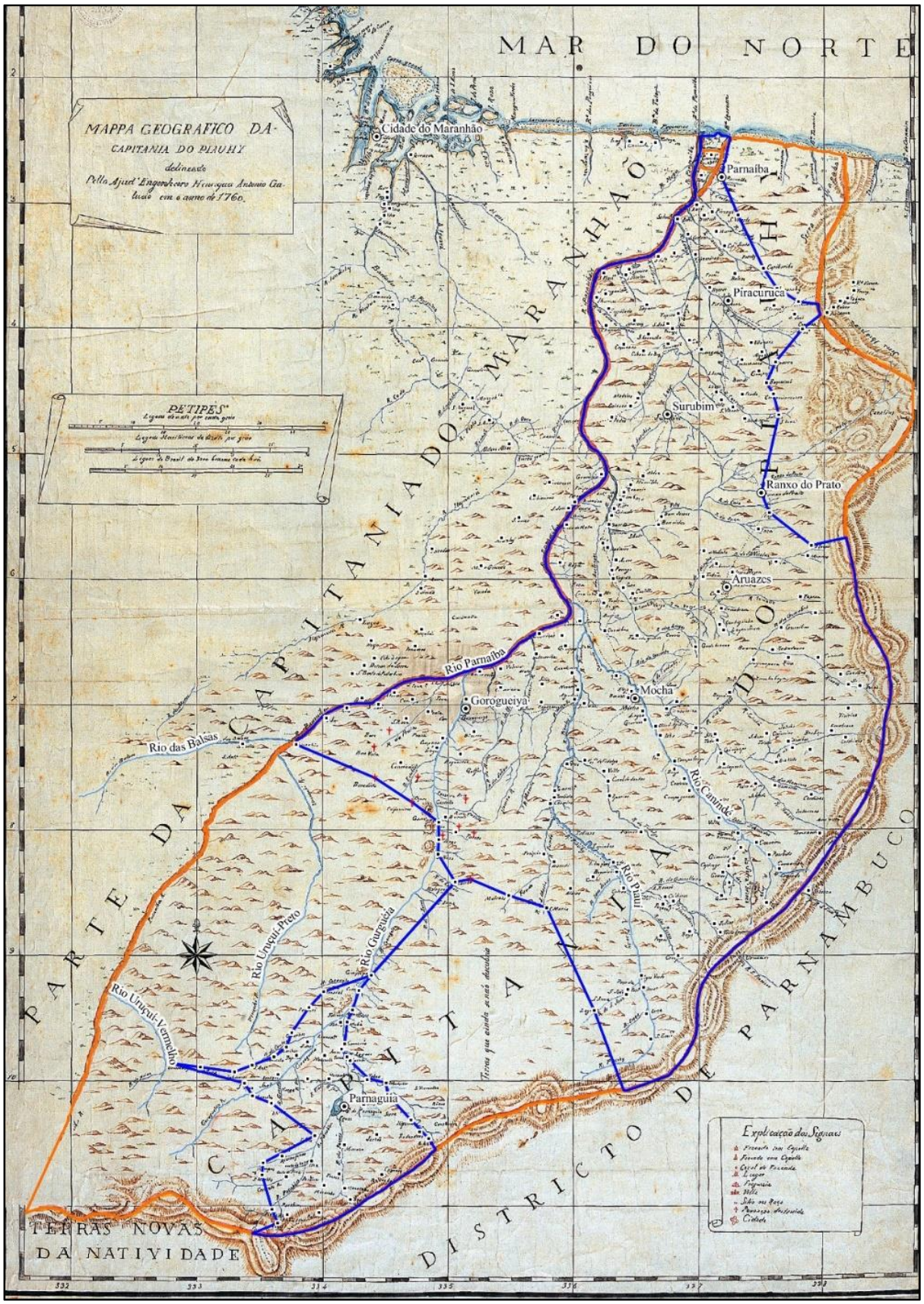


A união Gueguê, Akroá e Timbira, citada anteriormente, e que é caracterizada por Apolinário (2005, p. 59) como uma "muralha indígena nas fronteiras do sertão piauiense", provavelmente é a manifestação que vemos na figura 49. A frente Jê esteve presente de forma marcante na região ocidental do rio Gurguéia, no Uruçuí-Preto, no Uruçuí Vermelho, e alto Parnaíba, ao sul da capitania do Piauí, em Parnaguá e em regiões próximas, e ao norte da foz do Gurguéia, também entre o alto Itapecuru, o rio das Balsas e o Parnaíba, no sul do Maranhão.

Mesmo que não tenha existido uma reunião de concordância entre esses três povos Jê para lutar contra a invasão do europeu (algo que não negamos, apenas não temos comprovação do fato), existiu sim uma estratégia de ataque e coesão para com os fazendeiros, mesmo que de forma independente. A força indígena chegou a fazer frente aos principais centros coloniais da região, tendo relatos de ataques às sedes de Oeiras (Vila da Mocha), Jerumenha (Arraial dos D'Ávila) e Parnaguá (Parnaguiá).

Devemos lembrar que o cartógrafo trabalha para alguém, e esse alguém não era apenas o governador do Maranhão ou do Piauí, era o próprio governo ultramarino, a coroa portuguesa. Portanto, a ideia de que o mapa de 1760 nos apresenta de capitania colonial, passando o ar de capitania conquistada e povoada sem presença indígena, é fruto dos interesses desse grupo. Mesmo que se tenha utilizado de recursos imagéticos para camuflar as áreas sem habitação, como a rosa dos ventos, os morros e as gramíneas, existem limites para a implantação das fazendas e, intencionalmente ou não, Galúcio deixa esse fato transparecer em sua obra. E esse fenômeno não se restringe ao vale do Gurguéia, como identificamos em azul na Figura 50.

Figura 50: Fronteiras da capitania frente a falta de habitações coloniais.



Essa imagem, atrelada aos dados históricos apresentados durante toda a dissertação, evidencia a existência de regiões não controladas pela colônia em 1760, e que isso se devia a uma força contrária a ocupação colonial. Essa força eram as populações indígenas que lutavam contra a invasão de seu território, e fizeram frente à expansão da pecuária e a extração mineral.

Portanto, vemos que os espaços vazios presentes no mapa de 1760 estão diretamente ligados ao apagamento dos povos indígenas. Assis (2012) já havia mostrado esse efeito e nossos dados complementam essa hipótese e convergem para essa mesma interpretação do documento.

A região entre o rio Gurguéia e o Parnaíba, era povoada por Akroás e Gueguês. Os Akroás mais próximos ao sul, na região do rio Uruçuí-Vermelho e Parnaguá. Os Gueguês estão mais presentes na região do Gurguéia e do rio Uruçuí-Preto. Contudo, existem citações de ambos tanto ao sul como ao norte dessa região.

A terceira população que esteve fortemente presente nas guerras do sudoeste do Piauí, foram os Timbiras, e como relatamos anteriormente sua presença era mais comum no que hoje conhecemos como Maranhão. Mesmo que uma parte da capitania do Maranhão estivesse representada no mapa de 1760, parte correspondente a principal área de atuação dos Timbira (Rio das Balsas), esses não foram citados.

Além dos três principais povos ligados as povoações destruídas, a região entre os rios Gurguéia e Piauí, e a fronteira com a Bahia (Serra das Confusões e Serra da Capivara) que é citada como "*terras que ainda não se descobrio*", também não evidencia ocupação colonial. Como Oliveira (2007) aponta essa região estava povoada por povos indígenas conhecidos como Pimenteiras. E após o período de guerra contra Akroás, Gueguês e Timbiras durante o século XVIII, no sudoeste do Piauí, o foco de ataque dos colonos se volta aos Pimenteiras e perdura até o século XIX.

Os espaços vazios ou com pouca incidência colonial que aparecem no mapa de 1760 estão dispostos em regiões limítrofes. Esses limites são entendidos, através de estudos complementares da História, Arqueologia e Antropologia, como fronteiras territoriais, comprovando a invasão e a disputa de espaço entre os povos indígenas e a colônia.

Ao adicionar metodologias de espacialização de dados, como o SIG-Histórico, a interpretação se torna mais lúdica e visual. É através desse tipo de interpretação utilizada nesse trabalho que a presença indígena toma forma e pode ser inserida em um quadro geral. Consequentemente, a antiga representação com pouca ou nenhuma presença colonial é substituída pela presença indígena.

Para finalizar o texto é interessante citar que para além das regiões estudadas, outras duas áreas vazias aparecem no mapa, mas na região norte da capitania. As duas novas áreas

aparecem no litoral entre a foz do Parnaíba e a fronteira com o Ceará, e na serra da Ibiapaba, próximo ao rio Poti. No caso do litoral existem trabalhos como os de Joina Borges que comprovam a permanência dos Tremembés no litoral do Piauí e Ceará. Mostrando tanto sua força de combate contra a invasão do colonizador, como a sua forma de negociar paz e comercializar com os europeus.

No caso da Ibiapaba, conseguimos poucas informações que corroborem com a hipótese de apagamento dos territórios indígenas. Existem dados sobre a região da Serra da Ibiapaba que citam o aldeamento por tanto ainda precisamos de mais informação para poder falar sobre alguma população indígena. Contudo, um único topônimo aparece na região da Serra da Ibiapaba, CARATIUS. Esse topônimo remete aos Caratiús, grupo indígena que estava presente na região entre Piauí e Ceará.

Como mostramos durante todo o trabalho, é necessário realizar um levantamento exaustivo acerca dos povos indígenas e da presença colonial e para que se possa fazer inferências sobre sua presença ou ausência. Portanto, não é possível se basear apenas na pouca ou na falta de povoamento colonial para dizer que essas eram áreas de conflito. Mas é interessante levantar o questionamento para trabalhos futuros, essas áreas ao norte passaram pelo mesmo processo de apagamento indígena?

4.1. Contribuições dos dados do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos

Os dados arqueológicos que conseguimos coletar sobre a região são muito poucos e vagos em sua totalidade, e por ser uma área muito extensa é identificar e estudar sítio a sítio para conseguir dados melhores construiria um novo trabalho. Logo não é possível no momento fazer ligações diretas entre esses conjuntos de dados e a região estudada. Mas isso não significa que não seja possível identificar a presença de sítios próximos aos locais estudados. Tendo isso em mente podemos iniciar essa parte trazendo os dados de sítios cadastrados no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Os dados mais atualizados que conseguimos sobre cadastros de sítios arqueológicos, foram adquiridos na própria base de dados do IPHAN, entre os dados disponibilizados está a camada de sítios arqueológicos. Essa base de dados publica mostra todos os sítios arqueológicos brasileiros que foram georreferenciados durante seu cadastro. É necessário ter em mente que alguns sítios encontrados na década passada podem não estar disponíveis devido à falta de dados geográficos em seu cadastro.

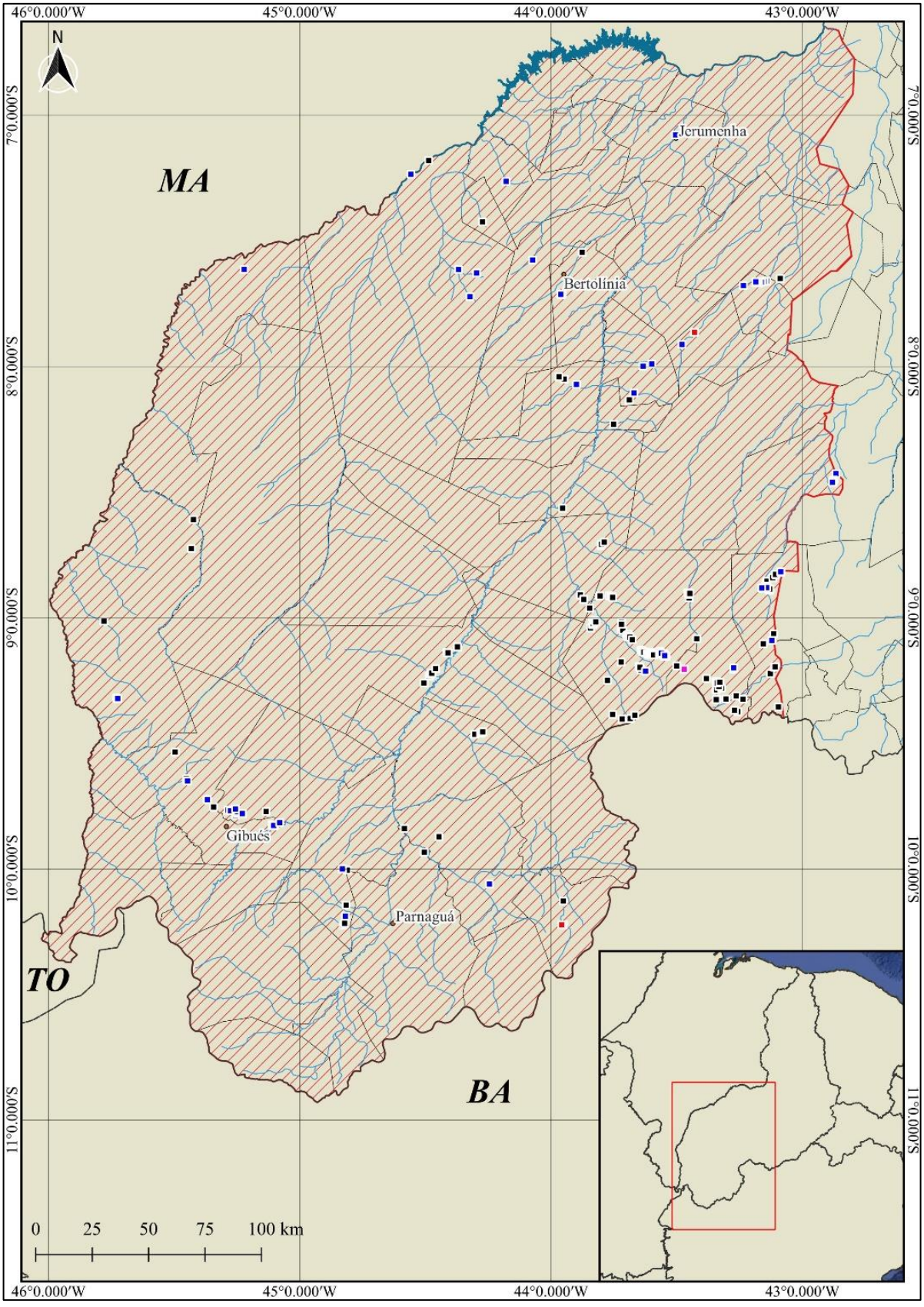
A camada de dados mais atualizada que o IPHAN nos fornece não nos indica qual o tipo de material arqueológico foi encontrado no sítio. O que temos é apenas uma classificação entre Pré-colonial, Pré-colonial e Histórico, Histórico e Sem Classificação. Fazendo um recorte para a área do Piauí que estamos atuando, a região do Gurguéia e algumas regiões mais próximas, consideramos apenas sítios que estejam dentro da área delimitada (Figura 51), que ao todo configuram 288 sítios.

Dentro dessa classificação temos 67 sítios pré-coloniais, dois pré-coloniais e históricos, quatro históricos e 215 sem classificação. Percentualmente aproximadamente 74,65% dos sítios não tem classificação cronológica sobre a cultura material presente, apenas os 25,35% restantes (73 sítios) apresentam classificação.

Os classificados como históricos, que poderiam estar ligados ao período estudado são quatro, estão divididos em três municípios, mas nenhum deles está próximo a região dos povoados. Três deles estão localizados na "estrada do cipó", estrada de terra que liga Eliseu Martins a Rio Grande do Piauí. No município de Rio Grande do Piauí estão localizados os sítios os sítios Goiabeira II e Vereda. A cultura material presente no Goiabeira II é formada por fragmentos de cerâmica, louça, vidros e vestígios construtivos, que estão associados a uma estrutura de tijolos de adobe. O segundo sítio, Vereda, não tem informações disponibilizadas sobre sua cultura material.

O terceiro sítio arqueológico histórico é o mais próximo ao rio Gurguéia, mas ainda está a aproximadamente 40 quilômetros do rio Gurguéia e a 30 quilômetros da Fazenda Castelo, e está localizado no município de Pavussu. O sítio denominado Macaúba apresenta como material arqueológico as ruinas de uma casa de taipa e a presença de fragmentos de cerâmica e louças e vidro. Esse é o sítio mais próximo de um local histórico, e coincidentemente sua distância corresponde, aproximadamente, ao tamanho de uma sesmaria. Contudo, apenas esses dados não são suficientes para criar uma conexão entre esse sítio e o século XVIII.

Figura 51: Área designada para recorte de sítios arqueológicos analisados.



A maior concentração de sítios está na região da Serra das Confusões, Serra da Capivara e adjacências. Estando longe da área dos povoados destruídos, mas é nessa região que algumas décadas depois vai se fazer guerra aos Pimenteiras. A concentração de sítios nessa região se deve principalmente ao fato de existir um núcleo de pesquisa na região, a Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM).

Outras regiões como Gilbués e Monte Alegre do Piauí também revelam uma concentração de sítios, mas não ao nível da serra das confusões. Todos os outros sítios dispersos na região são em sua maioria encontrados em programas de arqueologia de contrato/preventiva.

Ao contrário do que se vê na Serra das Confusões, Serra da Capivara e adjacências pouca pesquisa acadêmica arqueológica é feita na região. Um exemplo claro desse fenômeno é a região do rio Uruçuí-Preto, mesmo sendo um lugar citado diversas vezes na bibliografia não existe nenhum sítio arqueológico cadastrado em toda a sua extensão. Outro exemplo claro desse fenômeno é o próprio rio Gurguéia, existindo apenas duas concentrações de sítios. Na região mais próxima as nascentes, em Gilbués e Monte Alegre, e no município de Bom Jesus. Fora esses dois focos, não existem outros sítios cadastrados em toda a extensão do rio, mesmo sendo o local onde as primeiras sesmarias foram concedidas, podendo ser a região com sítios coloniais mais antigos da região sul.

Assim como o restante do país, na região sudoeste do estado vemos que a maior parte dos sítios cadastrados vem da arqueologia de contrato, e isso por si só não é um problema, afinal a conjuntura administrativa da Arqueologia se utiliza do licenciamento ambiental, para localizar e em algumas ocasiões preservar os sítios arqueológicos. Contudo, já se sabe que os dados fornecidos pela arqueologia contratual não são detalhados e precisos o bastante para servirem de base para analogias diretas sobre os grupos étnicos, por exemplo. Isso se deve principalmente por esse tipo de trabalho ter como objetivo minimizar os impactos que as obras vão gerar ao patrimônio arqueológico, e não realizar uma pesquisar extensiva que levaria vários anos.

Muitos sítios que são classificados em contextos pré-colonias podem ter feito parte da povoação indígena que corresponde a mesma época que estudamos. Levamos em conta que a cultura material indígena, que é a mais expressiva na região por conta do olhar do pesquisador, não foi analisada de forma a ser atrelada aos grupos étnicos que ali se estabeleceram. Sejam líticos, arte rupestre, cerâmica, enterramentos, ou outros artefatos, ainda falta no Piauí e em outras partes do Brasil estudos sistemáticos que unifiquem os dados etnográficos a cultura material. Portanto, mesmo com dados fornecidos sobre a cultura material, não é possível fazer qualquer análise direta entre os sítios arqueológicos presentes na região e os grupos estudados.

As categorias disponibilizadas atualmente na plataforma do IPHAN se tornam relativas quando entramos na discussão entre pré-histórico e pré-colonial, que também cabe aqui. O termo pré-colonial foi adotado por grande parte dos pesquisadores, e cada vez mais se vê o desuso do termo pré-história. Isso se deve principalmente ao termo pré-história segregar aqueles que não tem história escrita, como os povos indígenas, a um povo um povo sem história, não levando em conta o valor da história oral por exemplo. O uso do prefixo "pré", em português, designa aquilo que vem antes, portanto, o termo pré-história pressupõe que a história nas américas começaria apenas quando os europeus chegam.

Para tentar quebrar esse paradigma foi adotado o termo pré-colonial, ou seja, antes da colônia. Dessa forma o termo passa a identificar os sítios arqueológicos como anteriores a colônia. Mas ambos os termos se referem a um mesmo marco cronológico, a chegada do europeu ao continente americano.

A adoção do termo pré-colonial, a forma mais comum usada pelos pesquisadores, não resolveu o problema central da discussão sobre pré-história. A dicotomia entre pré-história e história continuou a existir só que agora como pré-colonial e histórico. Ainda hoje o sistema de tipologia utilizado para caracterizar um sítio é cronológico, e segrega a cultura material ao antes e depois do colonizador. Isso significa que sítios classificados como pré-coloniais, podem estar numa faixa temporal de 20 ou 30 mil anos atrás até o encontro dessas populações indígenas com os europeus. Enquanto isso o sítio histórico compreende a faixa temporal do contato entre essas populações (séculos XVI, XVII, XVIII) até o presente. Ainda existe, no "Manual para Preenchimento da Ficha de Registro de Sítio Arqueológico" do IPHAN, a categoria "de contato", que não aparece em nenhum sítio da nossa região, mas designaria um sítio que apresenta na mesma camada estratigráfica artefatos indígenas e coloniais.

Essa divisão cronológica não é tão interessante, pois acaba se tornando ainda mais relativa ao imaginar que está apoiada em suposições cronológica sobre o material estudado. A cultura material indígena é inserida em pré-colonial e a cultura material colonial e posterior é inserida na categoria histórica. Quem vai delimitar um marco cronológico de forma mais clara é uma datação absoluta ou relativa, e sabemos que poucos sítios são datados, ainda mais no caso de Arqueologia Contratual/Preventiva. E mesmo com a datação sabemos que o contato entre indígenas e europeus não foi realizado em um mesmo ano, década ou século. O processo foi gradual e como mostramos nessa dissertação, em alguns casos houve negociação, em outros guerra, em outros fuga, por ambos os lados.

Os sítios com cultura material indígena e colonial podem ser contemporâneos, mas estão sendo segregados a faixas cronológicas diferentes. Essa divisão relega ao material indígena uma

visão de passado distante, enquanto o material histórico é visto como mais próximo a nossa realidade. Dessa forma a estrutura cronológica pré-colonial e histórica acaba reforçando a identidade pós chegada dos europeus por ser mais nova e renegando a indígena por ser mais antiga. Todos esses problemas expostos nos mostram que a divisão cronológica de sítios arqueológico não é útil do ponto de vista científico e consequentemente também pode gerar problemas para a preservação e identificação dos mesmos.

Logo, sendo a Arqueologia a ciência dos artefatos ou da cultura material, a meu ver, é interessante que o cadastro dos sítios e sua base de dados exponha o tipo de artefato encontrado. A identificação do tipo de artefatos disposta no banco de dados nos traz uma ideia muito mais clara sobre o que está em evidência na região. Podemos identificar desde o foco das pesquisas, ou seja, qual de material arqueológico está sendo levantado na região. Quanto qual não está em evidência, e através desses dados propor mudanças na forma de identificar o material arqueológico.

O Cadastro de Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA), antigo banco de dados do IPHAN, apresenta dados mais antigos, mas esses estão separados por tipo de material arqueológico. Encontramos dois bancos dados armazenados em nosso repositório (LATEC-UFPI), dos anos de 2018 e 2021, esses eram cópias do antigo banco de dados do CNSA disponibilizadas também pelo IPHAN na época em que estava ativo.

É possível observar logo de cara que existe uma diferença entre os dois bancos de dados. O número de sítios cadastrados para nossa área em 2018 é de 215, já para 2021 é de 277. Respectivamente, o segundo banco de dados está mais próximo ao número de sítios cadastrados no atual banco de dados disponibilizado pelo IPHAN. Mas ao comparar as duas camadas (2021 e 2023) no QGIS, foi possível identificar que existiam mais de 11 sítios que estão presentes no banco de dados de 2023 e não estão no de 2021. Após uma revisão mais aprofundada vimos que da mesma forma alguns sítios que estão na base do CNSA de 2021 ainda não foram inseridas na atual base do IPHAN. Esse fenômeno se deve a transferência de dados entre o antigo repositório do CNSA e o atual sistema adotado pelo IPHAN o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG).

Como existe essa discordância de dados entre o SICG e o CNSA, resolvemos trabalhar também com a camada de dados do ano de 2021. A classificação do CNSA também é mais útil para o que estamos tentando fazer aqui. Por ter um campo de classificação de sítios arqueológico por tipo de material e não por cronologia essa camada permite identificar qual tipo de cultura material está presente no sítio. Além disso por apresentar um baixo número de

sítios sem classificação (22 sítios), é possível identificar de forma mais clara qual tipo de cultura material está presente na região estudada.

O "Manual para Preenchimento da Ficha de Registro de Sítio Arqueológico", apresenta as 20 opções tipológicas para o material arqueológico encontrado e permite a inclusão de tipos não previstos. Usando o mesmo recorte espacial apresentado na figura 51 encontramos as seguintes tipologias para os sítios da região sudoeste: Abrigo, Acampamento, Aldeamento (Lítico-Cerâmica), Aldeia com Sepultura, Arte-Rupestre, Arte-Rupestre e Lítico, Cemitério, Habitação, Lítico-Cerâmico-Histórico, Lítico e Sem designação (Tabela 9).

Tabela 9: Tipos de sítios presentes na região sudoeste do Piauí.

Tipos de Sítios em 2021	
Abrigo	1
Acampamento	20
Aldeamento (Lítico-Cerâmica)	1
Aldeia com Sepultura	1
Arte-Rupestre	193
Arte-Rupestre e Lítico	2
Cemitério	4
Habitação	4
Lítico-Cerâmico-Histórico	1
Lítico	28
Sem designação	22
Total	**277**

Algumas categorias como Abrigo, Acampamento, Aldeamento e Habitação não identificam qual tipo de cultura material presente no lugar. Por isso usando os próprios dados de descrição de sítios presentes na camada de 2021, reorganizamos os tipos de sítio para identificá-los através do mesmo parâmetro, a cultura material presente (Tabela 10). Curiosamente usando apenas a descrição conseguimos resultados ainda melhores, pois dos 22 sítios sem designação, restaram apenas um. Além disso também foi possível identificar o aumento drástico de sítios líticos na região.

O aumento e recategorização dos sítios nos revelam um outro problema nos dados disponibilizados, a falta de atenção ao preencher o campo de tipo de material arqueológico presente no sítio. Problema esse que foi facilmente resolvido com os dados presentes, com uma rápida leitura da descrição e nos preenchimentos dos outros campos foi possível identificar os sítios por cultura material.

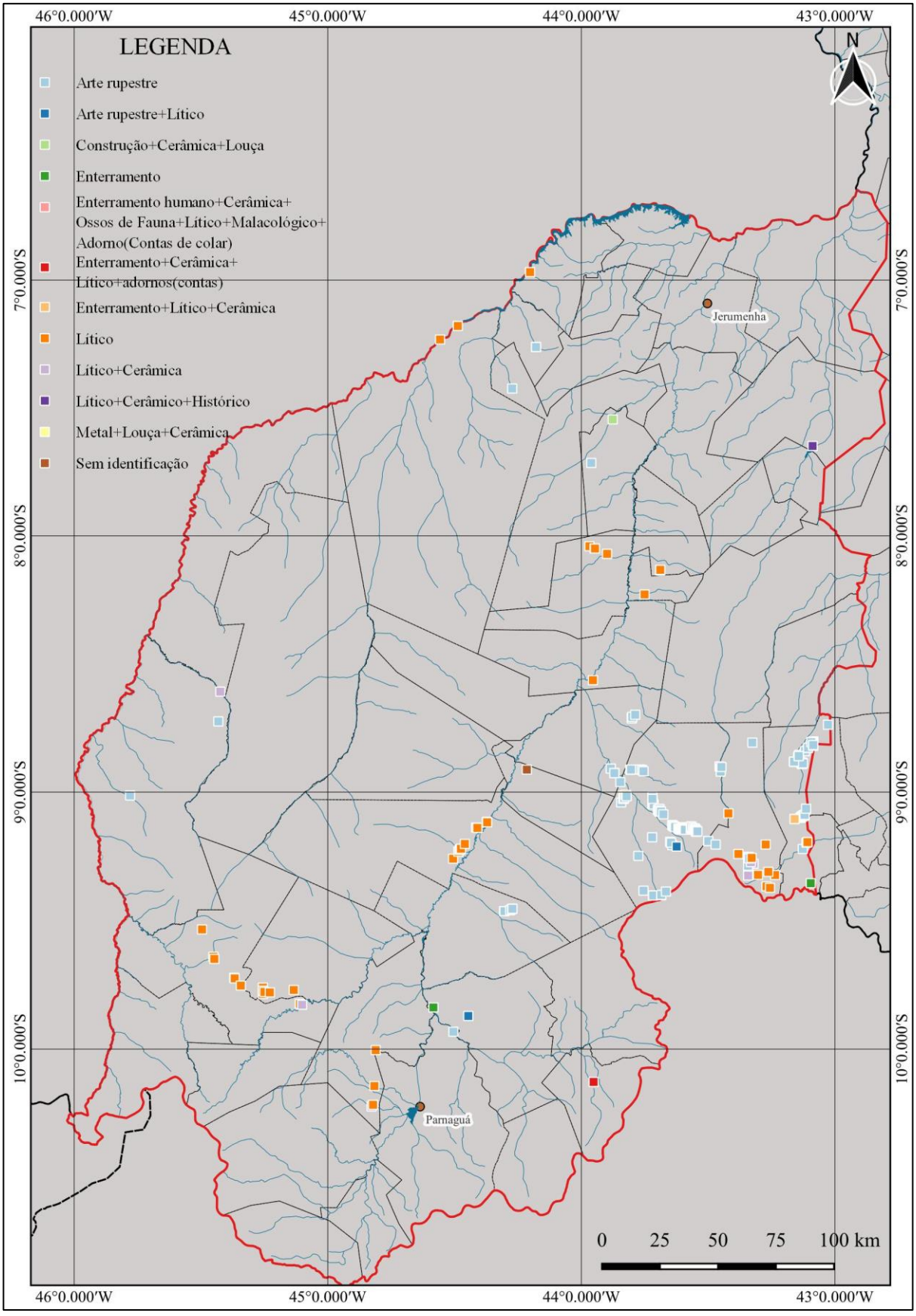
Tabela 10: Tipos de sítios arqueológicos da região por cultura material em 2021, dados do CNSA.

Tipo de cultura material por sítio em 2021	
Arte-Rupestre	204
Arte-Rupestre+Lítico	3
Construção+Cerâmica+Louça	1
Enterramento humano	2
Enterramento+Cerâmica+Lítico+Adornos(contas)	1
Enterramento humano+Cerâmica+Ossos de Fauna+Lítico+Malacológico+Adorno(contas)	1
Enterramento+Lítico+Cerâmica	1
Lítico	55
Lítico+Cerâmico	6
Lítico+Cerâmico+Histórico	1
Metal+Louça+Cerâmica	1
Sem designação	1
Total	**277**

À primeira vista os dados mostram uma predominância da arte-rupestre (204 sítios), mas ao olhar a localização dos sítios essa concentração está apenas na região dos parques nacionais Serra das Capivara e Serra das Confusões (Figura 52). Fora dessa região a predominância é de sítios líticos (41 líticos) enquanto 14 são de arte rupestre, os outros tipos de sítios somados não chegam nem a formar duas dezenas.

Esses parte de sítios líticos também estão nos parques nacionais anteriormente citados, mas fora dessa região sua concentração está no vale do rio Gurguéia, principalmente na região mais próxima as nascentes, em Gilbués e Monte Alegre, e no município de Bom Jesus. Fora dessas localizações existem alguns poucos sítios espalhados, mas que não expressam a riqueza arqueológica da região. Principalmente na região dos vales dos rios Uruçuí-Preto e Gurguéia que foram locais estratégicos tanto para populações indígenas quanto para os colonos.

Figura 52: Mapa dos sítios arqueológicos do sudoeste em 2021.



Pelo que vemos tanto no antigo sistema do IPHAN, quanto no atual, a região que sudoeste tem um foco na identificação de sítios líticos e arte-rupestre, mas todo o restante da cultura material não está sendo identificada, principalmente os sítios do período colonial. É interessante que se criem grupos de pesquisa para a região sudoeste como um todo, levando em conta os principais trechos hídricos, rios Uruçuí-Preto, Uruçuí-Vermelho, Parnaíba, Paraim e obviamente o Gurguéia. Essas pesquisas precisam primeiramente identificar e cadastrar outras culturas materiais como cerâmicas, enterramentos, metal, louça, material construtivo etc., além do lítico e da arte-rupestre.

Um olhar para os sítios do século XVIII também é interessante visto que além das fontes primárias, diversos trabalhos acadêmicos sobre a região já foram publicados. Até mesmo a localização de antigos aldeamentos já foi evidenciada como São João de Sende e São Gonçalo do Amarante, onde estavam alguns grupos Akroás e Gueguê. Identificar a cultura material de origem indígena presente nesses aldeamentos pode ser um dos caminhos para associar os sítios pré-coloniais do sudoeste aos povos indígenas que ainda residem na região.

Sobre os sítios coloniais, pouco foram explorados, o que conseguimos observar é a falta de um olhar específico para a história colonial, identificando esses locais como sítios arqueológicos. Boa parte dos sítios arqueológicos que são identificados como históricos são fortes, igrejas ou residências de pessoas influentes, ou seja, construções de maior porte, no caso da região sudoeste nem mesmo esses locais estão sendo levados em consideração. As principais localidades da época como Jerumenha e Parnaguá não estão sendo consideradas nem pelo CNSA nem pelo SICG como patrimônio.

No caso dos sítios com cultura material possivelmente colonial que poderíamos correlacionar aos povoados destruídos temos apenas três sítios: Canavieira (Lítico+Cerâmico+Histórico), Muro de Pedra (Construção+Cerâmica+Louça), Sítio histórico da Casa de Pedra das Guaribas (Metal+Louça+Cerâmica).

Dos três apenas um deles está localizado próximo a um dos possíveis povoados destruídos encontrados durante essa pesquisa. O sítio arqueológico Muro de Pedra, está a aproximadamente dois quilômetros do povoado Cajazeiras, ambos dentro do município de Bertolínia.

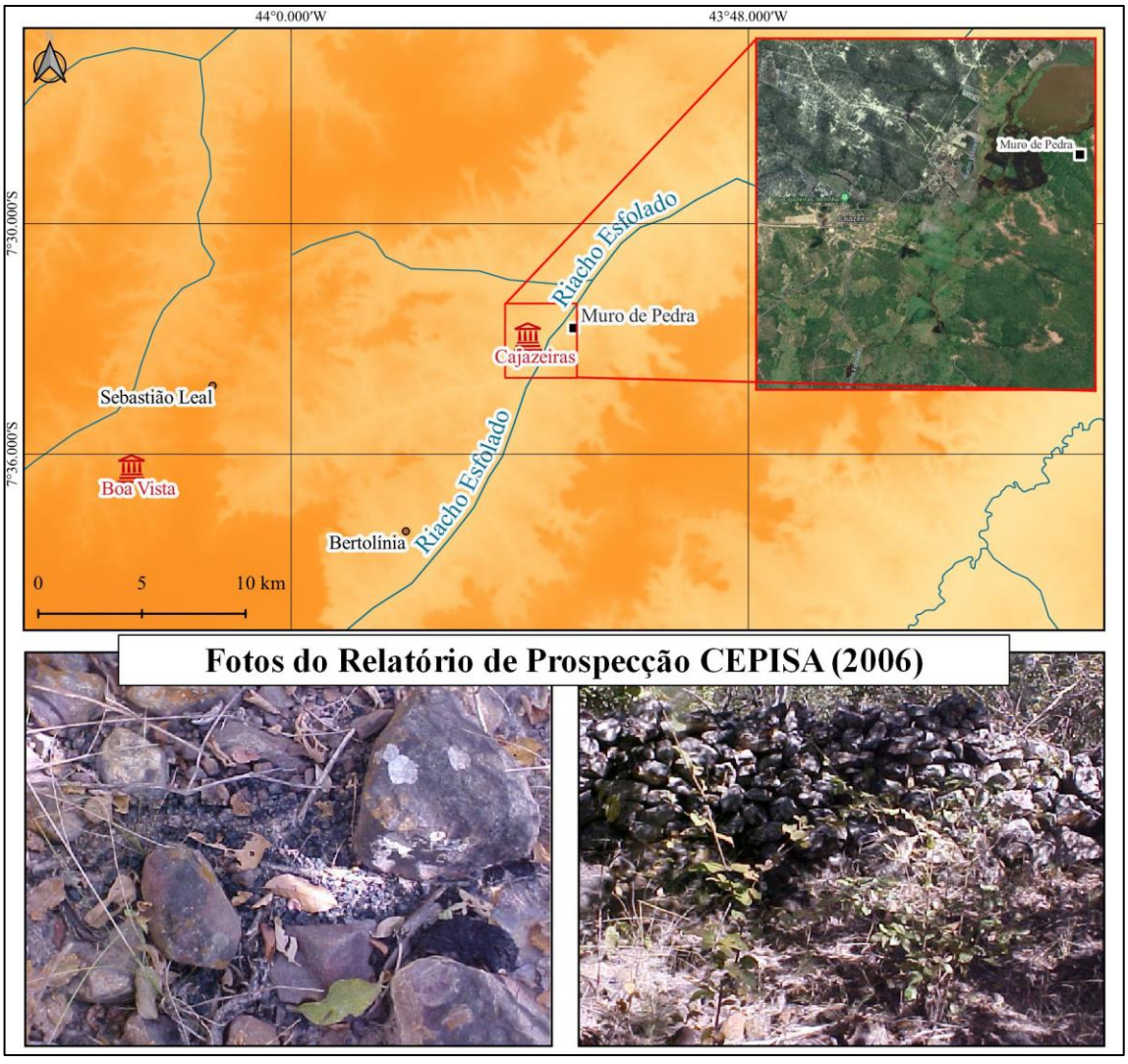
O sítio foi encontrado no projeto Prospecção Arqueológica nas Áreas de ampliação da rede de subtransmissão da CEPISA-PI (portaria 76 de 30/06/06). De acordo com o relatório o sítio está localizado no povoado Bom Jardim, município de Bertolínia do lado leste da Lagoa da Malícia (formada pelo riacho Esfolado), em uma propriedade particular da Sra. Honorina Maria de Jesus.

O sítio é descrito como:

> Restos de muro de pedra, em ângulo, com muitos fragmentos de cerâmica e louça e blocos ferruginosos, na superfície, onde ainda se observa presença de muitos círculos de pedra. O Sr. Luís informa que o muro foi construído por escravos. Emerson confirma essa versão, informando que seu bisavô contava-lhe que existia uma fazenda de escravos próxima desse local. O muro de pedra tem cerca de 18metros de comprimento por 1,50m de altura. O lado de 8m está orientado no sentido nordeste/sudoeste e o de 10m, no sentido noroeste/sudeste. Está localizado no alto de um morro a cerca de 500m da lagoa da Malícia. (CEPISA, 2006, p. 73)

O material encontrado no sítio arqueológico se mostra como pertencente a uma antiga fazenda da região. Além disso por sua proximidade de dois quilômetros com o povoado Cajazeiras o local ainda está dentro de uma área de sesmaria, três léguas por uma (aproximadamente 20 quilômetros por 6). É possível que essas sejam antigas dependências de um curral da fazenda colonial visto sua proximidade com o povoado (Figura 53).

Figura 53: localização do sítio Muro de Pedra e as imagens adquiridas do relatório CEPISA (2006).



Pelo pouco tempo de mestrado não foi possível ir até o sítio identificar o material pessoalmente e buscar alguma relação fundação da sede da fazenda histórica. Como relatamos anteriormente e como Bueno (2017) ressalta, existia uma rede de comunicação, que é chamada pela autora de rede urbana. As localidades coloniais têm a sua importância e precisam ser vistos e estudados como sítios arqueológicos.

Os povoados destruídos assim como outras fazendas históricas, freguesias, vilas e aldeamentos são locais de extrema importância para se entender a história e a ocupação regional. Essas localidades históricas, em conjunto, formaram um sistema que permitiu o estabelecimento da capitania e posteriormente do que hoje se entende como estado do Piauí.

Identificar esses locais como sítio arqueológico vai além da preservação do patrimônio. Localizar e posteriormente estudar a riqueza material, histórica e espacial permite uma substituição de ideia de sertão vazio e arquipelágico. Esses locais têm um passado indígena e colonial, eles foram ocupados e estruturaram a forma que a nossa sociedade usa esses espaços.

Nesse caso se faz necessário que tanto a sociedade civil quanto a academia demonstrem interesse em ampliar estudos sobre os grupos étnicos e sua cultura material em toda a região sudoeste do Piauí. Essas pesquisas devem se ampliar para outros estados como Maranhão, Bahia e Tocantins. Dando ênfase aos séculos XVII e XVIII, que englobam tanto a cultura colonial quanto a indígena. Dessa forma, será possível entender a riqueza histórica regional do sertão brasileiro de forma mais ampla e completa.

5. Considerações Finais

Essa dissertação foi pensada e construída em meio à pandemia de COVID-19, por isso optamos por trabalhar de forma remota e digital. A opção de trabalhar com o formato digital permitiu o uso de um documento que está a quilômetros do centro de pesquisa e ainda possibilitou uma interação com o mapa, que não seria tão livre com o documento físico. Afinal, tirar as medidas e analisar símbolo a símbolo iria requerer um contato maior com o documento e tal contato poderia acabar diminuído a sua integridade, além de ser necessário realizar o levantamento iconográfico em outros mapas históricos, que também estão bem longe do centro de pesquisa.

O levantamento de documentos históricos de forma remota por fontes primárias e secundárias também foi de extrema importância. Só foi possível realizar tal ação através do uso de ferramentas digitais e das metodologias da Cartografia Histórica. É obvio que, por ser um trabalho de Arqueologia, a prospecção em campo dos locais encontrados e possíveis entrevistas com os moradores locais seria de extrema importância para esse trabalho. Contudo, foi através da metodologia escolhida que se pôde mostrar a quantidade e qualidade das informações disponíveis em formato remoto.

O tipo de trabalho que desenvolvemos aqui modificou a forma de visualizar o espaço e a história. Não acho que esse trabalho traz uma gama de dados novos sobre esses tópicos, apenas fazemos uma releitura dos dados captados por outros autores e mostramos parte do potencial da espacialização.

As povoações destruídas foram identificadas através dessa análise espacial. Através desse tipo de análise, foi possível levantar ainda mais locais de interesse arqueológico, como aldeamentos e fazendas coloniais. Como continuação dessa pesquisa, pretendemos ir a campo em cada uma das localidades encontradas. Também temos a intenção de identificar territórios indígenas da região, visto que não projetamos territórios e sim áreas de atuação ou presença indígena. Para falar sobre território, é necessário um contato direto com a população indígena, para que seja possível associar os dados arqueológicos e históricos ao conhecimento popular.

Outra fase dessa pesquisa que já está em andamento é o levantamento dos documentos históricos originais. Utilizamos muitas fontes secundárias, mas visto que parte dos autores consultados fornece o nome dos documentos utilizados, podemos consultar a fonte original e tentar obter mais dados espaciais sobre os fatos históricos descritos. Parte desse material está sendo planilhado e anexado ao trabalho, para que outros pesquisadores interessados também possam buscar os documentos originais.

Ainda existe muito trabalho a ser feito, mas até o momento já temos dados suficientes para dizer que as Povoações Destruídas de Galúcio são antigas fazendas que foram atacadas pelos povos indígenas. Esses ataques eram organizados com o objetivo impedir que o colonizador continuasse a entrar em seu território. Mesmo após serem tidos como destruídos ou abandonados, parte significante desses locais ainda perdurou até os dias atuais, revelando um provável efeito de reocupação colonial.

O primeiro mapa do Piauí pode nunca ter ido a público, mas ideologicamente ele estava projetando uma propaganda colonial. Uma ideia ambígua nesse caso, ao mesmo tempo que revelava as povoações destruídas, mostrando que era necessário entrar em guerra, porém não identificava as etnias indígenas da região, não mostrando quem era o inimigo em potencial. Essas ideias foram sendo incorporadas aos mapas posteriores, mesmo que modificadas, e de certa forma permitiram a construção de uma ideia de colônia unificada, ainda que houvesse vários relatos de guerras com povos originais até o século XIX.

Essa dissertação teve como ponto de partida a intenção de entender o que eram as povoações destruídas. Mas com o desenvolvimento do projeto, vimos a necessidade de entender um contexto histórico e espacial que envolvia as povoações, e por consequência se tornou necessário também entender a iconologia por trás mapa de 1760.

A emblemática inserção dessas povoações na paisagem colonial trouxe luz a um episódio da história piauiense que ainda perdura até os dias atuais. Da mesma forma que os povos indígenas lutaram por seu território séculos atrás, ainda hoje os povos Akroá e Gueguê lutam para demarcar e viver em paz em suas terras, no sul do estado.

De acordo com uma matéria publicada no site do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em 15 de dezembro de 2022, por conta do agronegócio, mais de 400 hectares foram desmatados na região que residem os Akroá Gamella, território Morro D'Água, localizado no município de Baixa Grande do Ribeiro. No rio Uruçuí-Preto, região muito citada nesse trabalho, indígenas sofrem com ataques no agronegócio[17][18]. A biografia de Deulzenir Pereira dos Santos, cacica Gueguê, presente no site do projeto "Os Brasis e suas memórias: os indígenas na formação nacional", também relata histórias de ataques e expulsões dos povos Gueguês de suas terras originais, também por conta do agronegócio[19].

---

[17]https://cimi.org.br/2022/12/no-piaui-povo-akroa-gamella-denuncia-aumento-de-desmatamento-em-seu-territorio/

[18]https://ocorrediario.com/retomada-indigena-guegues-e-akroa-gamela-lutam-contra-prefeitura-e-agronegocio-em-urucui-pi/

[19]https://osbrasisesuasmemorias.com.br/lutas-de-sangue-dona-delza-e-a-mobilizacao-indigena-no-piaui/

Dessa forma, finalizo esse trabalho trazendo essas reportagens e mostrando aos colegas necessidade de estudar a região de forma ampla. A arqueologia precisa se fazer presente na região sudoeste não apenas para preservar o patrimônio arqueológico, mas para auxiliar as populações originais em sua luta.

Bibliografia

ALVES, J. A.; LIMA, S. P. M de.; COSTA JÚNIOR, W. R..; MARINHO, R. R. Natureza, sociedade e cultura: a Amazônia (re)inventada a partir de seus topônimos. **Raega - O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, n. 19, p. 7-17, 2010.

ANDRADE, A. B. Espaço, Tempo e Imagens: A Cartografia Histórica Sustentando Análises Sobre o Sertão Baiano Setecentista**. Espaço & Geografia**, UnB, v. 15, n. 2, p 283-309, 2012.

APOLINÁRIO, J. R. A saga dos Akroá nas fronteiras do sertão. **Tellus**, Campo Grande, ano 3, n. 5, p. 83-94, 2003.

APOLINÁRIO, J. R**. Os Akroá e outros povos indígenas nas fronteiras do Sertão – As práticas das políticas indígena e indigenista no norte da capitania de Goiás – Século XVIII.** 269 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife, 2005.

ARAUJO, R. O Piauí e sua cartografia. In: Simpósio luso-brasileiro de Cartografia Histórica, IV, **Anais:** Porto, 2011, p. 1-16.

ASHMORE, W. Social Archaeologies of Landscape. In: L. MESKEL, & R. PREUCEL, **A companion to social archaeology**. Oxford: Blackwell Publishing, p. 255-271, 2004.

ASSIS, N. P. **A Capitania de São José do Piauhy na Racionalidade Espacial Pombalina (1750-1777).** 2012. 169 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Natal, 2012.

ASSIS, N. P.; CINTRA, J. P. O "Mappa Geografico da Capitania Do Piauhy", de Antonio Galluzzi**.** In: Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, III. **Anais**. Belo Horizonte: UFMG, 2016, p. 1-14

BAPTISTA, J. G. **Etnohistória Indígena Piauiense**. Teresina: EDUFPI, Academia Piauiense de Letras, 1994.

BAPTISTA, J. G. **Mapas Geohistóricos.** Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1986.

BASTOS, C. de A. **Dicionário Histórico e Geográfico do Estado do Piauí.** Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, PMT, 1994.

BICHO, N. F. **Manual de Arqueologia Pré-Histórica.** Lisboa: Edições 70, 2006.

BINFORD, L. Willow smoke and dog's tails: Hunter-gatherer settlement systems and archaeological site formation. **American Antiquity**, 45, p. 4-20, 1980.

BOADO, F.C. Límites y Possiblidades de la Arqueología del Paisaje. ***SPAL* 2**, p. 9-55, 1993.

BOMBARDI, F. A. Jogos de alianças e inimizades: guerras justas, descimentos e políticas indígenas no Piauí colonial. In: LIMA, N. C. **Páginas da História do Piauí Colonial e Provincial.** Teresina: EDUFPI, p. 41-70, 2020.

BROTTON, J. **Uma história do mundo em doze mapas.** Brasil: Zahar, 2014.

BROVELLI, M. A.; MINGHINI, M. Georeferencing old maps: a polynomial-based approach for Como historical cadastres. **e-Perimetron**, v. 7, n. 3, p-97-110, 2012.

BUENO, B. P. S. Arqueologia da paisagem urbana: lógicas, ritmos e atores na construção do centro histórico de São Paulo (1809-1942). **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 64, p 99-130, 2016a.

BUENO, B. P. S. Arqueologia da Paisagem Urbana: SIG Histórico e Mercado Imobiliário. Reconstituição do Centro Histórico de São Paulo (1809-1942). **XIV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**: Cidade, Arquitetura e Urbanismo: Visões e Revisões do Século XX, 2016b, p. 442-455.

BUENO, B P. S. Decifrando mapas: sobre o conceito de território e suas vinculações com a cartografia. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 12, n. 12, 2004.

BUENO, B. P. S. Por uma arqueologia da paisagem: mobilidade e enraizamento em perspectiva americana. **Labor e Engenho**, Campinas, SP, v. 11, n. 3, p. 242–262, 2017. DOI: 10.20396/labore.v11i3.8649556.

BUENO, B. P. Estudos de Cultura Material/Dossiê, História da Urbanização no Brasil: novas propostas em Arqueologia da Paisagem: Introdução. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, Nova Série, vol. 29, 2021, p. 1-9.

BUENO, B. P. S.; BARRETO, A. P.; DIAS, G. S. Cultura material e práticas sociais no Caminho do Viamão: paisagens toponímicas, arqueologia do cotidiano das viagens, perfil e bagagem dos tropeiros (séculos XVIII e XIX)1. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, Nova Série, vol. 29, p. 1-87, 2021.

CAMPELO, S. M.; EMPERAIRE, L. Toponímia da Região Sudeste do Piauí. **Cadernos de Pesquisa, Série Antropologia 3,** Teresina, n. 4, p. 191-237, 1985.

CARDOSO, A. A. **Estudos Digitais de Mapas Históricos do Piauí**. 2018. 27 f. Relatório (ICV-UFPI 2016-2017) - Teresina: CPESI-PROPESQI-UFPI, 2018.

CARVALHO, J. R. F. de. **Resistência indígena no Piauí colonial. 1718-1774.** Imperatriz-MA: Ética, 2008.

CARVALHO, Pe. M. de. **Descrição do Sertão do Piauí.** 2. ed. Teresina: Coleção Grandes Textos, vol. 3, 2009.

CARRARA, A. A.; MACHADO, P. J. de O. Delimitação territorial dos municípios brasileiros no século XIX: um desafio metodológico. **Locus: Revista de história**, Juiz de Fora, v. 25, n. 1, p. 20-36, 2019.

CARVER, M. Site survey. In: CARVER, M. **Archaeological investigation.** London: Routledge, 2009. cap. 5, p. 89-112.

CASTRO, J. F. M. Georreferenciamento e Cartometria dos Mapas da Capitania de Minas Gerais Elaborados por José Joaquim da Rocha em 1778 e 1793. **Soc. & Nat.**, Uberlândia, v. 25, n. 3, p. 581-593, 2013.
CHAVES, Pe. J. **O Índio no Solo Piauiense**. Centro de Estudos Piauienses – APL - IHG do Piauí, série A, n. 2, 1953, 34 p.

CEPISA. Relatório de Prospecção Arqueológica da Área de Implantação das Linhas de Transmissão 69 Kv Eliseu Martins/ Bom Jesus; São João do Piaui / Canto do Buriti; Bertolínia / Uruçuí II; Eliseu Marins / Bertolínea e sub-estações de Uruçui II, Buriti Grande e Itaueira. **Núcleo de Antropologia Pré-histórica, NAP-UFPI**, 2006, 155 f.

CHAMBOULEYRON, R. E MELO, V. S. de. Governadores e índios, guerras e terras entre o Maranhão e o Piauí (primeira metade do século XVIII). **Revista de História**, São Paulo, nº 168, p. 167-200, 2013.

CINTRA, J. P. A Cartografia digital como ferramenta para a Cartografia histórica. Simpósio Luso-Brasileiro de História da Cartografia, III. **Anais...** Ouro Preto, 2009, p. 1-14.

CINTRA, J. P. DIGITAL Cartography and Historical Maps: Techniques, Applications and Peculiarities. **Revista Brasileira de Cartografia**, n. 64/6, p. 901- 918, 2012.

CORRÊA, D. C. **Cartografia histórica do Rio de Janeiro: Reconstituição Espaço-Temporal do Centro da Cidade.** 2008. 112 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

COSTA, A. G. **Roteiro prático de cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império**.Belo Horizonte, UFMG, 2007, 255p.

COSTA, G. G. DA.; CINTRA, J. P. Os Engenheiros Militares Italianos na Amazônia do Século XVIII: Antônio Galluzzi e Domingos Sambucetti. In: Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, III. **Anais**... Belo Horizonte: UFMG, 2016. p. 1-14.

COSTA, K. G.; RATTS, A. J. P. Representações Indígenas na Cartografia Colonial do Brasil Central. **Revista OKARA: Geografia em debate**, João Pessoa, v.8, n.2, p. 197-212, 2014.

DAVID, B; THOMAS, J. **Landscape Archaeology: Introduction. Handbook of Landscape Archaeology.** Left Coast Press, Walnut Creek, p. 27-43, 2008.

DAVIDSON, T. E. Computer-Correcting Historical Maps for Archaeological Use. **Historical Archaeology**, v. 20, n. 2, p. 27-37, 1986.

DIAS, C. M. M.; SANTOS, P. de S. **História dos Índios do Piauí**. Teresina, EDUFPI, 2010, 549 p.

DICK, M. V. A. P. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**. Coletânea de Estudos. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH/USP, 1992.

DRACH, P.; BARBOSA, G. S.; BARCELLOS, F. A.; MARTINS, T. dos S.; ARAÚJO, J. M.; FREITAS, L. Evolução urbana do centro histórico de Petrópolis: processo de arqueologia da paisagem 1860-2020. **Revista de Morfologia Urbana**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. e00150, 2020.

DOI: 10.47235/rmu.v8i2.150. Disponível em: https://revistademorfologiaurbana.org/index.php/rmu/article/view/150

DUTENKEFER, E. Metodologia para um saber e um fazer geo-histórico: análise de espacialidades pretéritas utilizando instrumentos computacionais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 65, p. 57-71, 2016.

FAGUNDES, M. O CONCEITO DE PAISAGEM EM ARQUEOLOGIA – OS LUGARES PERSISTENTES. **Holos Environmen**t, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 301–315, 2009.

FERREIRA, M. C.; FERREIRA, M. F. M. Informações Espaciais de Cartas Antigas Visualizadas em Imagens Digitais Atuais: uma Contribuição do SIG à Arqueologia da Paisagem. **Revista do Departamento de Geografia,** USP, São Paulo, v. 26, p. 1-14, 2013.

FERREIRA, Y. D. **Georreferenciando o Piauí colonial: Cartografia aplicada à Arqueologia.** Dissertação (Monografia de Conclusão de Curso) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.

FERREIRA, Y D.; CÔRREA, A. A.; GOMES, D. S.; HAVRE, G. van. Cartografia Histórica Aplicada à Prospecção Arqueológica. In: AZEVEDO NETTO C. X. de., HAVRE, G. VAN. (Org.) **De Ingá a Arqueologia inclusiva: novas linguagens.** João Pessoa, Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal da Paraíba, v.2, p. 74-103, 2021.

FIGUEIREDO, C. C.; GUIMARÃES, R. F.; MENEZES, P. M. L. de; JUNIOR CARVALHO, O. A.; SILVA, L. F. C. F. da. Avaliação dos diferentes métodos de transformação para georreferenciar documentos cartográficos de 1812 e 1906 do Rio de Janeiro**. Confins: Revista franco-brasilera de geografia**, n. 32, p. 1-14, 2017.

FITZ, P. R. **Cartografia Básica**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

FREITAS, F. Spatial History e Humanidades Digitais, uma Entrevista com o Brasilianista Zephyr Frank. **Revista História e Cultura**, Franca, v.3, n.1, p.375-393, 2014.

FONSECA, F. P.; DUTENKEFER, E.; ZOBOLI, L.; OLIVA, J. T. Cartografia digital geohistórica: uma avaliação da mobilidade urbana de São Paulo no final do século XIX e início do século XX. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 64, p. 131-166, 2016.

FONTANA, R. **As Obras dos Engenheiros Militares Galluzzi e Sambuceti e Do Arquiteto Landi no Brasil Colonial do Séc. XVIII.** Brasília: Edições do Senado Federal, v. 46, 2005.

GASPAR, J. A. Revisando a Cartografia Náutica Portuguesa Antiga do Atlântico: uma análise quantitativa. In: III SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, **Anais...** Ouro Preto, 2009, p. 1-19.

GAUTHIEZ, B. Lyon, das fontes escritas ao SIG histórico – método e exemplos de aplicação**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 64, p. 21-50, 2016.

GUADALUPE, D. de C.; REZENDE, J. C.; SANTOS, R. E. dos. FIALHO, T. A. Uso de Sistemas de Informação Geográfica para História Urbana: uma Experiência em Belo Horizonte.

In: III Seminário Internacional Sobre Documentação do Patrimônio Arquitetônico com o uso de Tecnologias Digitais, **Anais...** João Pessoa, 2014, p. 99-108.

GUERREIRO, D.; BORBINHA, J. L. Humanidades Digitais: novos desafios e oportunidades. **Revista Internacional del Libro, Digitalización y Bibliotecas**, v. 2, n. 2, 2014.

HAVRE, G. van. Cartografia do interior bahiano. Uma análise de três mapas anônimos do século XVIII. **Confins-Revista Franco-brasileira de Geografia,** n. 39, 2019.

HARLEY, J. B. Mapas, saber e poder. **Confins-Revista Franco-brasileira de Geografia**, n. 5, p. 1-24, 2009.

ISQUERDO, A. N. A Toponímia como Signo de Representação do uma Realidade. Fronteiras **- Rev. História**, UFMS, Campo Grande, 1(2): 27-46, 1997.

KIRALY, G.; WALZ, U.; PODOBNIKAR, T.; CZIMBER, K.; NEUBERT, M.; KOKALJ, Ž. Georreferenciamento de mapas históricos – métodos e experiências. Projeto SISTEMaPARCBook, **Rhombos Verlag** Berlin, 2008. pp. 53-63.

KOK, G. Vestígios indígenas na cartografia do sertão da América portuguesa. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v.17, n.2, p. 91-.109, 2009.

LEITE, J. A. **A Toponímia Rural Humana Preservada nos Sertões de Araraquara (Séc. XIX-XXI).**181 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista, Unesp, Araraquara, 2021.

LIMA, T. A. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 6, n. 1, p. 11-23. 2011.

LYONS, D.; CASEY, J. It's a material world: the critical and on-going value of ethnoarchaeology in understanding variation, change and materiality. **World Archaeology**, 48(5):609-627. 2016.

MEDEIROS, R. P.; MUTZENBERG, D. Cartografia histórica dos povos indígenas em Pernambuco no século XVIII. **Clio. Série Arqueológica** (UFPE), v. 28, p. 180-209, 2013.

MEISTERLIN, L.; BAICS, G. Old Maps, New Tricks: Digital Archaeology in the 19th-Century City. **Urban Omnibus**, p. 1-11. 2015. Disponível em: https://urbanomnibus.net/2015/06/old-maps-new-tricks-digital-archaeology-in-the-19th-century-city/?printpage=true

MIRANDA, R. **Bertolínia: História, Meio e Homens**. 2° ed.Teresina, COMEPI., 1996.

MIRANDA, R. **Política Indigenista no Sertão de Dentro.** Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2016.

MIRANDA, R. João do Rego Castelo Branco - Capitão da conquista do gentio. **Entretextos**, p. 1-10, 2017a. Disponível em: https://www.portalentretextos.com.br/post/joao-do-rego-castelo-branco-capitao-da-conquista-do-gentio

MIRANDA, R. Mestre-de-Campo Bernardo de Carvalho e Aguiar. **Entretextos**, p. 1-11, 2017b. Disponível em: https://www.portalentretextos.com.br/post/mestre-de-campo-bernardo-de-carvalho-e-aguiar

MORAIS, J. L. de. A ARQUEOLOGIA E O FATOR GEO. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 9: 3-22, 1999.

MOTT, L. R. B. Conquista, aldeamento e domesticação dos índios Gueguê do Piauí: 1764-1770. **Revista de Antropologia.** Salvador, p. 55-78, 1985.

MOTT, L. R. B. Os Índios e a Pecuária nas Fazendas de Gado do Piauí Colonial. **Revista de Antropologi**a, v. 22, p. 61-78, 1979.

MOTT, L. R. B. **Piauí Colonial: População, Economia e Sociedade**. 2. Ed., Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2010.

NOELLI, F. S.; FERREIRA, L. M. A persistência da teoria da degeneração indígena e do colonialismo nos fundamentos da arqueologia brasileira. **História, Ciências, Saúde**-Manguinhos, v. 14, n. 4, p. 1239–1264, out. 2007.

NUNES, O. **Pesquisas para a História do Piauí**. 2 ed., v. 1, Teresina, Editora Artenova S.A., 1975.

PANOFSKY, E. **Significado nas artes visuais**. São Paulo, Perspectiva, 3 ed., 2007, 439p.

OLIVEIRA, A. S. de N. **O Povoamento Colonial do Sudeste do Piauí: Indígenas e colonizadores, conflitos e resistência.** 2007. 202 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife, 2007.

OLIVEIRA, N. V. de.; AMARAL, D. M da C. R. do. Contribuição da Arqueologia Para a História do Litoral Sul Fluminense: do Caminho do Ouro ao Caminho da Serra. In: PEREIRA, S. D.; FREITAS, J. G.; BERGAMASCHI, S.; RODRIGUES, M. A. C. **Formação e Ocupação de Litorais nas Margens do Atlântico – Brasil/Portugal.** Rio de Janeiro: Corbã Editora e Artes Gráficas Ltda, 2014, p. 131-152.

O'NEILL, K. **What is spatial history?**The Imperiia Project, 2020. Disponível em <https://scalar.fas.harvard.edu/imperiia/what-is-spatial-history#:~:text=Doing%20spatial%20history%20therefore%20means,and%20quantitative%20information%20in%20dialogue> Acesso em: 18 de março de 2023.

ORMOND, G. L. **Fundamentos e Tendências na Área da Tecnologia da Informação com Utilização de SIG.** Mato Grosso: SEI/SEPLAN, 2000.

ORSER, J. Tradução: Funari, P. **Introdução à Arqueologia Histórica.** Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

OTT, C. **Pré-História da Bahia**. Salvador: Livraria Progresso editora, n. 24, 1958.

PESAVENTO, S. J. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. **Revista Esboços**, v. 11, n. 11, p. 25-30, 2004.

PERON, A. C. A utilização da Spatial History no estudo da transformação da paisagem no Alto Vale do Rio do Peixe (SC). **Revista Santa Catarina em História**, Florianópolis, v.12, n.1-2, 2018.

PIRES, M. I. da C. **Resistência indígena nos sertões nordestinos no pós-conquista territorial: Legislação, Conflito Negociação nas vilas pombalinas 1757-1823.** 284 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife, 2004.

PIRES, M. I. da C. "**Guerra dos Bárbaros": resistência indígena e Conflitos no Nordeste Colonial.**Recife: FUNDARPE, 1990.

PETRIE, C. A.; ORENGO, H. A.; GREEN, A. S.; WALKER, J. R.; GARCIA, A.; CONESA, F.; KNOX, J. R.; SINGH, R. N. Mapping Archaeology While Mapping an Empire: Using Historical Maps to Reconstruct Ancient Settlement Landscapes in Modern India and Pakistan. **Geosciences**, v. 9, n. 1: 11, p. 1-26. 2019. Disponível em: https://doi.org/10.3390/geosciences9010011

PODOBNIKAR, T.; LAMOVEC, P. Analysing of river courses and railways changes in Ljubljana using historical maps. 10.13140/RG.2.1.1648.3924, Eslovênia, 2015.

PODOBNIKAR, T.; ŠINKOVEC, I. Ljubljana - mutual analyses of the georeferenced old maps. In: GLIGORIJEVIĆ, Ž**. Javno dobro : indentifikacija, upotreba, upravljanje, dizajn : zbornik radova.** Beograd: Centar za planiranje urbanog razvoja, p. 67-73, 2004.

POLITIS, G. (2003). The Theoretical Landscape and the Methodological Development of Archaeology in Latin America. **Latin American Antiquity**, 14(2): 115- 142.

PUNTONI, P. **A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo, Hucitec/Edusp/Fapesp, 2002.

QUADROS, E. A Letra e a Linha: a Cartografia como Fonte Histórica. **Rev. Mosaico**, v.1, n.1, p. 27-40, 2008.

RAPP Jr, G.; HILL, C.L. **Geoarchaeology: The Earth- science approach to archaeological interpretation**. 2. ed. London: Yale University Press, 2006.

ROLAND, S. L. **Sesmarias, Índios e Conflitos de Terra na Expanção Portuguesa no Vale do Parnaíba (Maranhão e Piauí, Séculos XVII e XVIII).** 263 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, UFPA, Belém, 2018.

ROMANONI, F. **Gli obblighi militari nel marchesato di Monferrato ai tempi di Teodoro II.** In: Bollettino Storico- Bibliografico Subalpino, 118, p. 59-79, 2020. Disponível em https://www.academia.edu/43469329/Gli_obblighi_militari_nel_marchesato_di_Monferrato_ai_tempi_di_Teodoro_II

RUBIN, J.C.R; SILVA, R.T. Arqueologia, dinâmica das vertentes e perdas de solo. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 14, p. 179-193, 2004.

SABINO, A.; SIMÕES, R. Geografia e Arqueologia: Uma Visão do Conceitode Rugosidades de Milton Santos. **Revista de Arqueologia Pública**, Campinas: LAP/NEPAM/UNICAMP, n. 8, p. 174-188, 2013.

SANDEVILLE JÚNIOR, E. Paisagem**. Paisagem Ambiente**, n. 20, São Paulo, p. 47-59, 2005.

SANTOS, L. E. N. dos. Toponímia, Poder e Identidade: Uma Abordagem Acerca dos Logradouros Centrais em São Luís, Maranhão. ***Geo UERJ***, *28*, p. 171-195, 2016.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** ed. 2, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. M. D. dos; CINTRA, J. P.; RENGER, F. E. Origem das Longitudes e Precisão das Coordenadas Geográficas dos Mapas de Minas Gerais do Período 1767-1821. *In*: Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, V. **Anais**...Petrópolis: UFMG, 2013, p. 1-14.

SANTOS, M. D. dos. Técnicas e elementos da cartografia da América portuguesa e do Brasil Império. In: COSTA, A. G. (Org.). **Roteiro prático de cartografia: da américa portuguesa ao Brasil Império**. Belo Horizonte, UFMG, 2007.

SHANKS, M. **Postprocessual archaeology and after.** *In:* BENTLEY, R.A; MASCHNER, H.D.G.; CHIPPINDALE, C. Handbook of Archaeological Theories. Lanham, AltaMira Press, p. 133-144, 2008.

SILVA, B. C. S. da. ANÁLISE DOS CORPOS MILITARES NO GOVERNO DE JERÔNIMO JOSÉ DE MELO E CASTRO (1763 – 1797). Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. Mneme – Revista de Humanidades. UFRN. Caicó, v. 9. n. 24, 2008.

SIMÕES, F. L. R. **Arqueologia da Paisagem nas Dunas Holocênicas: O Estudo de Caso do Sítio Cardoso (Lagoa Redonda, Pirambu, Se).** 170 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal de Sergipe, UFS, Laranjeiras, 2014.

SOUTO, A. Os indígenas na cartografia da América lusitana. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 12, n. 3, p. 817-837, 2017

SOUZA, B. A. de.; RIOS, E. de O.; CARNEIRO, V. A.; SANTOS, J. C. V.; MACARINGUE, E. J. Coleções Cartográficas, Viagens e Rotas Ultramarinas: uma Reflexão Acerca do Mapeamento de Territórios das Culturas Ameríndia e Lusitana. **Revista de Geografia**, UFJF, Juiz de Fora, v. 10, n. 1, 2020.

SOUZA, E. P. de. **Entre o Velho e o Novo: Um olhar sobre a cartografia histórica a partir dos softwares de SIG**. 2018. 54 f. Monografia (Bacharelado em Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre) – Universidade Federal do Piauí, UFPI, Teresina, 2018.

STRAUSS, A. M. Um ensaio sobre a Arqueologia da Paisagem. **Revista Hawò**, v.2, p. 1-23, 2021.

TEIXEIRA, L. R. O. **Arqueotoponimia no Estado do Piauí: Mappa Geográfico da Capitania do Piauhy de 1760 elaborado por Henrique Antônio Galúcio**. 2021. 11 f. Relatório (PIBIC-UFPI 2020-2021) – Teresina: CPESI-PROPESQI-UFPI, 2021.

TIMÁR, G.; KOCSIS, B. P.; MOLNÁR, G.; DELIGIOS, M.; BAIOCCHI, V.; GALAMBOS, C.; BISZAK, E. Habsburg topographic cartography of the Italian península in the first half of the 19th century. **e-Perimetron**, v. 14, n. 1, p. 51-58, 2019.

VILLA, C. E. V. Georreferência de mapas históricos: os casos de Cartagena de Indias Colonial e do Rio de Janeiro Imperial. **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 21, n. 2, p. 517-546, 2015.

WATSON, P.J. Processualism and after**.** *In:* BENTLEY, R.A; MASCHNER, H.D.G.; CHIPPINDALE, C. **Handbook of Archaeological Theories**. Lanham, AltaMira Press, p. 29-38, 2008.

WHITE, R. What is Spatial History?**Stanford University Spatial History Lab**. Califórnia, p-6, 2010. Disponível em https://scalar.fas.harvard.edu/imperiia/what-is-spatial-history Acesso em 20 nov. 2022.

ZEDEÑO, M.N.; BOWSER, B.J. The archaeology of meaningful places. *In:* B.J. BOWSER e M.N. ZEDEÑO (Eds.). **The archaeology of meaningful places**. Salt Lake City: The University of Utah Press, p. 1-14, 2009.

Anexos

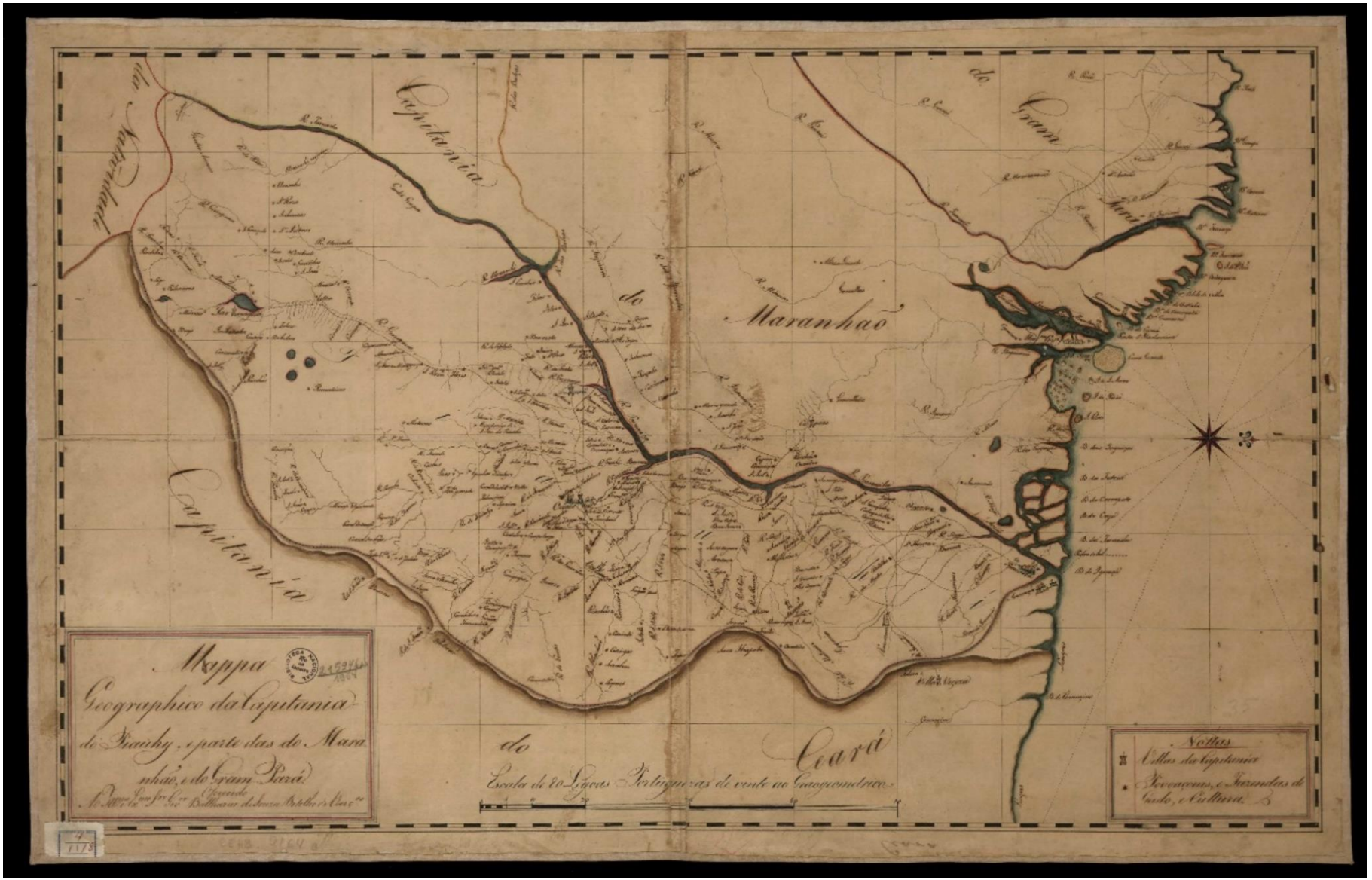
Anexo 1: “Mappa Geográfico da Capitania do Piauhy” de 1760, criado pelo Ajud. Engenheiro Henriques Antonio Galúcio.



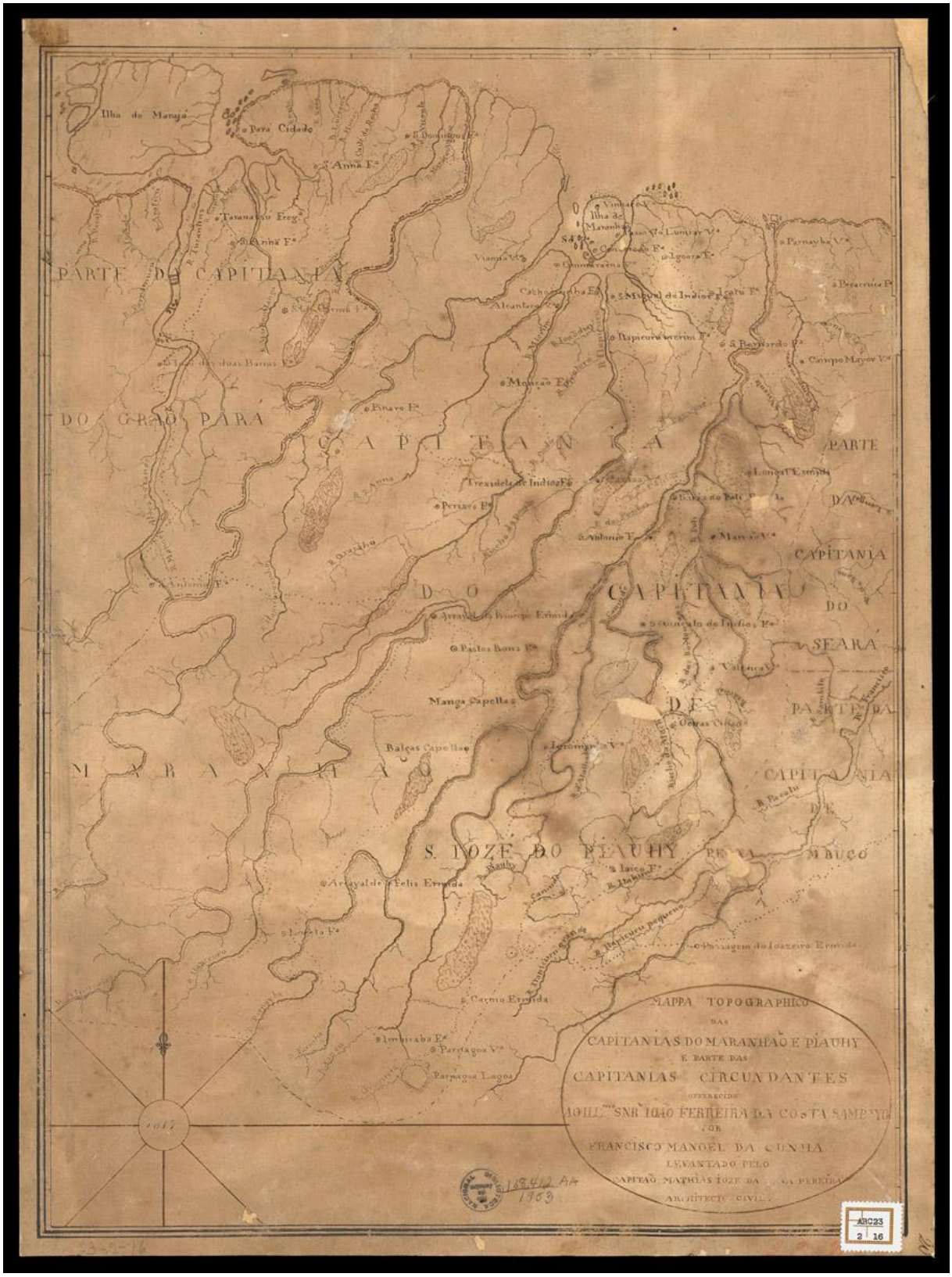
Anexo 2: “Carta geográfica da Capitania do Piauhi, e parte das adjacentes”, autoria disposta no mapa é de João Antonio Galucio, em 1761. Mas a BND dá a autoria da obra a Henrique Antonio Galluzzi.



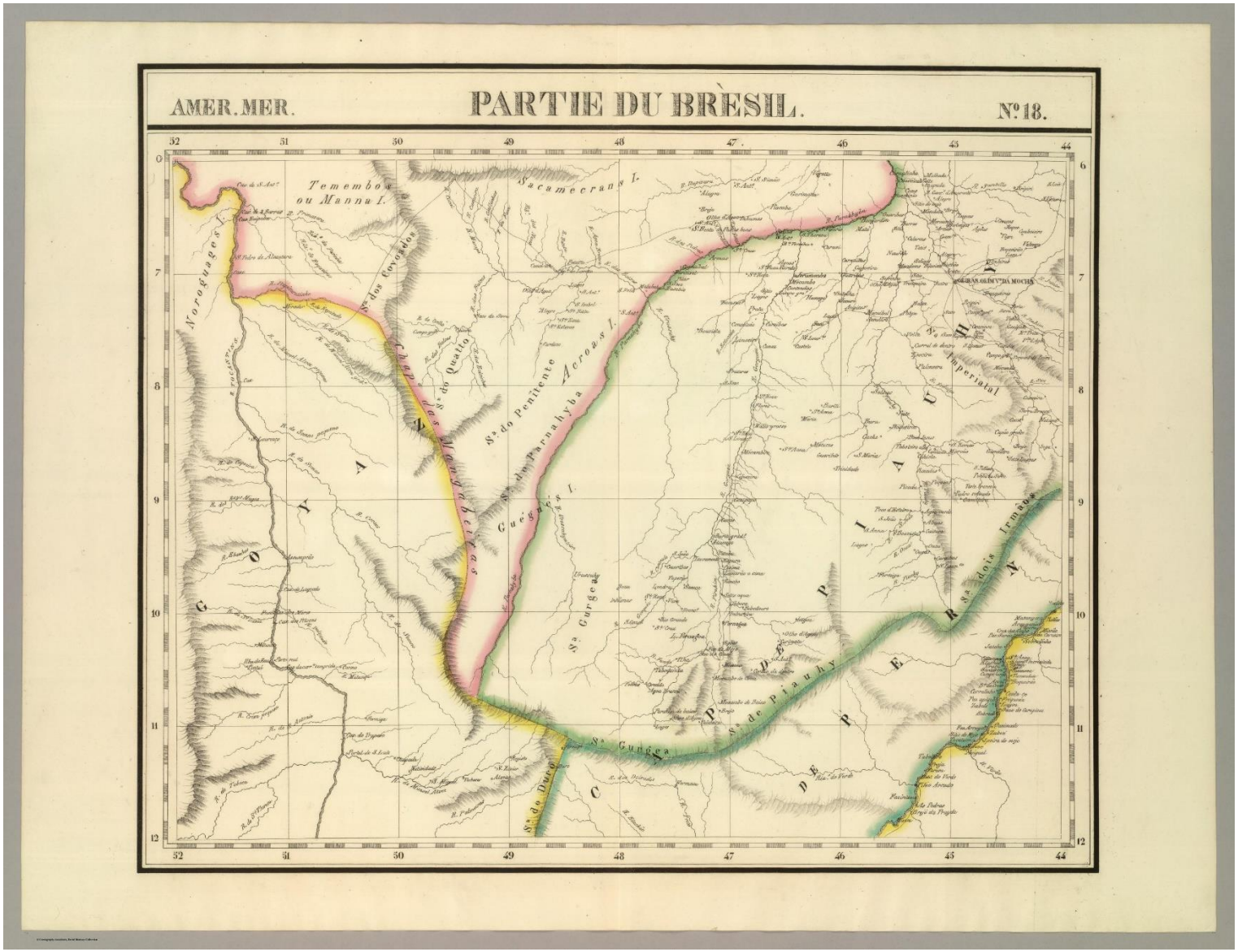
Anexo 3: “MAPPA geographico da capitania do Piauhy, e parte das do Maranhão, e do Gram Pará”, de 1816.



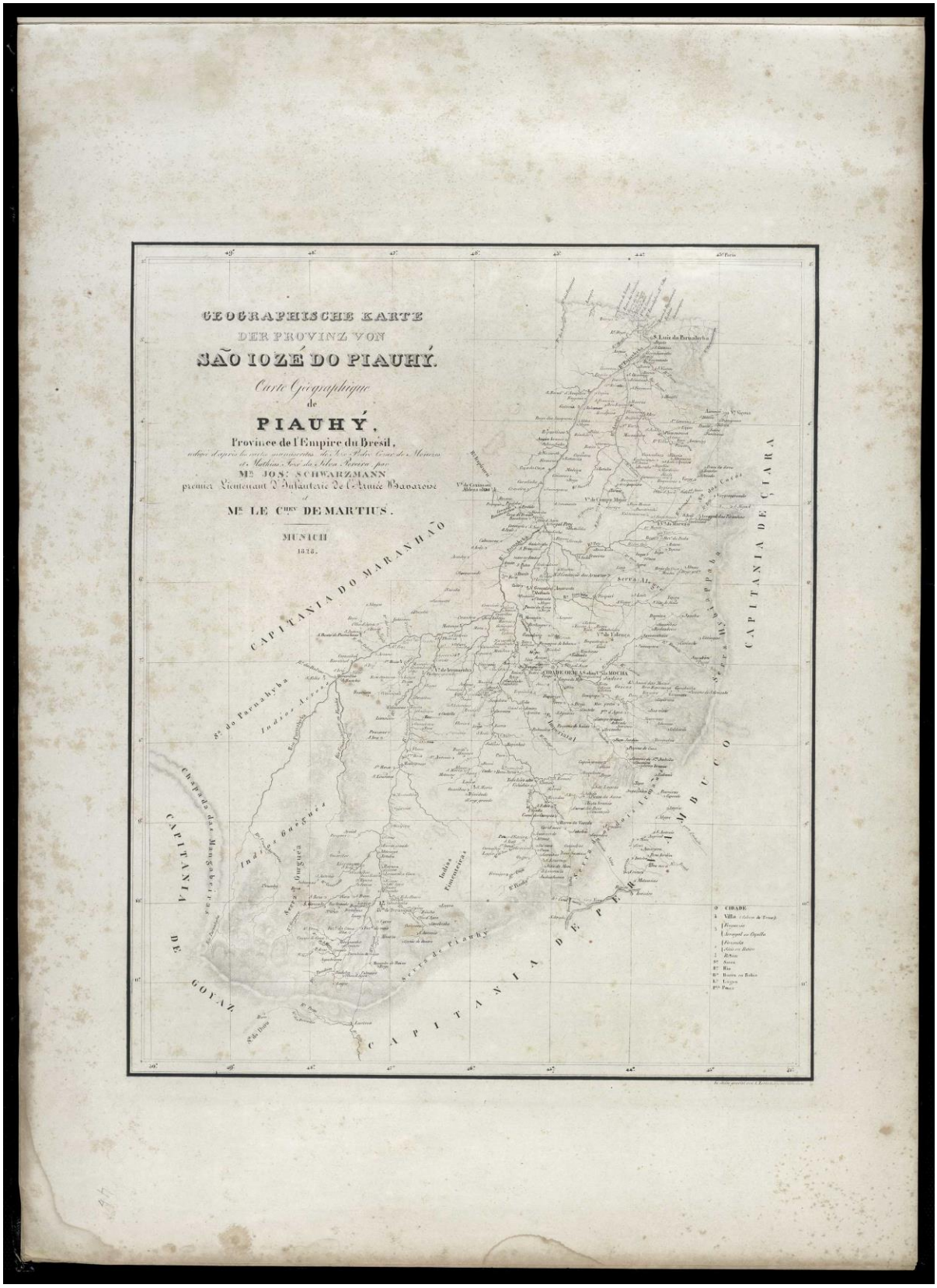
Anexo 4: “MAPPA Topographico das Capitanias do Maranhão e Piauhy e parte das Capitanias Circundantes”,levantado por Mathias José da _____ Pereira, em 1817.



Anexo 5: “Partie du Bresil. Amer. Merid. no. 18.”, a autoria do mapa é de Philippe Vandermaelen, de 1827.



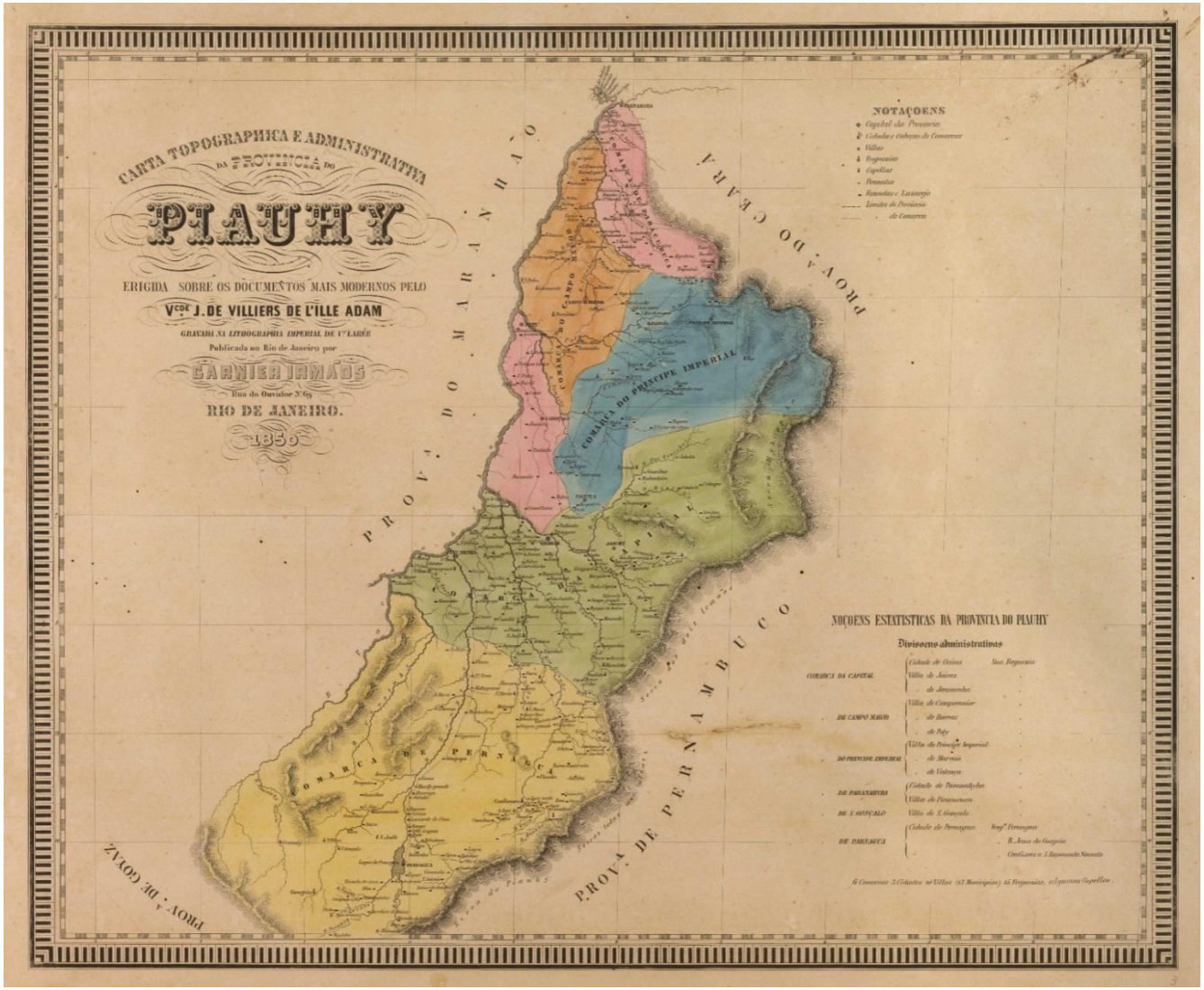
Anexo 6: “Geographische karte der provinz von São Iozé do Piauhý”, de autoria de Schwarzmann e von Martius,de 1828.



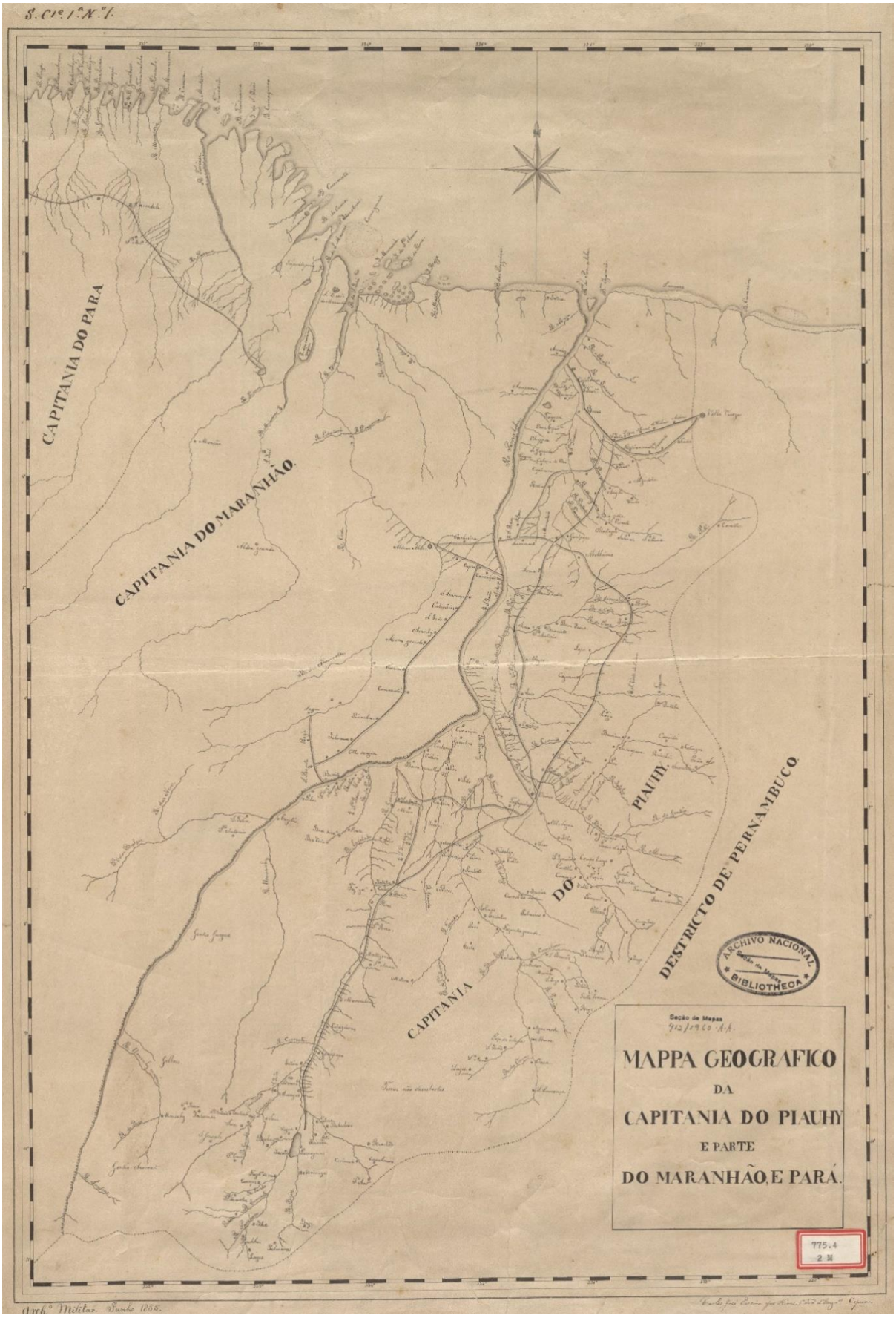
Anexo 7: "*CARTA GEOGRAPHICA DE PIAUHY*", de 1850,autoria de V. j. de Villiers de L'Ille Adam.



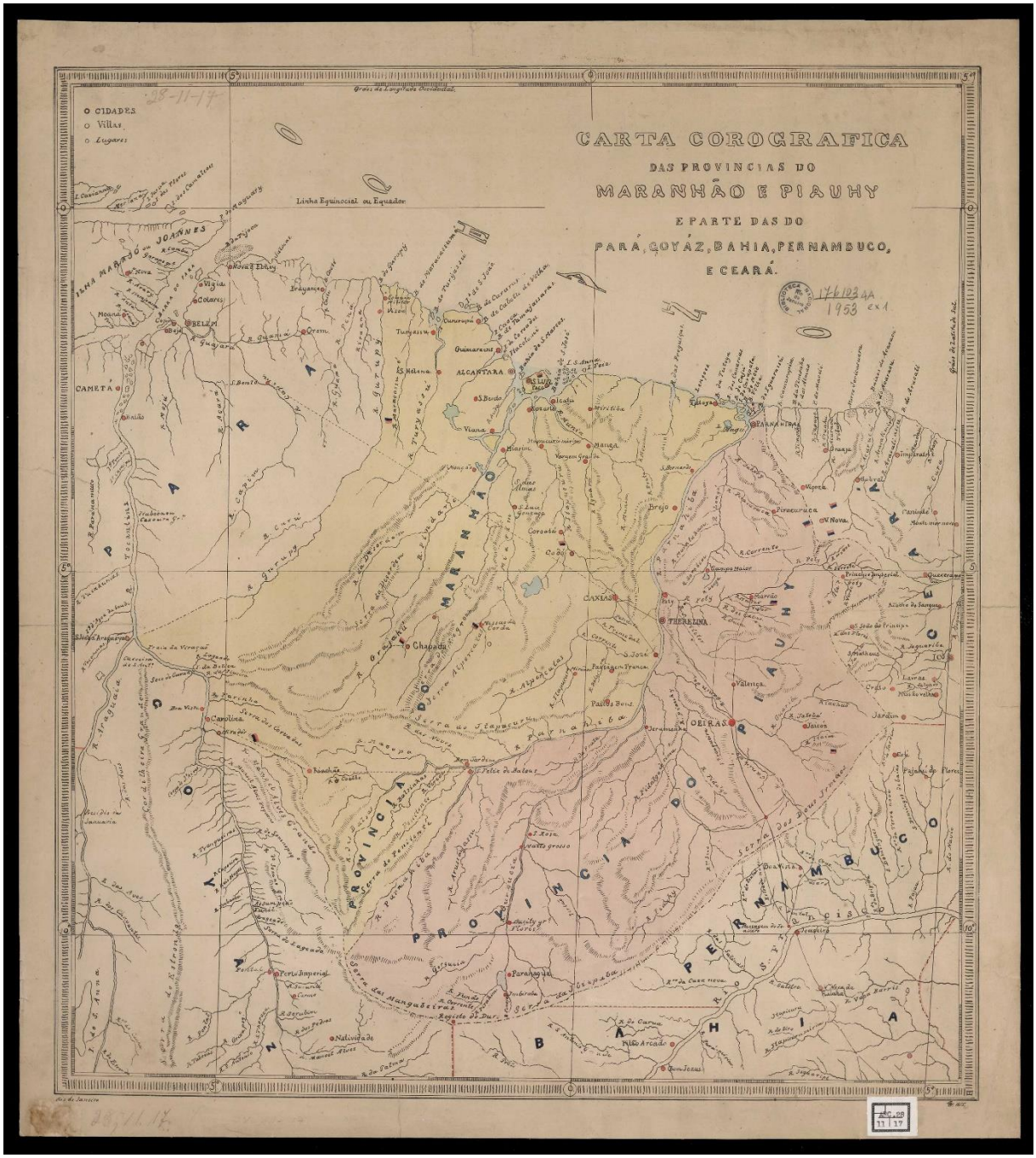
Anexo 8: “CARTA TOPOGRAPHICA E ADMINISTRATIVA da PROVÍNCIA do PIAUHY”, de 1850,autoria de V. j. de Villiers de L’Ille Adam.



Anexo 9: “MAPPA GEOGRAFICO DA CAPITANIA DO PIAUHY E PARTE DO MARANHÃO, E PARÁ”, de 1855. A autoria pertence a Carlos José Pereira das Neves.



Anexo 10: “CARTA corografica das provincias do Maranhão e Piauhy e parte das do Pará, Goyás, Bahia, Pernambuco”, de 1855.



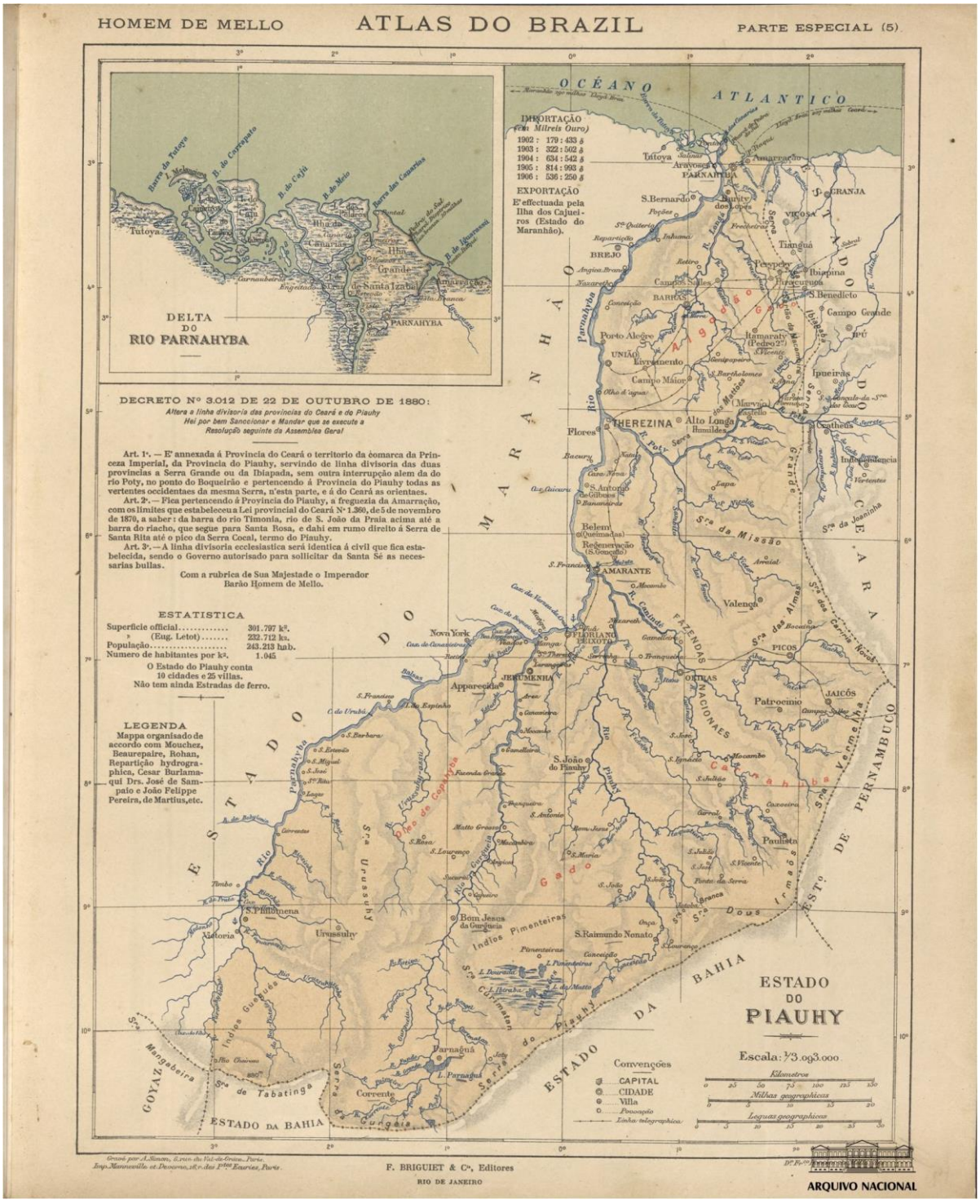
Anexo 11: “PROVINCIA DO PIAUHY”, de 1873. A autoria do mapa é de José Ribeiro da Fonseca Silvares.



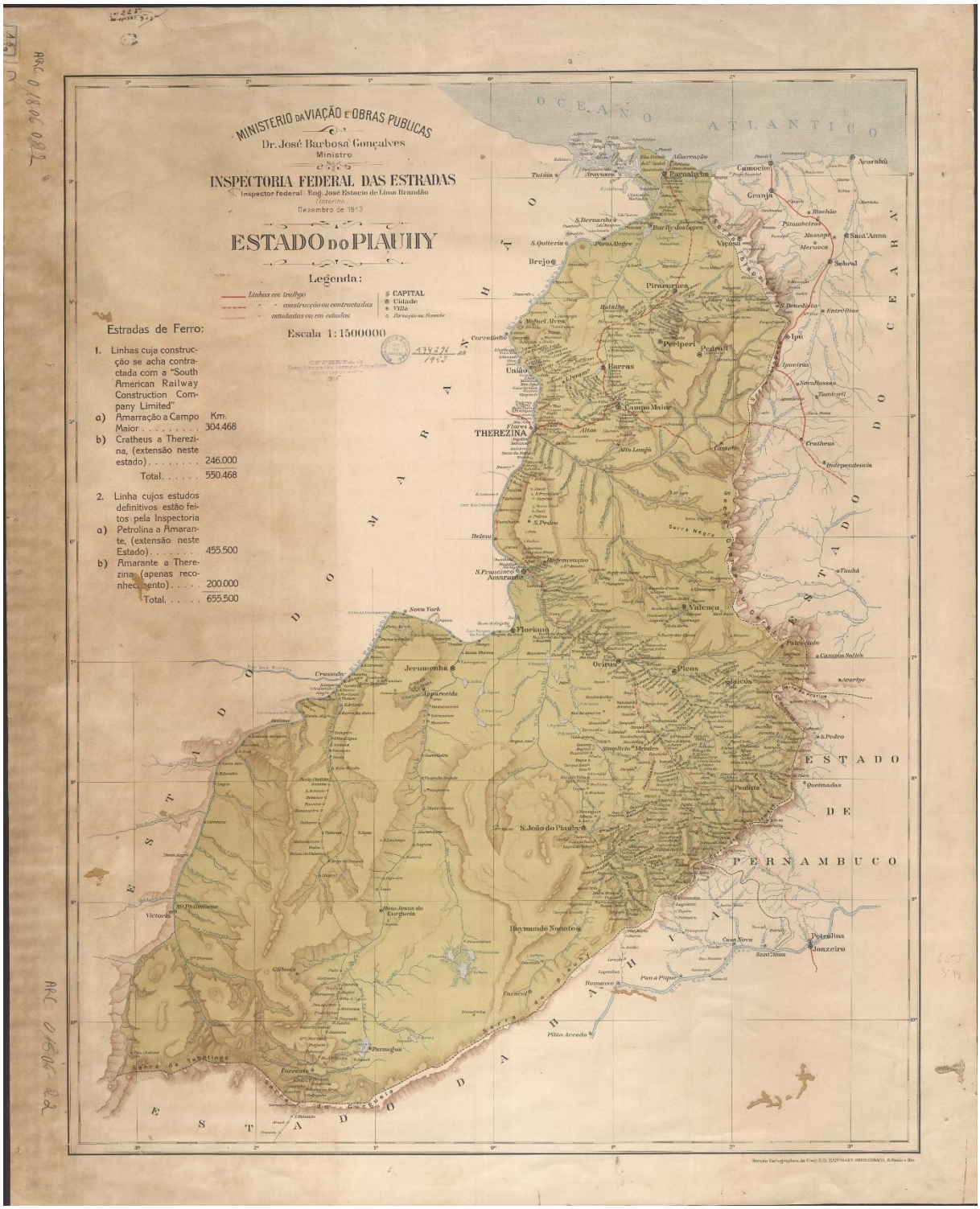
Anexo 12: intitulado “South America, Brazil, &c. No. 2.”, de 1883. De autoria de Letts, Son & Co.



Anexo 13: "ATLAS DO BRASIL", de 1909, parte especial (5), HOMEM DE MELLO.



Anexo 14: “ESTADO DO PIAUHY”, criado pela Inspetoria Federa das Estradas, em 1913.



Anexo 15: Mapa de Eliseu Martins, de 1975, levantado, desenhado e impresso pela Diretoria de Serviço Geográfico – Brasil (DSG), Folha SC.23–X–A–III.



Anexo 16: “Sheet 4. South America” também conhecido como “Columbia Prima of South America”, levantado por William Faden, em 1807.


CAPITANIA OF PERNAMBUCO
CAPITANIA OF SERGIPE
CAPITANIA OF RIO GRANDE
CAPITANIA OF PARAHIBA
CAPITANIA OF TAMARACA
CAPITANIA OF MARANHAM
CAPITANIA OF PIAUHIS
CAPITANIA OF CEARA
CAPITANIA OF PETIGUARES
CAPITANIA OF GOYAZ
CAPITANIA OF MATO GROSSO
CAPITANIA OF RIO DE JANEIRO
CAPITANIA OF PORTO SEGURO
CAPITANIA OF ILHEOS
CAPITANIA OF BAHIA
CAPITANIA OF ESPIRITO SANTO
CAPITANIA OF PARAIBA
CAPITANIA OF RIO GRANDE
CAPITANIA OF SEARA
CAPITANIA OF PIAUHI
CAPITANIA OF MARANHAM
CAPITANIA OF GOYAZ
CAPITANIA OF MATO GROSSO
CAPITANIA OF RIO DE JANEIRO
CAPITANIA OF PORTO SEGURO
CAPITANIA OF ILHEOS
CAPITANIA OF BAHIA
CAPITANIA OF ESPIRITO SANTO
Os Barbados
Tacuanhas ou Tacuhimos
Guayapis
Aritus and Arapiyus
Aritus ou Yurunkas
Guapindayes Occidental
Curivares
Rio Tocantins
Rio Araguay
Tobaxares
Petiguares
Tapuyas
Mariquites
Apiacas
Guapindayes Australes
Xavantes
Arayas and Acrias
Ilheos
Porto Seguro
Rio de Janeiro
Espirito Santo
Rio Doce
Rio Grande
Rio Parahiba
Rio Real
Rio Sam Francisco
Rio Vermelho
Rio Paraguay
Rio Tapajos
Rio Madeira
Rio Negro
Rio Solimoens
Rio Japura
Rio Yapura
Rio Putumayo
Rio Iça
Rio Napo
Rio Tigre
Rio Pastaça
Rio Ucayale
Rio Maranham
Rio Parnahiba
Rio Gurupy
Rio Xingu
Rio Tocantins
Rio Araguay
Rio Paraguay
Rio Guapore
Rio Mamore
Rio Beni
Rio Madre de Dios
Rio Paro
Rio Ucayale
Rio Pastaça
Rio Napo
Rio Putumayo
Rio Yapura
Rio Iça
Rio Solimoens
Rio Negro
Rio Madeira
Rio Tapajos
Rio Xingu
Rio Gurupy
Rio Parnahiba
Rio Maranham

Apêndice

Apêndice A - Planilha de análise de topônimos das Povoações Destruídas.

N°	POVOADOS DESTRUÍDOS - Galúcio-1760	Municípios prováveis	Dados Municipais	Mapa Galúcio-1761	Mapa 1722	Mapa 1750	Mapa 1816	Mapa 1817	Mapa 1827 (Vandermaelen, Phillippe)
1	Bom???	Antônio Almeida	https://transparencia.bertolinia.pi.gov.br/bertolinia/informacoesgerais/municipio?tipo=historia	Ausente	Ilegível	Ilegível	Ausente	Ausente	Bom Sucesso
2	Boa vista	Sebastião Leal/ Antônio Almeida	-	Boa Vista	Ilegível	Ilegível	Boa Vista	Ausente	Boavista
3	Benedicto	Uruçuí	-	Benedito	Ilegível	Ilegível	Ausente	Ausente	Ausente
4	Limoeiro	Bertolínia	https://transparencia.bertolinia.pi.gov.br/bertolinia/informacoesgerais/municipio?tipo=historia	Limoeiro	Ilegível	Ilegível	Ausente	Ausente	Limoeiro
5	Cajaseiras/Tapera	Bertolínia	https://transparencia.bertolinia.pi.gov.br/bertolinia/informacoesgerais/municipio?tipo=historia	Ausente	Ilegível	Ilegível	Ausente	Ausente	Ausente
6	Reis	Canavieira	-	Ausente	Ilegível	Ilegível	Ausente	Ausente	Ausente
7	Entre Porcos e Buriti (7???)	Eliseu Martins/ Canto do Buriti	-	Ausente	Ilegível	Ilegível	Ausente	Ausente	Ausente
8	Porcos	Eliseu Martins/ Canto do Buriti	-	Ausente	Ilegível	Ilegível	Ausente	Ausente	Ausente
9	Flores	Colônia do Gurguéia/ Eliseu Martins	https://transparencia.bertolinia.pi.gov.br/bertolinia/informacoesgerais/municipio?tipo=historia	Flores	Ilegível	Ilegível	Flores	Ausente	Flores
10	Correa	Canto do Buriti	-	Ausente	Ilegível	Ilegível	Ausente	Ausente	Ausente

N°	POVOADOS DESTRUÍDOS - Galúcio-1760	Mapa von Martius-1828 (francês)	Mapa 1850	Mapa 1855 (José Pereira das Neves)	Mapa 1855 (Sem Autoria)	Mapa 1873	Mapa 1883	Mapa 1909	Mapa 1913	Mapa 1914
1	Bom???	Bom Sucesso	Ausente	Bom Sucesso	Ausente	Ausente	Bom Sucesso	Ausente	Ausente	Ausente
2	Boa vista	Boavista	Boavista	Boavista	Ausente	Ausente	Boavista	Ausente	Ausente	Ausente
3	Benedicto	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente
4	Limoeiro	Limoeiro	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente	Limoeiro	Ausente	Ausente	Ausente
5	Cajaseiras/Tapera	Cajiteira?/Tapera	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente
6	Reis	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente
7	Entre Porcos e Buriti (7???)	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente
8	Porcos	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente
9	Flores	Flores	Flores	Flores	Ausente	Flores	Flores	Ausente	Ausente	Ausente
10	Próximo a Correa (10???)	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente

Apêndice B - Citações indígenas - Fontes secundárias.

ANO DA PUBLICA-ÇÃO	AUTORIA	PÁGINA	ASSUNTO	DATA DO DOCUMENTO	FONTE
2009	P. Miguel de Carva-lho	46	Localização dos Akroás, moram nas nascentes do Gurguéia	1697	
1979	L. Mott	75	Localização de grupos Akroás nas nascentes do Gurguéia.	1697	
1985	L. Mott	58	Ataques a grupos indígenas Akroá, Mocoaze e Rode-leiro. Também é fundada Parnaguá.	1698	
1958	Carlos Ott	27	Akroás ficavam no sertão baiano. rio Grande e São Francisco e rio Preto	1698	Carta régia de 2 dezem-bro - Anais do Arquivo Publico da Bahia
2005	Jucilene Ricarte Apolinário	40	Grupos Akroás deciam do rio itapecuru para o Parna-íba, chegando ao rio Ca-nindé e sertão do Gurguéia	1727	
2005	Jucilene Ricarte Apolinário	40-41	Localização de grupos Akroás nos rios Parnaíba, Gurguéia e no sertão de Gil-boés	1738	
2005	Jucilene Ricarte Apolinário	45-46	localização de grupos Akroás na margem direita do rio Tocantins e no rio Manoel Alves	1739	von Spix e von Martius, 1938
2005	Jucilene Ricarte Apolinário	50	Divisão de grupo Akroá para atacar fazendas de gado	1745	
2020	BOMBARDI	60	Insurgência guegue e akroa na região de parnaguá	1747	
2005	Jucilene Ricarte Apolinário	59	Grupos Akroás e Timbira atacam a região do sertão de Itapecurú e Piauí e também atacam Um grupo Gamela.	1752	

ANO DA PUBLICA-ÇÃO	AUTORIA	PÁGINA	ASSUNTO	DATA DO DOCUMENTO	FONTE
2005	Jucilene Ricarte Apolinário	65	João do Rego combateu grupos Timbira, Gueguê e Akroás no sul do Maranhão	1756	
2005	Jucilene Ricarte Apolinário	65	Akroás ficavam espretando nos caminhos para Parnaguá	1760	
2005	Jucilene Ricarte Apolinário	69	Grupo Akroá próximo ao rio Uruçuí em algumas grutas	1765	
2005	Jucilene Ricarte Apolinário	70	Ataques de grupos Akroás a vila de Parnaguá	1770	
2005	Jucilene Ricarte Apolinário	72	Akroá-Mirim atacando as minas no Norte de Goiás	1771	
2005	Jucilene Ricarte Apolinário	72	O grupo de Akroás do rio Sono foi levado ao Piauí. Da mesma forma as crianças foram separadas para serem distribuidas a moradores do Piauí. É criado o aldeamento de São Gonçalo do Amarante,nas cabeceiras do rio Mulato para receber os Akroás.	1772	
2005	Jucilene Ricarte Apolinário	73	Bruenk convence os Akroás a fugirem de São Gonçalo do Amarante. E esses tentam voltar as minas de Goiás. São capturados e levados para Oeiras onde forma presos em troncos e ferros.	1773	
2016	Miranda	34	Aldeamento de São Gonçalo do Amarante tinha 67 Akroás	1788	
1979	L. Mott	64	Grupos Timbira, Akroáse Gueguê foram aldeados em São Gonçalo do Amarante.	1938	
1985	L. Mott	76	Grupos Timbiras, Akroás e Gueguês foram reunidos em São Gonçalo do Amarante	1938	

ANO DA PUBLICA-ÇÃO	AUTORIA	PÁGINA	ASSUNTO	DATA DO DOCUMENTO	FONTE
2005	Jucilene Ricarte Apolinário	64	Localização de grupos Akroá-Assú no Maranhão e Pernambuco, do Rio Grande do sul até o rio São Francisco e passando as Minas de Goiás.	1753	
2005	Jucilene Ricarte Apolinário	64	Já os Akroá-Mirim ocupam o rio Tocantins no verão e no Inverno vem para a bacia oriental do Parnaíba para extrair frutas.	1975	
2005	Jucilene Ricarte Apolinário	40	Localização de grupos Akroás em Parnaguá em 1698	1985	
2005	Jucilene Ricarte Apolinário	71	Aldeias Akroás no rio do Sono (indígena Bruenk)	1994	
2005	Jucilene Ricarte Apolinário	39	Mapa de localização dos grupos Akroás no Piauí	2005	Monsenhor Chaves - O indígena em solo piauiense
2005	Jucilene Ricarte Apolinário	75	Localização dos Akroás nos rios Manuel Alves, Paranã e Tocantins.	2005	
2007	Ana Stela de N. Oliviera	54	Localização de grupos Akroás no rio das Balsas nas cabeceiras do Parnaíba e Tocatins. Também são citados juntamente com Gueguê e Jaicó no rio São Francisco e Piauí.	-	
2007	Ana Stela de N. Oliviera	60	Mapa de Localização dos Povos Indígenas citados pela autora.	-	
2005	Jucilene Ricarte Apolinário	79	Mapa de localização dos grupos Akroás no Piauí	2005	

ANO DA PUBLICAÇÃO	AUTORIA	PÁGINA	ASSUNTO	DATA DO DOCUMENTO	FONTE
2003	Jucilene Ricarte Apolinário	86	Primeiros conflitos com os Akroás (Correm no sul do Piauí, nas ultimas décadas do século XVII)	-	
2020	BOMBARDI	63	Captura de grupos Timbira e Akroás	1771	
2020	BOMBARDI	56	Akroás, Timbiras e Gueguês atacaram Aldeias Altas, Parnaguá, e campos do Gilboés.	-	von Spix e von Martius
2016	Miranda	47	Localização dos Akroás, moram nas nascentes do Gurguéia. Segundo o autor Corerás e Tapacuás são sub-ramos dos Akroás.	-	
2016	Miranda	56	Localização do aldeamento N. Sra. do Livramento, em Parnaguá.	-	
2016	Miranda	57	Localização de São Gonçalo do Amarante, situada no município de Regeneração.	-	
2008	João R. F. de Carvalho	67	Localização dos Akroás na lagoa de Parnaguá, Rio Grande e Rio Preto e dos Gueguês nos vales do rio Salitre e Pajeú (afluentes do Rio São Francisco)	Século XVII	
2007	Ana Stela de N. Oliviera	55	Localização de grupos Akroás em Goiás e Parnaguá. E posterior aldeamento em São Gonçalo do Amarante.		
2007	Ana Stela de N. Oliviera	57	Localização de grupos Gueguês e Akroás na região inicial do rio Parnaíba.		
1958	Carlos Ott	26	Fronteira entre o rio Carinhanha, a Serra do Gurguéia e Goiás ocupada por Akroás e Chicriabás		
2016	Miranda	70-71	Primeiro contato com um grupo Gueguê ocorreu no rio Salitre, na Bahia.	1674	

ANO DA PUBLICA-ÇÃO	AUTORIA	PÁGINA	ASSUNTO	DATA DO DOCUMENTO	FONTE
2007	Ana Stela de N. Oliviera	28	Localização de grupos Gueguês vindos da Bahia, saíram doMorro do Chapéu, passaram pelo São Francisco e chegaram a região do Piauí	1674	Odilon Nunes
1975	Odilon Nunes	51	Francisco Dias d'Ávila ataca novamente os gueguês, em uma região que ficava a 6 ou 7 léguas (entre 36 e 42 quilômetros, aproximadamente) da foz do rio Salitre, próximo a afluentes dos rios Canindé e "especialmente" do rio Piauí.	1676	
1958	Carlos Ott	28	Guegues habitantes do riacho Pajeú.	1678	
1985	L. Mott	58	Guerra de Domingos Antonio Mafrense contra os Gurguas, situados nas fronteiras meridionais entre o Piauí e a Bahia.	1679	Doc. Hist., vol. XLIV, 1-8
1958	Carlos Ott	29	Incursões dos Guesgues resultam em guerra e aldeamento	1720	
1958	Carlos Ott	29	Missões jesuitas no Maranhão com os GOEGOE	1743	
2016	Miranda	31-72	Aldeamento de grupo Gueguê em Gueribas, confins do termo de Parnaguá	1744	
2008	João R. F. de Carvalho	68	Insurgencia do aldeamento de grupos Gueguê em Gilboés	1745	
1958	Carlos Ott	29	Pe. João Rodrigues dedica a vida a cristianização dos Guêguê	1746	

ANO DA PUBLICA-ÇÃO	AUTORIA	PÁGINA	ASSUNTO	DATA DO DOCUMENTO	FONTE
2008	João R. F. de Carvalho	86-91	Localização de grupos Gueguês nos vales dos rios Gurguéia e Gilboés	1747	Durão, 1772.
2005	Jucilene Ricarte Apolinário	63-64	Localização de grupos Timbira no sertão e freguesia de São Bento das Balsas, a 60 léguas de comprido. Fazendo fronteira com os Gueguês que estão em toda a ribeira da Gurguéia, Parnaíba acima até a freguesia do Parnaguá.	1753	von Spix e von Martius, 1938
2005	Jucilene Ricarte Apolinário	65	João do Rego combateu grupos Timbira, Gueguê e Akroás no sul do Maranhão	1758	
2005	Jucilene Ricarte Apolinário	68	Aldeia Gueguê localizada ao descer as margens do rio Uruçuí. E em um monte que se ve descendo o rio	1765	
2005	Jucilene Ricarte Apolinário	69	Homens e Mulheres Gueguês foram conduzidos ao governador do Maranhão. Criação do aldeamento São João de Sende, em Oeiras, para os Gueguês. As crianças foram tiradas de suas mães e distribuidas nos arraiais circunvizinhos.	1765	
1985	L. Mott	75	Outra aldeia Gueguê faz contato com o Governador do Piauí e após o tratado são aldeados 434 indígenas Gueguê em São Gonçalo do Amarante. Esse aldeamento está as margens do rio Mulato.	1771	
1979	L. Mott	64	Grupo Gueguês aldeado em São João de Sende.	1772	
1985	L. Mott	70	Localização anterior dos Gueguês aldeados em São João de Sende. Ficavam as margens do rio Uruçuí.	1772	

ANO DA PUBLICA-ÇÃO	AUTORIA	PÁGINA	ASSUNTO	DATA DO DOCUMENTO	FONTE
1985	L. Mott	76	Rebelião de Indígenas Gueguês em São Gonçalo do Amarante.	1780	
2016	Miranda	33	Mudanças dos Gueguês de São João de Sende para São Gonçalo do Amarante	1780	
1985	L. Mott	76	Trasferencia dos indígenas Gueguê de São João de Sande para São Gonçalo do Amarante. E fechamento da do aldeamento de São João de Sande.	1786	
1979	L. Mott	64	Grupos Timbira, Akroáse Gueguê foram aldeados em São Gonçalo do Amarante.	1938	
1985	L. Mott	76	Grupos Timbiras, Akroás e Gueguês foram reunidos em São Gonçalo do Amarante	1938	
1958	Carlos Ott	35	Mapa de Localização dos Povos Indígenas citados pelo autor.	1958	
1985	L. Mott	65	Primeiro contato da tropa com um grupo Gueguê no baixo rio Gurguéia e proximidades com o rio Parnaíba. O destino da tropa era Pastos Bons no Maranhão	1975	
1985	L. Mott	69	Cerca de 40 indígenas Gueguê, são aldeados a 8 léguas ao norte da capital.	1975	
2016	Miranda	28	Localização de grupos Gueguê entre o rio São Francisco e Piauí	1975	
2007	Ana Stela de N. Oliviera	54	Localização de grupos Akroás nas cabeceiras do Parnaíba e Tocatins. Também são citados juntamente com Gueguê e Jaicó no rio São Francisco e Piauí.	-	

ANO DA PUBLICA-ÇÃO	AUTORIA	PÁGINA	ASSUNTO	DATA DO DOCUMENTO	FONTE
2013	Ana Stela de N. Oliviera	60	Mapa de Localização dos Povos Indígenas citados pela autora.	-	
2019	Ana Stela de N. Oliviera	130	Conhecimento de indivíduos Gueguê sobre a região do Gurguéia	-	
2005	Jucilene Ricarte Apolinário	50	Aldeamento em Gilbués, distrito de Parnaguá	-	Odilon Nunes
2005	Jucilene Ricarte Apolinário	59	União Akroa, Guegue e Timbira	-	
2005	Jucilene Ricarte Apolinário	64	Localização de grupos Gueguês na ribeiras do Gurguéia e Parnaíba, até a freguesia de Parnaguá onde fazem fronteira com os Akroás	-	Durão, 1772 apud. Luiz Mott, 1979
2020	BOMBARDI	62	Aldeamento de grupos Gueguê em São João de Sende	-	Pereira da Costa, 1974
2020	BOMBARDI	56	Akroás, Timbiras e Gueguês atacaram Aldeias Altas, Parnaguá, e campos do Gilboés. Extenção de 200 léguas.	-	
2016	Miranda	28	Ida de grupos Gueguê para os vales do Gurguéia e Uruçuí	-	von Spix e von Martius
2016	Miranda	36	São João de Sende ficava no municipio de Tanque do Piauí	-	Odilon Nunes
2016	Miranda	48	Localização de grupos Gueguê no rio Gurguéia e Uruçuí-Preto	-	

ANO DA PUBLICAÇÃO	AUTORIA	PÁGINA	ASSUNTO	DATA DO DOCUMENTO	FONTE
2016	Miranda	56	Localização do aldeamento de Guaribas, na região mesmo nome, fica nos confins de parnaguá em região montanhosa (acidentada?)	-	AHU. Cx 4. Doc. 231
2007	Ana Stela de N. Oliviera	56	Localização de grupos Gueguês vindos da Bahia, saíram do Morro do Chapéu, se refugiaram em Barra do Rio Grande (afluente do São Francisco) e chegaram a região dos rios Piauí, Gurguéia, Uruçuí, Parnaíba.	-	
2020	BOMBARDI	61	União Akroa e Guegue	1749-1750	
1985	L. Mott	69	Fundação de São João de Sende com os indígenas Gueguê	29 de novembro de 1765	Odilon Nunes, 1966
1985	L. Mott		Negociação com indígenas Gueguê, para que esses se estabeleçam na barra do Poti.	5 de agosto de 1765	
1985	L. Mott	67	Segunda campanha Guerra: Descendo pelas margens do Uruçuí enconrou aldeia Gueguê fazia e malocas queimadas. Continuou descendo o rio e num monte próximo encontraram outra aldeia, mas essa estava povoada.	7 de julho de 1765	Silva, 2003 - Nunes 1974a:75
2008	João R. F. de Carvalho	67	Localização dos Akroás na lagoa de Parnaguá, Rio Grande e Rio Preto e dos Gueguês nos vales do rio Salitre e Pajeú (afluentes do Rio São Francisco)	Século XVII	
1958	Carlos Ott	28	os Guegues desciam as serras do gurguéia e Piauí para atacar as povoações do S. Francisco	XVII/XVIII	
2007	Ana Stela de N. Oliviera	56-57	Aldeamento de grupos Gueguês.	-	Doc. Hist., vol. IX, 69. - Martius (1), vol. I, 280

ANO DA PUBLICAÇÃO	AUTORIA	PÁGINA	ASSUNTO	DATA DO DOCUMENTO	FONTE
2008	Ana Stela de N. Oliviera	57	Localização de grupos Gueguês e Akroás na região inicial do rio Parnaíba.	-	
2020	Bombardi	56	Akroás, Timbiras e Gueguês atacaram Aldeias Altas, Parnaguá, e campos do Gilboés.	1738	Carta do Vigário provincial superior das Missões, José de Sousa, ao rei D. João V". 19 de julho de 1738. AHU (Avulsos), Maranhão, Cx. 24, Doc. 2477.
2016	Miranda	32	Estabelecimento do aldeamento de São Félix da Boa Vista	1751	-
2005	Jucilene Ricarte Apolinário	59	Grupos Akroás e Timbira atacam a região do sertão de Itapecurú e Piauí e também atacam Um grupo Gamela.	1752	von Spix e von Martius, 1938
2005	Jucilene Ricarte Apolinário	63	Localização de grupos Timbira no sertão e freguesia de São Bento das Balsas, fazendo fronteira com os Gueguês a 60 léguas de comprido.	1753	Carta de João do Rego Castelo branco. Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL). CD 623. p. 57-60.
2005	Jucilene Ricarte Apolinário	65	João do Rego combateu grupos Timbira, Gueguê e Akroás no sul do Maranhão	1756	Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. José. Maio de 1758. ANTT. Ministério do reino. Março 313, Cx. 419.
2005	Jucilene Ricarte Apolinário	67	Violência contra grupos Timbira	1760	14 de novembro
1979	L. Mott	64	Grupos Timbira, Akroáse Gueguê foram aldeados em São Gonçalo do Amarante.	1938	-
1985	L. Mott	76	Grupos Timbiras, Akroás e Gueguês foram reunidos em São Gonçalo do Amarante	1938	-
2013	Ana Stela de N. Oliviera	60	Mapa de Localização dos Povos Indígenas citados pela autora.	-	-

ANO DA PUBLICAÇÃO	AUTORIA	PÁGINA	ASSUNTO	DATA DO DOCUMENTO	FONTE
2005	Jucilene Ricarte Apolinário	59	União Akroa, Guegue e Timbira	-	-
2020	Bombardi	63	Captura de grupos Timbira e Akroás	-	-
2016	Miranda	49	Localização dos Timbira e Gamelas no médio Parnaíba Maranhense, incursões por principalmente Oeiras, Jerumenha e locais próximos aos médio Parnaíba do lado Piauiense	-	-
2020	Bombardi	64	Movimentação de grupos Timbira para o Oeste	-	"Carta do governador D. Fernando Antônio de Noronha para a rainha D. Maria I". 25 de agosto de 1794. AHU (Avulsos), Maranhão, Cx. 85, Doc. 7112.
2020	Bombardi	65	Aldeamento e Localização atual de grupos Timbira	-	Instituto Socioambiental. Verbete: Timbiras. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo /timbira>. Acesso em: 08 de setembro de 2017.
1985	L. Mott	58	Pimenteiras desertam de suas aldeias para não acompanharem as bandeiras contra outras populações indígenas.	1685	-
2014	Ana Stela de N. Oliviera	61	Localização dos Pimenteiras entre os rios Parnaguá e Gurguéia, na região de Pimenteiras	Século XVIII	-
2015	Ana Stela de N. Oliviera	61	Filiação dos Pimenteiras	-	-
2016	Ana Stela de N. Oliviera	62	Localização de grupos Pimenteiras	-	-
2017	Ana Stela de N. Oliviera	64-65	Ataque indígena (Pimenteiras)	-	-

ANO DA PUBLICAÇÃO	AUTORIA	PÁGINA	ASSUNTO	DATA DO DOCUMENTO	FONTE
2018	Ana Stela de N. Oliviera	107	Ataques aos grupos Pimenteiras	1811	-
1979	L. Mott	66	Localização do Pimenteiras nas vizinhaças de Quebrobó e do Gurguéia	1976	-
1979	L. Mott	67	Localização de grupo Pimenteira no sítio Pimenteiras e fazendo ataques nas fazendas próximas e em Parnaguá	1772	Durão, 1772.
2016	Miranda	48	Localização dos Pimenteiras nas nescentes do rio Piauí	-	-
2009	P. Miguel de Carvalho	45	Localização dos Precatis, moram no Riacho Uruçuí	1697	
1985	L. Mott	56	Localização dos Povos Indígenas do Piauí de acordo com Pe. Miguel de Carvalho: No rio Uruçuí-Preto estavam os Precatis e Anicuás.	1697	P. Miguel de Carvalho
1979	L. Mott	75	Localização de Grupos Precatis no rio Urussuí.	1697	
2009	P. Miguel de Carvalho	46	Localização dos Rodeleiros, moram nas nascentes do Gurguéia	1697	
1985	L. Mott	56	Localização dos Povos Indígenas do Piauí de acordo com Pe. Miguel de Carvalho: No rio Gurguéia estavam localizados os Acuruás, Rodeleiros e Beiçudos. Em um de seus afluentes estavam Bocoreimas, Corsias e Lanceiros.	1697	P. Miguel de Carvalho
1985	L. Mott	57	Descrição dos Rodeleiros	1938	
1979	L. Mott	75	Localização de grupos Rodeleiros nas nascentes do Gurguéia.	1697	

ANO DA PUBLICA-ÇÃO	AUTORIA	PÁGINA	ASSUNTO	DATA DO DOCUMENTO	FONTE
2016	Miranda	47	Localização dos Akroás, moram nas nascentes do Gurguéia. Segundo o autor Corerás e Tapacuás são sub-ramos dos Akroás	-	
2009	P. Miguel de Carva-lho	46	Localização e descrição dos Beiçudos, moram nas nas-centes do Gurguéia	1697	
1985	L. Mott	56	Localização dos Povos Indí-genas do Piauí de acordo com Pe. Miguel de Carva-lho: No rio Gurguéia esta-vam localizados os Acu-ruás, Rodeleiros e Beiçu-dos. Em um de seus afluen-tes estavam Bocoreimas, Corsias e Lanceiros.	1697	P. Miguel de Carvalho
1979	L. Mott	75	Localização de grupos Bei-çudos nas nascentes do Gurguéia.	1697	
2016	Miranda	47	Localização dos Beiçudos, moram nas nascentes do Gurguéia	-	
2009	P. Miguel de Carva-lho	46	Localização Bocoreimas, Moram em um afluente do Gurguéia	1697	
1985	L. Mott	56	Localização dos Povos Indí-genas do Piauí de acordo com Pe. Miguel de Carva-lho: No rio Gurguéia esta-vam localizados os Acu-ruás, Rodeleiros e Beiçu-dos. Em um de seus afluen-tes estavam Bocoreimas, Corsias e Lanceiros.	1697	P. Miguel de Carvalho
1979	L. Mott	75	Localizção de grupos Boco-reimas em um afluente do Gurguéia	1697	
2016	Miranda	47	Localização de grupos Bo-coreimas em um afluente do Gurguéia	-	
2016	Miranda	47	Localização dos Corsiaus, moravam no médio Gur-guéia	-	
2009	P. Miguel de Carva-lho	47	Localização dos Corsiâus, moram no Gurguéia	1697	
1985	L. Mott	56	Localização dos Povos Indí-genas do Piauí de acordo com Pe. Miguel de Carva-lho: No rio Gurguéia esta-vam localizados os Acu-ruás, Rodeleiros e Beiçu-dos. Em um de seus afluen-tes estavam Bocoreimas, Corsias e Lanceiros.	1697	P. Miguel de Carvalho

ANO DA PUBLICAÇÃO	AUTORIA	PÁGINA	ASSUNTO	DATA DO DOCUMENTO	FONTE
1979	L. Mott	75	Localização de grupos Corsias no Gurguéia	1697	
2016	Miranda	47	Localização dos Corsiaus, moravam no médio Gurguéia	-	
2009	P. Miguel de Carvalho	47	Localização dos Lanceiros, moram no Gurguéia	1697	
1985	L. Mott	56	Localização dos Povos Indígenas do Piauí de acordo com Pe. Miguel de Carvalho: No rio Gurguéia estavam localizados os Acuruás, Rodeleiros e Beiçudos. Em um de seus afluentes estavam Bocoreimas, Corsias e Lanceiros.	1697	P. Miguel de Carvalho
1979	L. Mott	75	Localização de grupos Lanceiros no Gurguéia	1697	
2016	Miranda	47	Localização dos Lanceiros, moravam no médio Gurguéia	-	
2007	Ana Stela de N. Oliviera	56	Localização de grupos Amoipira que vieram do São Francisco para as nascentes dos rios Gurguéia e Paraim.	Século XVII	
2016	Miranda	47	Cabuçus, Moipurás, Aitatus, Amoipiras e Ubirajaras ficavam próximos a Parnaguá, desde o alto-Gurguéia e Uruçuí-Preto até os limites com Maranhão de Goiás. Mais tarde indo para Goiás	-	

Apêndice C - Citações indígenas - Fontes primárias.

AHU	Caixa	Doc	Data do Documento	Conteúdo	Capitão responsável
Piauí	1	40	1728	Invasão Timbira em Moucha	
Maranhão	24	2477	1738	Guerra aos acoroamirim, acorânçu, Guegue e Timbira por estragos no Maranhão	Antonio Gomes Leite
Pernambuco	54	4701	1739	Mandou 250 ou 300 índios da serra da Ibiapaba para guerrear com Guegue e Acoroa	
Piauí	3	157	1740	Guerra contra Guegue e Acoroa no rio Tocantins	
Pará	27	2570	1744	Expediçaõ de Socorro contra Guêguê, Acoroa e outras populações indígenas	
Piauí	4	231	1745	Aldeamento Guegue em Guaribas	
Piauí	4	235	1745	Paz com Guegue	
Piauí	4	283	1747	Padre João Ribeiro Carvalho atrapalha paz com Guegue	
Pará	29	2781	1747	Hostilidades Guegue, matando padre	
Piauí	4	285	1747	Paz com Guegue	
Maranhão	30	3103	1748	Sublevação Guegue	João do Rego Castelo Branco
Maranhão	31	3143	1748	Junta das Missões sobre ataques dos Guegue	
Pará	31	2906	1749	Sublevação Guegue	
Piauí	4	299	1750	Guerra contra Guegue e Acoroa na vila de Parnaguá	
Pará	31	2983	1750	Hostilidades Guegue, Acoroa, Timbira em Parnaguá, Piauí e Bahia	
Maranhão	32	3258	1751	Resposta Conselho Ultramarino – Guegue e outras nações confederadas	
Maranhão	32	3287	1751	Problemas com Gamela, Acoroa, Timbira, Guegue	
Pará	35	3276	1753	Guerra contra Guegue, Acoroa e Timbira	
Piauí	5	324	1754	Guerra contra Guegue e aldeamento dos Gamela	
Pará	41	3818	1756	Envio de pólvora contra Guegue, Acoroa, Timbira	
Maranhão	37	3646	1756	ordem de guera aos Guegue	
Maranhão	38	3741	1757	Guerra Timbira	
Maranhão	39	3797	1759	Ajuda militar para o Desembargador no Piauí	
Maranhão	39	3848	1760	Representação de moradores contra o gentio em Parnaguá e Gurguéia	
Piauí	6	382	1760	Consequências no Piauí devido a presença dos Guegue, Icoroá, Timbira	
Piauí	7	426	1760	Timbiras e aliados	
Piauí	8	446	1761	Parecer do Conselho Ultramarino sobre guerra aos Guegues, Timbira e Acoroá	
Maranhão	41	4009	1763	Presença Guegue em Arraial São Teles	
Maranhão	41	4019	1763	Invasão Guegue e Timbira na ribera do Itapecuru, em São Teles d aBoa Vista e São Bento da Balsas	
Maranhão	41	4045	1763	Invasão Guegue e Timbira em São Félix	
Maranhão	41	4044	1763	Socorro a capitania do Piauí contr os Timbira	
Piauí	9	551	1765	Paz com Guegue, e troca de prisioneiros	
Piauí	9	563	1766	Aldeamento Guegue em São João de Sende	
Piauí	11	660	1771	Ordens para a tropa de João do Rego proteger Parnaguá e Jerumenha dos Acoroa	
Piauí	12	686	1772	Organização do aldeamento Acoroa	
Maranhão	53	5077	1778	Lembrete do Conselho Ultramarino sobre a guerra contra Guegue	